



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LEONARDO DE OLIVEIRA CRUZ

MIGRAÇÃO E OCUPAÇÕES DE MARANHENSES NO SUDESTE DO PARÁ:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA MODERNA MINERAÇÃO EM PARAUAPEBAS

Marília
2022

LEONARDO DE OLIVEIRA CRUZ

MIGRAÇÃO E OCUPAÇÕES DE MARANHENSES NO SUDESTE DO PARÁ:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA MODERNA MINERAÇÃO EM PARAUAPEBAS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Campus de Marília, para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga

Marília
2022

C957m	Cruz, Leonardo de Oliveira Migração e ocupações de maranhenses no Sudeste do Pará : Um estudo de caso a partir da moderna mineração em Parauapebas / Leonardo de Oliveira Cruz. -- Marília, 2022 219 p. : tabs., fotos, mapas Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientador: Antônio Mendes da Costa Braga 1. Migração Interna. 2. Urbanização. 3. Reassentamento Involuntário. 4. Redes Sociais. 5. Fronteira. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LEONARDO DE OLIVEIRA CRUZ

Migração e ocupações de maranhenses no sudeste do Pará:

um estudo de caso a partir da moderna mineração em Parauapebas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga
UNESP – Câmpus Marília
Orientador

Prof. Dr. Edimilson Rodrigues de Souza
Faculdade de Música do Espírito Santo

PROF. Dr. Leonardo Borges da Cruz
Instituto Federal de São Paulo – Salto

Prof. Dr. Andréas Hofbauer
UNESP – Câmpus Marília

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
UNESP – Câmpus Marília

Prof. Dr. Fábio Lanza (membro suplente)
UEL – Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Luiz Ernesto Guimarães (membro suplente)
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Dr. Jose Geraldo Alberto Bertoncini Poker (membro suplente)
UNESP – Câmpus Marília

Marília, 15 de Agosto de 2022.

Ao meu pai (in memoriam), que fez da sua e da nossa vida uma andança pelo mundo e à minha mãe, mulher destemida, silenciosamente sábia que viu na educação uma saída para dias melhores para os filhos. À minha eterna amiga Suely Guilherme, que incentivou o meu retorno à academia e meu deu todo apoio necessário para que este propósito fosse alcançado. Às minhas preciosidades, Iara e Iramaia, minhas filhas, que nos meus momentos mais frágeis e difíceis me incentivaram a ir em frente.

AGRADECIMENTOS

Há coisas na vida que desafiam a nossa resiliência, colocam à prova a nossa capacidade de saber fazer, nos fazem questionar se valem à pena certas privações, como a distância de sua família, mesmo estando simplesmente do outro lado da parede. Há coisas na vida que, para consegui-las, é preciso que saíamos de nosso *habitué* e que nos deixam, por muitas vezes, inseguros. Contudo, há coisas na vida que só são possíveis quando construídas coletivamente, sob uma rede de apoio. Neste espaço de agradecimentos, quero deixar registrada toda a minha gratidão aqueles e àquelas que contribuíram imensamente para este resultado.

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, pela cordialidade. Aos docentes, a quem tenho imenso respeito, pela condução de suas aulas, sempre nos instigando a pensar e fazer Ciências Sociais em tempos em que a Ciência estava sendo cada vez mais colocada à prova.

Ao Professor Antônio Braga, ou simplesmente Braga, meu orientador, agradeço imensamente, pelas provocações antropológicas durante o percurso da tese, pela liberdade que me deu no fazer antropologia; e, para além da orientação acadêmica, em meus momentos turvos e de dúvidas sobre a continuidade da pesquisa, por ter me orientado com palavras de respeito, apoio e incentivo. Tenho imenso apresso pela sua parceria e sapiência, sem a qual aqui não estaria.

O meu muito obrigado aos professores doutores Andréas Hofbauer e Talita Roim, que fizeram parte da banca de exame de qualificação. Sou muito grato pelas valiosas sugestões e críticas que me guiaram ao fim da tese.

Agradeço aos amigos e amigas: Claudia Alencar e Dani Del Sole que me abrigaram em sua casa na cidade de São Paulo durante o meu trânsito Pará-Marília. A Dani também agradeço pela leitura da versão final da tese, mesmo com uma rotina intensa de trabalho, assim como Lady Oliveira que com seu olhar atento às cidades do sudeste paraense, muito contribuiu com

suas reflexões; Ao Walison Silva Reis, pelas trocas intelectuais, motivação e dicas com os mapas; Ao casal Tiago Cordeiro e Cristiane Rebouças, obrigado por me receber em sua casa e me acalmar em momentos de crises acadêmicas; A Zita Bogéa e Eulália Silva, assistentes sociais a quem tenho muito respeito pela atuação profissional junto às famílias atendidas nas políticas sociais e que muito me ensinaram sobre *invasões* na cidade; Ao Dennis Almeida, por ter me acompanhado nestes últimos momentos da escrita, com palavras acalentadoras; A Suely Guilherme, a você, muita gratidão! Ao casal Bruna Rebouças e Roni Cristiano, por fazer meu retorno à Marília menos solitário; À família Guilherme (os irmãos Claudete, Fátima, Antônio Carlos e Lurdinha) e Ticiano Toffoli, muito obrigado pela companhia, apoio logístico e abrigo em Marília.

Agradeço aos órgãos da Prefeitura Municipal de Parauapebas – Secretaria de Habitação, Programa Gira Renda, Programa de Saneamento Ambiental e Museu Municipal Hilmar Harry Kluck – pelo fornecimento de dados, informações e fotos que contribuíram imensamente para o desenvolvimento da pesquisa.

À Secretaria de Estado de Educação, Seduc/PA, agradeço por me conceder a licença aprimoramento para me dedicar à tese.

Aos meus interlocutores de origem maranhense que foram os protagonistas na pesquisa, com quem aprendi muito sobre resiliência, projetos de vida e sobre estar no mundo. Muito obrigado por me contarem as suas experiências e me mostrarem o fazer-Parauapebas por um outro ponto de vista, o ponto de vista dos migrantes que aqui fizeram seu espaço de vida.

A minha mãe, Dona Osminha, e meus irmãos e irmãs, sobrinhos e cunhados. Muito obrigado por acreditarem em mim e me darem apoio. Amo muito vocês!

Por fim, a minhas filhas Iramaia e Iara, que vendo toda minha ansiedade e distanciamento, me apoiaram com suas palavras de incentivo: “E o doutorado, pai? Você vai conseguir!” Obrigado minhas filhas. Amo vocês mais que tudo neste mundo!

“[...] a de querer arrancar
alguns roçados da cinza.
Mas, para que me conheçam
melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir
a história de minha vida,
passo a ser o Severino
que em vossa presença emigra.”
João Cabral de Melo Neto (1974, p. 75)

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar as trajetórias dos migrantes maranhenses para Parauapebas/PA, no sudeste do Pará, e o seu processo de ocupação da cidade, considerando a moderna mineração desenvolvida no município através do Projeto Ferro Carajás como vetor de atração. A partir das trajetórias de maranhenses que ancoraram nas imediações do empreendimento, em busca de oportunidades geradas pela mineração, se formou o primeiro núcleo urbano da cidade, denominado de Vila Rio Verde, na década de 1980, período em que ainda estava localizado nos limites do município de Marabá. Portanto, busco compreender o papel dos maranhenses na formação da cidade, a partir de espaços precários ocupados por estes migrantes, assim como a forma como se deu sua ancoragem no território. A hipótese constitui-se de que Parauapebas surgiu das margens urbanas ocupadas pelo migrante maranhense, mão de obra que não se fez provisória, mas permanente, que em um processo de povoamento, passou a reivindicar o seu lugar, contribuindo, assim, para a criação de um novo município no sudeste do Pará, em um movimento contínuo do direito à cidade enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana. Neste sentido, a metodologia empregada consistiu numa abordagem das migrações internas no contexto das expansão econômica para a Amazônia e na perspectiva da Antropologia Urbana quanto aos conceitos de “Invasão”, “Ocupação” e “Instalação” de Michel Agier ao interpretar os movimentos e fluxos migratórios que fazem a cidade. As técnicas usadas foram entrevistas, conversas informais, escuta das histórias de vida, levantamento bibliográfico e fotográfico. Também foram usadas informações estatísticas de órgãos oficiais e estudos locais para contextualizar Parauapebas em suas características socioeconômicas e demográficas. Desse modo, pudemos ter uma compreensão da dinâmica de uma cidade mineradora, ao mesmo tempo em que, pelos ombros de nossos interlocutores, analisamos o processo de fazer-cidade considerando os maranhenses, seus deslocamentos e ocupação da cidade.

Palavras-chave: reassentamento Involuntário; fluxo migratório interestadual; urbanização na Amazônia; fronteira; redes sociais na migração.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the trajectories of migrants from Maranhão, a state located in the Northeast region of Brazil, to Parauapebas, a city located in the Southeast of the Brazilian state of Pará, as well as the process of occupation of the city by them, considering the modern mining activity developed by the Ferro Carajás Project as an attraction vector. From the anchoring of the migrants from Maranhão at the surroundings of the mining enterprise, looking for opportunities generated by mining activity, the first urban nucleus of the city emerged, called Vila Rio Verde, in the 1980s, a period in which it was still located within the limits of the municipality of Marabá. I therefore seek to understand the role of migrants from Maranhão, from the precarious spaces occupied by them, in the formation of the city, as well as the way in which they anchored in the territory. The research hypothesis is that the city of Parauapebas emerged from the urban margins occupied by those migrants, a labor force that has not made itself provisional, but permanent instead. In the process of settlement, they began to claim their place, thus contributing to the creation of Parauapebas as a new municipality in southeastern Pará, in a continuous movement for their right to the city, understood as a right to be there and there to lead an urban life. In this sense, the methodology used consisted of an approach to internal migration in the context of economic expansion to the Amazon and from the perspective of Urban Anthropology regarding the concepts of "Invasion", "Occupation" and "Installation" by Michel Agier when interpreting migratory movements and flows that make the city. The research techniques implemented were interviews, informal conversations, listening to life histories, and bibliographic and photographic surveys. Statistical data from official bodies and local studies were also used for socioeconomic and demographic contextualization of Parauapebas. In this way, we were able to understand the dynamics of a mining town at the same time that, through the shoulders of our interlocutors, we analyzed the making-city process considering the people from Maranhão, their displacement, and city occupation.

Keywords: involuntary resettlement; interstate migratory flow; precarious spaces; urbanization in the Amazon; frontier; social networks in migration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Presença do indivíduo maranhense nos arranjos conjugais	186
Figura 2 – Composição da família conjugal com um dos membros maranhense	189
Figura 3 – Constituição das famílias nucleares	191

LISTA DE IMAGENS

Foto 1 – Engenheiro Breno Augusto e a descoberta de minério de ferro em Carajás	61
Foto 2 – Primeiro pouso na clareira em Carajás, 26 de agosto de 1967	62
Foto 3 – Vila de N5	66
Foto 4 – Um pouso em Serra Pelada	68
Foto 5 – Boate (Prostíbulo) Voltei pra você – década de 1980	71
Foto 6 – Boate (Prostíbulo) “Sucego” da Noite – década de 1980	72
Foto 7 – Boate (Prostíbulo) Mistério da Meia Noite – década de 1980	72
Foto 8 – Boate (Prostíbulo) – década de 1980	73
Foto 9 – Núcleo urbano de Carajás - 1985	77
Foto 10 – Construção da Vila Parauapebas - 1982	79
Foto 11 – Construção da ponte que liga Vila Parauapebas à Serra dos Carajás - 1981	79
Foto 12 – Vista aérea de Vila Parauapebas – Década de 1980	80
Foto 13 – Vista das casas de madeira de Vila Rio Verde – década de 1980	84
Foto 14 – Rua Curió (atual rua do Comércio) Vila Rio Verde – década de 1980	85
Foto 15 – Ponto comercial de madeira Vila Rio Verde – década de 1980	85
Foto 16 – Ára comercial Vila Rio Verde – década de 1980	86
Foto 17 – Primeira Delegacia de Polícia em Vila Rio Verde – década de 1980	87
Foto 18 – Mulheres e o Igarapé Ilha do Coco em Vila Rio Verde – década de 1980	87
Foto 19 – Ponto de carroça em Vila Rio Verde – década de 1980	88
Foto 20 – Açougue a céu aberto em Vila Rio Verde – década de 1980	88
Foto 21 – Dia do Plebiscito: População a caminho do voto	92
Foto 22 – Dia do Plebiscito: Morador depositando voto na urna	92
Foto 23 – Dia da primeira eleição para prefeito	93
Foto 24 – O vazio urbano de Vila Parauapebas – década de 1980	103
Foto 25 – Bairro Cidade Nova – década de 2020: A antiga vila Parauapebas	104
Foto 26 – Vista das casas de madeira de Vila Rio Verde – década de 1980	104
Foto 27 – Urbanização de Rio Verde – década de 2020:	105
Foto 28 – A chegada do trem à Parauapebas	119
Foto 29 – Familiares e amigos à espera na estação	119
Foto 30 – Vista panorâmica da Vila Sanção	128
Foto 31 – Atual portaria de acesso à Serra dos Carajás	137
Foto 32 – Casas em invasões – espaço precário	162
Foto 33 – Barraco de madeira - espaço precário	162
Foto 34 – Casas em palafita - espaço precário	163
Foto 35 – Casas em palafita - espaço precário	163
Foto 36 – Casas do reassentamento	168
Foto 37 – Casas do reassentamento	168
Foto 38 – Cerca de madeira – casa adaptada	168
Foto 39 – Muro e portão de madeira – casa adaptada	168
Foto 40 – Muro de alvenaria e portão de ferro – casa adaptada	169
Foto 41 – Muro de alvenaria e portão de ferro – casa adaptada	169
Foto 42 – Casa adaptada para comércio	169
Foto 43 – Casa adaptada para serviços de beleza	169
Foto 44- Bar da Ruivinha	202
Foto 45 – Bar da Ruivinha em funcionamento	204

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução populacional – Parauapebas (1991 a 2021)	93
Gráfico 2 - Percentual da população por UF de nascimento (2000/2010)	95
Gráfico 3 – Participação proporcional do Valor Adicionado Bruto (Moeda Real- R\$) por setor da economia (2005/2018)	106
Gráfico 4 – Número de passageiros Pará – Maranhão (2010/2021)	119

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Município de Parauapebas (PA)	16
Mapa 2 – Divisão da Serra dos Carajás em zonas por Direitos Minerários	54
Mapa 3 – Localização da Mina de Ferro, núcleo urbano de Carajás e sede urbana de Parauapebas	55
Mapa 4 – Evolução territorial do município de Parauapebas	57
Mapa 5 – Área do Programa Grande Carajás	65
Mapa 6 - Localização dos três núcleos urbanos – Década de 1980	76
Mapa 7 – Atuais áreas de ocupações irregulares em Parauapebas	96
Mapa 8 – Macrozoneamento urbano de Parauapebas	97
Mapa 9 - Evolução da expansão urbana de Parauapebas (1980)	98
Mapa 10 – Evolução da expansão urbana de Parauapebas (1990/2020)	98
Mapa 11 – Localização dos conjuntos habitacionais de interesse social em Parauapebas	102
Mapa 12 – Localização das cidades de origem dos moradores (titulares) maranhenses em Parauapebas com mais de 100 residentes, segundo os Programas Sociais	111
Mapa 13 – Estações e pontos de parada da Estrada de Ferro Carajás: Parauapebas/PA – São Luís/MA	118
Mapa 14 – Localização da Vila Sanção e da Mina Salobo	128
Mapa 15 – Deslocamento das famílias dos espaços precários para o Reassentamento Vale do Sol	161
Mapa 16 – Representação espacial do Reassentamento Vale do Sol	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população urbana e rural em Parauapebas (1991/2010)	94
Tabela 2 – Evolução da população urbana e rural – Parauapebas e Pará (2000/2010)	94
Tabela 3 – Loteamentos regularizados pelo município de Parauapebas (2007/2012)	99
Tabela 4 – Lista de Projetos Habitacionais Implantados em Parauapebas (2009/2017)	101
Tabela 5 - Quantidade de trabalhadores com carteira assinada e proporção de empregados por setor de atividade econômica	106
Tabela 6 – Naturalidade dos beneficiários por Unidade Federal de origem	153
Tabela 7 – Total de beneficiários por UF e Região do Brasil	154
Tabela 8 - Municípios de naturalidade do total de titulares maranhenses dos programas e projetos	156
Tabela 9 – Titular da família, segundo o sexo, origem e convivendo ou não com o cônjuge	184
Tabela 10 – Origem e sexo dos cônjuges dos titulares da família	185
Tabela 11- Tempo de residência em Parauapebas dos titulares e cônjuges maranhenses	187
Tabela 12 – Naturalidade dos filhos e de seus responsáveis (titular da família)	188
Tabela 13 – Origem dos pais (titulares) de filhos nascidos no Pará	190
Tabela 14 - Sexo do cônjuge do titular (pai/mãe) dos filhos nascidos no Pará	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMZA	Amazônia Mineração S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADÚNICO	Cadastro Único
CEDERE	Centro de Desenvolvimento Regional
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DAPA	Distrito Área de Preservação Ambiental
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EFC	Estrada de Ferro Carajás
GEAMAMM	Grupo de Estudos e Assessoramento sobre Meio Ambiente
GETAT	Grupo Estratégico de Terras Araguaia-Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	Organização Não Governamental
PFC	Projeto Ferro Carajás
PGC	Programa Grande Carajás
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PROSAP	Programa de Saneamento Ambiental, Macrodrenagem e Recuperação de Igarapés e Rio Parauapebas
SEPOF	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SUMIC	Superintendência das Minas de Carajás
TI	Terra Indígena
U.S.S.	United States Steel

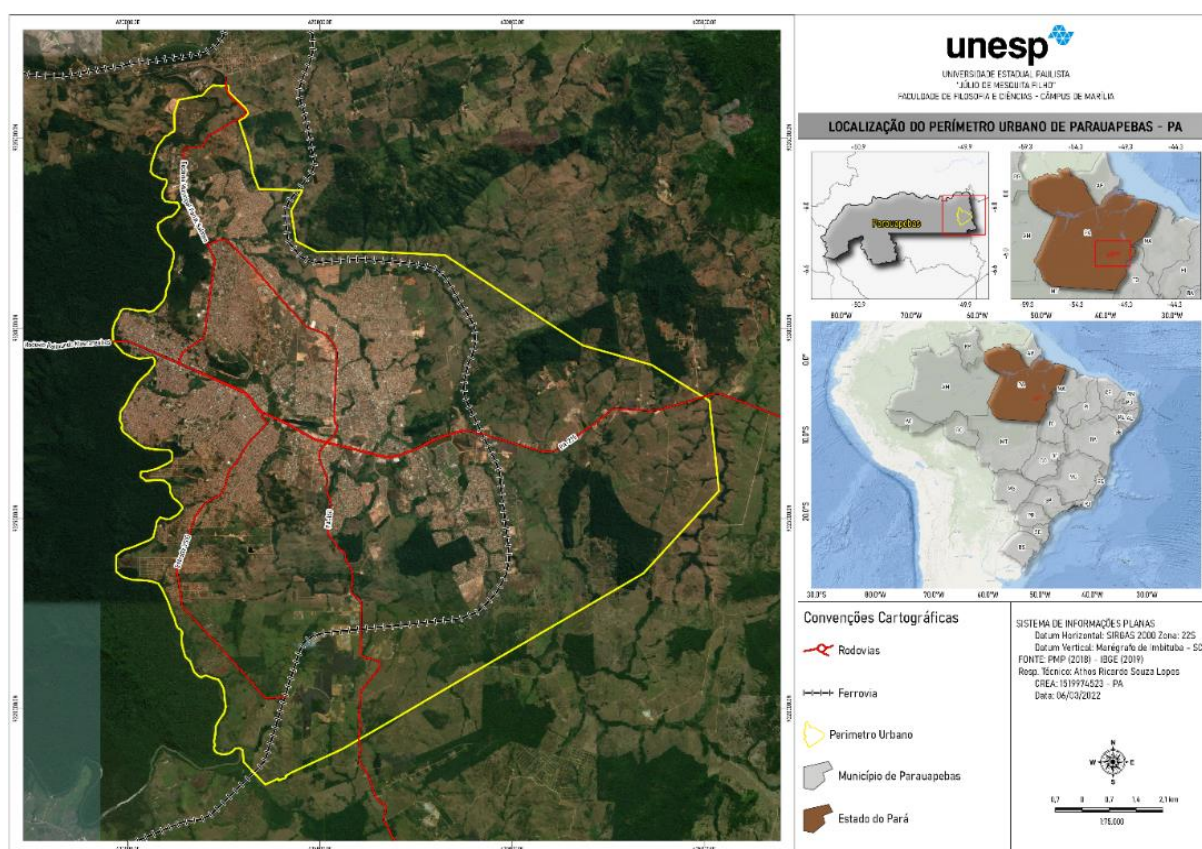
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
A TRAJETÓRIA DA TESE	22
METODOLOGIA	29
CAPÍTULO I - NASCIMENTO DE UMA CIDADE NO CONTEXTO DA MINERAÇÃO NO SUDESTE DO PARÁ	53
1.1 PARAUAPEBAS NO CONTEXTO DO PROJETO FERRO CARAJÁS	54
1.2 APONTAMENTOS SOBRE SERRA PELADA	67
1.3 OS TRÊS PRIMEIROS NÚCLEOS URBANOS	75
1.3.1 Núcleo Urbano de Carajás	76
1.3.2. Vila Parauapebas	77
1.3.3 Vila Rio Verde	81
1.4 DEPOIS DOS NÚCLEOS – UMA CIDADE	90
CAPÍTULO II - MIGRAÇÃO E TRABALHO: TRAJETÓRIAS MARANHENSES PARA PARAUAPEBAS	109
2.1 MIGRAÇÃO E TRABALHO: TRAJETÓRIAS MARANHENSES PARA PARAUAPEBAS	110
2.1.1 Contextualização histórica do Maranhão	110
2.2 O TREM DA VALE	117
2.3 MIGRAÇÃO E TRABALHO	120
2.4. “VOCÊ TEM CORAGEM DE VIR PRA CÁ?”: REDES SOCIAIS E MIGRAÇÃO ENTRE MARANHÃO E PARÁ	127
2.5. TRAJETÓRIAS MARANHENSE E SEGREGAÇÃO ESPACIAL	134
2.6. O “OUTRO” POBRE	142
2.7 MIGRAÇÃO, FAMÍLIA E MULHER	147
2.8 MIGRAÇÃO E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	151
CAPÍTULO III - “INSTALAÇÃO” DE FAMÍLIAS NOS ESPAÇOS FORMAIS: O REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO VALE DO SOL	158
3.1 “INSTALAÇÃO” DE FAMÍLIAS NOS ESPAÇOS FORMAIS: O REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO VALE DO SOL	159
3.2 CAMINHADAS PELO BAIRRO	166
3.3 INFORMAÇÕES SOBRE OS CHEFES DE FAMÍLIA	183
3.4 TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS TITULARES E CONJUGES MARANHENSES	187
3.5 UM OLHAR SOBRE OS FILHOS(AS) – A MIGRAÇÃO FAMILIAR	188
3.5.1 Filhos maranhenses como forma de identificar a migração familiar	188
3.5.2 Filhos(as) paraenses de pais maranhenses	190
3.5.3 Mães e pais solos	193
3.6 ALGUNS ASPECTOS IDENTITÁRIOS	195
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS	211

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o surgimento, as transformações e o fazer cidade de Parauapebas (Mapa 1, a seguir), no sudeste do Pará, Amazônia Oriental¹, a partir dos fluxos migratórios atraídos pela instalação do Programa Grande Carajás, na década de 1980. Os fluxos migratórios foram originários do Nordeste, sobretudo do estado do Maranhão.

Mapa 1 – Localização do Município de Parauapebas (PA)



Fonte: Elaborado pelo autor.

O fio condutor da tese tomou como ponto de partida os deslocamentos de maranhenses para o município, atraídos pelas possibilidades de conseguir emprego e ascensão social que a implantação da Mina de Ferro Carajás poderia lhes oferecer. Dessa forma, argumento que os maranhenses foram os principais agentes no processo de ocupação e expansão da cidade. Contudo, ainda são vistos como um problema social, uma vez que são estatisticamente a maioria

¹ Estados que compõem a Amazônia Oriental: Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

na cidade e os principais demandadores de políticas públicas, quando analisadas as origens dos beneficiários dos programas sociais. Os migrantes maranhenses, a partir da ocupação contínua de espaços precários – espaços sem saneamento básico, sem energia elétrica oficial, com casas construídas de madeira em área consideradas de risco, como às margens de igarapés e rio, sofrendo periodicamente com alagamentos e vivendo, geralmente, em áreas consideradas ocupações irregulares onde a autoconstrução é predominante – desde o primeiro povoado, até a atualidade, reivindicam cotidianamente o seu direito à cidade enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana e de não serem tratados como um problema social.

Os deslocamentos de maranhenses e a gênese de Parauapebas estão inseridos no contexto da expansão capitalista para a Amazônia por meio da exploração de recursos naturais, através de grandes projetos econômicos e pela política de integração da Amazônia às outras regiões do Brasil. De acordo com Rogério Almeida (2006), os processos de integração nacional começaram a se materializar a partir da construção da Rodovia Belém-Brasília e dos programas de incentivo à pecuária, atraindo posseiros, colonos e sitiantes. Com a ascensão da Ditadura Militar, na década de 1970, teve início a expansão demográfica, com a finalidade de povoar o que se convencionou chamar de “vazios demográficos”, áreas aparentemente despovoadas e que representavam uma ameaça à soberania nacional. Amplamente divulgado nos meios de comunicação da época, o *slogan* “terras sem homens para homens sem-terra” procurava atrair para a região colonos que ocupassem as terras, transformando-as em novas frentes produtivas, ao mesmo tempo em que garantiam a posse em nome do Governo. Com a chegada dos grandes projetos à região, nos anos de 1980, como a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e a implantação da mina de ferro, outra onda de migrantes chega à região, dividida desta vez entre os que aportam como contratados pelas empresas e os que fazem o caminho em busca de oportunidades de trabalho na região de instalação da mina de ferro, o futuro município de Parauapebas. Nesta mesma década, Serra Pelada se transformava no maior garimpo de ouro a céu aberto do mundo, atraindo milhares de homens dos quais, com a decadência do ouro, uma parte se deslocou para as proximidades das obras da mina de ferro, contribuindo também para a ocupação do município.

A instalação da Mina de Ferro Carajás e o Garimpo de Serra Pelada tornaram o que era uma ocupação espontânea de pessoas em busca de emprego em uma das cidades mais importantes do Pará e do Brasil no que diz respeito à exportação de *commodities*². Parauapebas

² *Commodities* são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria.

logo se tornou um jovem município desligado oficialmente de Marabá, em 10 de maio de 1988. Nos anos que se seguiram, Parauapebas não parou de crescer e de receber migrantes, o que influenciou profundamente a realidade e o cotidiano da região, resultado de uma série de eventos políticos, econômicos e sociais, que atuaram ao longo da construção da história do lugar e transformaram a cidade num imenso palco de lutas travadas diariamente por grupos e indivíduos em busca de representatividade, trabalho e melhores condições de vida. Um grande caldeirão em que fervilham múltiplos interesses, alimentados pela ocupação desordenada e pelo grande motor que é a atividade mineradora na região.

O intenso crescimento demográfico que acompanhou o desenvolvimento econômico da região consolidou o município de Parauapebas como um polo atrativo de imigração que permanece ativo até os dias atuais. Parafraseando Sayad (1998), a mineração tornou-se uma grande consumidora de imigração. Em uma área total de 6.886.208 Km² habitava, no ano de 2010, uma população de 153.908 pessoas, constituída por 52,6% de mulheres e 47,4% de homens. Entre os anos de 2000 e 2010, o município de Parauapebas observou uma taxa de crescimento populacional de aproximadamente 8% ao ano. A população imigrante apresenta grande diversidade, advinda dos mais diversos estados brasileiros, com destaque para a população do nordeste, que era de 44,12%, da qual 35,32% (54.359 pessoas) era somente de maranhenses. Estes números e a minha experiência de mais de uma década na região me chamaram atenção para uma leitura da cidade a partir dos deslocamentos de maranhenses para Parauapebas, tomando como referência a atração exercida pela atividade mineradora e a influência que estes atores exerceram sobre a ocupação e expansão da cidade ao longo destes 34 anos de emancipação política, embora sua história comece 21 anos antes desta data com a descoberta de minério de ferro em Carajás, no ano de 1967.

Durante os 21 anos que antecederam o surgimento deste novo município, formaram-se três núcleos urbanos: Núcleo Urbano de Carajás, uma *company town* criada no seio da floresta, no cume da serra de Carajás, para receber os trabalhadores da então Companhia Vale do Rio Doce e suas terceirizadas³. *Company town* é definida por Pereira, Silva e Ferreira como uma

[...] realidade de um mundo intencionalmente produzido, racionalmente organizado. No traçado das ruas, na arquitetura dos edifícios, na disposição dos objetos, está escrita a história de um espaço pensado para funcionar segundo uma lógica bem definida. Desde a escolha do terreno, de sua localização, aos materiais usados, tudo foi feito em consonância com um objetivo específico e de acordo com os critérios condizentes com as necessidades da empresa e da mão-de-obra a ser abrigada. (PEREIRA; SILVA; FERREIRA, 2002, p. 60).

³ Empresa terceirizada é aquela que é contratada por uma outra empresa para a realização de serviços específicos dentro do processo produtivo da contratante.

Devido às suas características como infraestrutura urbana e à forma de administração autônoma em relação à administração municipal local, a *Company Town* é vista como um enclave no meio da floresta amazônica, localizada em pontos estratégicos, próxima aos recursos naturais, facilitando a obtenção e condições de permanência de mão de obra, implicando, assim, numa racionalização da dinâmica urbana (PEREIRA, 2012), onde se *vive para a Vale*.

A Vila de Parauapebas (ou núcleo de Parauapebas, assim chamada por alguns de meus interlocutores) também fundada pela mineradora a 25 km do Núcleo Urbano de Carajás foi pensada como um escudo de proteção para evitar possíveis ocupações na área da mina. A Vila localizava-se no sopé da serra, onde uma portaria nitidamente simbolizava, e simboliza ainda hoje, a separação entre os dois núcleos (AB’SABER, 2004; PIQUET, 1988). A vila foi fundada com o objetivo de ter uma ocupação ordenada através da venda de lotes para aqueles que tivessem condições de instalar serviços e comércios; e, por fim, a Vila Rio Verde, um povoado que surgiu espontaneamente às margens da rodovia PA 275, principal via de acesso, por terra, ao empreendimento, ocupado por levas de homens e mulheres que aí se ancoraram em busca de emprego na Mina de Carajás ou que foram atraídos pelos Garimpo de Serra Pelada, fazendo desta vila o maior povoado dos três núcleos urbanos, tendo como principal contingente demográfico pessoas oriundas do estado do Maranhão.

Neste sentido, argumento que o surgimento de Parauapebas enquanto cidade está vinculado aos espaços precários, formados sobretudo por migrantes maranhenses que se instalaram em Rio Verde, em busca de trabalho, terra e ouro na região da Mina de Ferro de Carajás, e que têm sido agentes no processo de expansão urbana da cidade no movimento do “fazer cidade”. Considero o “fazer cidade” a partir das “margens urbanas”, ou seja, dos “espaços precários”, que, para Agier (2015), são os bairros populares, invasões e estabelecimentos provisórios de migrantes, no caso desta tese, a vila Rio Verde. A vila foi ocupada principalmente por maranhenses que, neste movimento, através de novas ocupações, alargaram o tecido urbano da cidade e junto a este alargamento pressionaram o município, e ainda o fazem, por implantação de políticas públicas, principalmente por moradia. No tópico Trajetória da tese, apresento elementos objetivos e subjetivos que subsidiaram a minha escolha pelos maranhenses como principais atores da pesquisa.

Para dar conta deste movimento do fazer cidade, esta tese está estruturada nesta Introdução, em que apresento a sua trajetória, a metodologia da pesquisa e os principais autores que subsidiaram o processo de escrita, além do campo estudado. No Capítulo I, apresento a origem da ocupação de Parauapebas a partir da descoberta do minério de ferro e da corrida do

ouro para Serra Pelada, vetores de atração para homens e mulheres de diferentes estados e regiões, sobretudo do estado do Maranhão, como apontam os dados estatísticos e a minha experiência no território. O incremento demográfico gerado por estes fatores tem origem na busca de novas oportunidades por meio da geração de postos de trabalho no Projeto Ferro Carajás (PFC), do ouro em Serra Pelada e de terras doadas pelo governo federal com o objetivo de produzir produtos agrícolas para consumo da demanda gerada pelo Projeto. Como resultado deste incremento demográfico, três núcleos urbanos configuraram a origem de Parauapebas, como mencionado, o Núcleo Urbano de Carajás, a Vila Parauapebas e Vila Rio Verde. E, por fim, contextualizo a atual dinâmica socioeconômica da cidade a partir de estatísticas de órgãos oficiais e estudos locais.

No capítulo II, trato das trajetórias dos maranhenses, contextualizando o seu lugar de origem, o seu itinerário e a sua ancoragem no território. Ao tratar da ancoragem destes atores, além das entrevistas e a minha vivência e relações sociais na cidade, dados de políticas governamentais sobre a origem de seus beneficiários foram substanciais para elaborar a resposta à hipótese da pesquisa. Ainda neste capítulo, comparo, por um lado, a trajetória daqueles que depositaram no ato de se deslocar a possibilidade da mobilidade e ascensão social, mesmo que incerta e, por outro, daqueles que se deslocaram com emprego garantido, por meio do recrutamento da empresa em sua origem ou de uma transferência interna, neste caso, com a certeza de terem toda a infraestrutura necessária para o seu bem-estar. Identifiquei os *aventureiros*, termo que frequentemente apareceu nas narrativas dos entrevistados, e representa aquele migrante que sem nenhum conhecimento prévio ou contatos no lugar de destino, decidiu deslocar-se; por outro lado, identifiquei também aqueles que através de suas redes de contatos, parentes e amigos, foram influenciados a migrar.

Neste capítulo, a pesquisa abarca, também, maranhenses de Vila Sanção, um núcleo urbano localizado na área rural do município, vizinha à Mina de Cobre Salobo que, desde 2007, tem tido sua dinâmica local transformada em decorrência da instalação deste empreendimento. Igualmente, trato dos trabalhadores da mineradora que residem no núcleo Urbano de Carajás (*Company town*). Para estes moradores, uso categoria “trabalhador-morador-provisório”, pois antes de serem moradores, só residem em Carajás por serem empregados da mineradora. Quando perdem o vínculo empregatício, deixam também de ser moradores, daí o fato de serem provisórios em Carajás, acarretando em sua mudança para Parauapebas, onde alguns fizeram investimentos em imóveis ou retornam para o seu lugar de origem. O termo *descer para Parauapebas* é usual entre estes que vivem este movimento e também é usado quando vêm à sede urbana para algum serviço não ofertado *lá em cima*. *Subir e descer, lá em cima e aqui em*

baixo expressam os deslocamentos dos indivíduos e o espaço geográfico de onde se fala, respectivamente, pois o Núcleo Urbano de Carajás e a Mina de Ferro estão situados no topo da Serra de Carajás, enquanto a sede urbana do município está no sopé. Para a população não residente no núcleo, trabalhadores ou não da mineração ou simplesmente moradores da cidade, utilizei a categoria simplificada de “morador”, podendo ele ser permanente ou temporário, o que depende de “[...] suas intenções, propósitos e desejos formulados em termos de ‘projetos’ culturalmente estabelecidos.” (ORTNER, 2007, p. 65). O permanecer ou continuar o movimento de deslocamento estão condicionados às suas formas de ancoragem no território, que “[...] envolvem intenso jogo que multiplica sujeitos posicionados que perseguem metas culturais dentro de uma matriz de desigualdades locais e diferenciais de poder.” (ORTNER, 2007, p. 65). O trabalhador-morador-provisório de Carajás e o morador de Parauapebas têm processos distintos de ocupação, embora tenham muito em comum a mineração como vetor de atração. Estas formas de deslocamento estabeleceram diferentes conexões com a cidade. Enquanto um grupo se integra, outro mantém o distanciamento.

No capítulo III, a pesquisa se desloca e se ancora em um bairro chamado Vale do Sol, originário de um reassentamento involuntário ocorrido em 2020, onde as trajetórias e ancoragem dos atores levam à hipótese da tese a seu último ponto, pois trata-se de um grupo de famílias que viviam em locais precários às margens de igarapés, que através do reassentamento, passaram a habitar em um bairro com infraestrutura e serviços urbanos básicos. São famílias que deram continuidade às ocupações de espaços precários e que pressionaram cotidianamente o seu direito à cidade enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana e de não serem tratados como um problema social. Os espaços precários de origem destes moradores localizam-se em áreas de intervenção de um Projeto de Saneamento Ambiental implantado pelo município, daí a necessidade de reassentar as famílias.

Tendo em vista este desenho da pesquisa e da tese, um esclarecimento se faz necessário. Devido ao recorte metodológico e ao campo de interesse da pesquisa, não tratarei da etno-história indígena presente no município de Parauapebas, uma vez que à época das pesquisas minerárias, mais precisamente em 1967, houve o primeiro contato entre os Xikrin e a empresa responsável pela prospecção mineral. O território dos indígenas Xikrin abarcava também a região do Rio Parauapebas e da Mina de Ferro e, com o Programa Grande Carajás, criado na década de 1980 e financiado pelo Banco Mundial, o governo brasileiro em contrapartida deveria dar apoio financeiro aos indígenas através da então Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale, depois da privatização. Uma das principais medidas foi a criação da Terra Indígena (TI) Xikrin do Cateté, localizada nos limites do município de Parauapebas e Água Azul do Norte. Os Xikrin

da Terra Indígena Cateté pertencem ao grupo Kayapó ou Mebengokré, ou seja, “gente do buraco d’água” ou “gente da água grande”, referindo-se aos rios Tocantins e Araguaia, cuja travessia foi supostamente a separação do grupo ancestral. Falam a língua da família Jê. Muitos homens se comunicam com os não indígenas em português, enquanto as mulheres, mesmo quando saem da TI, falam a língua nativa. De toda forma, compreendo que este povo indígena é uns dos atores que também fazem a cidade.

Outro esclarecimento importante diz respeito às convenções textuais empregadas neste trabalho, que foram as seguintes: a) utilizo itálico para os termos dos meus interlocutores, como já apareceu nesta introdução, atribuindo significado ao contexto empregado e a sua recorrência nos diálogos; b) aspas duplas para as falas dos interlocutores e citações bibliográficas; c) todos os nomes de pessoas apresentados aqui são fictícios – com a exceção das figuras públicas e daqueles que se fazem presentes em textos escritos (e públicos); d) As fotografias foram cedidas pelo Museu Municipal de Parauapebas, Hilmar Harry Kluck e Anderson Souza (*in memoriam*), fotógrafo profissional que viveu para fotografar a cidade. As de minha autoria estão identificadas como do autor; e) ademais seguem-se às normas bibliográficas.

A trajetória da tese

O interesse em estudar a migração maranhense para a região sudeste do Pará remonta à minha experiência de 16 anos na região, quando iniciei minha vida profissional como Cientista Social, em Canaã dos Carajás, município distante 70 km do campo de estudo desta pesquisa. Este município tem características de ocupação e povoamento similares ao meu campo de estudo, também uma cidade mineradora, onde se explora minério de cobre, desde 2004, e mais recentemente, em 2016, começou a operação de um importante mina de ferro, chamada S11D, na parte Sul de Serra dos Carajás, dobrando a produção do minério no Pará.

A vinda para o Pará, terminando o mestrado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, em 2006, significou um certo retorno para casa, no sentido de lar, uma vez que meus pais já moravam na cidade, além do que eu buscava também atender as minhas expectativas profissionais, já que minha família me falava das oportunidades geradas com a instalação da mina de cobre e que eu poderia conseguir emprego por eu ser *formado*. Eles chegaram ao Pará em 1992, mineiros em busca de terras cujas condições financeiras lhes proporcionariam um *pedaço de chão*. O irmão de meu pai morava na região e convenceu meu pai a vender os poucos bens materiais em Minas Gerais e comprar um *pedaço de terra* no Pará, assim se sucedeu o meu primeiro contato com o estado, onde fiquei dos 12 aos 15 anos de idade.

Depois, fui para o interior de São Paulo, Sertãozinho, cidade da cana-de-açúcar. Lá, morei com minha irmã e cursei meu ensino médio. Sertãozinho, ao menos à época, recebia muitos migrantes mineiros para trabalhar na safra, período de cortar a cana-de-açúcar. Hoje, entendo que se tratava de uma migração sazonal de mineiros para o interior de São Paulo. Alguns parentes, inclusive meu cunhado, marido desta irmã com quem morei, e um irmão foram para Sertãozinho enquanto cortadores de cana e por lá ficaram e constituíram família. Ainda hoje, durante os meses de julho e final de ano, há empresa de ônibus que faz linha diretamente para a região leste de Minas Gerais, assim há possibilidade de trocas de presentes, encomendas e encontros entre aqueles que um dia saíram de Minas e se fixaram em Sertãozinho e os que ficaram ou retornaram para Minas, depois de um período experienciando o ir e vir entre os dois estados. Esta prática de meus familiares me lembra o texto de Braga (2012), “O Que Se Leva, O Que Se Traz: Fluxos migratórios e fluxos de mercadorias entre o interior do Piauí e a cidade de São Paulo”, que tem como campo de pesquisa uma agência familiar, Elias Turismo e Transporte LTDA, que transporta passageiros e mercadorias entre São Raimundo Nonato – PI e o bairro de São Miguel Paulista, São Paulo, sendo o principal meio por meio do qual se mantém os laços através do fluxo e contra fluxo de pessoas, coisas e mercadorias, construindo e operando as suas redes de relações sociais.

Depois destes parênteses sobre Minas, volto à minha trajetória para o Pará. Em 2006, já bacharel e licenciado em Ciências Sociais, fui trabalhar como sociólogo em uma empresa de consultoria social que prestava serviço para a elaboração do Plano Diretor Participativo da cidade de Canaã dos Carajás. Neste trabalho, tive a oportunidade de dialogar com diferentes grupos sociais da cidade sobre suas expectativas para o planejamento urbano da cidade. Ao estar em diferentes espaços e dialogando com diferentes grupos, comecei a perceber algumas referências ao maranhense em tom de piada e expressões pejorativas. Aos poucos, algumas pistas baseadas nas minhas interpretações dos discursos dos moradores e em dados oficiais, bem como na minha curiosidade, pois, sempre que podia, perguntava de onde o morador era, pude perceber que a população maranhense era o principal grupo demográfico da cidade. Mas, até aí, qual a relação entre os números demográficos expressivos e as piadas sobre os maranhenses? Algumas questões foram sendo levantadas como o porquê de a população maranhense ser maioria na cidade, o porquê das piadas?

O reflexo das piadas no comportamento dos naturais do Maranhão percebi quando me ingressei como professor de Sociologia no Ensino Médio da rede de ensino estadual, ainda em Canaã dos Carajás. Por se tratar de uma cidade nova – à época fazia 15 anos de emancipação do município de Parauapebas – era comum as pessoas terem curiosidade de saber de onde você

era. Portanto, na rotina pedagógica do professor, principalmente nos primeiros dias de aula, é comum uma apresentação da turma, porém não bastava somente dizer o nome, mas também a sua origem. Nestas rodadas de apresentação, sempre tinha algum aluno que dizia: “deve ser do Maranhão!”; “Quer ver que é do maraca!”; “Ah, é do M.A.!”; “Deve ser *do Codó*!”. Estas falas vinham seguidas de risadas. Passei a notar que havia desconforto nos estudantes maranhenses em dizer de onde eram e qual a sua cidade. Percebi a criação de um estigma sobre o maranhense e que, de alguma forma, estava afetando o seu comportamento, pois não gostavam de falar de onde eram ou mesmo riam ao responder que eram do Maranhão. Sobre as expressões dos meus estudantes, ainda não conseguia interpretar o que significava ser *do Codó*! O que também exigiu de mim uma certa curiosidade para entender o que ela representava.

Depois de algum tempo, andando e escutando pela cidade e pesquisando, descobri que Codó é um município do Maranhão, distante 240 km da capital. Sua história é marcada pela presença de escravos africanos desde o século XVIII, que trabalhavam em terras de portugueses e aristocratas maranhenses, na produção de algodão. O que eu escutava sobre Codó era sobre uma *terra de macumba* e de *feiticeiros*, onde as pessoas iam para *fazer trabalho*. Alguns de meus interlocutores maranhenses me disseram que a cidade de Codó concentra o maior número de terreiros de Umbanda do Estado. Logo, entendi porque meus alunos diziam em tom de preconceito que os colegas deviam ser *do Codó*. Em uma busca pelo *Google*, digitando o nome da cidade, logo encontro referência à “terra da macumba”, “terra do maior líder umbandista conhecido como Bita do Barão”, “terra dos pais de santos”, enfim, *ser do Codó* era algo depreciativo relacionado à *macumba*, o que expressa o preconceito e discriminação racial e religiosa em relação às nossas origens africanas. Se ser do Maranhão era considerado algo negativo, ser *do Codó*, então, nem se fala.

Alguns episódios curiosos aconteceram nesta minha trajetória em Parauapebas, como por exemplo, presenciei pessoas duvidarem da origem maranhense de outras pessoas, somente pelas suas características físicas e qualificação profissional. Não foram uma ou duas vezes, acontecia frequentemente, quando o personagem central era um colega de trabalho, maranhense de São Luís, branco, olhos claros, 1,90m de altura, arquiteto. Presenciei a surpresa de algumas pessoas em saber que ele era maranhense, pois as suas características físicas não batiam com as de outros maranhenses na cidade, que em seu perfil criado em uma espécie de consciência coletiva era o de estatura baixa, pardo e geralmente ocupando funções de baixa qualificação e sem escolaridade. Em conversa com este colega, ele me explicou que a maioria dos maranhenses na cidade tinha aquelas características físicas e sociais, por isto o espanto de alguns sobre ele. Ou seja, já havia um perfil definido na consciência coletiva local de quem era

o maranhense, daí a surpresa com quem estava fora dele. Houve outras situações em que ouvia que tal pessoa não parecia ser do Maranhão, “ó ele é do Maranhão, nem parece!”.

À medida que eu andava, via e escutava a cidade, o maranhense se tornou ainda mais presente em minhas experiências. Em 2010, por motivo de trabalho, eu me mudei para Parauapebas, cidade objeto desta tese. Neste meu novo trabalho, realizei diagnósticos socioeconômicos em comunidades e estabeleci intenso diálogo com os atores da cidade. Os diagnósticos refletiam o que eu vivenciava no meu cotidiano, a forte presença maranhense na cidade, sempre maioria demográfica nas comunidades pesquisadas. Aos poucos, os números foram ganhando “carne e osso” na minha experiência vivida, como uma ida ao supermercado, uma conversa informal com vendedores de loja, com vendedores ambulantes, feirantes, com colegas de trabalho, com prestadores de serviços particulares e ainda com meus alunos, pois continuei na sala de aula. O maranhense passou a ser uma questão para mim e, pelas minhas observações e interações sociais, também era uma questão para a cidade, visto como um problema social, pois lhes eram direcionados discursos sobre trazerem a pobreza para a cidade, ocasionarem ocupações irregulares e dificultarem o planejamento urbano, pois os fluxos eram contínuos e demandavam uma reorganização da cidade para atender aos migrantes no que diz respeito ao “direito à cidade”.

Assim, compreendi que o maranhense é um ator presente nas práticas cotidianas da cidade e eu passei a tratar esta realidade concreta como uma questão maranhense: De que parte do Maranhão as pessoas vinham para Parauapebas? Por que vieram para Parauapebas? Gostavam da cidade? Pretendiam retornar para o Maranhão? Em que parte da cidade moravam? A questão maranhense passou a ser algo que eu percebia, seja na minha experiência vivida, seja nos estudos socioeconômicos de que participei, e, ao encará-la como uma questão a ser estudada pelo viés acadêmico, me ingressei no doutorado em Ciências Sociais, pois, por ser um estudante de formação acadêmica e natural do Sudeste do Brasil, as leituras e informações sobre fluxo migratórios que eu tinha eram sobre a saída de nordestinos para metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro ou, em determinados momentos da história do Brasil, para a Amazônia, no período da chamada Marcha para o Oeste ou da Corrida da borracha, ou ainda sobre o período da ditadura militar, com o *slogan* “Terras sem homens para homens sem-terra”, com a abertura de rodovias como Belém-Brasília e Transamazônica.

Ao me deslocar para a região sudeste do Pará, com uma curta passagem por Canaã dos Carajás, e depois ter me ancorado em Parauapebas, passei a vivenciar os impactos da moderna mineração na região amazônica e como, a partir dela, migrantes criam e transformam cidades. Vi aí um *locus* de fluxo migratório interestadual entre Maranhão e Pará, mais especificamente

de maranhenses para a cidade de Parauapebas, considerada a capital do minério. Parauapebas foi criada oficialmente como município em 1988, quando se emancipou, através de plebiscito, de Marabá. Ao longo de um pouco mais de três décadas, passou por um processo contínuo de transformações e mudanças sociais e urbanas condicionadas pela moderna mineração e pelos fluxos migratórios em busca de oportunidades, ascensão e mobilidade social. É neste criar e transformar a cidade que considero o migrante maranhense o principal ator social nesta tese, uma vez que foi e continua sendo agente de ocupação e povoamento de Parauapebas, porém a partir das margens. Passei a perceber que o maranhense além de ser alvo de piadas, também era estatística nos programas sociais, nas ocupações irregulares, nos projetos habitacionais, ocupavam funções de baixa remuneração e de baixa qualificação; o maranhense era “o outro” pobre, que vivia perambulando, “sem eira nem beira”. Alguns de meus interlocutores trouxeram à tona em nossas conversas que o preconceito estava relacionado à classe. Ser maranhense e ser pobre eram sinônimos. Claro que encontrei maranhenses que fogem a este perfil, ocupando melhores cargos e recebendo melhores salários, como funcionários públicos, empresários, produtores rurais, porém me concentrei naqueles.

À medida que eu vivia a cidade, seja no ambiente de trabalho, em momentos de lazer e atividades rotineiras, fui acompanhando o processo de expansão urbana de Parauapebas e me espantava como a cidade crescia dia após dia, como as ocupações irregulares em área de risco surgiam rapidamente, como o trem de passageiros entre Parauapebas/PA e São Luís/MA estava sempre lotado nos três dias em que parte do Pará ao Maranhão e vice-versa. Como chegava gente na cidade! Foi aí que percebi que Parauapebas é uma cidade de trânsito. Alguns que vêm e vão num ritmo de circularidade, alguns são prestadores de serviço à mineração que ficam dias, uma semana, meses, mas sempre retornam para sua cidade de origem, repetindo o mesmo itinerário em certos períodos. Isto é perceptível no aumento de hotéis na cidade na última década e de alojamentos provisórios. Muitos maranhenses seguem este ritmo, principalmente usando o trem como principal meio de transporte. Ao contrário daqueles, pude observar que muitos vêm porque estão inseridos em uma rede de relações pessoais e, convencidos pelos argumentos de sua rede sobre as melhores oportunidades e possibilidade de ascensão social, partem para Parauapebas. Outros simplesmente vêm, sem parente ou amigo. Para estes casos, o que melhor os traduz é o termo *aventura*. Os *aventureiros* marcam o início da ocupação de Parauapebas e, ao longo do tempo, foram acionando a sua rede e os trazendo aos poucos. Nos últimos anos, pela incerteza de conseguir trabalho, percebo que os maranhenses acionam sua rede social antes de decidirem partir, não mais se aventurando. Ter um conhecido ou um parente, facilita a ancoragem. Neste processo de trânsito, seja entre trabalhadores especializados ou não da

mineração ou aqueles que vêm *tentar a sorte*, comecei a perguntar quem se fixa? Quem participa da cidade como espaço vivido? Onde e como se fixa? Como uma cidade tão recente tem todo este dinamismo urbano e social?

Portanto, a hipótese que guia esta tese é de que Parauapebas surgiu das margens urbanas ocupadas pelo migrante maranhense, mão de obra que não se fez provisória, mas permanente, que em um processo de povoamento, passou a reivindicar o seu lugar, contribuindo assim para a criação de um novo município no sudeste do Pará, em um movimento contínuo do direito à cidade enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana. Não se trata de anular os demais atores sociais de outros estados e regiões e a forma como se envolvem com o espaço de Parauapebas. Claramente, a cidade é o resultado deste conjunto de interações, porém o maranhense tornou-se pra mim o nativo, é sobre ele, suas trajetórias sociais e ancoragem em Parauapebas de que trata esta tese. Desta forma, o caminho percorrido – recorrendo a bibliografias, história oficial, às trajetórias e itinerários de maranhenses, dados estatísticos de órgãos oficiais e estudos locais, e a minha experiência vivida – analisei a gênese de Parauapebas por meio da interseção entre os efeitos de um grande projeto econômico e o fluxo migratório de maranhenses, assim como busquei compreender como os maranhenses têm se ancorado em Parauapebas no processo de fazer-cidade, não deixando de mostrar os movimentos, fluxos e expansão da cidade no contexto da moderna mineração.

Buscando algumas respostas, conduzi a pesquisa considerando três dimensões que não se excluem, elas são complementares, se cruzam, se completam e se fundem: Trabalho, Migração e Cidade. Essas dimensões podem ser assim delimitadas:

Trabalho: A implantação do Projeto Ferro Carajás, na década de 1980 – um empreendimento, inicialmente estatal, que em 1997 teve a empresa responsável pela exploração de minério, a Companhia Vale do Rio Doce, privatizada - em uma região de floresta que, não sendo povoada, precisava de mão de obra para a construção do empreendimento e de prestadores de serviços dos mais diversos, assim como produtores rurais para produzirem alimentos para os trabalhadores do Projeto. O Núcleo urbano mais próximo, Marabá, ficava a mais de 200km.

Migração: A construção de rodovias como a Belém-Brasília e Transamazônica e a Hidrelétrica de Tucuruí, nas décadas de 1960 e 1970, já tinham atraído mão de obra migrante, principalmente do Nordeste, com destaque para o Maranhão, estado em que o processo de concentração fundiária estava em ritmo acelerado, principalmente de fazendeiros do sul e sudeste do Brasil, assim como Baianos, tal qual nos relata Otávio Guilherme Velho. Este processo foi impulsionado pelos incentivos fiscais a estes fazendeiros, provocando expulsão de

pequenos produtores e trabalhadores rurais, que viram no Projeto Ferro Carajás oportunidades de trabalho. Esta situação favoreceu o PFC fornecendo mão-de-obra local, comerciantes e produtores rurais para o empreendimento. Expulsão do campo, situação de pobreza e proximidade entre Maranhão e Pará e necessidade de mão de obra para o PFC contribuíram para o processo de emigração em massa de maranhenses para o Pará, onde se instalaram nas proximidades do Projeto. Coube aqui, também, mencionar que nos anos 1980 foi aberto o maior garimpo de ouro em Serra Pelada, para onde milhares de homens seguiram com a expectativas de “*bamburrar*”, expressão garimpeira que significa encontrar ouro e se deleitar com a sua venda. Serra Pelada localizava-se a uns 50 km da vila Rio Verde, povoado onde se concentrou os migrantes em busca de emprego em Carajás.

Cidade: A população que chegou em busca de trabalho e oportunidades ocasionadas pelo Projeto Ferro Carajás ocupou lotes de terras vizinhos (aproximadamente 30km) da área do empreendimento, *abrindo* o mato e construindo *barracos* de madeira. Não havia nenhum vestígio de vida urbana, era região de *mato*. Esta população, de acordo meus interlocutores e dados estatísticos da época, era em sua maioria de originários do estado do Maranhão. Considero que foram eles que iniciaram o povoamento do espaço, fazendo dele o seu lugar, o espaço vivido. Trata-se do primeiro núcleo urbano, chamado de Vila Rio Verde, surgido espontaneamente, formado pelos migrantes, no início da década de 1980. Este núcleo urbano contrasta com outros dois núcleos urbanos criados à época: Núcleo Urbano de Carajás e Vila Parauapebas, ambos construídos pela mineradora.

O processo de ocupação e formação de uma cidade no interior da Amazônia, no contexto da implantação de projetos econômicos, mudou a paisagem de onde foram instalados, devido à forte atração de migrantes para a região, que acabaram se ancorando em lugares precários, que mais tarde dariam forma à cidade e ao seu movimento.

Realizar esta pesquisa me trouxe alguns questionamentos ao fazer antropologia na cidade, pois a minha experiência no campo da pesquisa acadêmica foi com etnologia indígena, na graduação e no mestrado em Ciências Sociais, no estilo clássico em estudar o “outro” que não o seu grupo, a sua cidade ou os seus “vizinhos”. A minha experiência anterior me exigia a saída do meu espaço, viagens e períodos fora de casa para “estar na aldeia”. Com o retorno à academia como pesquisador de um tema urbano, no campo da Antropologia, tive que fazer leituras não habituais e até mesmo me questionar se seria possível fazer antropologia na cidade, já que eu me encontrava tão “perto” e “dentro” dela.

Foi então que me encontrei, dentre outros, mas principalmente, com Michel Agier e Gilberto Velho. Para Agier (2011, p. 35), “[...] o Antropólogo encontra na investigação urbana uma fonte inesgotável de problemáticas híbridas e complexas.”. E, ao pensar a cidade, o antropólogo deveria estar livre de qualquer “[...] definição normativa, procurando-a em toda parte, principalmente pelos “ombros” dos cidadãos a partir de suas experiências. Gilberto Velho (1980, p. 18) enfatiza que qualquer que seja a distância, o “[...] antropólogo lida e tem como objetivo de reflexão a maneira como as culturas, sociedades e grupos sociais representam, organizam e classificam suas experiências.” O momento mais dramático para o pesquisador, na perspectiva do “estranhamento”, algo caro à experiência antropológica, seria quando ele estuda o seu próprio cotidiano, mas o “indivíduo destacado das instituições que o englobavam, representado como sujeito, ganha as condições para o estranhamento”, onde a subjetividade individual ganha significado e importância, logo,

A antropologia tem a grande vantagem de ter uma saudável tradição de ceticismo e crítica que pode nos ajudar a ver e superar as ideias velhas e preconceituosas. Não creio que o estudo da própria sociedade seja uma heresia dentro da trajetória de reflexão antropológica, mas significa sem dúvida, uma ampliação e complexificação de nosso campo de estudo. Logo é uma tarefa a ser assumida com todos os riscos e desgaste que envolve. (VELHO, 1980, p. 20).

Assumo, a partir daqui, os “riscos” de fazer uma leitura da cidade a partir de seus cidadãos maranhenses, que para fins de esclarecimento utilizei a sua naturalidade como recorte para delimitar os indivíduos e famílias com quem dialoguei. E, como cidadão-pesquisador, usei do “estranhamento” nas minhas práticas cotidianas na cidade e no meu campo de trabalho enquanto cientista social em diferentes espaços laborais em que atuei e continuo atuando, fazendo uso do meu olhar profissional e de pesquisador sem perder de vista o distanciamento que a pesquisa acadêmica exige.

Metodologia

Cidade, fluxos e redes sociais

Pensar o município de Parauapebas pela perspectiva da migração e ocupação dos espaços precários por migrantes maranhenses em busca de oportunidades geradas pelo Projeto Ferro Carajás, a partir de suas histórias de vida e narrativas, nos levou a refletir sobre a sua agência na formação da cidade, em um processo de “fazer-cidade” contínuo, fazendo dela o

espaço vivido, espaço praticado (CERTEAU, 1998; LEFEBVRE, 2001, 2008), em contraponto à cidade racionalizada e planejada no contexto da moderna mineração. Portanto, as relações com a cidade estão inseridas em contexto social e espacial continuamente em movimento (AGIER, 2015). A cidade em movimento, dos fluxos, só pode ser apreendida no processo de escuta de seus atores sociais, partindo do seu ponto de vista e de suas práticas, buscando assim desenhar o seu “fazer-cidade”.

O fazer-cidade deve ser entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade. Ele faz sentido no contexto de uma expansão contínua dos universos sociais e urbanos. Eis por que parece possível elaborar a hipótese teórica (e a aposta política) segundo a qual o fazer-cidade é uma declinação pragmática, aqui e agora, do “direito à cidade”, sua instauração. O movimento é essencial nesta concepção da cidade como construção permanente. (AGIER, 2015, p. 491).

Nesta mesma linha, Magnani (2002) observa que são as práticas dos diferentes atores sociais que dão vida à cidade e que devem ser incorporadas ao movimento “fazer-cidade”.

A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo. (MAGNANI, 2002, p. 14-15).

A incorporação desses atores é uma crítica de Magnani sobre a ausência de alguns deles em análises das dinâmicas da cidade que têm privilegiado os impactos e transformações causadas pelas forças econômicas do capitalismo na paisagem urbana, por isso defende que uma análise da cidade deve considerar os diferentes e criativos arranjos coletivos daqueles que vivenciam cotidianamente o espaço urbano.

Neste caso, quando aparecem atores sociais, são os representantes do capital e das forças do mercado: financistas, agentes do setor imobiliário e investidores privados. Personagens como os “animadores culturais” – consultores, arquitetos, artistas e demais intelectuais – também se fazem presentes, mas a serviço dos interesses do capital, como “profissionais caudatários”, para usar a expressão empregada por Arantes (1998). Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano. (MAGNANI, 2002, p. 14-15).

Ao se tratar do objeto desta tese, não pretendo e nem posso deixar de analisar o papel de alguns atores sociais mencionados por Magnani, principalmente as forças capitalistas, pois nenhuma análise de Parauapebas poderia ser válida sem entender o contexto da expansão capitalista para a Amazônia Oriental. Porém, incluo os “pontos de vistas”, histórias de vida e

narrativas de homens e mulheres que decidiram se deslocar para Parauapebas, buscando dar relevo a suas trajetórias particulares para apreender novos elementos que são relevantes para pensar os fluxos.

Eunice Durham (1984, p. 39), ao estudar a migração interna no Brasil, apresenta os efeitos da industrialização e urbanização sobre o ato de migrar e aponta que o “[...] deslocamento humano interno da população se orienta para as regiões mais profundamente atingidas pela introdução e expansão do capitalismo industrial, das quais São Paulo pode ser considerada centro.”. Arrisco a afirmar que Parauapebas tem sido este centro em se tratando dos deslocamentos humanos para a região sudeste do Pará, a partir da década de 1980. E embora Sayad (1998) sugira cautela ao considerar a emigração simplesmente a partir de interesses voltados ao trabalho, afirma que “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. O imigrante sempre será um trabalhador, uma vez que a sua permissão no país só é aceita provisoriamente enquanto estiver nesta condição. Ao desaparecer o trabalho, desaparece o migrante, logo “[...] ser imigrante e desempregado é um paradoxo.” (SAYAD, 1998, p. 55).

Foi o trabalho que fez 'nascer' o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz 'morrer' o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser. [...] Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos. Entende-se então a dificuldade, que não é apenas técnica, que se tem em definir o desemprego no caso do imigrante (até quando? Durante quanto tempo?), a dificuldade que se tem em pensar a conjunção do imigrante e do desemprego: ser imigrante e desempregado é um paradoxo. (SAYAD, 1998, p. 55).

Mas é Sayad (1998, p. 67), também, que nos lembra que uma regra quase geral de todos os movimentos migratórios é que “toda imigração de trabalho contém em germe a imigração de povoamento que se prolongará. Quando o imigrante percebe a sua permanência e continuidade no lugar passa a reivindicar seu espaço”. Entretanto, ao se tratar do objeto desta tese, considero os maranhenses os principais atores da ocupação, povoamento e expansão urbana de Parauapebas, fazendo-se permanentes e não provisórios, logo, ao estar desempregado ou nem mesmo ter se empregado, o migrante maranhense buscou outras “táticas” (CERTEAU, 1998) de sobrevivência, fixando-se na cidade, mesmo que em espaços precários, exigindo ser visto como cidadão e não meramente como mão de obra a serviço do capital, passando, portanto, a reivindicar políticas governamentais de habitação, emprego, apoio socioassistencial para se manter no município. Veremos adiante que, tomando por referência algumas destas políticas, os maranhenses representam a maioria dos beneficiários.

É a partir destes atores sociais e sobre seus ombros que esta pesquisa olha o “fazer-cidade” e, ainda, na perspectiva de Magnani, propõe uma etnografia urbana numa perspectiva “de perto e de dentro”, “capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (MAGNANI, 2002. p. 17). Ao adotar esta perspectiva, busco identificar os principais fluxos migratórios para Parauapebas, sem deixar de considerar as forças econômicas que exercem poder sobre o ato de migrar para a cidade, fazendo dela uma cidade de movimentos. A partir do ponto de vista desses atores, é possível identificar o significado por trás dos deslocamentos que constroem a cidade continuamente, num processo de reivindicar seu espaço, à medida que se ancoram.

O fazer-cidade permite evidenciar três efeitos do agir urbano que, para Agier, perpassa por três movimentos: “Invasão”, “Ocupação” e “Instalação”, visto pelo autor como também um movimento político. Trata-se de uma luta por espaço e direitos, direito à cidade. Historicamente, à medida que novos migrantes foram se ancorando na cidade e por falta de condições de pagar um aluguel ou adquirir uma casa em local com infraestrutura básica, a solução foi *invadir* lugares precários que, no caso de Parauapebas, tratam-se de morros ou margens de igarapés e rio. Para Agier, este é o momento da “invasão”, entendida como ilegalidade ou desobediência, porém é um ato de sobrevivência. Cabe ressaltar que o autor destaca que, embora o termo “invasão” seja considerado incorreto pelos movimentos sociais e acadêmicos, é constantemente utilizado na linguagem popular, o que não é diferente em Parauapebas. O termo *invasão* apareceu em todos os meus diálogos para se referir ao movimento de ocupação de um lugar sem ser dono, *é chegar e entrar ou invadir e colocar umas estacas pra dizer que tem dono*.

Parauapebas tem seu tecido urbano marcadamente expandido por estas “invasões”. Alguns de meus interlocutores disseram ter comprado seu lote ou casa de alguém que havia *invadido* primeiramente. Esta fala era uma forma de deixar claro que eles não haviam cometido nenhuma ilegalidade. Neste caso, o dinheiro foi o mediador da legalidade, mesmo que o imóvel não possuísse documento e o comprador soubesse que se tratava de uma *invasão*. O documento de compra e venda simboliza a legalidade da transação. A “ocupação” é o segundo efeito do agir urbano onde a população construiu sua casa de madeira, novas ou reaproveitadas, telhas de fibrocimento, piso no cimento cru ou terra e, quando se trata de áreas alagadiças, construíram no estilo palafitas⁴, tornando assim estabelecidas no lugar. Mesmo que em algumas dessas áreas

⁴ A palafita é um tipo de habitação construída sobre troncos ou pilares. Esse tipo de construção é comum em áreas alagadiças, pois deixa a casa em uma altura que a água não alcança. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia-az/palafitas>. Acesso em: 29 ago. 2022.

anualmente ocorram alagamentos, a população se recusa a abandoná-las, até que sejam atendidas por políticas habitacionais. Este é o momento que para Agier pode ser considerado de “Instalação”, quando os moradores que ocuparam as margens passam a ser vistos como cidadãos ou o espaço que primeiramente invadiram passa a receber a infraestrutura e os serviços urbanos, tornando-se espaços urbanos consolidados. Dito isto, o ponto de partida proposto por Agier sobre a fundação das cidades é o das “margens urbanas”, ou seja, os “espaço precários”, como bairros populares, invasões, campos de refugiados e estabelecimentos provisórios de migrantes (AGIER, 2015), numa lógica de três efeitos: invasão/ocupação/instalação, nos quais se encontra

[...]o movimento do direito à cidade enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana. É neste momento, nesta prática, que o fazer-cidade se torna objeto real e observável do “direito à cidade”. Para além da necessidade humana de fundação e refundação permanente dos lugares, por mais precários que sejam, esta dinâmica da cidade e do agir urbano mostra o estreito vínculo entre a mobilidade das pessoas e a expansão urbana, esta última sendo uma condição para a sedentarização ainda que provisória e da ancoragem local das pessoas em movimento. Locais, particulares ou precários, as práticas do fazer-cidade revelam assim uma certa universalidade da cidade, no sentido de que deixam entrever inícios, gêneses, processos e lógicas da cidade, cujo final não conhecemos. Mas de qual cidade conhecemos o fim? Por mais monumentais, gigantescas, altas, densas, extensas, difusas ou disformes que sejam, todas as cidades bem como todas as localidades estão destinadas à transformação, que é uma forma de seu desaparecimento. (AGIER, 2015, p. 493-494).

Ao estar ali e ali levar uma vida urbana, os atores sociais constroem seus espaços numa relação mútua na constituição entre lugares, histórias, pessoas, grupos e instituições, cabendo à Antropologia compreender os “[...] múltiplos modos pelos quais as pessoas e os grupos se ligam aos lugares.” (TRAJANO FILHO, 2012, p. 7). Os deslocamentos contribuíram com a criação de novos bairros instáveis e precários, porém acabaram por fundir-se nos mais antigos conformando as margens urbanas. Ao considerar a relação entre deslocamentos e “invasões”, faço uso do conceito de “tática” em contraposição ao de “estratégia” na perspectiva de Certeau (1998). Para o autor, “tática” se refere à

[...] ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha. Não tem meio para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Bülow, e no espaço por ele controlado. (CERTEAU, 1998, p. 100).

A tática aproveita as ocasiões, joga contra a lei, é movimento dentro do campo do inimigo e responde às demandas dos agentes de forma dinâmica e imediata. Elas são procedimentos que transformam uma intervenção em uma situação favorável, rapidamente mudam a organização dos espaços, “[...] cria surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.” Certeau (1998, p. 101) a considera como a “arte dos fracos”, cabendo-lhes a astúcia como último recurso.

Na direção oposta, o autor considera “Estratégia” como uma ação planejada e racionalizada dos agentes de poder, é um “[...] gesto cartesiano [...] gesto da modernidade científica, política ou militar.” (CERTEAU, 1998, p. 99), de agentes que decidem sobre o cotidiano de outros indivíduos sem considerar suas particularidades, mas prevalecendo a sua vontade unilateralmente, portanto estratégia é a “arte do forte”, é o

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). (CERTEAU, 1998, p. 99).

“Tática” e “Estratégias” são movimentos antagônicos e complementares, pois um não existe sem o outro, numa relação dialética. Se, por um lado, os migrantes utilizaram-se, e ainda utilizam-se, de “táticas” para o fazer-cidade e constroem seu espaço de vida por meio de “invasões” e “ocupações”, o Estado (na figura do governo municipal) tem utilizado de “estratégias” para responder às práticas “dos fracos”, buscando a sua “instalação” nem sempre suficiente para eliminar a desigualdade e exclusão sociais presentes.

A partir dos migrantes maranhenses, que utilizam de suas “táticas”, abordei a metáfora do fluxo, uma das palavras-chave proposta por Hannerz. Embora o antropólogo a utilize para tratar do atual contexto da Antropologia Transnacional, com o objetivo de compreender as transformações no tempo e no espaço provocadas pelo capitalismo no contexto da Globalização, cujo trânsito de pessoas e de coisas, mercadoria, capital, imagens e informação tornou-se intenso, ela cai bem no contexto dos deslocamentos para Parauapebas, pois a partir da expansão capitalista através do Projeto Ferro Carajás, que fez do Brasil um expoente em *commodities*, provocou um intenso trânsito de pessoas e coisas na região, dando origem a uma cidade a partir dos fluxos que nela se fixaram. As palavras-chave trazidas por Hannerz são boas para pensar estes movimentos e a circulação de pessoas e coisas entre lugares. A metáfora do

fluxo possibilita identificar uma série de deslocamentos no tempo e consegue abranger uma série de elementos envolvidos no movimento. Neste sentido,

A noção de fluxo pode realmente ser usada de duas maneiras. A primeira parece mais afinada com o uso corrente, referindo-se ao deslocamento de uma coisa no tempo, de um lugar para outro, uma redistribuição territorial. Isso de fato parece ser uma forma de reintroduzir a idéia de difusão, sem a necessidade de recorrer a este termo aparentemente fora de moda. A segunda é essencialmente temporal, sem implicações espaciais necessárias. (HANNERZ, 1997, p. 11).

Para Hannerz (1997), um aspecto fundamental dos fluxos é que eles têm direções. No caso dos fluxos culturais, é certo que os que se ganham num lugar não necessariamente se perdem na origem. Mas há uma reorganização da cultura no espaço. Desta maneira, cabe entender como os agentes se reorganizam no espaço, como se dá a sua sociabilidade e suas interações sociais com a cidade. Assim, o autor enfatiza que

[...] apenas por estarem em constante movimento, sendo sempre recriados, é que os significados e as formas significativas podiam tornar-se duradouros. Levar o processo a sério quer dizer também manter as pessoas nesse quadro. E, para manter a cultura em movimento, as pessoas, enquanto atores e redes de atores, têm de inventar cultura, refletir sobre ela, fazer experiências com ela, recordá-la (ou armazená-la de alguma outra maneira), discuti-la e transmiti-la. (HANNERZ, 1997, p. 11-12).

Buscando manter “as pessoas neste quadro” e o seu movimento é que Guedes (2011), ao analisar a questão da mobilidade e suas múltiplas dimensões para a população da cidade de Minaçu, no norte do estado de Goiás, também formada em um contexto de empreendimentos econômicos, parte da perspectiva do nativo para tratar das diferentes concepções de deslocamentos e movimentos e o que há de comum é que

[...] elas são todas pensadas como formas de andar, rodar, estar no mundo (ou no trecho, dependendo de quem fala). O que pretendo sugerir com isso é a existência de uma “tradição” em que o deslocamento e a mobilidade são “coisas da vida”; algo que se espera e se imagina que faça parte da realidade de todas essas pessoas. (GUEDES, 2011, p. 149).

Os deslocamentos e a mobilidade são formas de *andar*, *rodar* e “estar no mundo”, uma prática comum entre meus interlocutores e trata-se de um processo complexo e diverso, conforme tratarei mais adiante, no Capítulo II, onde as entrevistas demonstraram que o ato de emigrar é uma das soluções, senão a única, para fugir da pobreza, buscar novas oportunidades ou simplesmente sair da vida rural ou do *Maranhão fraco*. Eunice Durham (1984, 2004) se

debruçou sobre a questão da emigração como solução para o homem e a mulher do campo, que foram afetados pelas transformações tecnológicas, incentivos fiscais, formação de latifúndios e violência, buscando na emigração para as grandes cidades ascensão social e melhores condições de vida, ao mesmo tempo uma resposta dos indivíduos a estas pressões e tensões. A autora também destaca que a “[...] emigração aparece como resposta às condições normais de existência. O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que ‘não pode melhorar de vida’, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente.” (DURHAM, 2004, p. 170). A melhoria de vida só é possível com o abandono deste universo e a integração em um sistema diferente.

Marilda Aparecida de Menezes (2002), em sua obra “Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses-migrantes”, retrata a capacidade de agência dos camponeses-trabalhadores migrantes paraibanos em Pernambuco, onde sua mão de obra é empregada, sazonalmente, nas usinas de cana-de-açúcar. A autora, a partir de itinerários migratórios e trajetórias sociais, busca constituir as redes sociais no espaço dos alojamentos de trabalhadores paraibanos migrantes na *plantation* canavieira, no estado de Pernambuco, e as práticas de resistência nas relações de trabalho e entender como os homens e as mulheres tratam suas situações sociais e relações produtivas em sua própria consciência e cultura. Menezes deixa claro que pretende entender como os homens e as mulheres se percebem em suas relações produtivas no contexto da migração e utiliza-se de Patrick Harries, que trata de cultura, identidade e trabalho migrante em Moçambique, para enfatizar que

Os camponeses-trabalhadores migrantes são atores sociais e não apenas números em estatísticas, força de trabalho ou vítimas do processo de modernização. Enfim, eles não são sujeitos completamente submetidos a condições determinadas, mas atores que também agem sobre suas condições de trabalho e de vida. (HARRIES⁵, 1994 apud MENEZES, 2002, p. 74).

É preciso olhar para a relação entre localidade e a subjetividade e, ao mesmo tempo, observar os comportamentos reais, mas também indagar os atores para que a pesquisa estabeleça critérios analíticos para nos levar a uma reflexão sobre como as pessoas atribuem sentido a suas experiências nesses processos. Neste sentido,

A perspectiva não é tomar as migrações como um objeto de estudo independente, mas analisar os múltiplos movimentos migratórios realizados ao longo de uma vida, de modo a contribuir para questionar interpretações das migrações entre camponeses que

⁵ HARRIES, Patrick. **Work, culture, and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910.** Portsmouth: Heinemann, Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1994.

se orientam pelo paradigma da transição em direção à total proletarização, seja transformando-se em trabalhadores assalariados rurais ou em trabalhadores urbanos. Privilegiar os itinerários migratórios individuais como instrumento metodológico não significa, no entanto, negar a importância de determinados tipos de migrações, como é o caso das sazonais. (MENEZES, 2002, p. 51).

Os trabalhos de Menezes e Durham são referências para analisarmos a organização familiar, a circulação de migrantes camponeses entre o lugar de origem e de destino, as formas de ancoragem, a sociabilidade e o espaço vivido que contém componentes administrativos, históricos, sociais, ecológicos e econômicos. Os atores destes trabalhos em muito se assemelham aos meus interlocutores maranhenses que se ancoraram em Parauapebas, cuja origem é predominantemente rural. Cabe aqui uma ressalva em relação às duas autoras. Para Marilda Menezes, a migração pode ser condição para a permanência da vida camponesa e da moradia no campo, uma vez que o membro da família que migra, após conseguir trabalho e melhores salários envia dinheiro para a família no local de origem, o que dá condições da mesma permanecer no campo, ou em um processo de ir e vir, após um tempo de trabalho na cidade destino, o migrante retorna a sua origem e com o dinheiro conseguido mantém a reprodução camponesa. Durham, por sua vez, trata da emigração como abandono do campo pelo trabalhador rural quando percebe que “não pode melhorar de vida”; a sua miséria é um estado permanente, sendo a emigração para os centros urbanos uma solução possível. Entre estas duas autoras encontram-se diferentes teorias sobre migração interna no Brasil, que não pretendo tratar aqui, pois muitos já o fizeram⁶. Porém, é importante mencionar que em campo encontrei as duas situações acima, aqueles que migraram para sair de sua condição de pobreza, encontrando na emigração a solução para sua carência material e não pensam no retorno; mas também há aqueles que contribuem para a manutenção e reprodução da sua família rural, porém também sem intenção de retorno, pois veem em Parauapebas o lugar das oportunidades, aquilo que o Maranhão não pode lhes oferecer.

Portanto, não busco defender um ou outro ponto de vista, mas tratar da migração maranhense como um fenômeno que deve ser abordado sob a ótica multidimensional, considerando os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Mais relevante ainda é incluir o protagonismo (*agency*) dos próprios migrantes. Desta maneira, como me referi acima, em qualquer análise social sobre a cidade de Parauapebas não é possível deixar de mencionar os aspectos estruturais da expansão econômica para a região, uma vez que a cidade foi projetada por atores atraídos pelo projeto de mineração, porém somam-se a isso as motivações e

⁶ Veja-se Brito (2009).

aspirações das pessoas e as suas diferentes formas de ancoragem. Seguindo este fio, a tese adota o ponto de vista de Sherry Ortner (2007) que, ao partir da teoria da prática, analisa a vida social sob a perspectiva dos jogos sérios, onde os atores jogam ativamente, buscando cumprir suas metas e projetos culturalmente constituídos, envolvendo tanto ações corriqueiras quanto ações projetadas. Para a autora, “[...] a perspectiva dos jogos sérios pressupõe atores culturalmente variáveis (e não universais) e subjetivamente complexos (e não predominantemente racionalistas e interessados em si mesmos).” (ORTNER, 2007, p. 46). No bojo dos jogos sérios, Ortner trata do conceito de “agência” e faz um alerta de que não trata do indivíduo dotado de autonomia ou independência em relação às estruturas e relações sociais em que está inserido, ela considera os agentes sociais

[...] como estando sempre envolvidos na multiplicidade de relações sociais em que estão enredados e jamais podendo agir fora dela. Assim sendo, assume-se que todos os atores sociais “têm” agência, mas a idéia de atores como sempre envolvidos com outros na operação dos jogos sérios visa tornar praticamente impossível imaginar-se que o agente é livre ou que é um indivíduo que age sem restrições. (ORTNER, 2007, p. 47).

Os atores estão envolvidos em situações que, ao mesmo tempo em que lhe permitem certa criatividade, limitam as possibilidades da mesma. Ortner classifica dois campos de significados de “agência”: “intencionalidade e perseguir projetos (culturalmente definidos)” e “poder”, que se manifesta em contextos de relações de desigualdade e discrepância de forças sociais. “Agência” nunca pode ser uma ou outra, elas se imbricam/misturam. Desta forma, cabe ao pesquisador fazer a sua interpretação e contextualizações nos “jogos sérios” dos atores envolvidos. Neste sentido, em se tratando da hipótese desta tese, o fazer-cidade está relacionado aos projetos e intenções dos migrantes, às suas “táticas” (CERTEAU, 1998), assim como resistem cotidianamente às mazelas da falta de direitos sociais a que são submetidos, confrontando o seu estado de pobreza e lutando pelo direito a cidade. Portanto,

A agência de projetos não está necessariamente relacionada com dominação e resistência, embora algo disso possa existir. Tem a ver com pessoas que nutrem desejos de ir além de suas próprias estruturas de vida, inclusive – o que é muito central – de suas próprias estruturas de desigualdade; tem a ver, em suma com pessoas que jogam, ou tentam jogar, seus próprios jogos sérios, mesmo se partes mais poderosas procuram desvalorizá-las ou até destruí-las. (ORTNER, 2007, p. 68).

Castles (2010) sugere que a migração deve ser abordada para além de única e exclusivamente a partir de fatores econômicos, sendo necessário observar “[...] os vínculos

entre migração e outras relações econômicas, sociais, políticas e culturais vigentes em lugares específicos numa determinada conjuntura histórica.” (CASTLES, 2010, p. 25), além das

[...] interconexões entre diferentes fluxos migratórios; a importância da agency, autonomia, percepções, fatores culturais e históricos e limitações institucionais; a complexidade multinivelada e a natureza transnacional das migrações; e a importância dos grupos sociais e dos relacionamentos – incluindo as redes migratórias – que atravessam os locais ‘de envio’, ‘de acolhida’ e ‘de trânsito’, para condicionar as dinâmicas das migrações e as experiências migratórias, e uma série de atores dentro destes. (COLLINSON, 2009⁷ apud CASTLES, 2010, p. 41).

Embora Castles se refira à migração internacional, alguns elementos de sua análise podem ser adotados para compreender a dinâmica dos deslocamentos para Parauapebas e, recorrendo a Massey, ele sugere quatro elementos básicos para estudos das migrações:

Um tratamento das forças estruturais que promovem a emigração de países em desenvolvimento; uma caracterização das forças estruturais que atraem imigrantes para países desenvolvidos; uma consideração das motivações, metas e aspirações das pessoas que respondem a essas forças estruturais se tornando migrantes internacionais; e um tratamento das estruturas sociais e econômicas que surgem a fim de conectar áreas de emigração e imigração. (MASSEY, 1998⁸ apud CASTLES, 2010, p. 27).

A cidade de Parauapebas tornou-se um local onde parte significativa de migrantes maranhenses se sedimentou e fez dela seu “espaço de vida”, seu território, participando da recomposição do lugar desde o ponto de vista das estruturas demográficas, espaciais, econômicas e sociais. Ela se forma no contexto da “migracion laboral” e, partir dela, constroem-se os seus espaços de vida que, para André Quesnel (2010, p. 30), é nas margens dos lugares-mercado de trabalho

[...] donde se deben considerar los contratos, tomando en cuenta los lugares que constituyen el espacio de vida, y el espacio de una vida de los migrantes, espacios contruidos en el transcurso del tempo y que, para las instituciones y los actores, son lugares-territorios que ofrecen recursos que pueden ser movilizados para asegurar su vida y su reproducción material y social.

Desta forma, a pesquisa buscou fazer uma intersecção entre trabalho, migração e cidade, considerando esta última como uma construção do “espaço de vida” em que os grupos

⁷ COLLINSON, Sarah. **The political economy of migration processes: an agenda for migration research and analysis**. Oxford: International Migration Institute, 2009. (Working Papers 12). Disponível em: <http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/wp12-collinson>. Acesso em: 13 jul. 2022.

⁸ MASSEY, Douglas *et al.* **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

migrantes, a saber maranhenses, participam ativamente. Portanto, trago aqui alguns elementos para pensar os deslocamentos para regiões de expansão econômica recente no país, a saber, a mineração, que vem formatando a ocupação e as relações sociais no cotidiano da cidade. Mas cabe ressaltar que, em Parauapebas, as pessoas estão em movimento, em trânsito, suscitando questões ao fazer etnográfico sobre aquilo que não está fixo.

Claramente, a mineração por si só tem possibilitado os fluxos e movimentos de pessoas e coisas na cidade, mas ao se tratar da migração e das formas de ancoragem, as redes sociais têm exercido papel importante nos movimentos, pois a partir delas indivíduos e famílias transitam entre as duas pontas da rede, Pará e Maranhão, conforme a situação. As redes de contato, consolidadas ao longo das três décadas de existência do município, têm contribuído para

[...] explicar a intensidade dos deslocamentos populacionais mesmo numa situação social em que os diferenciais de renda e de condição de vida tornam pouco perceptíveis. Tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer ‘pontes’ entre os lugares e a permitir fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência. (POVOA-NETO, 1997, p. 22).

Durham (2004, p. 199) considera que o “[...] grupo de relações primárias, especialmente a unidade doméstica e o círculo de parentes mais próximos constituem, mesmo no universo urbano, a unidade fundamental da vida social.” Este grupo que consegue dá apoio ao indivíduo em deslocamento. A família e o grupo de parentes, acrescento aqui amigos, constituem o grupo assistencial por excelência e se apresentam como indispensáveis inclusive à segurança econômica dos indivíduos. Tomando de empréstimo as teorias das migrações internacionais, volto a Castles, para quem as inovações mais bem aceitas na teoria das migrações, após a década de 1980, devem focar

[...] a ação (agency) coletiva dos migrantes e comunidades na organização de processos migratórios e de integração. As redes informais proporcionam recursos vitais a indivíduos e grupos. No contexto dos países de saída, as redes são muitas vezes analisadas como mecanismos de transmissão de capital cultural (especialmente informação sobre oportunidades de migração, redes e rotas), enquanto no contexto da integração do migrante nas sociedades de acolhida, a ênfase incide sobre o capital social (relações pessoais, família e padrões domésticos, amizade e laços comunitários e ajuda mútua em assuntos econômicos e sociais). Uma nova tendência na análise da ação social (agency) do migrante pode ser encontrada na teoria transnacional. (CASTLES, 2010, p. 33-34).

Ao considerar o objetivo da pesquisa, foi preciso entrelaçar as considerações de Durham sobre emigração como uma forma de ascensão social e mudança de vida e solução para a

condição de pobreza dos migrantes, que em sua maioria apresenta características originárias rurais; e pela perspectiva da “agência” como projeto de vida que se cristaliza na cidade de Parauapebas, devido às suas condições econômicas favoráveis face a implantação do Projeto Ferro Carajás, que consumiu uma grande quantidade de mão de obra que não se fez temporária, mas permanente, estabelecendo-se na cidade e fazendo dela seu espaço de vida em um processo de fazer-cidade, formatando seu tecido urbano por meio dos efeitos do agir urbano invasão/ocupação/instalação, reivindicando seu direito à cidade, atraindo sua rede de contatos, por meio da solidariedade para com seu grupo familiar e de amigos, caracterizando-se, assim, em um intenso fluxo e movimento de pessoas.

Desta feita, a construção deste texto não pode deixar de considerar dados quantitativos sobre a cidade, pois eles dizem muito sobre a dinâmica do município desde que iniciada a exploração de ferro. No bojo destas leituras quantitativas e por estar na cidade, foi possível identificar os principais fluxos populacionais que se entrecruzam na vida urbana e como alguns deles têm sido percebidos e se percebem no contexto urbano, suas formas de fixação ou não na *capital do minério*. Por outro lado, a prática da observação e escuta apreendeu “o ponto de vista” dos diferentes atores sobre a cidade como um espaço vivido e praticado e o sentido dos fluxos. Por ser uma cidade mineradora, há atração de atores, porém não necessariamente seus projetos são realizados, pois a cidade apresenta contradições e desigualdades na oferta das oportunidades, fazendo com que muitos façam uso de sua agência para se ancorar, pois como muito dos meus interlocutores me relataram, *só não trabalha em Pebas quem não quer*. O que acontece quando as expectativas são frustradas? Quais são as estratégias para se ancorar na cidade? Desta forma, quais são as estratégias de ancoragem dos agentes que se fixam ou transitam em Parauapebas? Ao ouvir os indivíduos, suas histórias, motivações, observar os conflitos existentes para tratar do fenômeno da migração e ocupação de maranhenses em Parauapebas é que aponto possíveis respostas a estas questões, nesta tese.

Os dados quantitativos foram coletados em órgãos oficiais e os qualitativos obtidos por meio de minha participação no cotidiano dos atores sociais. Esta participação não se constituiu apenas da observação participante, no sentido clássico do termo, uma vez que o pesquisador convive e compartilha o território em questão; a propósito, assim como meus interlocutores, sou *de fora*. Desta maneira a relação intersubjetiva entre sujeito e objeto passa a ser o encontro entre pessoas “[...] que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicar relações desconhecidas.” (CARDOSO, 1986, p. 103).

A prioridade do método foi a relação dialógica, de forma que a relação estabelecida faz “[...] com que os horizontes semânticos em confronto – o do pesquisador e o do pesquisado –

abram-se um ao outro, de maneira a transformar o confronto em um verdadeiro encontro etnográfico." (OLIVEIRA, 2000, p. 24). De acordo com estas considerações, as entrevistas assumiram papel primordial na pesquisa, assim como a história oral, que possibilitou conhecer as histórias, agruras e prazeres, conflitos, referências afetivas e os marcos relevantes para as pessoas em movimento. De acordo com Paul Thompson (2009, p. 9), a história oral tem que ser definida de forma ampla, de modo que o autor a define como “[...] a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências.”. Por assim ser, entendo que ao compartilhar a história e memória dos migrantes maranhenses foi possível conectar gerações, estabelecer conexões e dar visibilidade à polissemia de sentido de um lugar para os diferentes atores que nele vivem, considerando o contexto sócio cultural e histórico e como isso influencia as suas percepções e como ela se manifesta no presente. Foi escutando histórias de vida na cidade, ora fazendo uso do gravador ora somente das anotações de caderno de campo, que algumas peças começaram a se encaixar no mosaico que é Parauapebas quanto aos fluxos migratórios e à formação da cidade. Para Becker (1994, p. 107), a história de vida nos permite ver de forma mais nítida “[...] os objetos e as pessoas que estão no quadro, e suas relações com os outros.”. Assim, o processo de escuta me levou a perceber mais claramente como a cidade e os maranhenses estão entrelaçados. Para o autor, “a história de vida pode ser particularmente útil para nos fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais muito estudados, sobre os quais pressupostos não verificados também são feitos com frequência.” (BECKER, 1994, p. 109). Há uma relação entre aquele que conta a sua história e sua matéria – a própria vida humana. É tarefa do pesquisador trabalhar esta matéria-prima da experiência, transformando-a num produto sólido, útil e único (BENJAMIN, 1994).

A partir do ponto de vista do “nativo” desta pesquisa, levantou-se os aspectos estruturais que possibilitaram o fazer-cidade, assim como o seu lugar na cidade. Desta feita, foi preciso, no escrever do texto, fazer uma leitura das principais forças que provocam estes movimentos (fluxos), assim como relações e interações com os diferentes espaços e atores, o caminhar pela cidade no sentido de que “A caminhada afirma, lança suspeitas, arrisca, transgride, respeita etc., as trajetórias de que fala.” (CERTEAU, 1998, p. 179), não perdendo de vista que “[...] a cidade tem história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam esta obra nas condições históricas.” (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

Projetos econômicos, Fronteira e urbanização na Amazônia

Dado o contexto histórico e espacial do campo de estudo da pesquisa, revisitar o conceito de “Fronteira” se fez necessário uma vez que a literatura sobre os projetos econômicos na região amazônica nos leva ao que Martins (2009) considera como um lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história. As conclusões de Martins de Souza, em seu livro “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano”, publicado pela primeira vez em 1997, se fundamentam em uma densa investigação de 30 anos, nos estados de Mato Grosso, Pará, Maranhão, Goiás e Rondônia. Lugares, assim como em outras partes da América Latina, que ainda se encontravam em estágio de fronteira e a Amazônia, considerada como “última grande fronteira” marcada pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas ou insuficientemente ocupadas”. Neste sentido,

[é] na fronteira que se observa melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra – se desencontra. Não é nela que a humanidade do outro é descoberta como mediação da gestação do Homem. (MARTINS, 2009, p. 10).

A partir da década de 1960, a Amazônia Oriental passou por um processo de ocupação acelerado, impulsionado por investimento estatal em grandes projetos econômicos, como rodovias, ferrovias, hidrelétricas e mineração industrial, como a implantação do Projeto Ferro Carajás, tornando-se assim um lugar marcado por encontros de diferentes temporalidades históricas dos grupos que nela se ancoraram. Foi neste cenário, que permanece até os dias atuais, que Parauapebas tornou-se lugar de encontro de garimpeiros, ex-garimpeiros, pequenos produtores, trabalhadores rurais sem-terra, prostitutas, homens e mulheres que deixaram seu lugar de origem para *tentar a sorte na capital do minério*; trabalhadores contratados em sua terra de origem para trabalharem diretamente na mineradora ou em suas terceirizadas; profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados, contadores, mecânicos, trabalhadores da construção civil, dentre outros) que instalaram seus negócios na expectativa do sucesso financeiro; o *peão*⁹, grupos imobiliários, construtoras, franquias de marcas diversas,

⁹ A categoria *peão* apareceu em contextos diferentes. Ela representa tanto os *aventureiros* e trabalhadores braçais, assim como trabalhadores diretos e indiretos da mineradora que não ocupam cargos de gestão ou de engenheiros, por exemplo.

empresários da educação, fazendeiros. Estes fluxos permanecem nos dias atuais com a diferença de que, no início da ocupação de Parauapebas, a figura do garimpeiro, do *peão*, do engenheiro, das prostitutas fora predominantes no período da implantação do Projeto Ferro Carajás. Neste contexto formam-se relações conflituosas devido às histórias peculiares dos diferentes atores na fronteira. Portanto, uma interpretação desses contextos na fronteira “[...] depende da incorporação desse conflito em suas complexas e até misteriosas formas como a referência mais relevante da pesquisa científica, coisa que raramente a ciência tem feito.” (MARTINS, 2009, p. 11).

E o conflito é uma característica comum em Parauapebas, embora não me debruçarei sobre eles, é mister mencionar as ocupações em terras privadas na periferia da cidade transformando-se em loteamentos urbanos irregulares; moradores que interditam entradas da mineradora reivindicando empregos e investimentos sociais em suas comunidades impactadas pela mineração; maranhenses que são taxados como o problema social da cidade por terem a maior expressividade demográfica e incharem os serviços socioassistenciais e habitacionais, assim como trazer a *pobreza* para o município; trabalhadores-moradores-temporários do Núcleo Urbano de Carajás (*company town*) vistos como privilegiados por terem acesso aos serviços de saúde, educação, urbanos e ambientais de qualidade e por viverem numa *bolha*. Este termo representa um distanciamento daqueles atores em relação a vida urbana na cidade, restringindo suas relações ao contexto social da Serra dos Carajás.

Ao aprofundar o tema da Fronteira no Brasil, Martins traz à tona duas concepções às quais os pesquisadores têm se dedicado, uma dos geógrafos, a denominada frente pioneira, e a outra dos antropólogos, a frente de expansão. Para Martins,

Portanto, o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo, *modos de ver* a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada: o do chamado pioneiro empreendedor e o do antropólogo preocupado com o impacto da expansão branca sobre as populações indígenas. Esse antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas. Ele inclui nessa definição também as populações pobres, rotineiras, não indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado. (MARTINS, 2009, p. 135).

O principal contraste entre a concepção de frente de expansão e a da frente pioneira é que os geógrafos deram ênfase às transformações provocadas pelos agentes da civilização, da modernização tecnológica e a missão civilizatória sobre os índios e camponeses, por exemplo. A realidade substantiva é a mesma, porém cada uma das concepções interpreta à sua maneira o

processo de expansão territorial no Brasil. Para Martins, em se tratando de reflexão sociológica, a frente de expansão é a categoria que melhor pode ser utilizada, pois ela se refere à fronteira como lugar e tempo de conflito e de alteridade, onde há diversas mentalidades, lugar de confronto da condição humana e de diferentes concepções de humanidade, cada um com sua história, fazendo da fronteira seu lugar de encontro e antagonismos; diferentemente da frente pioneira que leva a dimensão econômica em primeiro lugar e a forma como se expande, sem considerar os encontros e conflitos de diferentes grupos na fronteira, ao contrário da frente de expansão, para a qual a dimensão econômica é secundária (MARTINS, 2009).

Pobres povoados urbanos da frente de expansão, como veremos mais adiante, como a vila de Rio verde, permaneceram ao lado de grandes empresas equipadas com o que de mais moderno existe em termos de tecnologia, assim como camponeses pobres permaneceram ao lado de grandes fazendeiros, aqueles que, quando não integrados no mercado de trabalho, foram e ainda são expulsos de suas terras e empurrados para fora da fronteira econômica, ou para dentro dela, como assalariados sazonais, transformando-se no camponês marginal (MARTINS, 2009) ou no *peão* de empresas prestadoras de serviço à mineração ou, ainda, vão utilizar-se de sua criatividade para viver na cidade.

A fronteira, para Martins, é o lugar da alteridade, onde há vários encontros e conflitos e onde a visibilidade só se torna possível, desde que seja abandonada a figura do pioneiro como análise central de estudos sobre frentes de expansão, visto como o herói e desbravador e que apaga outras figuras como o camponês, o índio, o garimpeiro, os desempregados em busca de novas oportunidades. Estes atores se confrontam com “formas tecnologicamente avançadas de atividade econômica, do mundo satélite, do computador, da alta tecnologia”, da racionalidade técnico-científica implantada pelo capital no interior da floresta, o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004). Porém, ao considerar a distinção entre frente pioneira como análise a partir da expansão econômica, considero que Parauapebas é fruto desta frente, uma vez que os primeiros a chegar foram os agentes do capitalismo com a implantação do Projeto Ferro Carajás, o que induziu um incremento demográfico. Este é o principal vetor de atração populacional para a cidade. Por outro lado, uma análise de Parauapebas a partir do conceito de frentes de expansão, como definido por Martins, dá relevo às diferentes temporalidades dos atores que na cidade se ancoraram, portanto frentes pioneiras e frentes de expansão se complementam como categorias interpretativas para compreender a ocupação e formação da cidade de Parauapebas, pois se por um lado, há as pessoas com seus projetos e sonhos que fundaram a cidade, tornando-se agentes das transformações ocorridas nos 34 anos oficiais do município; por outro, há as forças econômicas que atraem as pessoas. É nesta região de fronteira

que os diferentes atores, principalmente aqueles não inseridos na lógica racional da grande empresa mineradora, terão que explorá-la com mais criatividade, “[...] organizando seus recursos de novas maneiras, fazendo experiências. Nas zonas fronteiriças, há espaço para a ação (*agency*) no manejo da cultura.” (HANNERZ, 1997, p. 24).

Otávio Velho, em sua obra clássica “Frentes de Expansão e Estrutura Agrária”, resultado de sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, apresentada em 1970, também nos permite compreender melhor a região em que se situa Parauapebas, pois se trata de pesquisa sobre as diferentes frentes de expansão – pecuária, caucho, castanha, diamante, agropecuária – na microrregião de Marabá, que é um verdadeiro ponto de contato entre Amazônia, Nordeste e Brasil Central, o que, aliás, constitui um dos motivos de interesse do antropólogo. “A área de Marabá é local de encontro de povoamentos oriundos do Pará, de Goiás e do Maranhão.” (IBGE, 1967¹⁰ apud VELHO, 2013, p. 29). O autor discute o termo “Frente de Expansão” e, de acordo com ele,

Nossa tendência inicial foi, em face da história, do interesse dos antropólogos pelas frentes de expansão, de defini-las preliminar e operacionalmente como sendo constituídas dos segmentos extremos das cidades brasileiras que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas. Todavia, o processo histórico brasileiro, tal como o esboçamos acima, implica não só um limite mais ou menos definido da ocupação em cada momento, mas também a existência de áreas que se mantiveram até recentemente marginalizadas dentro de regiões de colonização antiga (como o Extremo Sul da Bahia), ou de outras, que após uma decadência cíclica voltam a ser objeto de interesse da reocupação num outro momento (como possivelmente é o caso do Baixo Rio do no Espírito Santo). (VELHO, 2013, p. 29).

Até recentemente, Parauapebas fazia parte destas “regiões marginalizadas” da Amazônia, o que mudou com a chegada da mina de ferro, que, por sua vez, atraiu outros investimentos nos diversos setores da economia, atrelados ao grande capital e ao racionalismo das grandes corporações. Ao analisar a história do Brasil colônia, Velho observa que uma característica peculiar de sua economia foi a dos ciclos econômicos que tendiam a desaparecer uma vez esgotadas reservas mineiras, esgotamento do próprio solo e oscilações do mercado internacional. Uma vez encerrado este ciclo, as áreas deveriam se readaptar a um novo ciclo econômico ou voltavam a sua situação de maior ou menor marginalização (VELHO, 2013). Embora seja uma leitura sobre o período colonial brasileiro, a lógica continuou na Amazônia, no campo de estudo de Velho, pois o antropólogo tratou das diferentes frentes de expansão em

¹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas “Regiões Homogêneas”**. 1967. 2 v. (Mimeografado).

Marabá, seu apogeu, declínio e as mudanças sociais provocadas na sociedade local. E ainda, de acordo com Bertha Becker (2013), o surgimento de cidades na Amazônia está atrelado a surtos econômicos, ao considerar que a urbanização na Amazônia se deu de múltiplas formas, desde o crescimento explosivo de antigas cidades localizadas à beira das estradas até a geração de novas e de inúmeros povoados fortemente instáveis. Ora um crescimento espontâneo ora dirigido por meio de projetos de colonização ao longo de novos eixos de circulação para atrair o povoamento e organizar o mercado de trabalho. Para explicar o crescimento urbano explosivo da Amazônia, uma vez que a taxa de urbanização da região entre 1970 e 2010 cresceu 99,5%, a autora faz uso do conceito de Surtos, discutido por Celso Furtado, ao considerar que estes ocorrem

[...] quando a economia nas suas diferentes dimensões passa a ter força de competição no âmbito local, regional, nacional ou global, acompanhada de uma maior demanda por determinados produtos, bens, funções ou processo. Propiciam lucro e divisas para as regiões, mas se não forem seguidos pelo desenvolvimento da economia como um todo, entram em decadência com a mesma intensidade que ocorreram. (BECKER, 2013, p. 14).

Sejam “ciclos” ou “surtos”, a atividade mineradora segue a todo vapor na cidade, porém trata-se da exploração de matéria-prima finita e que pode fazer com que Parauapebas retorne à “marginalização” ou entre “em decadência com a mesma intensidade” com que a mineração se iniciou no território. Não pretendo aqui, e nem tenho condições de fazer esta análise futura sobre o esgotamento das jazidas de minério na região, mas experiências não faltam no Brasil para que a gestão pública destes municípios possa tomar como exemplo e seguir caminhos diferentes.

Lefebvre (2008) aponta que a indústria não procura se instalar próximo às cidades, mas onde há matérias primas, mão de obra, terras, recursos que vão alavancar seu desenvolvimento. É a expansão industrial que dá origem à cidade de Parauapebas, fundada por diferentes grupos que se encontram no território:

A indústria estaria vinculada à cidade? Ela estaria, antes de mais nada, ligada à não-cidade, ausência ou ruptura da realidade urbana. Sabe-se que inicialmente a indústria se implanta – como se diz- próxima às fontes de energia (carvão, água, das matérias-primas – metais, têxteis, das reservas de mão-de-obra). Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida abaixo do preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades preexistentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para a empresa industrial há algum interesse nesse afastamento. (LEFEBVRE, 2008, p. 23).

Esta proposição de Lefebvre nos diz muito sobre o campo de estudo desta tese, afinal a instalação da mina de ferro de Carajás, um empreendimento que para seu sucesso exigiu fluxos de capital, coisas e pessoas, como mão de obra, tanto especializada quanto não especializada, produção de alimentos para suprir os trabalhadores, uma rede de transporte, comunicação, serviços médicos e educacionais, comércios, enfim um conjunto de elementos que mais tarde constituiu uma nova cidade na floresta (TRINDADE JUNIOR, 2013). A industrialização “[...] não produz apenas empresas (operários e chefes de empresa) mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos.” (LEFEBVRE, 2001, p. 16). E, acrescento, produz fluxos. Desta maneira, a cidade é obra de um grupo de pessoas e homens determinados que realizam a cidade em condições históricas determinadas. A cidade é uma “[...] projeção de sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento que determina a cidade e o urbano.” (LEFEBVRE, 2001, p. 62). Lefebvre (2001, p. 77) considera a hipótese da “zero urbanização” (a inexistência da cidade, a predominância completa da vida agrária, da produção agrícola, do campo) à urbanização cem por cento (absorção do campo pela cidade, predominância completa da produção industrial até mesmo da agricultura), contudo, estas transformações não foram perceptíveis em Parauapebas, que já nasce uma cidade industrial no meio da floresta, ou seja, a predominância da produção industrial no espaço. Neste sentido, Monte-Mór (2001), ao fazer uma leitura das cidades mineradoras de Minas Gerais, aponta que “[...] a urbanização mineira, diferentemente do resto do país, se deu a partir de um espaço de produção ‘industrial’, onde o *locus* de produção e do poder quase se confundem.” (MONTE-MÓR, 2001). Ainda segundo o autor,

[a] grande demanda por mão de obra nas minas e a inviabilidade econômica (e cultural, dado o apelo das “febres mineradoras” de se retirar tempo/trabalho da produção mineral para a produção alimentar e de serviços, face à enorme rentabilidade (potencial, pelo menos) da atividade mineradora, gerou os mercados (urbanos) até então inexistentes nas regiões de economia de subsistência e/ou nas fazendas e engenhos escravagistas. O resultado é o fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, etc. (MONTE-MÓR, 2001).

Dadas as devidas proporções, poderíamos aferir que este trecho cai bem à Parauapebas e região, haja vista que a partir da indústria mineradora ferrífera originou a cidade e as relações urbanas. Para Monte-Mór (2001), a “febre mineradora” provocou um incremento demográfico em Minas Gerais, transformando-a na capitania mais populosa da colônia até 1940, “[...] quando a industrialização substitutiva de importações ganhou força em São Paulo.” O cenário

minerador fez de Minas Gerais uma capitania economicamente independente, refletindo em sua autonomia política e sua influência no aquecimento comercial regional e na agricultura que é resultante “[...] da própria concentração urbana a qual provoca um crescimento da demanda dado o alto valor de troca de sua base econômica extrativa e o consequente aumento relativo nas rendas e mercados nos espaços sociais e econômicos que constitui.” (MONTE-MOR, 2001). Assim,

Dois elementos principais na organização do espaço urbano-regional podem ser daí derivados. Em primeiro lugar, a natureza e amplitude da organização regional dependerá do dinamismo da economia urbana central e de seus impactos sobre o espaço no qual se insere. No caso de Minas Gerais, a força da inserção da economia do ouro e dos diamantes no centro do metalismo mundial determinou uma intensidade à economia local que lhe conferiu o papel de primeira tentativa de integração do espaço nacional. A corrida do ouro durou menos de um século, mas a economia urbano-industrial ali gerada reorganizou o espaço colonial de maneira tão forte que seus impactos são até hoje sentidos. (MONTE-MÓR, 2001).

A dinamicidade provocada pela atividade mineradora criou os espaços e relações urbanas, formando uma sociedade urbana que vai criar o espaço vivido na cidade política, cultural e economicamente.

Ao analisar o processo de urbanização na Amazônia Oriental, Trindade Junior (2013) utiliza-se da metáfora da floresta para estabelecer dois tipos ideais de cidades presentes na região: “cidade da floresta” e “cidades na floresta”. A floresta representa os costumes locais, a relação com a natureza, a economia de subsistência, a relação com o entorno, ou seja, as relações socioculturais no espaço amazônico. Neste sentido, o tipo de ideal da cidade da floresta trata-se de pequenas cidades predominantes até a década de 1960, cujas características estão relacionadas à dinâmica da natureza simbólica, cultural e economicamente, como a circulação fluvial e a forte relação com seu entorno (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.) e à vida rural. Já as cidades na floresta são aquelas que passaram a fazer parte do território amazônico com a implantação de projetos econômicos que visavam à integração da Amazônia ao espaço brasileiro, sobretudo a Amazônia Oriental, com um processo de urbanização associado à difusão de atividades econômicas mais modernas e voltadas ao mercado externo, transformando a natureza em mercadoria através da exploração de madeira e minérios, por exemplo, assim como a forte atração de mão-de-obra migrante. Estas cidades estão associadas aos projetos econômicos que articulam o local com o global, numa relação de verticalização

(SANTOS, 1994¹¹, 1996¹² apud TRINDADE JUNIOR., 2013), implicando num distanciamento dos saberes e valores da floresta. Para Becker, estas cidades tiveram como objetivo

Promover a ocupação definitiva e explorar os recursos da Amazônia. Por essa razão, a verdadeira fronteira urbana foi implantada pelo Estado na região antes mesmo da expansão da fronteira agropecuária e mineral que caracterizou o processo de ocupação: A essa fronteira associaram-se os núcleos nascidos espontaneamente e o crescimento de outros. Pois que os núcleos urbanos foram o lugar de mobilização e residência de mão-de-obra induzida a imigrar de todos os rincões do país; constituíram o nó de articulação das redes implantadas para promover a conectividade da região e desta com o país; concentraram os serviços básicos necessários à mobilização dos recursos e ao uso da população. (BECKER, 2013, p. 12).

Retomando a discussão de Becker sobre os surtos, uma de suas características é a dependência de fatores exógenos próprios de uma economia atrelada ao mercado externo. Esta dependência torna a cidade instável impactando no fluxo e contra fluxo de pessoas, numa espécie de vai e vem, de acordo com o momento da economia, em que a cidade atrai ou expulsa as pessoas. “Desta maneira no povoamento da Amazônia sempre predominou o espaço de fluxos: os núcleos nasceram, cresceram e continuam crescendo como ponto de apoio à circulação de matérias primas exportadas, de bens de produção e consumo importados, e da população.” (BECKER, 2013, p. 45) e com algum tipo de apoio do estado, pois a urbanização na região esteve vinculada aos projetos de desenvolvimento do Estado para a região. E Parauapebas é um protótipo desta tipologia de cidade, pois surge no limiar de um projeto de desenvolvimento do Estado, com o objetivo de exportar matéria-prima, incentivando o fluxo de pessoas e a consequente urbanização.

Neste sentido, a cidade planejada, da racionalidade, de uma concepção distanciada dos atores sociais, deu lugar àqueles que fizeram a cidade lugar vivido e experienciado, ressignificado, onde acontece as práticas cotidianas inscritas em trajetórias individuais e coletivas no processo de fazer Parauapebas conectado à mineração. A urbanização na Amazônia tem se dado no contexto de grandes projetos, fundada a partir do “meio técnico-científico-informacional”, caracterizado pela aplicação da ciência à técnica, por isto meio técnico-científico; mas este meio, estas técnicas são impregnadas de informação e transmitem, acumulam informação, por isto meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004). Uma vez que o Programa Grande Carajás exigiu a construção de um empreendimento industrial de complexa estrutura composto pela instalação de uma engenharia envolvendo mina-ferrovia-

¹¹ SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹² SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

porto no interior da floresta amazônica para a exploração dos recursos naturais com fins ao fornecimento de ferro para o mercado externo, desta feita o espaço amazônico em sua porção oriental passa a atender sobretudo aos interesses dos “[...] atores hegemônicos da economia, da cultura e da política incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização.” (SANTOS, 2006, p. 160), incorporados aos afazeres cotidianos do campo modernizado, nos diversos setores da economia, no caso aqui tratado na economia extrativista da mineração fundado na informação, o que leva para as cidades médias do interior um coeficiente de modernidade. Portanto,

[...] o meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais. (SANTOS 2004, p. 21).

Ao surgir no contexto do “meio técnico-científico-informacional”, o cotidiano da cidade é influenciado pelo tempo e espaço da mineração, passando a Amazônia Oriental a interagir política, econômica e culturalmente com as demais regiões do Brasil e com o mercado internacional. Para tanto, Santos utiliza-se de dois conceitos para explicar as relações no contexto da globalização sobre as relações entre local e global, verticalidade e horizontalidade. Para o autor,

Nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. (SANTOS, 2006, p. 192).

Horizontalidade está relacionada às relações que os indivíduos estabelecem entre si e como seu território nas práticas cotidianas da cidade: relações cidade – campo, trabalho-empresa, comércio local e regional, “implicando um esforço solidário dos diversos atores em um cotidiano de continuidade e contiguidade” e arranjos feitos pelos atores para se inserirem no território, agência e fazer da cidade espaço vivido, aquele experienciado. Por outro lado, a verticalidade é uma ordem imposta de fora, pelo racionalismo econômico dos agentes hegemônicos do capitalismo, “estabelecendo redes de dependência em torno do capital e

dos controladores desse capital”, com uma forte influência na ideia do espaço racionalizado. Quando não cria novos espaços, o recorte da verticalidade transforma os existentes no recorte da horizontalidade. Parauapebas é originária deste processo de influência daquele recorte, uma vez que surgiu no contexto da instalação do Programa Grande Carajás na Amazônia Oriental, “[...] onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é seu próprio, localmente constituído.” (SANTOS, 2006, p. 227). Portanto, o recorte da verticalidade implica em regiões que “[...] existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição.” (SANTOS, 2006, p. 192).

Parauapebas é um ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades, provocada pela atividade mineradora que produz uma dinâmica local e regional, a começar pelo próprio nascimento da cidade e a sua influência sobre os fluxos populacionais para a região, motivados pela busca de emprego e renda, assim como novos empreendimentos que, motivados pelo aquecimento da economia, se instalam na cidade. Neste sentido, não há como negar que a verticalidade econômica, imposta de fora, localmente influenciou e influencia o ritmo da cidade. É notável que com as oscilações do mercado externo sobre as exigências pela demanda do minério de ferro, ora a cidade vive um *boom* ora se arrefece, impactando o cotidiano dos cidadãos, redefinindo seus projetos e suas perspectivas na cidade, nos levando a ver a cidade como um processo e, do ponto de vista de seus atores sociais, como cidade vivida, cidade sentida, cidade em processo. Afinal, conforme Agier (2011, p. 38), “[...] a cidade já não é considerada ‘uma coisa’ que eu possa ver nem ‘um objeto’ que eu possa apreender como totalidade. Ela transforma-se num todo decomposto, um holograma perceptível, ‘apreensível’ e vivido em situação.”.

CAPÍTULO I

NASCIMENTO DE UMA CIDADE NO CONTEXTO DA MINERAÇÃO NO SUDESTE DO PARÁ

*No ano 82
Devido a Serra Norte
Com a demanda de minério
Que até hoje é muito forte
A Vale e seus empresários
Recrutavam operários
Muitos deram sorte.*

*As casinhas eram feitas
A pau-a-pik de açai
Pois ninguém jamais pensava
De fixar morada aqui
A mulherada e bebidas
Somente para curtir*

*Foi crescendo no Rio Verde
A primeira invasão
Depois a Cidade Nova
Que tinha tubulação
Para os bairros coligarem
Tiveram de desmatarem
Formando o bairro União.*

*Os trabalhos administrativos
Nesse tempo era apertado
Sempre surgindo invasões*

*Crescendo para todo lado.
(COSTA, s.d., n.p.)¹³*

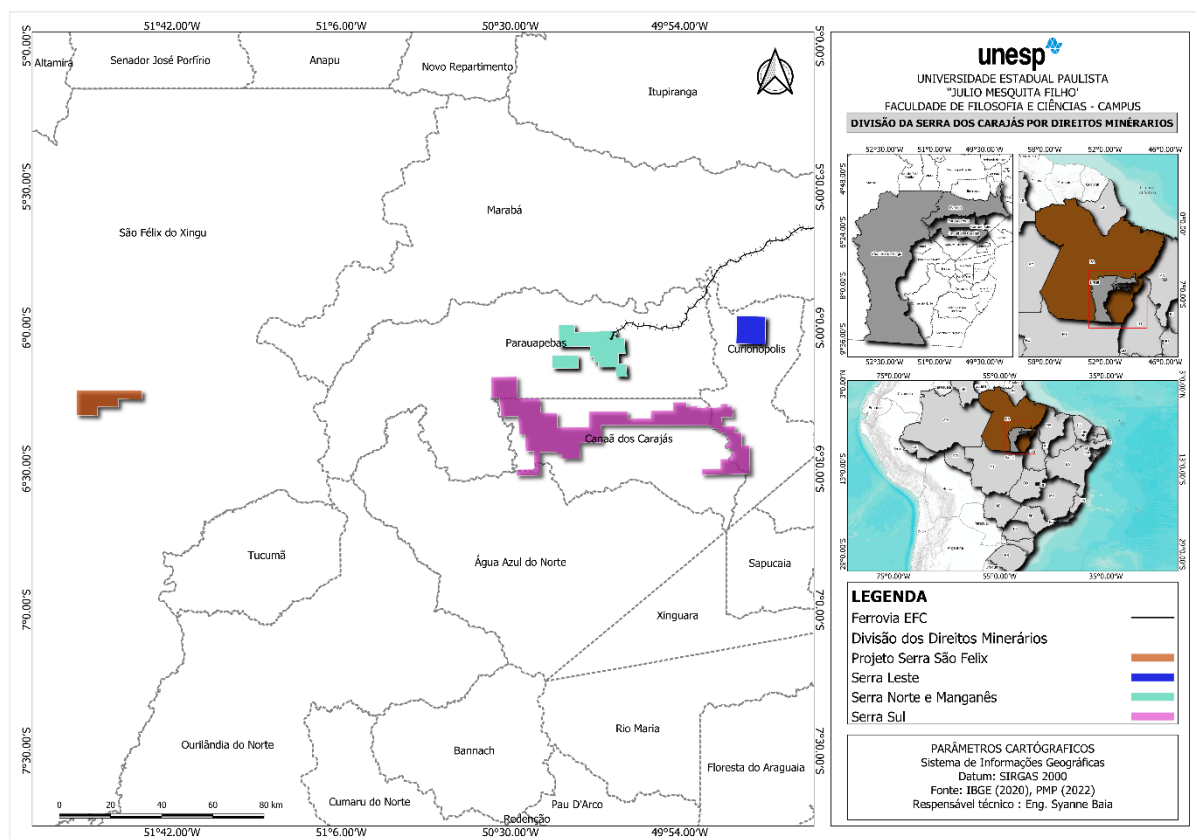
¹³ Antônio Pereira da Costa, conhecido como Maradona, e um escritor local, natural do estado do Maranhão, que chegou à Parauapebas, em 1981. Esta epígrafe faz parte de um conjunto de seus poemas que falam sobre a origem e as transformações de Parauapebas.

1.1 Parauapebas no contexto do Projeto Ferro Carajás

Que na época de quando ele [marido] subiu lá pra Carajás; eles tinham uma fala que eles falavam que era meio estranho, que eles iam furando. Porque eles não iam de carro, eles iam caminhando por meio dos matos, porque tinha segurança da Vale pra tirar de lá e voltar com eles pra baixo. (MARLENE, Setembro, 2021).

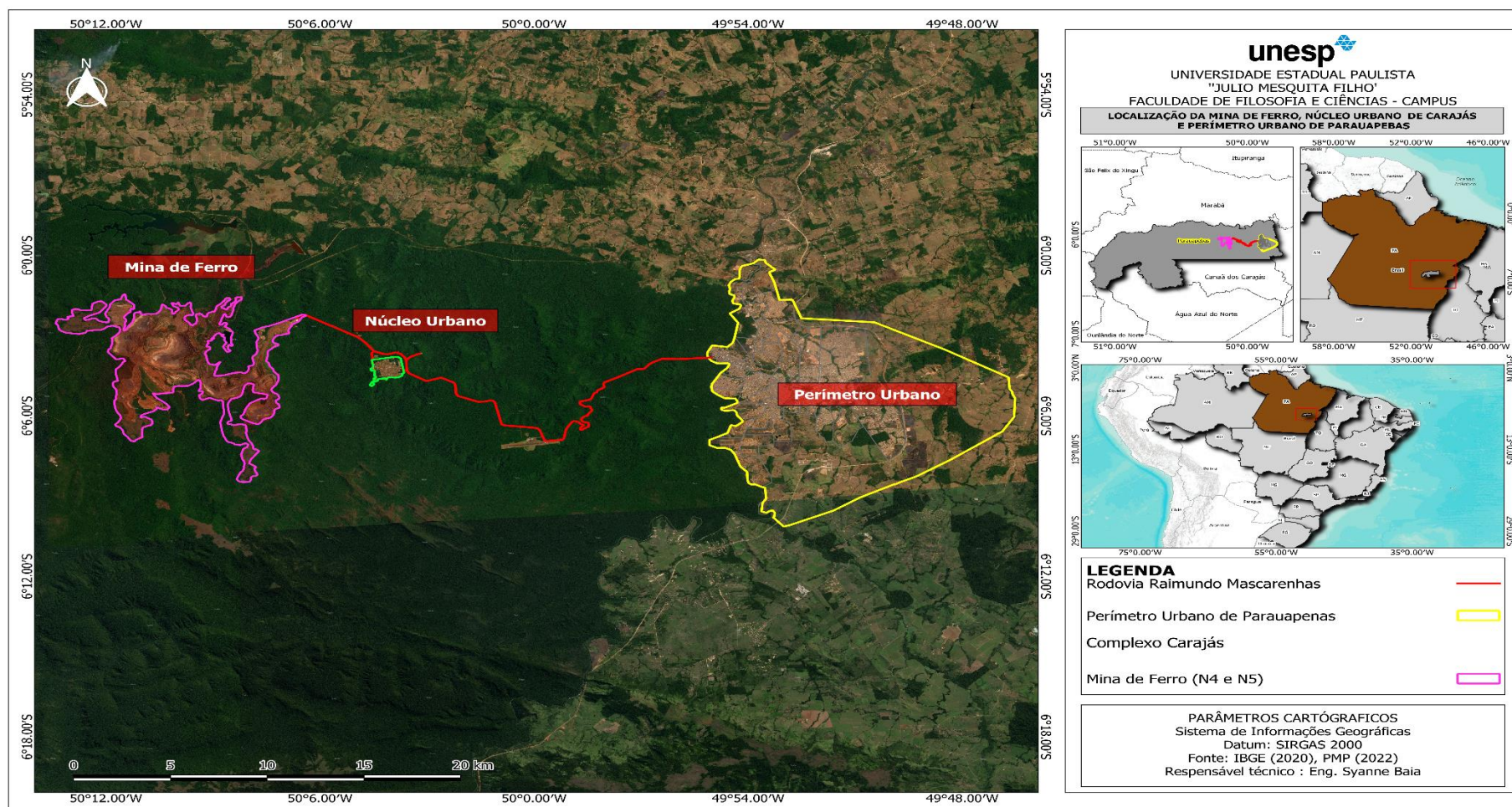
Para compreender o termo *furando*, mencionado por Dona Marlene, é necessário contextualizar espacialmente o campo de estudo. A Serra dos Carajás é caracterizada por uma grande cadeia de montanhas e acidente geográfico, subdivididas em Serra Norte, Serra Sul e Serra Leste, que formam a província mineral de Carajás. A região de que trata este estudo é a de Serra Norte, onde está localizada a Mina de Ferro Carajás, envolta pela Floresta Nacional de Carajás, Unidade de Conservação criada em 1998, no bojo da Programa Grande Carajás, como mostram os Mapas 2 e 3, a seguir.

Mapa 2 – Divisão da Serra dos Carajás em zonas por Direitos Minerários



Fonte: Elaborado pelo autor.

Mapa 3 – Localização da Mina de Ferro, núcleo urbano de Carajás e sede urbana de Parauapebas



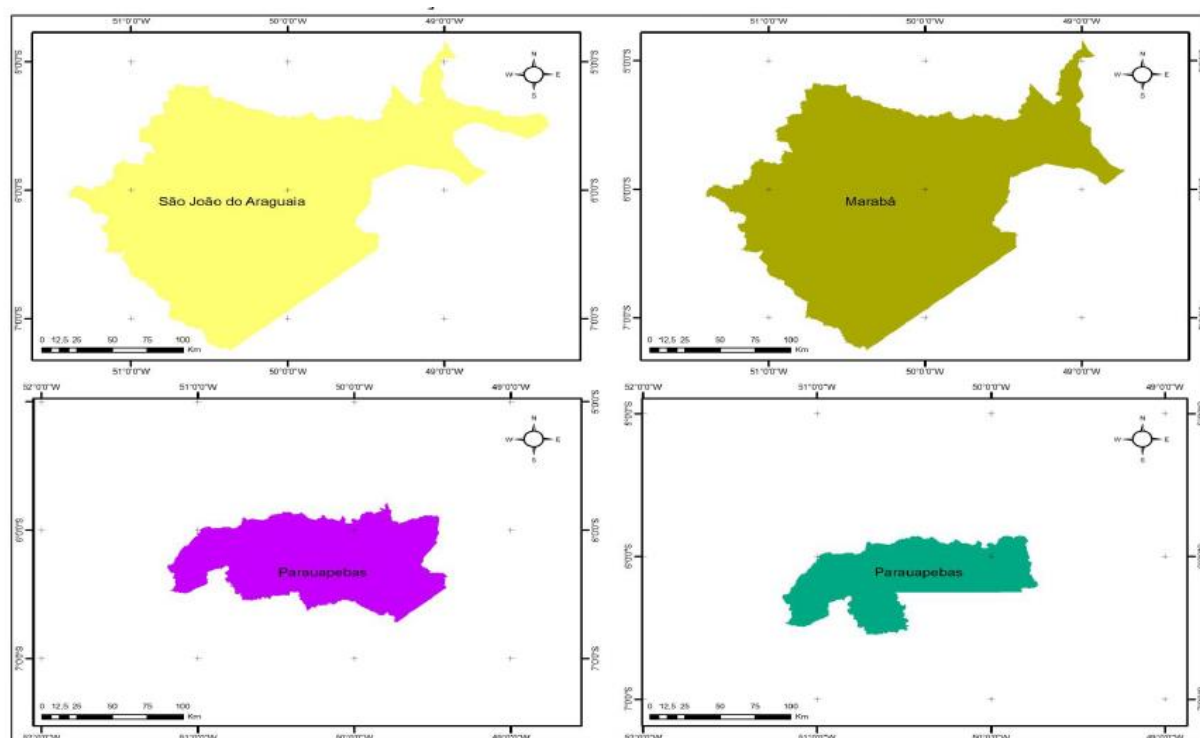
Fonte: Elaborado pelo autor.

No sopé da serra, foi projetado um núcleo urbano chamado de Parauapebas, porém era controlado e os lotes eram vendidos para quem tivesse condições de empreender. Por outro lado, surgiu uma ocupação espontânea contígua a Parauapebas, formada por migrantes em busca de trabalho, Rio Verde. Foi neste núcleo que o *monte de gente* em busca de emprego se fixou à espera de ser recrutado para vagas no projeto.

Entre o sopé da serra e a localização dos escritórios das empresas instalados na serra, eram aproximadamente trinta quilômetros de uma única rodovia de acesso, rodeada por floresta e permanentemente vigiada pelos seguranças da mineradora, e para adentrar a área era preciso de autorização e atravessar uma portaria que ainda hoje é a mesma que dá acesso à Floresta Nacional de Carajás, onde está a mina. Ao considerar esta breve espacialização é que o termo *furando* passa a ter sentido, pois com a expectativa de conseguir um emprego e *sem paciência* para esperar os encarregados das empresas é que grupos de homens deixavam os alojamentos e se embrenhavam na mata, derrubando barreiras humanas (seguranças da mineradores) e naturais (a floresta) e percorriam a pé mais de trinta quilômetros para chegar aos escritórios das empresas. Alguns tinham sorte de chegar sem serem pegos pelos seguranças, já outros eram capturados e enviados para o sopé da serra. O marido de Dona Marlene foi pego algumas vezes, mas acabou conseguindo. “Meu velho ainda foi umas duas vezes, assim ele me contava isso. Meu Deus como ele tinha coragem? Não. Mas Sozinho ele não ia não, ia com outras pessoas.”. Foi assim que ele conseguiu o primeiro emprego de carpinteiro em uma terceirizada da então Companhia Vale do Rio Doce, em 1985. Depois que conseguiam emprego, como a maioria dos trabalhadores era de outras regiões e vivia longe de suas famílias, as empresas disponibilizavam dias de folga para que eles as visitassem em seu lugar de origem. Geralmente, eram de cinco dias a uma semana de folga, em um intervalo de 3 a 6 meses. Eram nestas folgas que muitos dos trabalhadores traziam suas famílias para a região.

À época da chegada do marido de Dona Marlene à região, a localidade ainda pertencia ao município de Marabá, como ilustra o Mapa 4, a seguir. A história do município se remonta à década de 1960, quando se descobriu importante jazida de minério de ferro na região o que ocasionou uma acelerada ocupação do território incrementada com a descoberta de ouro em Serra Pelada, na década de 1980, logo, a sua ocupação está intimamente relacionada com a implantação do Projeto Ferro Carajás e ao Garimpo de Serra Pelada.

Mapa 4 – Evolução territorial do município de Parauapebas



Fonte: FISHER, 2014.

Otávio Guilherme Velho mencionou o Projeto Ferro Carajás em seu livro “Frentes de Expansão e Estrutura Agrária”, publicado em 1972. O antropólogo discorre sobre as frentes de expansão na Amazônia, na fronteira do Rio Araguaia, na região do município de Marabá. Este município é entrecortado pela Rodovia Transamazônica e, embora não tenha chegado à Marabá, a rodovia Belém-Brasília teve forte influência sobre sua dinâmica social e econômica. Mas as rodovias são somente uma das frentes abordada pelo autor, pois ao se remontar às frentes de expansão desde o século XVI, no Brasil, Otávio Velho viu em Marabá um campo privilegiado para analisar as diferentes frentes de expansão que a região comportou: a pastoril, extrativismo, pecuária, mineral e agrícola. Numa espécie de bricolagem, o livro trata cada uma das frentes e suas transformações ao longo do tempo, considerando como cada uma vai criando as condições para o surgimento de uma nova e os atores presentes em cada uma delas, como o camponês, o comerciante, o latifundiário, o estado, dentre outros, assim como os conflitos existentes, os contingentes migratórios advindos principalmente do nordeste, mas também os goianos, mineiros e sulistas que adentraram a região em busca de novas terras para uso a depender da frente da ocasião. A frente mineradora abordada no livro trata-se do diamante e do cristal de rocha, ainda rudimentar, sem emprego do tecnicismo empregado na década de

1980 com a exploração de ferro. O Projeto Ferro Carajás aparece no livro de Velho, porém como uma possibilidade futura. No final da década de 1960, como o próprio autor cita,

Uma empresa subsidiária da poderosa United States Steel passou a pesquisar há alguns anos importantes jazidas de ferro na serra dos Carajás, situadas no interior do município de Marabá, na direção do Xingu, em área isolada, a 700 metros de altura e trinta minutos de voo da cidade de Marabá. Os trabalhos de prospecção revelaram tratar-se de jazidas pelo menos tão importantes quanto as do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, com o que o Brasil passaria do terceiro para o primeiro lugar no mundo em reservas de ferro. O teor de pureza do ferro é dos mais altos. Além do ferro, descobriu-se também manganês, estando avançados os trabalhos de prospecção. (VELHO, 2013, p. 149).

Otávio velho referiu-se a este acontecimento como um terceiro tempo, “[...] que vai sendo gerado de uma maneira praticamente autônoma de tudo o que vem ocorrendo na região. É como um segundo ‘reverso da medalha’.” (VELHO, 2013, p.149). Para o autor, estava se desenrolando uma frente sem “história local”, sem conexão ou desdobramento das frentes de expansão anteriores, na região. Neste sentido,

As autoridades municipais não são consultadas sobre o que vai ocorrendo, as negociações sendo realizadas em altas cúpulas, absolutamente inacessíveis – sem nenhuma exigência de mediação local e sem serem sequer perceptíveis com clareza ao nível local as quais envolvem grandes interesses capitalistas internacionais. (VELHO, 2013, p. 150).

Além do que,

Uma exploração mineral em grande escala não traz necessariamente por si um clima de prosperidade. Porém, se levarmos em conta que não se trata mais de uma região isolada, nem velha e decadente, mas de uma região que por muitos outros motivos está em expansão, e, nos anos por vir, exatamente na direção do Xingu, é de se imaginar as consequências que advirão. (VELHO, 2013, p. 150).

Em se tratando de uma frente de expansão por vir, os desdobramentos vieram dez anos após a publicação do livro “Frentes de Expansão e Estrutura Agrária”, porém, em se tratando do avanço do capitalismo monopolista na Amazônia, Velho estava correto ao se referir a algo autônomo do que vinha acontecendo na região. A instalação do Projeto Ferro Carajás encontrou um cenário favorável, principalmente ao que se refere à mão de obra disponível na região que seria absorvida pela indústria da mineração para viabilização do empreendimento. A mineração tornou-se uma grande consumidora de pessoas expulsas do campo devido aos conflitos na região oeste da Maranhão, Sul do Pará e norte do Tocantins e também do Garimpo de Serra Pelada.

Desta forma, seguindo o fio condutor de Frentes de Expansão e Estrutura Agrária, a mineração industrial tornou-se a nova frente econômica na região de Marabá, na Amazônia Oriental. De acordo com a história oficial, esta frente dá os primeiros passos em 1967, quando é descoberto minério de ferro na Serra dos Carajás, pela Cia. Meridional de Mineração (subsidiária da UNITED STATES STEEL Co.), empresa multinacional estadunidense que realizava pesquisa mineralógica e prospecção mineral na região. Conta a história que o geólogo Breno Augusto dos Santos, empregado da Cia. Meridional de Mineração (U.S.STEEL), em uma destas missões de pesquisa e prospecção, ao sobrevoar a região de helicóptero, onde hoje está localizado a mina de ferro Carajás, teve que fazer um pouso de emergência no local, onde daí descobriu o minério. Esta história da descoberta é amplamente divulgada na região, porém não deixa de ser contestada, a exemplo de Umbelino de Oliveira (1987), que nos lembra que o governo militar já havia feito modificações no código de mineração, permitindo a presença de empresas multinacionais, através de subsidiárias no Brasil, para atuarem no setor de pesquisa. Em 1966, um ano antes do geólogo da Meridional Mineração fazer o pouso de emergência, a CODIM (UNION CARBIDE – subsidiária desta multinacional) havia descoberto manganês, nas proximidades de Carajás, mais precisamente na Serra do Sereno, além de ter feito levantamento aerofotogramétrico (OLIVEIRA, 1987). Buscando confirmar sua tese de que não foi ocasional a descoberta de minério de ferro em Carajás, Oliveira recorre ao trabalho “Projeto Ferro Carajás” publicado pela própria CVRD. Conforme o documento,

[...] a prospecção mineral local, a nível empresarial, só teve início com a atuação da CODIM, subsidiária da UNION CARBIDE, que, em 1966, alertada por notícias de indícios de minério de manganês, desenvolveu um projeto nas proximidades de Marabá, descobrindo depósitos de minério na Serra do Sereno. Tal fato motivou a UNITED STATES STEEL a também iniciar um amplo programa de prospecção de manganês, através de sua subsidiária no Brasil, a Cia. Meridional de Mineração. No início desse programa revelou-se o imenso potencial ferrífero da região. (CVRD¹⁴ apud OLIVEIRA 1987, p. 45).

Ou seja, um ano antes da “descoberta oficial” já havia registro do potencial ferrífero na região de Carajás e, para Umbelino de Oliveira, a ideia da descoberta ocasional é descartada. Curiosamente, há outros registros que contestam a “história oficial”, como os relatos de Hilmar Harry Kluck. Hilmar, gaúcho de Bagé, chegou ao Pará, na década de 1950, onde enveredou pelo indigenismo e sertanismo, assim como foi topógrafo e assessor legislativo da Prefeitura Municipal de Marabá e, anos mais tarde, Diretor da Câmara Municipal de Parauapebas. Como

¹⁴ CVRD – Companhia Vale do Rio Doce – (19--)-- “Projeto Ferro Carajás” – Rio de Janeiro.

indigenista e sertanista, participou do contato com índios de cinco grupos étnicos: Assurini, Xikrin, Gavião, Suruí e Arara, que habitavam nas regiões dos rios Araguaia, Tocantins, Xingu e Tapajós. Como topógrafo, foi contratado para percorrer o Rio Branco (Rio Parauapebas), para a pesquisa de viabilidade da construção de uma micro hidrelétrica. O relatório final da expedição fazia menção à ocorrência de minérios de ferro e manganês. Essas amostras foram encaminhadas ao Governo do Estado do Pará. Como já havia um reconhecimento como indigenista e sertanista, em 1966, ele foi contratado pela empresa Norte Americana Union Carbide, por meio de sua subsidiária no Brasil a CODIM, para dar orientação na floresta. Prestou serviços para a Meridional, empresa de pesquisas geológicas responsável pela localização da Província Mineral de Carajás. Foi esta experiência na região que anos mais tarde Hilmar Harry Kluck relatou em textos não publicados, mais especificamente, sobre a descoberta de minério de ferro em Carajás.¹⁵

No relato intitulado “A intrigante e verdadeira história da descoberta do ferro da Serra dos Carajás, a maternidade, o berçário e creche da cidade de Parauapebas”, sem data, Kluck descreve os antecedentes da fatídica descoberta de Carajás. Assim como Umbelino de Oliveira, Kluck deixa claro que não se trata de uma descoberta “ao acaso”, mas de uma trama de interesses de multinacionais presentes na Amazônia, na década de 1960. Como dito acima, Kluck conhecia bem a realidade Sul e Sudeste do Pará e por fazer parte das equipes de trabalho das multinacionais presentes no território, como a subsidiária da norte-americana Union Carbide no Brasil, a CODIM e também da Meridional Mineração, subsidiária da UNITED STATES STEEL, acabou por presenciar ocasiões reveladoras sobre a descoberta de Carajás. No relato citado, o sertanista se refere a este momento como uma “aventura recheada de lances pitorescos e insólitos, muitos deles até hoje obscuros, e que remontam a 1965.” Neste ano, o Ministério de Minas e Energia, por meio da prestação de serviço de uma empresa denominada Prospec S.A., realizou pesquisa na região de Carajás com um programa de aerofotogrametria, processo altamente moderno à época, pois permitia fazer um raio x do solo e identificar possíveis minérios. Kluck relata que ao sobrevoar a área onde hoje é a Mina de Ferro Carajás, através das fotos, os técnicos identificaram calcário, sendo mais tarde tratado como um equívoco, pois aquilo observado seria o minério de ferro. “Oficialmente tratou-se de um erro fotogeológico. Se não fosse o erro técnico, Carajás teria sido descoberto dois anos antes, pelo

¹⁵ Este pesquisador teve acesso a estes relatos escritos no Museu Municipal batizado com o nome do gaúcho de Bagé.

próprio governo brasileiro.” (KLUCK, [19–]). A mesma informação é encontrada no Jornal Opinião, na edição 0045 de 1973, onde se lê:

Antes da descoberta dos geólogos da U.S. Steel, técnicos brasileiros que participavam do Projeto Araguaia – cujo objetivo era levantar as riquezas da região do Araguaia – estiveram perto do local e classificaram as formações montanhosas do local como sendo provavelmente desprezíveis ocorrências de calcário. (A GRANDE..., 1973).

Em 1966, a CODIM se lançou à procura de manganês no subsolo amazônico, pois a matriz Union Carbide queria diversificar suas fontes de suprimento de manganês, já que sua principal mina na Índia estava em fase de esgotamento. O manganês foi encontrado na Serra do Sereno, a leste de Carajás, atravessando a margem direita do Rio Itacaiúnas. Nestas expedições, a equipe de geólogos da CODIM informou ao governo do Pará a possível ocorrência de ferro na região, em 1967 encontraram hematitas e canga ferruginosa em Serra Leste. Conforme Kluck, após este comunicado, a equipe recebeu ordem da diretoria da empresa para saírem do local e se transferirem para outra região, Altamira, no rio Xingu. Mesmo com esta descoberta, a CODIM não requereu o direito de mineração, fato considerado estranho pela equipe. Após o episódio, a 22 de agosto de 1967, a Meridional descobriu oficialmente a grande reserva de ferro ao Norte de Carajás (Fotos 1 e 2, a seguir). E como os jornais da época divulgaram “[...] os trabalhos de prospecção e medição das jazidas de Carajás começaram no final de 1971, tempos depois que uma equipe de brasileiros a serviço da poderosa U.S. Steel, percorrendo a região em busca de manganês, encontrou por acaso as imensas reservas.” (A GRANDE..., 1973).

Foto 1 – Engenheiro Breno Augusto e a descoberta de minério de ferro em Carajás



Fonte: GOMES, 2021.

Foto 2 – Primeiro pouso na clareira em Carajás, 26 de agosto de 1967



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.¹⁶

Para Kluck, a Carbide Union quis evitar conflitos com a U.S. Steel, tradicionalmente atuante no setor e que constituía a principal consumidora de aços especiais fabricados pela Union Carbide. Sendo assim, a U.S. Steel requereu todo o Sul do Pará, 160 mil hectares com potencial para 18 bilhões de toneladas de ferro de elevado teor, dentre outros minérios.

As informações trazidas por Umbelino de Oliveira e Kluck nos fazem desconfiar da história contada na região sobre a descoberta “ao acaso” de Carajás e contextualizam a Amazônia enquanto lugar de busca de riquezas minerais por empresas multinacionais, na segunda metade do século XX. E, devido à forte presença de multinacionais fazendo pesquisa na Amazônia, o governo brasileiro resolveu reagir. Após pressão do Congresso Nacional e de organizações civis e acadêmicas, foi criada a Docegeo, empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, responsável por realizar pesquisas na Amazônia a partir da década de 1970 (OLIVEIRA, 1987).

Por fim, discutido que o “acaso” foi mera criação da história da descoberta de Carajás, cabe prosseguir com o processo de exploração de ferro na região. Passado 1967, em 1970, foi feito um acordo entre a U.S. Steel, por meio de sua subsidiária, a Companhia Meridional de Mineração, e o governo brasileiro sobre a exploração da jazida de ferro Carajás. Desta forma, foi criada a Amazônia Mineração S.A. – AMZA - sendo que a brasileira CVRD entra em cena

¹⁶ Todas as fotos foram cedidas pelo museu.

com 51% e a U.S.Steel com 49% das ações, e cujo objetivo era iniciar a exploração e exportação do minério de ferro na região (OLIVEIRA, 1987). Além dos 49% da AMZA, a U.S. Steel também teria como prerrogativa a opção de compra da metade dos minérios extraídos em Carajás para seu próprio consumo ou para suas subsidiárias. Conforme o relato de Kluck ([19–]),

O contrato assinado entre as duas sócias foi feito de forma a beneficiar de todas as maneiras a estrangeira, que detinha as principais diretorias da Amazônia Mineração. Além disso, qualquer proposta precisava ser aprovada por cinco diretores, sendo três da U.S. Steel. Com este controle nas mãos, o grupo norte-americano conseguiu retardar o andamento do projeto por vários anos, atendendo apenas aos seus próprios interesses. Isso porque a partir de 1973, a recessão econômica mundial abalou fortemente a indústria siderúrgica, revertendo os planos do cartel do aço quanto à exploração de minérios de países periféricos. A idéia era guardar Carajás como reserva estratégica para o futuro. Mas o futuro para a U.S.Steel nada tinha a ver com o futuro do Brasil, que continuava acumulando os prejuízos com o atraso.

Contudo, esta associação foi rompida em 1977, porque, como analisa Oliveira,

A crise mundial de 73 (petróleo) e a exploração do minério em outras regiões do mundo fizeram com que os norte-americanos “desistissem” do negócio, e assim a CVRD compra a parte da Meridional na AMZA por 50 milhões de dólares, em 15/06/1977. (OLIVEIRA, 1987, p. 45).

Por conseguinte, é extinta a AMZA e a estatal brasileira Vale do Rio Doce passa a ter o controle de Carajás. É neste contexto que é formulado o Programa Grande Carajás – PGC. Registra-se aqui o início da ocupação provocada pela mineração na região, uma vez que depois de descoberta a jazida, iniciam-se serviços, como medir e estimar os volumes das reservas por equipe formada por geólogos e auxiliados por trabalhadores que chegavam à serra por meio de helicópteros, pequenos aviões DC-3, com a tarefa de construir as primeiras instalações. O jornal da época da conta que em 1973,

Dos 18 geólogos, permaneceram apenas quatro no local, aguardando o final dos longos estudos de viabilidade e os cronogramas financeiros. Na verdade, os 210 homens que trabalham em Carajás permanecem em estado de espera [...] por novos personagens desta aventura mineral paraense. (A GRANDE..., 1973).

Os resultados das pesquisas, em 1972, sobre as reservas de minério de ferro em Carajás foram extremamente animadoras, pois as reservas foram avaliadas em 18 bilhões de toneladas. com teor de 66%, localizadas em quatro jazidas (Serra Norte, Serra Sul, Serra Leste e Serra São

Felix), iniciando-se assim os estudos de viabilidade técnica e econômica para a exploração e pedido de direito de lavra ao DNPM (VALE, 2012). Assim,

As conclusões desses estudos foram apresentadas em maio de 1974 e, neste mesmo ano, o DNPM autorizou a lavra das jazidas. O Projeto Ferro Carajás, orçado em US\$ 930 milhões, propunha-se a extrair 12 milhões de toneladas anuais de minério de ferro a partir de 1979 e alcançar uma produção de 50 milhões de toneladas por ano até 1985. O destino do minério seria, prioritariamente, os mercados norte-americano, europeu e japonês. Para o escoamento do minério da boca da mina até o litoral deveria ser construída uma linha férrea, com 892 quilômetros de extensão, ligando Marabá (PA) até Ponta da Madeira, na Baía de São Marcos, no município de Itaqui (MA), próximo a São Luís, onde seria instalado um porto com capacidade para receber graneleiros de até 280 mil TPB. Tratava-se da Estrada de Ferro Carajás. (VALE, 2012, p. 165).

Embora os estudos tenham sido concluídos em 1974, o início das obras se deu em 1979, com a construção de 82 quilômetros da Estrada Ferro Carajás, isto porque, como vimos acima, aconteceu a trama entre a CVRD e U.S.Steel, acusada de atrasar a implantação do empreendimento. A partir de 1979, sob o governo João Figueiredo, as obras aceleraram. Assim, Carajás torna-se o projeto prioritário da Vale do Rio Doce, não sem antes fazer um novo estudo de viabilidade depois do rompimento com a multinacional norte-americana. Conforme documento da empresa,

A primeira providência da “nova” AMZA, agora inteiramente controlada pela Companhia Vale do Rio Doce, foi realizar novos estudos para reavaliar a escala de produção mais adequada ao projeto e verificar as possibilidades de uma racionalização de seus custos, os quais, orçados em US\$ 930 milhões em 1973, já alcançavam, então, cerca de US\$ 3,5 bilhões. Do resultado desses estudos chegou-se à meta de produção inicial de 20 milhões de toneladas anuais, a partir de 1984, com vistas a atingir 35 milhões em 1987. Os custos do projeto foram reavaliados para US\$ 2,4 bilhões. Paralelamente, a CVRD intensificou as negociações na busca de novos investidores estrangeiros e de financiamentos externo e interno para as obras necessárias. (VALE, 2012, p. 165).

Ainda em fase de estudos, o início da exploração mineral em Carajás contou com algumas poucas centenas de funcionários das empresas no cume da serra, porém preparava-se um terreno para dali a 10 anos milhares de pessoas se destinarem para a implantação da mina e da estrada de ferro Carajás, transformando subitamente as paisagens naturais no sopé da serra e iniciando um núcleo urbano que terá seu povoamento e ocupação marcado por incrementos populacionais ao longo de sua história recente. O incremento demográfico (VELHO, 2013) será provocado pelo Programa Grande Carajás proposto pela CVRD ao Governo Brasileiro e oficializado pelo Decreto-Lei N ° 1.813, de 24 de novembro de 1980, cujo objetivo foi instituir regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, que contemplava uma área aproximada de 900.000 km (Mapa 5, a seguir), entre os

estados do Maranhão, Pará e Tocantins, com fins de extração de minério de ferro, manganês, cobre, níquel e produção de ligas. Conforme Loureiro,

O desenvolvimento do potencial mineral da Amazônia pôs em marcha o maior entre os grandes projetos amazônicos e aquele onde se potencializaram todos os problemas e conotações presentes nos demais casos. Trata-se, na verdade, de um programa onde um conjunto de projetos econômicos e infra-estruturais estão presentes, com vistas à implantação de um grande pólo siderúrgico na Amazônia. Abrangendo uma extensa área que se estende do Maranhão ao Sul do Pará e à parte Norte do estado de Tocantins (antes estado de Goiás), o Programa Grande Carajás – PGC e sua área de influência direta abrangem uma extensão de 895.265 km². Isto corresponde a 10,6%, aproximadamente, de todo o território nacional e a um total de 241 municípios. Compreende 96% da área da Maranhão, 42% do Pará e 9% de Tocantins. (LOUREIRO, 1992, p. 19).

Mapa 5 – Área do Programa Grande Carajás



Fonte: PINTO, 2022.

O financiamento externo viria com o empréstimo do Banco Mundial na casa dos US\$ 305 bilhões, com algumas condicionantes para o Brasil. No período de 1979 a 1985, o projeto integrado (Mina – Usina – Ferrovia - Porto) foi concluído: a Estrada de Ferro Carajás, com uma extensão de 892 km entre Pará e Maranhão, o complexo industrial da mina em Carajás, no Pará, os portos de Ponta da Madeira (exclusivo para embarque de minério) e o porto de Itaqui (carga a granel), ambos em São Luís no Maranhão, o núcleo urbano de Carajás, um *company town*, no interior da floresta, a 200km de Marabá, para residência inicial de 10 mil empregados da mineradora e suas famílias, com uma robusta infraestrutura como hotéis, hospital, bancos, aeroporto, restaurantes e teatro, e a construção de um núcleo urbano no sopé da serra,

denominado vila de Parauapebas, onde foram construídos um hospital, uma escola, um centro de triagem, um reservatório de água e a delegacia, áreas reservadas para implantação de serviços e comércios por quem pudesse fazê-lo de acordo com uma lista de exigências, limitando os possíveis pretendentes de a cumprir. Mais tarde, em vila Parauapebas, como veremos a diante, na década de 1990, a Vale construiu residências que serviam de república para abrigar os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Carajás. Becker (1997) referiu-se à vila de Parauapebas, inicialmente projetada para 5 mil habitantes, como um “[...] lugar capaz de reter a migração no sopé da cidadela. Aí, uma guarita com um posto da Polícia Federal, a ‘portaria’ para a CVRD e a ‘barreira’ para a população extramuros, controla pessoas e mercadorias.” (BECKER, 1997, p. 73). Ressalta-se que antes da construção do núcleo urbano de Carajás, um núcleo urbano provisório, a Vila de N5¹⁷, havia sido instalada para dar suporte aos trabalhadores da construção do complexo industrial de Carajás, alojando milhares de trabalhadores – há registros de 23 mil homens (BECKER, 1997) - originários de diferentes regiões do Brasil, sobretudo do Estado do Maranhão.

Foto 3 – Vila de N5



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

¹⁷ “Durante a fase de construção do Projeto, estimada em 4 anos para implantação e pré-operação, foi necessária a montagem de um núcleo provisório, na Serra dos Carajás, para os empregados das firmas empreiteiras e de fiscalização da obra (CVRD). Para abrigar um efetivo de pessoal flutuante em função das etapas de construção, é destinada um área propositadamente insuficiente e localizada sobre uma jazida, com o objetivo de desestimular posteriormente a permanência deste polo de ocupação urbana dentro da área industrial. São então construídas, aproximadamente 600 casas para os funcionários de nível médio e superior da Vale e inúmeros alojamentos para ‘peões’ das empreiteiras”. (PIQUET, 1988, p. 16).

A implantação da infraestrutura do PFC iniciou-se em 1982 e tem sua primeira fase acabada em 1985, quando se dá a primeira exportação de carga de minério. Este período é fortemente marcado por um incremento demográfico, como nos relata Velho, quando se trata de uma frente de expansão desta magnitude. Para Aziz Ab'Saber (2004), a região passava por uma multiplicidade de obras vinculadas ao Projeto Carajás que por sua vez atraiu mão-de-obra braçal. Nos fins da década de 1970 e início de 1980,

[e]stavam em pleno andamento as obras que complementaram o núcleo residencial e administrativo provisório. Ultimava-se a construção do aeroporto, na categoria cartão de visita do projeto. Iniciavam-se as obras de implantação do núcleo residencial definitivo, em uma grande clareira aberta nos altos florestados da Serra, tudo sob a batuta de um correto paisagismo ecológico. Iam adiantados os trabalhos da construção da Ferrovia Carajás-São Luís, incluindo trechos essenciais, a grande pêra ferroviária da base da Serra incluindo obras conexas para tratamento e embarque de minério. E, na outra ponta, construía-se o terminal portuário da Ponta da Madeira, envolvendo o sistema mina-ferrovia-porto e culminando com a interligação entre o Sul do Pará, o Sudoeste do Maranhão, a Baixada Maranhense e a cidade de São Luís. (AB'SABER, 2004, p. 239).

Veremos mais a seguir que contíguo à vila de Parauapebas e anterior ao seu surgimento, surgiu um núcleo urbano, a Vila Rio Verde, uma ocupação espontânea às margens da PA 275, resultante das ocupações decorrentes dos fluxos de pessoas que se ancoraram na região em busca de emprego em Carajás ou do Garimpo de Serra Pelada.

1.2 Apontamentos sobre Serra Pelada

Antes de prosseguir, faz-se necessário abordar um outro movimento ocorrido nas vizinhanças de Carajás, que vai contribuir para a ocupação e povoamento de Parauapebas. Trata-se do garimpo de ouro de Serra Pelada, com distância aproximada de 50 km daquele município. Não procurarei aqui fazer uma leitura minuciosa do surgimento de Serra Pelada e seu cotidiano, tal empreitada já foi realizada por outros pesquisadores, o intuito é evidenciar como este evento influenciou na expansão da cidade.

As narrativas locais e a história regional dão conta de que o surgimento do garimpo de Serra Pelada está relacionado ao achado de uma pepita de ouro, em 1979, por um vaqueiro da Fazenda Três Braços, de propriedade de um fazendeiro chamado Genésio, no atual município de Curionópolis, que à época ainda pertencia à Marabá. Em pouco tempo, o achado “*correu o mundo*” e, ainda no início da década de 1980, aproximadamente 30 mil homens estavam no local (Foto 4). Portanto, o garimpo surge como estratégia de sobrevivência para uma massa de trabalhadores sem-terra e sem emprego (BECKER, 1997).

Foto 4 – Um pouso em Serra Pelada



Fonte: MUSEU DA PESSOA:

ACERVO PESSOAL DE BRENO AUGUSTO DOS SANTOS, 2022.

O auge da exploração manual de ouro em Serra Pelada se deu nos primeiros anos da década de 1980, entre 1980 e 1983, simultâneo à construção das instalações de Carajás. Após a descoberta de ouro, a CVRD reivindicou o direito de exploração, entrando em conflito com os garimpeiros. Conforme Becker (1997, p. 77),

A descoberta do ouro no início de 1980 e a política oficial de liberação das áreas de pesquisa mineral para garimpagem provocaram uma explosão do fluxo migratório, sua população crescendo para 20 mil pessoas em menos de dois meses. Com esse ato, o governo federal agradou os políticos locais e as empresas agropecuárias interessadas em ter disponível a mão-de-obra, fora de suas fazendas, mas contrariou os interesses da Docegeo, subsidiária da CVRD, que detinha os direitos de pesquisa e lavra da serra pelada desde 1974. Face à ocupação da serra pelos garimpeiros, o governo federal interveio diretamente por meio do Conselho de Segurança Nacional (CSN) – na verdade o Serviço Nacional de Informações (SNI), na pessoa do “Major Curió”, seu agente secreto – e do Departamento Nacional de Produção Mineral. Permitiu o garimpo manual até 1982, quebrando o compromisso com a Docegeo, mas estabeleceu o registro oficial dos garimpeiros e a venda exclusiva do ouro à Caixa Econômica Federal, tornando a serra Pelada um território fechado com duas guaritas, uma outra cidadela, semelhante à de Carajás, porém construída espontânea e artesanalmente.

O pai de Dona Mirna é um destes homens que chegaram à Serra Pelada no início da década de 1980, como ela própria narra:

Meu pai deixou a mamãe com a gente e foi pra Serra Pelada, naquela história daquelas formiguinhas, caçando ouro. E lá ele trabalhava e o pouquinho que ele arrumava ele vinha deixava pra gente e voltava pra trabalhar. Em 86 meu pai trouxe a minha mãe

com os filhos, quando eu ainda tava em Belém, meu pai trouxe minha mãe e todos os meus irmãos pra Serra Pelada. Depois que aceitaram trazer as famílias, porque teve uma época que não entrava não. Era só os homens! Era só os garimpeiros! Aí em 86 foi quando liberaram e meu pai foi buscar minha mãe e vieram pra Serra Pelada. (MIRNA, Setembro, 2021).

Dona Mirna é maranhense do município de Chapadinha e, ainda quando criança, os pais se mudaram para o Codó e em 1980 foram para Maracaçumé. Com 12 anos de idade, em 1981, os pais a mandaram para Belém para ser babá e estudar. A família que a levou para Belém era parentes de conhecidos no Maranhão, como ela conta, “Era aquele povo que vem: ‘Ah eu quero uma filha sua pra ir trabalhar na minha casa’, porque quando você tinha uma mocinha eles mandavam, e aí meu pai me mandou pra lá”. Dona Mirna ficou na capital paraense até os 19 anos de idade, quando foi para a capital maranhense, São Luís, e ficou até os 24 anos de idade, e retornou para Maracaçumé, grávida de 9 meses, onde teve suas primeira e segunda filhas. Em 1990, o seu pai a trouxe para Serra Pelada. Em uma de suas visitas a seus pais na Serra Pelada, em 1986, ela teve a seguinte impressão:

Olha, o garimpo era muito intenso, era aquele bando de buraco com aquele bando de homem trabalhando dentro, tipo um bando de formiguinha mesmo, e quando eu voltava pra Belém eu voltava com aquela tristeza de ver meu pai ali dentro daquele buraco trabalhando, de dia ele trabalhava na casa, de noite ele era vigia, e as vezes ali tinha muita confusão tinha muita morte, as vezes as barreiras desabavam, morria muita gente, e a gente ficava lá e ficava pensando, será como é que tá o meu pai? E aí a gente vai levando a vida e graças a Deus nunca aconteceu nada com meu pai dentro do garimpo, ele veio falecer mesmo mas já foi aqui, vai fazer 11 anos que ele faleceu mas já foi aqui. (MIRNA, Setembro 2021).

Assim como o pai de Dona Mirna, outros maranhenses, antes de morarem em Parauapebas, passaram pelo Garimpo de Serra Pelada, trabalhando com comércio, ajudante de garimpeiros e como garimpeiros. É o caso de Eliane, empregada doméstica, mãe de dois filhos. Natural de Imperatriz, ela chegou ao Garimpo com cinco anos de idade. Após a morte da mãe, seu pai, que já estava separado da família e morando em Serra Pelada, em 1982, buscou os cinco filhos e alugou uma casa para eles, deixando-os sob os cuidados do irmão mais velho, que na época tinha 18 anos de idade. O seu irmão mantinha a família trabalhando como “carregador de saco de barro”, pois não havendo máquinas, a terra tirada da cava da mina era carregada em sacos pelos ajudantes. Em 1993, ela e os irmãos se mudaram para Parauapebas, no momento da *invasão* de uma fazenda, formando assim o atual Bairro da Paz. Valter, maquinista da empresa Vale, vivendo na região desde a década de 1980, e empregado na empresa desde 1977, contou que não teve dificuldades para se adaptar à região, pois conhecia

a região por meio dos seus parentes que eram comerciantes em Serra Pelada e que, após o fechamento do Garimpo, os parentes vieram morar em Parauapebas.

Não é incomum escutar essas histórias na cidade. Na verdade, faz parte do processo dos deslocamentos e ocupação de Parauapebas. Muito antes do deslocamento em massa, os garimpeiros já tinham uma relação com Parauapebas, pois durante a primeira metade da década de 1980, em Rio Verde, localizava-se o chamado *inferninho*, um aglomerado de bares e prostíbulos onde garimpeiros e trabalhadores do projeto praticavam lazer (bebida e sexo) (Fotos 5 a 8, adiante). Dona Benta nos conta que os garimpeiros ganhavam dinheiro em Serra Pelada e vinham gastar tudo no *inferninho*. Primeiramente este conjunto de bares estava localizado na atual avenida Liberdade, no Bairro Verde, depois se concentraram na atual Avenida Fortaleza (antes rua do Meio) e do Arame, no mesmo bairro. “E de fato mesmo! Essas ruas proporcionavam a bebida, noite fácil... Até porque lá em cima, era proibido beber” (PAULO, Setembro, 2021). “Naquela época era boate de ponta a ponta... todas as duas, só existia um comércio no meio da Rua do Meio; era uma mercearia e o resto era tudo boate.” (ANTÔNIO, Outubro, 2021).

A rua do meio, ou *inferninho*, aqui é interpretado à luz do conceito de “região moral” do sociólogo Robert Ezra Park expoente dos estudos urbanos da Escola de Chicago, com estudos pioneiros com ênfase no campo psicossocial das cidades com suas cisões e fragmentos, devendo ser interpretada sob o ponto de vista dos atores sociais (AGIER, 2011). A “região moral” não é necessariamente um lugar de domicílio, embora a rua do Meio, hoje cujo nome oficial é Avenida Fortaleza, seja uma área de residência e comércio, mas à época era um ponto de prostíbulos. Este conceito tem o “[...] intuito de entender as forças que em toda cidade grande tendem a desenvolver esses ambientes isolados nos quais os impulsos, as paixões e os ideais vagos e reprimidos se emancipam da ordem moral dominante.” (PARK, 1967, p. 39), e em Parauapebas, da disciplina imposta pela empresa capitalista aos trabalhadores que ficavam alojados no meio da floresta e pelo garimpo de Serra Pelada, onde não era permitida a entrada de mulheres. Nestas circunstâncias, a diversão na rua do Meio permitiu ao indivíduo se purgar desses impulsos selvagens e reprimidos por meio de práticas que destoavam da ordem dominante no conjunto da cidade, formando assim a “região moral”, onde uma moralidade marginal e segregações se impunham no conjunto da cidade. As causas do surgimento das “regiões morais” devem-se “[...] em parte às restrições que a vida urbana impõe; e em parte à permissibilidade que essas mesmas condições oferecem.” (PARK, 1967, p. 39).

Foi nesta rua que Clívia, maranhense de Bacabal, cresceu. Sua mãe, há 30 anos, tem um restaurante no local e ela uma loja de confecções. Clívia me conta que por ela e suas irmãs

terem crescido nesta rua, durante toda a vida, foram estigmatizadas como prostitutas. Elas usaram de diferentes maneiras para evitar que a população soubesse que elas eram moradoras daí, como, por exemplo, evitar descer na parada de ônibus que dá acesso à rua, pois já tinham ouvido os passageiros gritarem no desembarque “lá vai as putas da rua do meio”, ou não participar de atividades na escola ou em qualquer lugar que exigissem o endereço. A sua irmã me contou que nunca tirou a tradicional foto escolar em uma mesa com um globo mundial de plástico e a Bandeira do Brasil porque tinha que fornecer o endereço para o fotógrafo fazer a entrega na residência e que jamais recebeu ou foi à casa de um colega para fazer trabalho escolar. Clívia e as irmãs não cansaram de ouvir os professores “incentivarem” as alunas a estudarem alertando que elas poderiam “acabar como aquelas da rua do meio”, se não se empenhassem. Aquilo “me deixava com muita vergonha”, conta a irmã de Clívia. E em se tratando de escolaridade, as irmãs me contaram que uma professora da cidade desenvolveu um projeto para alfabetizar as prostitutas, uma vez que não frequentavam a escola que, dentre tantos motivos como horário de trabalho, o principal era a vergonha, e, assim, elas tinham a oportunidade de aprender a “ler e escrever”. Aos poucos foi “acabando o movimento”, os prostíbulos foram fechando ou se mudando para outras partes da cidade, mais distantes, afinal com a expansão urbana, logo a rua do meio estava localizada no centro da cidade.

Foto 5 – Boate (Prostíbulo) Voltei pra você – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLICK, 2022.

Foto 6 – Boate (Prostíbulo) “Sucego” da noite – década de 1980



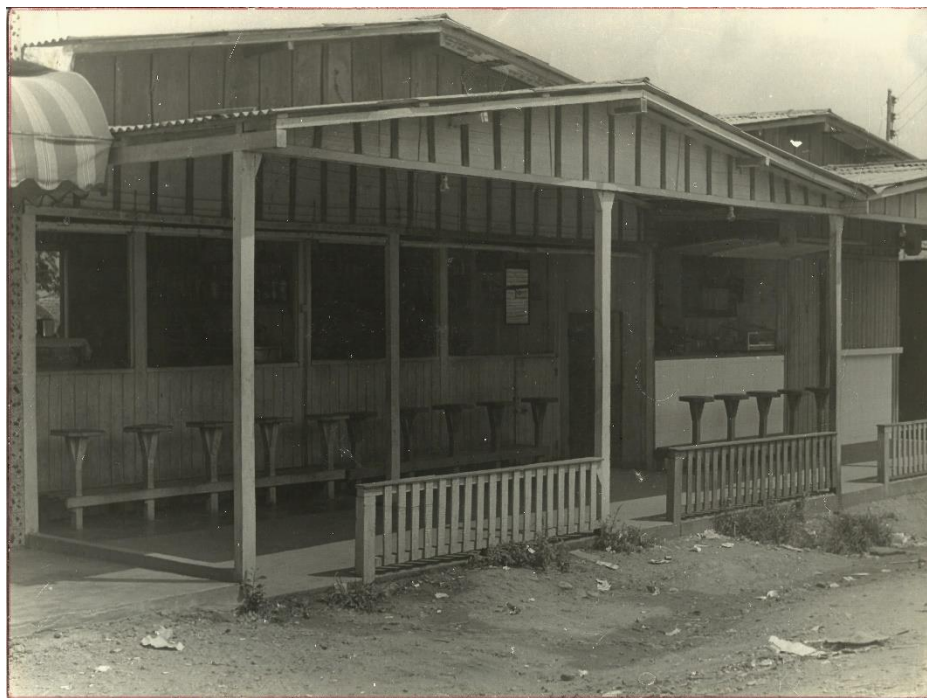
Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 7 – Boate (Prostíbulo) Mistério da meia noite – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 8 – Boate (Prostíbulo) em Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Fechados estes parênteses sobre a rua do Meio, retomo aqui outros atores que na década de 1980 deixaram os ânimos dos moradores exaltados, pois, se por um lado, estava sendo construída uma moderna indústria mineradora; por outro, estava em plena atividade o maior garimpo manual no interior da Amazônia, acarretando conflitos de interesses entre os garimpeiros e a empresa mineradora, que não mais permitiu o garimpo manual e requereu o controle da exploração de ouro, provocando assim uma onda de revolta dos garimpeiros. Para Becker, a territorialidade dos garimpeiros foi um contrapoder capaz de pressionar o governo e paralisar as atividades da mineradora. Assim,

Em 1984, 60.000 a 80.000 homens marcharam para Brasília para pressionar o governo, e outros desceram de Serra Pelada e queimaram Parauapebas. Em 1986 colocaram madeira nos trilhos da ferrovia, bloqueando o espaço e interrompendo a velocidade de ação da companhia. Em 1987, contudo, o conflito pelo rebaixamento da cava resultou em um massacre de dezenas de garimpeiros. (BECKER, 1997, p. 78).

Sobre queimarem Parauapebas, Ab'Saber (2004, p. 272) nos traz o seguinte registro:

Na Base das informações mais confiáveis, sabe-se ao certo que um dia, nos meados de 1984, depois de confabulações, ajustes de reajustes operacionais, um verdadeiro batalhão de garimpeiros se deslocou da Serra Pelada e Curionópolis para Rio Verde/Parauapebas com o objetivo de destruir as instalações da Companhia Vale do Rio Doce. Era uma represália direta em face da notícia de que a CVRD não mais renovaria o direito de uma garimpagem manual na Serra Pelada. A Docegeo resolvera retomar as rédeas da exploração de ouro na área em que possuía legalmente o direito de pesquisa e lavra. Os garimpeiros e seus líderes resolveram discordar na defesa de

seus múltiplos e diferenciados interesses. Escudados na poderosa figura do legendário major Curió, planejaram levar pânico aos mentores do Projeto Ferro-Carajás, queimando instalações da Vale em Parauapebas e na própria Serra, onde o alvo principal era o aeroporto. Na realidade, o plano envolveu a tentativa de queima de uma ponte entre Eldorado e Curionópolis, para retardar a chegada de reforço policial precedente de Marabá; queima de Parauapebas em seu todo implantado, e destruição das instalações do aeroporto construído na cimeira plana a floresta da Serra dos Carajás. Nesse sentido, a intenção dos garimpeiros-guerrilheiros revelava uma logística preparada por cérebros paramilitares, projetada para impulsionar uma legião de desesperados contra os seus “inimigos” potenciais.

“Queimar” Parauapebas foi uma reação dos garimpeiros quanto aos interesses da Docegeo em Serra Pelada, pois para eles a vila de Parauapebas era da CVRD, uma vez que a mineradora implantou o núcleo. À esta época a Vale já havia construído alojamentos para os trabalhadores, uma escola e um hospital para atender a população. Dona Carmem, dona do primeiro hotel na cidade, lembra bem deste momento. De acordo com ela e sua filha, que acompanhava a nossa conversa, um comandante da Polícia se escondeu no hotel e teve que fugir pelos fundos apoiado pelo seu genro e um senhor chamado Peixoto, pois eles queriam pegá-lo para matar e o levaram para a Serra dos Carajás, onde se integrou a outros para conter a subida dos garimpeiros para Carajás:

Eles acabaram com a cidade, toda hora diziam assim “vamos tocar fogo, vamos tocar fogo” nas casinhas, na cadeia. Eu e minha filhas botando água pra eles tomarem banho, aí fora. Enchia o tambor de água para eles, porque não podia faltar, daí as mulheres tomavam de conta. Eles invadiram tocaram fogo ali naquela lanchonete, onde é o Fabiano, na época era uma lanchonete, eles chegaram lá pediram água e comida e o dono negou, daí eles colocaram fogo... Isto foi um dia pra noite, que virou este inferno. Aquela pista ali era deles, ninguém vinha ninguém ia. Só eles e aquelas mulheres gritando aqueles palavrões mais baixo e a gente não podia dizer nada. Tinha uns fazendeiros metidos a rico e eles doavam quarto de boi e eles faziam churrasco aí na frente aquela fumaça, eles penduravam para assar. Mas eles não conseguiram chegar lá em cima. O coronel que saiu daqui, buscou reforço. (CARMEM, Outubro, 2021).

A cadeia, o centro de triagem¹⁸ e a “guarita” na portaria da CVRD foram queimados. Houve tentativa de incendiarem a escola e o hospital, porém foram convencidos pela Diretora da escola e pelos médicos do hospital a não fazerem isto. Sobre a tentativa de subirem para Carajás e colocarem fogo nas estruturas e principalmente no aeroporto, barreiras foram colocadas às pressas na estrada para interromper a passagem dos caminhões. Alguns tentaram subir a pé, entretanto o cansaço e a embriaguez foram empecilhos para continuarem a

¹⁸ Ao se referir ao Centro de Triagem mencionado por Aziz Ab’Saber, seu Antônio nos informa que era “um alojamento. Aqui onde é a autopeça Fabiano, existia um galpão que era onde as firmas recrutava o pessoal. Era onde eu morava lá. Um maluco botou fogo nesse alojamento.”

empreitadas, o que acarretou na desistência de continuarem com seus objetivos, retornado assim para Curionópolis.

A mineração industrial atraiu contingente demográfico expressivo para a região. A mineração artesanal de Serra Pelada também contribuiu para um incremento populacional local que, depois de sua exaustão, boa parte se ancorou em Parauapebas. Portanto, estes dois movimentos tiveram papel importante no povoamento e expansão do município. Dona Mirna, nos lembra que

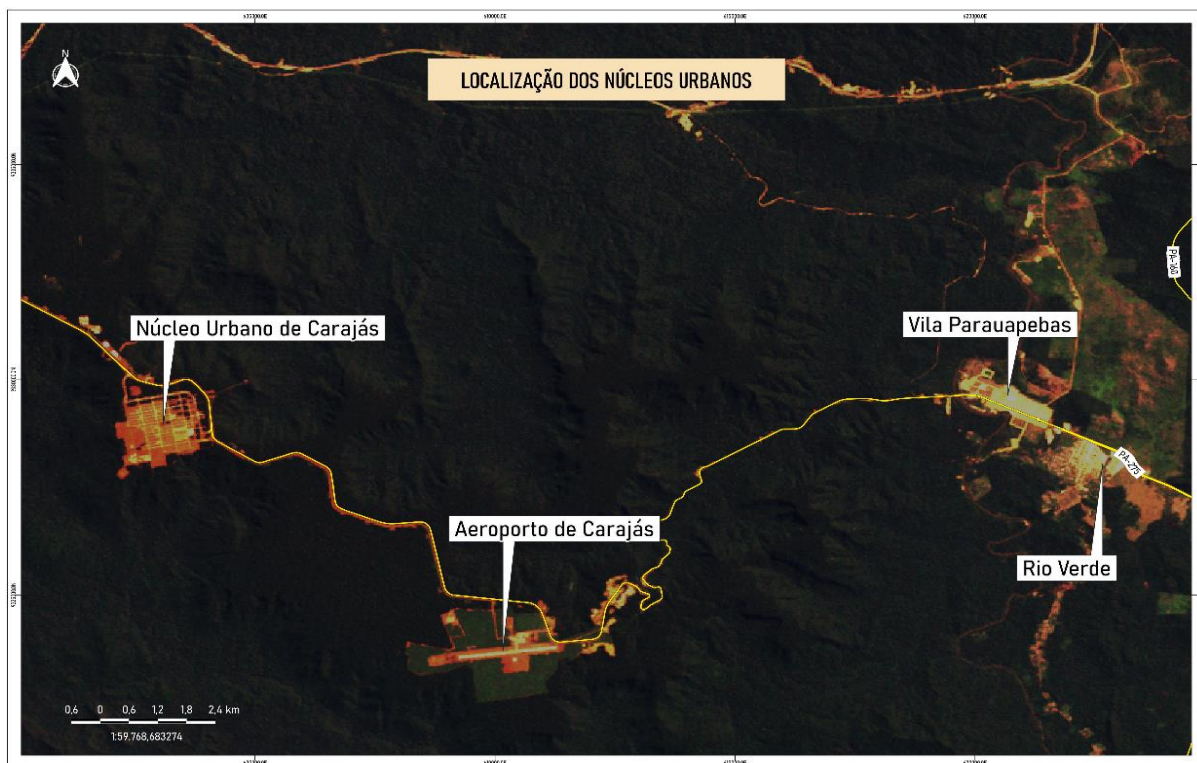
os garimpeiros pegavam um dinheirinho e vinha fazer sua casinha, aí continuava trabalhando no garimpo da Serra Pelada. Aí quando surgia uma invasão alguém vinha fazia um barraquinho, trazia a família e ia tirando de lá e trazendo pra cá, e a pessoa continuava trabalhando em Serra Pelada. (MIRNA, Setembro, 2021).

Aos poucos, garimpeiros, ex-garimpeiros, desempregados, prostitutas, fazendeiros, empregados, aventureiros iam se “*amontoando*” em Rio Verde, recém formado, ocupando novas terras e buscando sua subsistência. Dona Mirna, resume bem este movimento de formação da cidade: “foi muito rápido em pouco tempo. Sem infraestrutura, sem saneamento básico, sem nada, a cidade foi crescendo, crescendo, crescendo e ela não foi uma cidade planejada, ela surgiu.”

1.3 Os três primeiros núcleos urbanos

Os núcleos urbanos, construídos ou surgidos espontaneamente na década de 1980, que deram origem ao município de Parauapebas foram o Núcleo Urbano de Carajás, construído pela estatal para residência de seus empregados, no estilo *company town*; a Vila Parauapebas, implantada no sopé da serra, também pela mineradora, para alguns empregados de terceirizadas e aqueles que tivessem condições financeiras de investir; e Rio Verde, vizinha à Parauapebas, que surgiu de forma espontânea às margens da PA 275 abrigando a população recém chegada de diversas partes do Brasil, sobretudo do Maranhão. O Mapa 6, a seguir, apresenta a localização desses núcleos.

Mapa 6 - Localização dos três núcleos urbanos – Década de 1980



Fonte: Elaborado pelo autor.

As formas como se deu a ancoragem dos atores nestes lugares foram diferentes, assim como quem se ancorou em cada um deles tem trajetórias e perfis diversos; enquanto uns vêm em busca de emprego ou se *aventurando* sem saber o que seria de sua vida ao chegar, onde morar, ou iniciar a construção de sua habitação, outros já encontraram uma casa pronta com toda a estrutura urbana além de seu emprego. Em meio a estes extremos, há os moradores de vila Parauapebas, mais abastados que o de Vila Rio Verde, pois conseguiria lote quem tivesse condições de investir, para tanto, foram poucos que adquiriram terrenos para implantarem seus negócios.

1.3.1 Núcleo Urbano de Carajás

O núcleo urbano de Carajás, uma cidade-empresa, localizada na Floresta Nacional de Carajás, está a 25km do atual bairro Cidade Nova (antiga vila Parauapebas) e a 17km das minas de ferro. Ele foi previsto no conjunto de obras do Projeto Ferro Carajás com o objetivo de fornecer moradia para os empregados diretos da Vale, com toda infraestrutura urbana necessária para o seu bem-estar no meio da Floresta – saneamento ambiental, sistema viário, coleta seletiva, áreas de lazer, lojas e supermercados, bancos, escola de educação básica, hospital,

parque zoológico, aeroporto, teatro, ginásio, ou seja, tudo aquilo que a maioria das cidades brasileiras não tem.

Foto 9 – Núcleo urbano de Carajás - 1985



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

De acordo com o Piquet (1988), as obras iniciaram-se em 1982 e, em 1984, havia sido concluída toda a infraestrutura, com 1.253 residências construídas para os empregados da Vale e para os da mais alta qualificação das terceirizadas. Por toda esta estrutura, o núcleo urbano de Carajás era chamado de “ilha da fantasia” pelos moradores de Rio Verde (AB’SABER, 2004). Atualmente são 1.346 imóveis residenciais e 70 imóveis comerciais, com aproximadamente 7 mil habitantes, entre empregados e seus familiares.

Trindade Junior (2013), ao classificar os tipos de cidades na floresta, identifica o Núcleo de Carajás como uma cidade-empresa, onde há vigilância, controle e extensão das regras da empresa sobre o modo de vida dos trabalhadores em seu momento de descanso. A empresa é proprietária das moradias e dos equipamentos coletivos, portanto estende as suas normas para além do espaço corporativo.

1.3.2. Vila Parauapebas

A Vila Parauapebas, como bem lembrado por Becker (2013), foi construída como amortecedor para evitar ocupações irregulares à porta da Vale, ou, como nas palavras de Aziz

Ab'Saber (2004), uma zona tampão no entorno rebaixado da Serra, para fins de defesa integrada do núcleo selvático principal. Ou, ainda, como se referiu Piquet (1988), o propósito foi evitar a formação de um “favelão” nos portões da Vale e que se viesse a constituir como uma “invasão programada”, sendo uma alternativa de assentamento às ocupações irregulares comuns Brasil a fora. Aziz AB'Saber, membro do Grupo de Estudos e Assessoramento sobre Meio Ambiente (Geamamm)¹⁹, participou da reunião onde se decidiu pela criação de Parauapebas. De acordo com o geógrafo foi sugerido que se

Pensasse na fundação de uma espécie de cidade relais, para servir à população regional e produzir uma razoável filtragem entre os recém-chegados e os já instalados. E, sobretudo, entre aqueles que necessitavam de mão-de-obra e os que ofereciam sua força de trabalho. Propúnhamos a instalação prioritária de um centro de triagem para o atendimento e a seleção de trabalhadores por parte da CVRD ou das empreiteiras em atividade nos diferentes setores do projeto. Dávamos ênfase à construção de um hospital regional para atendimento médico-hospitalar das comunidades regionais. E, ainda, prioritariamente, à construção e à organização de uma escola – inicialmente 1º e 2º graus – para atender, na área educacional, a população infantil e adolescente de uma região em que, num raio de 250km, inexistiam instalações deste tipo. (AB'SABER, 2004, p. 262).

Com isto, a CVRD comprou uma área de terra de uma fazenda por nome Rosalina, de propriedade de um fazendeiro mineiro (GONÇALVES, 2006), onde começou a construir o núcleo no sopé da serra. O núcleo foi pensando para disponibilizar áreas para centros comerciais e de serviços para atender aos interesses da região e da companhia; e conjuntos habitacionais para empregados que não necessitassem morar em Carajás. Para tanto foram abertas vias, construíram calçadas, meio-fio, esgoto. Além do que, a área foi dividida em lotes que seriam vendidos a quem pudesse comprar e fazer seus investimentos. Desta forma, em uma área de 170 ha, e na fronteira com área da mineradora separada pelo rio que deu nome à vila e pela *Portaria da Vale*, em 1982, iniciaram-se as primeiras obras das CVRD em vila Parauapebas, projetada para uma população de 5 mil habitantes.

¹⁹ “A história de Parauapebas teve início em uma reunião realizada na sede da CVRD, no Rio de Janeiro, por ocasião da instalação oficial do Geamamm. Tratava-se de recepcionar um grupo de técnicos e cientistas convidados para compor uma equipe de assessoramento ambiental, para acompanhar os projetos de implantação das obras da Serra e sugerir idéias para eventual correção das condições ambientais de outras áreas de atuação da grande companhia estatal brasileira. Era uma nova exigência do Banco Mundial, que passou a solicitar da CVRD uma espécie de aval da comunidade científica brasileira, através de um grupo selecionado e independente, para que pudessem ocorrer novos empréstimos internacionais. Assim, pressionada, a CVRD resolveu criar o Grupo de Assessoramento em Meio Ambiente para atender aos diferentes propósitos da companhia” (AB'SABER, 2004, p. 261).

Foto 10 – Construção da Vila Parauapebas - 1982



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 11 – Construção da ponte que liga Vila Parauapebas à Serra dos Carajás – 1981



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 12 – Vista aérea de Vila Parauapebas – Década de 1980²⁰

Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR
HARRY KLUCK, 2022.

Ao contrário de Carajás, a estrutura urbana implantada em Parauapebas foi mínima, sendo a abertura de ruas, esgoto, hospital, escola, o prédio que seria a primeira prefeitura, reservatório de água e um centro de triagem para intermediar o contrato entre os que procuravam emprego e as empresas que necessitavam de mão-de-obra. Este centro ficava nos limites entre Parauapebas e Rio Verde e servia também como alojamento para os recém chegados à vila. Em 1983, a Vale doou o Núcleo de Parauapebas com esta infraestrutura para a prefeitura de Marabá. Portanto, passado um ano de concluídas a infraestrutura de Parauapebas, não havia sinais de ocupação do núcleo, afinal os recém-chegados ocuparam uma área a 2km de Parauapebas, onde não havia exigências padronizadas para construção ou compra de terrenos, predominando assim a ocupação espontânea, trata-se de Rio Verde. A propósito, a vila de Parauapebas era chamada pelos moradores de Rio Verde de “Cidade Fantasma”, pois depois de construída a infraestrutura continuava vazia, devida às exigências para sua ocupação. Foi na vila Parauapebas que ocorreu a tentativa de os garimpeiros atearem fogo na escola e no hospital, uma vez que pensavam que as estruturas ainda pertenciam à CVRD, mas que já tinham sido doadas para a Prefeitura de Marabá. Em 1993, a CVRD voltou a ter interesse em vila Parauapebas, onde iniciou a construção de 150 casas para os seus funcionários (AB’SABER,

²⁰ No primeiro plano, vê-se a Vila Parauapebas em processo de construção e, ao fundo, Vila Rio Verde.

2004). Após a emancipação do município, vila Parauapebas tornou-se o bairro Cidade Nova, onde estão concentrados alguns bancos, serviços e comércio.

1.3.3 Vila Rio Verde

A maioria dos meus interlocutores tem em comum o fato de terem, inicialmente, se fixado em Rio Verde, por meio da ocupação de um área de uma propriedade privada, também de um mineiro, às margens da Rodovia PA 275, a 2 km da vila Parauapebas, um “espaço livre” (PIQUET, 1988), onde contingentes populacionais se instalaram em busca de emprego ou para “tentar a vida”. Esta ocupação espontânea abrigou, principalmente, trabalhadores que construíram os serviços urbanos de vila Parauapebas, aqueles que vinham em busca de trabalho no projeto Carajás, prostitutas e garimpeiros de Serra Pelada. Conforme Ab’saber (2004, p. 271),

Inicialmente, a partir de 1982, comportou-se como um núcleo periférico de suporte para a mão-de-obra alocada para construir Parauapebas. Enquanto as outras vilas, um pouco mais antigas, surgiram em função do garimpo, na qualidade de legítimas corrutelas, Rio Verde serviu desde o início a uma população voltada para outras atividades. [...] Rio Verde nasceu em torno de dois ou três prostíbulo e de alguns rústicos alojamentos, construídos às pressas, para asilar levas de trabalhadores braçais, atraídos pelas obras de construção de Parauapebas e pela repercussão dos informes sobre a magnitude do Projeto Ferro Carajás. As obras em execução na Serra por grandes empreiteiras repercutiam em todos os sertões do Maranhão ao sul do Pará. [...] Adultos e adolescentes, homens e mulheres, comerciantes e camelôs, cafetinas e cafetões, ex trabalhadores de agropecuárias e ex garimpeiros. Abriram-se botequins. Botequins se transmutaram em bares. Prostíbulos funcionando como boates. Logo, instalaram-se as primeira lojas e lojinhas, vendendo de tudo. Armazéns e casas de carnes se multiplicando. Farmácias proliferando: farmacêuticos fazendo as vezes de médicos.

Gonçalves (2006) ouviu de seus interlocutores relatos de violência à época da ocupação da fazenda que daria origem a Rio Verde, pois o gerente da fazenda tinha ordens para não deixar ninguém entrar nas terras, provocando assim uma onda de violência entre os capatazes da fazenda e os recém chegados à região, despossuídos e em busca de terras, moradia e emprego. Conta que para conter os ocupantes, os capatazes colocaram fogo em barracos já instalados nas proximidades:

Tal ato, ao invés de afugentar, fortificou ainda mais as fileiras dos invasores e, no dia seguinte, quando chegou ao local, tinha mais 200 barracos em fase de construção e aí não teve quem segurasse o desenvolvimento do povoado. Ruas abertas manualmente foram surgindo no meio do mato, com isso o dono da terra resolveu dar ordem, para que fosse doada uma área para o povo fazer a cidade. [...] E conseqüentemente, as castanheiras e a grande quantidade de madeira de lei, assim como os inúmeros pés de

açaí e babaçu, foram dizimados, para dar lugar às moradias. (GONÇALVES, 2006, p. 47).

Alguns de meus entrevistados também me relataram sobre as aberturas de ruas pelos próprios moradores. É o caso de Dona Raimunda, que veio da cidade maranhense de Bacabal, há 40 anos. Ela se orgulha de ainda viver na mesma rua desde que mora em Parauapebas:

Nunca mudei dela pra lugar nenhum. Tô com minhas netas, duas netas, todas duas criadas, morando nesta rua. Minha filha mora nesta rua, minha irmã mora nesta rua. Nós nunca saímos daqui desde que chegamos. Meu marido morreu nesta mesma casa. E quando nós chegamos aqui não tinha nada. A rua que eu moro, meu marido foi que abriu a rua pra sair na rua JK. Ele pegou a foice e abriu pra sair na [rua] JK. E nós ainda vive nesta rua até hoje, graça a Deus. (RAIMUNDA, Dezembro, 2018).

A área em que está localizada a Vila Rio Verde, hoje um bairro da cidade, tratava-se de uma gleba de aproximadamente 150ha originária de terra devolutas que o GETAT destinou para reforma agrária, em 1982. Para surpresa do órgão, aquela porção de terra, que era considerada como terra de ninguém, já eram posses de fazendeiros, como mencionado por Gonçalves (2006), sendo necessária a contratação de uma empresa particular para realizar uma proposta de parcelamento das terras para localizar o perímetro das posses, resultando assim na partilha de 645 lotes de 50ha e 455 de 25ha. Depois de fazer arruamentos de Rio Verde, em 1983, o GETAT o doou para o Município de Marabá, como patrimônio urbano (AB'SABER, 2004; PIQUET, 1988). As referências dos meus interlocutores sobre esta vila evidenciam um local sem qualquer infraestrutura, onde barracos de madeira eram construídos em meio a lama, poeira, falta de água e falta de energia.

Chegamos aqui não tinha nada, nem prefeito nem delegado não tinha. O delegado que eu conheci foi o Gonçalo, depois do Gonçalo foi o Neto. A Delegacia era na rua Araguaia. Não tinha prefeito. O primeiro prefeito que eu conheci foi dr. Francisco, botado. Hoje ele ainda vive aqui [...] Eu vivo a minha vida, né. (RAIMUNDA, Dezembro, 2018).

O Rio Verde as ruas era tudo no chão, não tinha asfalto. Ali na Rua do Comércio era igual assim umas grotinhas sabe, tinha aqueles rego das águas fundava no chão e era muito feia aquela Rua do Comércio sabe; muito feia mesmo. E pra cá da Rua do Comércio, ali onde é a Praça do Cidadão já era aquele lugar mesmo ali, sabe, só que era diferentemente, era só aquela poeirona sabe e tinha uns barraquinho - pra qui e pra li - que as pessoas vendia as coisa: lanche, essas coisas assim [...] Tinha uns dois ou três barraquinho, a cada esquina tinha um barraquinho pelo meio ali surgiu uns dois também que as pessoas vendia alguma coisa: salgado, vendia... e depois começou a surgir uma açougue essas coisas assim. Depois ficou aquela feirona, sabe; depois fico aquela Feira cheia de barraco das pessoas vende de tudo né. Que justamente foi quando fizeram aqui no Mercado né; aí demorou muitos anos para ver isso. Era assim o Rio Verde... ele não tinha energia, era tudo no escuro e também não tinha água encanada. E a água encanada veio pra cá já foi ne... já no segundo governo já, sabe. (MARLENE, Setembro, 2021).

Aventura, viu Leonardo. Quem chegou aqui nesse tempo... era muita aventura: com a escassez de água; água tratada aqui não tinha. Água que tinha era... Aonde era ah... o (DAM). Ali tinha um distribuidor de água. Água horrível, suja, suja, suja [...] Eu cheguei aqui com escassez de água, não tinha nem água na casa que eu morava, tinha um poço. Tinha que buscar água num balde, na casa dos vizinhos [...] (Já) existia a rua do Comércio, a rua do Comércio não era nada asfaltado. As ruas asfaltadas que eu lembro: a Rua 14 era de bloquete, tinha meio fio, eu lembro. Mas na Rua do Rio Verde, não tinha nenhuma rua asfaltada. Nenhuma, tudo era chão. (ZÉLIA, Outubro, 2021).

Foi chegando comércio, então vinha o povo do garimpo para vender ouro. O Parauapebas era um lugar de dinheiro, de emprego porque tinha a vale né, aí o pessoal vindo pra cá. Era o ônibus da Transbrasiliana chegando todo tempo cheio de todo canto, principalmente do Maranhão. Só tinha casarão/alojamento, então fica ali trançado só de rede. Vinha homem, depois veio mulher e aí começou a família. Aqui tinha que saber pisar no chão, hoje dizem que Parauapebas é violento, quando começou foi, hoje não. (CARMEM, Outubro, 2021)

Não existia nada. Aqui mesmo era uma lagoa [...] pra cá não tinha nada. Aí depois foi surgindo a invasão que foi o bairro da Paz, esse aqui que é o Rio Verde, mais na frente o Guanabara. A corrente lá... a portaria era só um trevozinho do outro lado do rio [...] Tudo era mato, aqui era a lagoa [...] Chegava maranhense aqui era no balde [...] Inclusive até hoje. Noventa por cento da população daqui de Parauapebas é maranhense. Não é por isso que o Faisal uma vez chamou os maranhense de porco, né, quando tava, era só fuçando. (ANTONIO, Setembro, 2021)

Aqui era feio demais, aqui era tudo mato; isso aqui era tudo mato. A gente vinha lavar roupa, bem aqui nessa ponte aqui por dentro do mato aqui oh. Lá da Rua do Comércio, nós vinha lavar roupa aqui, um monte de mulher aqui... bem aqui, nessa ponte aqui. Nessa ponte bem aqui depois desse posto aí, bem aí nessa Rio de Janeiro aqui. A gente vinha por dentro do mato, cortando assim oh, as baciona de roupa na cabeça pra vim lavar aqui. Isso aqui era tudo mato, ali onde o dr. Luís, esse povo, ali onde é o Banco do Brasil, aonde é... aquelas loja, por ali tudo, aquilo ali era tudo mato. Bairro da Paz era tudo mato, era fazenda do Serraria; é foram invadindo, invadindo. Essa Cidade Nova ali – tá vendo? – era fazenda, capinzal, daqueles enorme. (BENTA, Outubro, 2021)

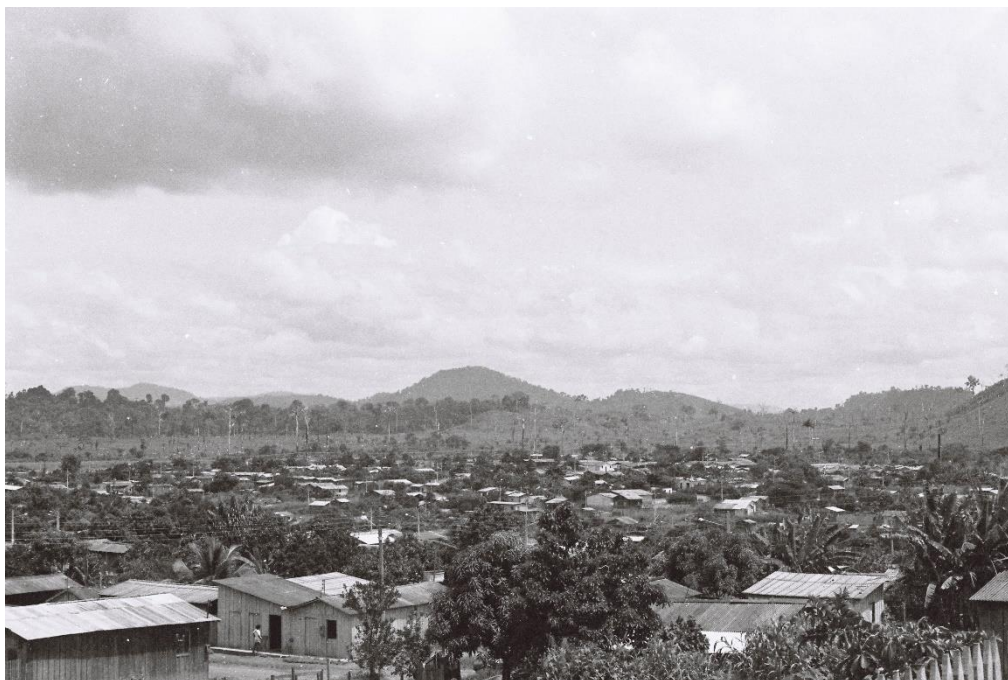
E a nossa Parauapebas era o seguinte: era feinho. No verão: poeira e no inverno: capim; capim-colonião que você entrava [...] é muito feio, cheio de talba, né [...] não era formado completo, mas tinha muito habitantes né...vinha atrás de emprego, porque a Vale aqui tava muito falada no Brasil inteiro “que lá tem muito emprego” [...]. onde existe esse colégio aqui que acho que tem pessoas que não conheciam, era um campo de futebol e nós jogava bola. Esse Sebosinho era uma maravilha - entendeu? cansei de pegar Piau no Sebosinho, pescar pra comer porque a água limpa, todo mundo banhava no Sebosinho. Que nós hoje chama Sebosinho porque ele tá sebooso mesmo: água preta, entendeu. Cidade Nova era falhado, não existia Bairro União [...] Daqui dessa beira de Igarapé até a portaria da Vale foi uma invasão só. (JOÃO ENVANGELISTA, Dezembro, 2018)

Então, voltando a São Luís, em janeiro de 87, o meu irmão me falou muito bem de Carajás, naquela oportunidade, eu adentrei dentro do trem, ali você via realmente, que as pessoas estavam vindo pra um filão de ouro, uma coisa assim, trabalhar em Carajás, ou então os garimpo né, porque aqui sempre foi uma terra muito fértil. Muitas oportunidades naquela época pra garimpeiros. Saí por volta das 08h da manhã [de São Luís] e cheguei por volta das 05h da manhã, aqui em Parauapebas. (PAULO, Setembro, 2021)

Os relatos sobre a origem da cidade são muito semelhantes e alguns pontos merecem ser destacados, como as lembranças do igarapé, local de sociabilidade das mulheres que

lavavam roupa e vasilhas e aproveitavam o momento para bater papo enquanto as crianças brincavam, e que hoje é chamado de *sebosinho*²¹, devido a sua poluição com o processo de urbanização e não é mais usado para o lazer, pesca ou atividade doméstica; o fluxo de pessoas originárias de diversas partes do Brasil, sobretudo do Maranhão, que *faziam invasão* construía seus *barracos* de madeira; as ruas sem asfalto que quando chovia era lama e no verão poeira; a violência provocada por conflitos de *invasão* de lotes ou por “cachaça e mulher” na rua do meio; as lembranças do clube do morro e um bar chamado *pit dog* do Jorge, pontos de encontro para bater papo, ouvir música e dançar; o primeiro hospital; a primeira delegacia; a primeira escola. As imagens, nas Foto 13 a 16, a seguir, ilustram cenas da Vila Rio verde na década de 1980.

Foto 13 – Vista das casas de madeira de Vila Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

²¹ Adjetivo derivado da palavra SEBOSO: “1 da natureza do sebo 2 coberto ou sujo de sebo ou gordura; engordurado 3. Que(m) é sujo, imundo” (HOUAISS, 2011, p. 847).

Foto 14 – Rua Curió (atual rua do Comércio) Vila Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 15 – Ponto comercial de madeira Vila Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 16 – Área comercial Vila Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022

Dados estatísticos da população realizados em 1985 por técnicos da Superintendência das Minas de Carajás (SUMIC/CVRD), tratados por Piquet, registraram um incremento demográfico nos núcleos e a ocupação de Rio Verde. Parauapebas contava com 2.313 (17%) moradores, Rio Verde com 9.419 (69%) e 1.871 (14%) invasões²². Quanto à origem das famílias, de 3.135 pessoas, 1.043 (33%) eram do estado do Maranhão, 1.088 (34,7%) do Nordeste, 357 de Goiás (11,4%), 33 de Marabá (1%) e, do estado do Pará, 181 (5,8%), além de 433 (13,8%) de outras regiões. Estes números deixam evidente o predomínio da ocupação maranhense na região, na década de 1980, que continuou em ritmo crescente nas décadas seguintes.

Foi a vila Rio Verde, hoje bairro, o embrião da vida urbana do município de Parauapebas, onde as pessoas, num processo de “fazer-cidade”, com suas trajetórias e experiências, fizeram do lugar o espaço vivido. Das contradições dos impactos econômicos, depois de um longo processo de deslocamento, traçaram estratégias para se ancorarem e reconstruírem suas vidas e dar sentido ao lugar a partir de suas práticas cotidianas (Fotos 17 a 20).

²² Aqui, o termo invasão se refere às ocupações de terrenos fora da área urbanizada, que naquele momento se tratava de Vila Rio Verde e Vila Parauapebas.

Foto 17 – Primeira Delegacia de Polícia em Vila Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 18 – Mulheres e o Igarapé Ilha do Coco em Vila Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 19 – Ponto de carroça em Vila Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 20 – Açougue a céu aberto em Vila Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Com o fim da instalação de estrutura de apoio ao Projeto Ferro Carajás, no final da década de 1980, trabalhadores formaram um contingente de desempregados que ou permaneceram na cidade à espera de uma nova oportunidade ou partiram para seu lugar de origem, até a próxima oportunidade surgir para retornarem. Um de meus interlocutores reforça que a expansão urbana de Parauapebas se deu, inclusive, em contextos como estes, momentos em que quando estavam amparados pelas empresas em seus alojamentos, permaneciam sem vínculo de moradia com a cidade, exceto em momentos de lazer, no *inferninho*, porém quando desmobilizados, e resolviam se fixar, provocavam *invasões aqui em baixo*. Este momento só reforçou o movimento de ocupação que vinha ocorrendo desde a Vila Rio Verde, no início da década de 1980.

Lá em cima. Tudo lá em cima! Essa década até 88, 89, as empresas eram quase que obrigadas a manter um quadro funcional lá em cima. Isso também Léo, em decorrência de muitas coisas, porque a empresa queria a garantia do trabalho no outro dia. A Vale ela não podia parar! Então nós tínhamos muitas dificuldades no entorno do projeto Carajás com o movimento dos garimpeiros, com o indicativo de ocupação da Serra, então a Vale, ela se preocupou em até determinados anos, eu acredito que até 89, manter esse quadro mesmo, lá em cima...

Aí a Vale já pensando no processo da N4, iniciou a fazer com que a empresa começasse a descer as pessoas. Era essa a expressão que se usava “Você vai descer!” Aí teve uma explosão demográfica em Parauapebas da noite para o dia com ocupações irregulares. Nós tínhamos por exemplo, Rio Verde, Guanabara. Eram fazendas que a povoação se deu desses dois bairros, Rio Verde e Guanabara, oriundos desse movimento do “Desce pra Parauapebas”.

Nós tínhamos de concreto naquele período, um “núcleozinho” na cidade nova, que é oriundo das políticas iniciais da Vale do Rio Doce. Nós tínhamos a rua do comércio, e no entorno dessa rua nós tínhamos a rua do meio, que naquele momento era uma rua muito interessante (Risos). Mas é isso aí! E de fato mesmo, havia essas ruas que proporcionavam a bebida, noite fácil... Até porque lá em cima, era proibido beber. Então, com o movimento do “Vai descer”, né, e não tinha ainda aquela coisa ainda organizada de imobiliária, de lotes urbanos, aquela coisa toda, aí houve um grande movimento, inclusive acredito que os funcionários da Belauto, da Bestlona, e outras empresas, tudo foram responsáveis pra essas ocupações irregulares. (PAULO, Setembro, 2021).

Cidade Nova era falhado, não existia Bairro União. No fim do ano que existiu esta invasão do Bairro União da beira do Igarapé. Daqui dessa beira de Igarapé até a portaria da Vale foi uma invasão só. Eu era novato, cabaço na firma, não podia sair para uma invasão. Pessoal faltou, aqueles mais velho faltou e veio pra invasão [...]. Aí eu digo: “Rapá, porque vocês não vieram trabalhar?”, “Não, nós tava numa invasão no Parauapebas, muito grande essa invasão” [...]. (JOÃO EVANGELISTA, Dezembro, 2018).

Dona Marlene, moradora da rua do Arame, também se lembra da ocupação do atual bairro da Paz, um dos maiores bairros da cidade, totalmente adensado, sem terrenos vazios. Ela me explicou que onde mora, chama-se rua do Arame devido ser o limite entre o Bairro Rio Verde e, à época, uma fazenda. O Arame simbolizava a fronteira entre o espaço público e o

espaço privado, porém não foi barreira para que famílias ultrapassassem os seus limites. Atualmente, a rua é o limite entre os dois bairros. Ela mora no bairro da Paz, mas do outro lado da rua é o Rio Verde:

O Bairro da Paz não existia, imagina! Olha esse lado aqui que eu moro não era um bairro. Ali, mais ou menos, era o arame da fazenda, aqui era uma fazenda cheia de gado. Você precisava ver Leonardo, era uma fazenda cheia de gado e tinha uma castenheirona e ali as árvores bem grande. E aí, aqui, beirando o arame as pessoas começaram a invadir e a fazer casinha. Porque as pessoas vinha e fazia casinha assim, na beirada assim de comprido. Era um espaço assim pra fazer aquelas casinhas assim sabe, e morava. (DONA MARLENE, Setembro de 2022).

As famílias, primeiramente, fizeram suas *casinhas* na beira do Arame, mas de acordo com Dona Marlene logo arrebentaram o arame e *invadiram* a fazenda. Deste modo, os migrantes encontravam nas “invasões” uma forma de estabelecer vínculo espacial com o lugar e de se sedentarizar. Para além da necessidade humana de fundação e refundação permanente dos lugares, por mais precários que sejam, esta dinâmica da cidade e do agir urbano mostra o estreito vínculo entre a mobilidade das pessoas, agência e a expansão urbana (AGIER, 2015).

Para alguns, parecem inacreditáveis as transformações urbanas que ocorreram em um curto tempo, pois as lembranças ainda permanecem vivas, uma vez que experienciaram o movimento da cidade em processo, cidade vivida, cidade sentida, cidade construída por eles. Não pareceu haver nas entrevistas uma consciência dos meus entrevistados sobre o papel que ocupam no processo de fazer-cidade, mas transparecem em suas falas expressões “eu acreditei em Parauapebas”, “eu resolvi ficar”, “eu fui crescendo (financeiramente e materialmente) com Parauapebas”, “eu invadi um lote”, “eu participei da emancipação”, “eu votei pra Parauapebas ser cidade”, “só saio daqui para o zé de areia (cemitério)”. Além destas falas, é perceptível o alargamento do tecido urbano provocado por invasões, no sentido de Agier, o que tem pressionado o município a pensar políticas públicas setoriais. São exemplos que deixam transparecer o papel que estes atores exerceram na gênese e no movimento de fazer Parauapebas.

1.4 Depois dos núcleos – uma cidade

Parauapebas surgiu em um contexto de fronteira na Amazônia (BECKER, 1990, 1997, 2013; MARTINS, 2009; VELHO, 2013), através da expansão capitalista para o sudeste do Pará, com a implantação de grandes projetos econômicos capitaneados pelo estado brasileiro, como a construção de rodovias, hidrelétricas, indústrias extrativistas e projetos agropecuários na

Amazônia Oriental, porém a expansão capitalista é contínua na cidade, uma vez que a mineração de larga escala é a sua principal atividade econômica e periodicamente lança novos projetos provocando fluxos (HANNERZ, 1997) de capital, pessoas e coisas. Uma das características da região de fronteira é que grupos sociais com diferentes trajetórias se encontraram e ainda se encontram no processo de “fazer-cidade” (AGIER, 2011, 2015), num verdadeiro *rush* (PRADO JUNIOR, 1985) de pessoas, cujos projetos são motivados pela perspectiva da melhoria em sua condição de vida, seja em busca de acesso à terra, ao ouro ou às oportunidades geradas pela indústria mineradora direta ou indiretamente.

Fruto de um processo de mobilização popular de moradores das Vilas Rio Verde e Parauapebas, a emancipação política e administrativa formou um único território, o município de Parauapebas. Com o aumento populacional, a distância da sede administrativa, a insuficiência de recursos financeiros, o polo minerador e o desejo da população, a sua autonomia foi aprovada, por meio de um Plebiscito, e concluída com a Lei Estadual nº 5.443/88 (PARÁ, 1988) (Fotos 21 e 22, a seguir). Duas de minhas interlocutoras me relataram um episódio que pareceu marcante neste processo de luta pela emancipação. A vice-prefeita de Marabá, em reunião com os moradores das vilas Parauapebas e Rio Verde que reivindicavam investimentos para as vilas, havia dito que primeiro era preciso cuidar da casa e depois do quintal. De acordo com as entrevistadas, tal episódio foi o mesmo que chamar a população das vilas para a briga: “Toda vida, sou atrevida, falava: ‘nós vamos mostrar pra você, Adelina, que Parauapebas não é... não vai ser o quintal de Marabá. Nós vamos mostrar pra você’. E aí foi uma briga política né.” (MARIA JOSÉ, setembro de 2021).

Com a emancipação, a cidade teve sua primeira eleição para prefeito (Foto 23, adiante). E assim, Parauapebas se consagrou como destinatária de muitos migrantes originários das cinco regiões do país, crescendo e se desenvolvendo no ritmo da produção do minério de ferro. Posteriormente, os limites do município foram alterados para a criação dos municípios de Água Azul do Norte – Lei estadual 5.694/91 (PARÁ, 1991); e a Lei estadual 5.860/1994 (PARÁ, 1994), para a criação do município de Canaã dos Carajás.

Foto 21 – Dia do Plebiscito: População a caminho do voto



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

Foto 22 – Dia do Plebiscito: Morador depositando voto na urna



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

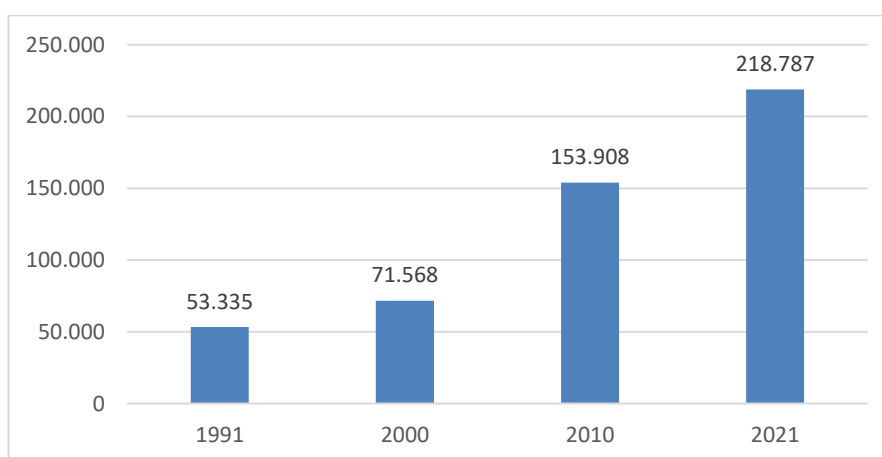
Foto 23 – Dia da primeira eleição para prefeito



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS HILMAR HARRY KLUCK, 2022.

O primeiro Censo oficial realizado no município ocorreu em 1991. Abaixo apresento a evolução da população a partir dos dados do IBGE.

Gráfico 1 – Evolução populacional – Parauapebas (1991 a 2021)



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em IBGE, 1991, 2000, 2010 e 2021.

Nota-se que o dinâmico fluxo migratório se concentra em quase sua totalidade na área urbana do município. Enquanto no estado do Pará, 31,52 % de sua população reside no meio rural, no município de Parauapebas esse índice é de apenas 9,89 %. As Tabelas 1 e 2, a seguir,

apresentam, respectivamente, dados da evolução urbana e rural de Parauapebas, entre 1991 e 2010, e, de forma comparativa, de Parauapebas e o estado do Pará, entre 2000 e 2010.

Tabela 1 – Evolução da população urbana e rural em Parauapebas (1991/2010)

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANIZAÇÃO (%)
1991	27.443	25.892	53.335	51,45
2000	59.239	12.352	71.591	82,75
2007 ⁽¹⁾	118.847	14.451	133.298	89,16
2010	138.690	15.218	153.908	90,11

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em IBGE, 1991, 2010. Censo Demográfico (1) Contagem Populacional.

Tabela 2 – Evolução da população urbana e rural – Parauapebas e Pará (2000/2010)

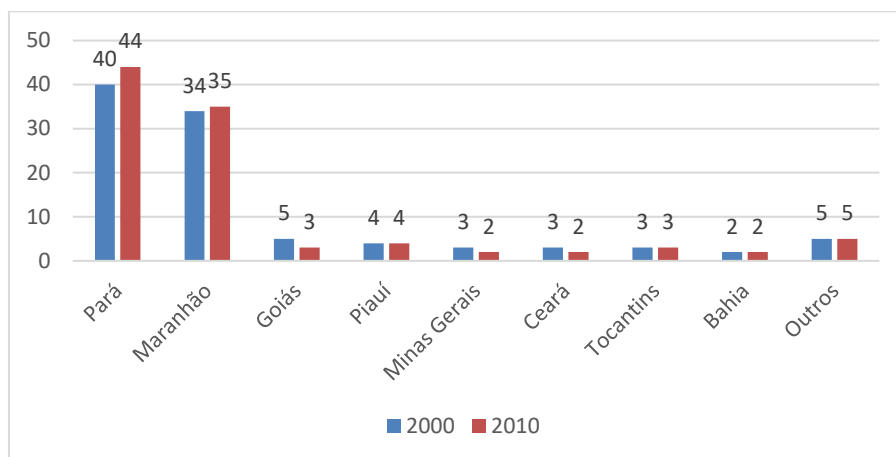
LOCAL	POPULAÇÃO EM 2000 (%)		POPULAÇÃO EM 2010 (%)	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Parauapebas	82,8	17,2	90,11	9,89
Pará	66,55	33,45	68,48	31,52

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em IBGE, 2000, 2010.

Convém ressaltar, neste caso específico, que a ampliação da estrutura urbana se avolumou a partir dos efeitos do agir urbano em termos de invasão/ocupação/instalação (AGIER, 2015), seguido do loteamento do solo em áreas para fins habitacionais e ocupação por grandes empreendimentos e equipamentos propulsores da expansão urbana. Levando-se em conta o contingente populacional estimado pelo IBGE, para 2021, a densidade demográfica de Parauapebas fica em 30,70 habitantes/Km², sendo pouco mais de quatro vezes à verificada no Estado, que é de 6,96 habitantes/Km².

Esse crescimento pode ser explicado pelo forte processo migratório, detectado desde o Censo de 2000. Naquele ano, cerca de 30% da população de Parauapebas era constituída por “não naturais”, sendo que migrantes com “menos de um ano” perfaziam 9,52% dos munícipes e, com “1 a 2 anos”, 17,80% (BARRETO TRINDADE; OLIVEIRA; BORGES, 2014). O Censo de 2010 apontou que a população nordestina em Parauapebas somava 67.906 habitantes, ou seja, 44,12% da população, sendo que 35,32%, o que corresponde a 54.359 pessoas, era de maranhenses, portanto maior que a população natural do município, que era de 41.672 habitantes; 72.873 habitantes, incluindo os naturais de Parauapebas, são da região Norte, 5.657 da região Centro-Oeste, 5.296 da região Sudeste e 790 da região Sul (SOUZA, 2014).

Gráfico 2 - Percentual da população por UF de nascimento (2000/2010)

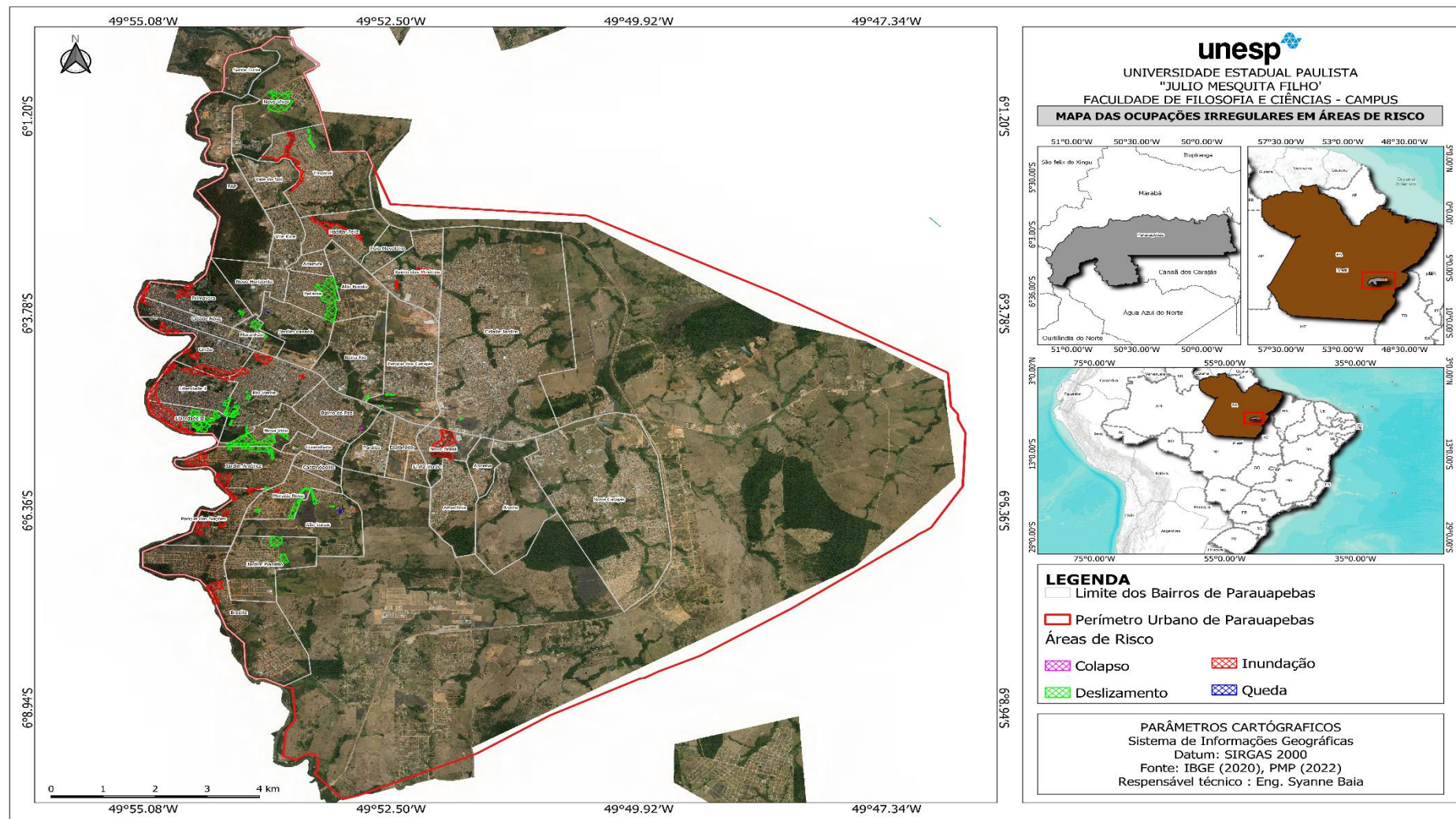


Fonte: Elaborado pelo autor baseado em IBGE, 2000, 2010.

Como podemos perceber no Gráfico 2 acima, o Maranhão é o estado que se destaca como aquele de onde mais a população se desloca para Parauapebas, representando 35% no censo de 2010. Deixando um pouco a estatística de lado, é perceptível no cotidiano da cidade a presença desse ator no processo de formação do município, ora como figura que contribuiu para suprir a escassez de mão de obra à época da instalação do Projeto Ferro Carajás, ora como um problema social, pois é visto como a população pobre que tem provocado a expansão urbana da cidade, num processo de ocupações irregulares às margens do núcleo urbano de Parauapebas, considerando o início de sua formação na década de 1980.

É justamente deste espaço reivindicado pelos atores sociais que Parauapebas surgiu. Homens e mulheres, vindos principalmente do Nordeste, sobretudo do estado do Maranhão, se ancoraram em área contígua à mina de ferro Carajás, na década de 1980, formando um núcleo urbano espontâneo, o atual bairro Rio Verde. Rio Verde, como vimos acima, foi o embrião da vida urbana em Parauapebas, foi a partir deste “espaço precário” que as práticas cotidianas do “fazer-cidade” se manifestaram. Mesmo sendo Parauapebas uma cidade pensada a partir da racionalidade do planejamento corporativo, são das margens e dos espaços precários que se deu a expansão urbana por meio de *invasões* promovidas por migrantes que desenharam e continuam a formatar a cidade. O Mapa 7, a seguir, apresenta as atuais ocupações irregulares em área de risco, por característica (colapso, deslizamento, erosão, inundação e queda). Inundações e deslizamentos são as mais presentes no município devido às moradias localizadas às margens de rios e morros.

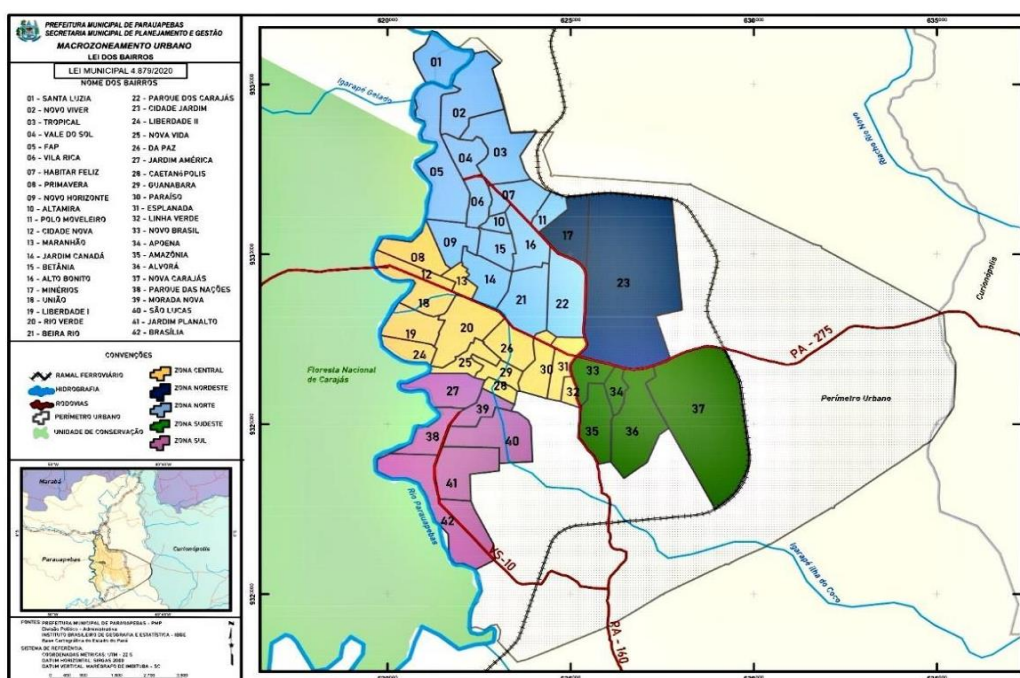
Mapa 7 – Atuais áreas de ocupações irregulares em Parauapebas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressalte-se que, em 2010, Parauapebas dispunha em sua área urbana de 25 bairros com registro cartorial, sendo que parcela majoritária dos mesmos constituía, à época, a expansão recente do perímetro urbano da cidade, subtraindo crescentemente antigas áreas rurais e de cobertura vegetal. Entre 2010 e 2020, houve um *boom* de empreendimentos imobiliários, com abertura e consolidação de novos loteamentos urbanos, configurando intensa expansão urbana. A Lei nº 4.789, de 16 junho de 2020, que dispõe sobre a criação das Zonas e delimita bairros da área urbana do município, instituiu a espacialização da cidade em 5 (cinco) Zonas e 42 (quarenta e dois) bairros (PARAUPEBAS, 2020), (Mapa 8, a seguir). O Núcleo Urbano de Carajás está classificado como região administrativa de Parauapebas.

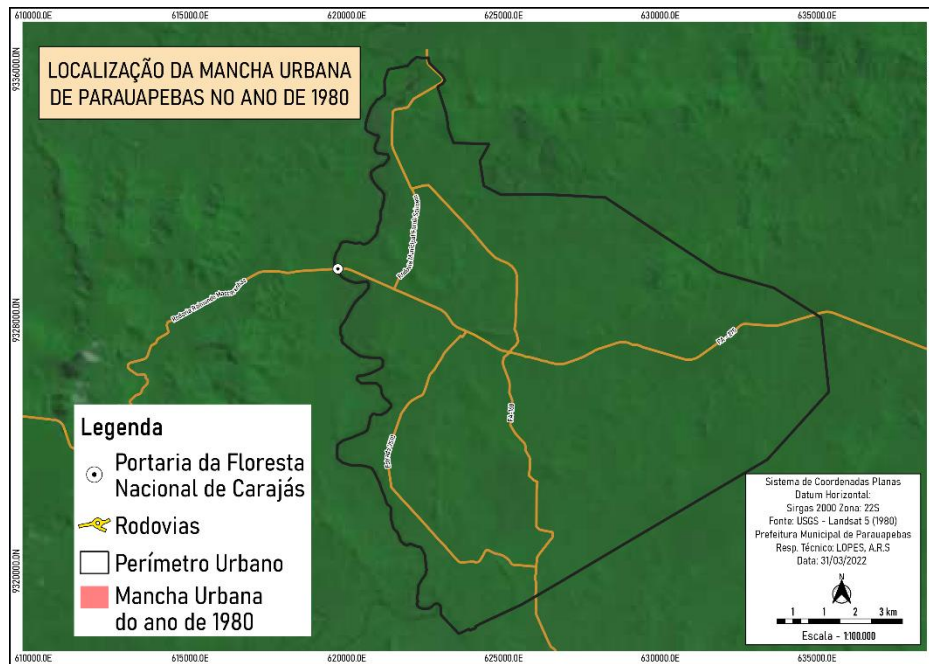
Mapa 8 – Macrozoneamento urbano de Parauapebas



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS, 2022.

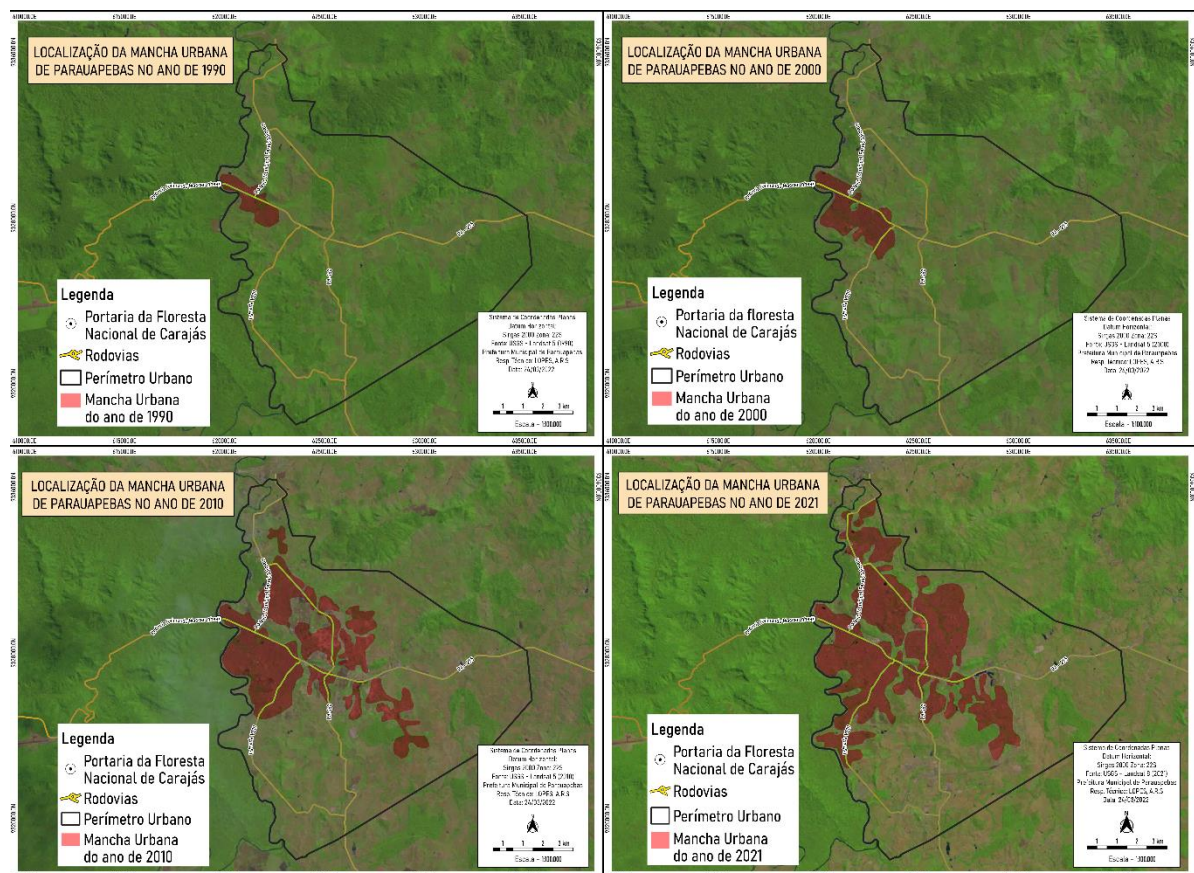
As imagens da mancha urbana (área edificada) apresentadas a seguir, traduzem a expansão territorial do município a partir da ampliação do perímetro urbano, do aumento de áreas edificadas e do parcelamento do solo em áreas não ocupadas. As imagens nos Mapas 9 e 10 apresentam o quão vazia estava a região no ano de 1980, bem como sua ocupação ao longo desta década, até a de 2020. Os mapas representam o intenso fluxo migratório e o movimento da cidade com as “invasões”, “ocupações” e “instalações” (AGIER, 2011, 2015).

Mapa 9 - Evolução da expansão urbana de Parauapebas (1980)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Mapa 10 – Evolução da expansão urbana de Parauapebas (1990/2000/2010/2021)



Fonte: Elaborado pelo autor.

As pesquisadoras da Universidade Federal do Pará, Ana Carolina Campos de Melo e Ana Cláudia Duarte Cardoso, têm se dedicado a analisar as cidades paraenses no contexto da mineração e suas conclusões evidenciam aquilo que o cidadão de Parauapebas tem vivido e visto em seu cotidiano, que a expansão da cidade condicionada pela mineração vem também atendendo a grupos imobiliários que aproveitam o aquecimento da economia local e o déficit habitacional para fazerem investimentos imobiliários vultosos. Para as autoras, a forma como o capital opera na região altera severamente o espaço urbano, o relacionamento urbano-rural e causa enorme impacto sobre a natureza e sobre as camadas mais vulneráveis da população. Conforme as autoras,

[...] durante um ciclo que se estendeu de 2003-2013, Parauapebas vivenciou a metáfora lefebvriana de implosão-explosão do tecido urbano: implodiu com a renovação promovida na área consolidada da cidade, com concentração de atividades e serviços urbanos e explodiu com a periferização da cidade pioneira (física e virtualmente), que passou a abranger amplas áreas do território, com uma transformação em grande escala do ambiente construído e natural. (MELO; CARDOSO, 2016, p. 1223-1224).

Para demonstrar o universo de empreendimentos imobiliários na cidade, abaixo apresento a Tabela 3, que apresenta dados de loteamentos privados entre 2007 e 2012.

Tabela 3 – Loteamentos regularizados pelo município de Parauapebas (2007/2012)

ITEM	NOME	QUANTIDADE E DE LOTES	TAMANHO MÍNIMO DOS LOTES (M ²)	ÁREA TOTAL	ANO
1	PARQUE DOS CARAJAS VIII	1.415	300	726.000	2007
2	LOTEAMENTO URBANO PARAÍSO	1.200	225	792.396	2008
3	CIDADE JARDIM (II ETAPA)	2.172		991.812	2008
4	NOVA CARAJÁS (I ETAPA)	957	125	948.691	2009
5	NOVA CARAJÁS (II ETAPA)	1.484		740.384	2009
6	RESIDENCIAL MARTINI		300	19.859.006	2009
7	CIDADE JARDIM (X ETAPA)	2.673		572.717	2010
8	NOVA CARAJAS (ETAPA X)	957	225		2010
9	NOVA CARAJÁS (ETAPA VI)	1.551	147	959.229.000	2010
10	NOVA CARAJÁS (ETAPA IV)	1.864		464.608	2010
11	CIDADE JARDIM (VI ETAPA)	2.201		966.727	2010

12	CIDADE JARDIM (VIII ETAPA)	958		426.911	2010
13	LOTEAMENTO ESPLANADA	327		221.301	2010
14	LOTEAMENTO ANTARES	2.284		1.079.789	2010
15	JARDIM TROPICAL	1.551	222	529.571	2011
16	NOVA CARAJÁS (ETAPA VIII)	791	225	792.396	2011
17	JARDIM TROPICAL II	2.093	212	742.163	2011
18	NOVA CARAJAS (ETAPA VII)	1.711	150	814.892	2011
19	CIDADE JARDIM (ETAPA V)	1.228	190	431.859	2012
20	RESIDENCIAL VILA NOVA	936	180	290.400	2012
21	LOTEAMENTO BELVEDERE	420	150	177.377	2012
22	CIDADE JARDIM (ETAPA XI)	2.597	200	961.669	2012
23	CIDADE JARDIM (ETAPA XII)	1.842		637.044	2012
24	LOTEAMENTO SERRA GRANDE I	2.284		9.997.748.125	2012
25	LOTEAMENTO SERRA GRANDE II	2.789		999.988	2012
26	CIDADE JARDIM I	716	234	431.609	
27	CIDADE JARDIM (ETAPA VII)	1.399		622.060	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, 2015.

Além dos loteamentos privados, o município desenvolveu projetos habitacionais de interesse social. Ao longo de oito anos, mais de doze mil famílias foram contempladas. Em se tratando dos projetos habitacionais, tomarei como referência para identificar a origem dos beneficiários o Programa Lar da Nossa Gente, para evidenciar a presença maranhense nas políticas públicas. Na Tabela 4, a seguir, estão listados os projetos habitacionais desenvolvidos em Parauapebas, entre 2009 e 2017.

Tabela 4 – Lista de Projetos Habitacionais implantados em Parauapebas (2009/2017)

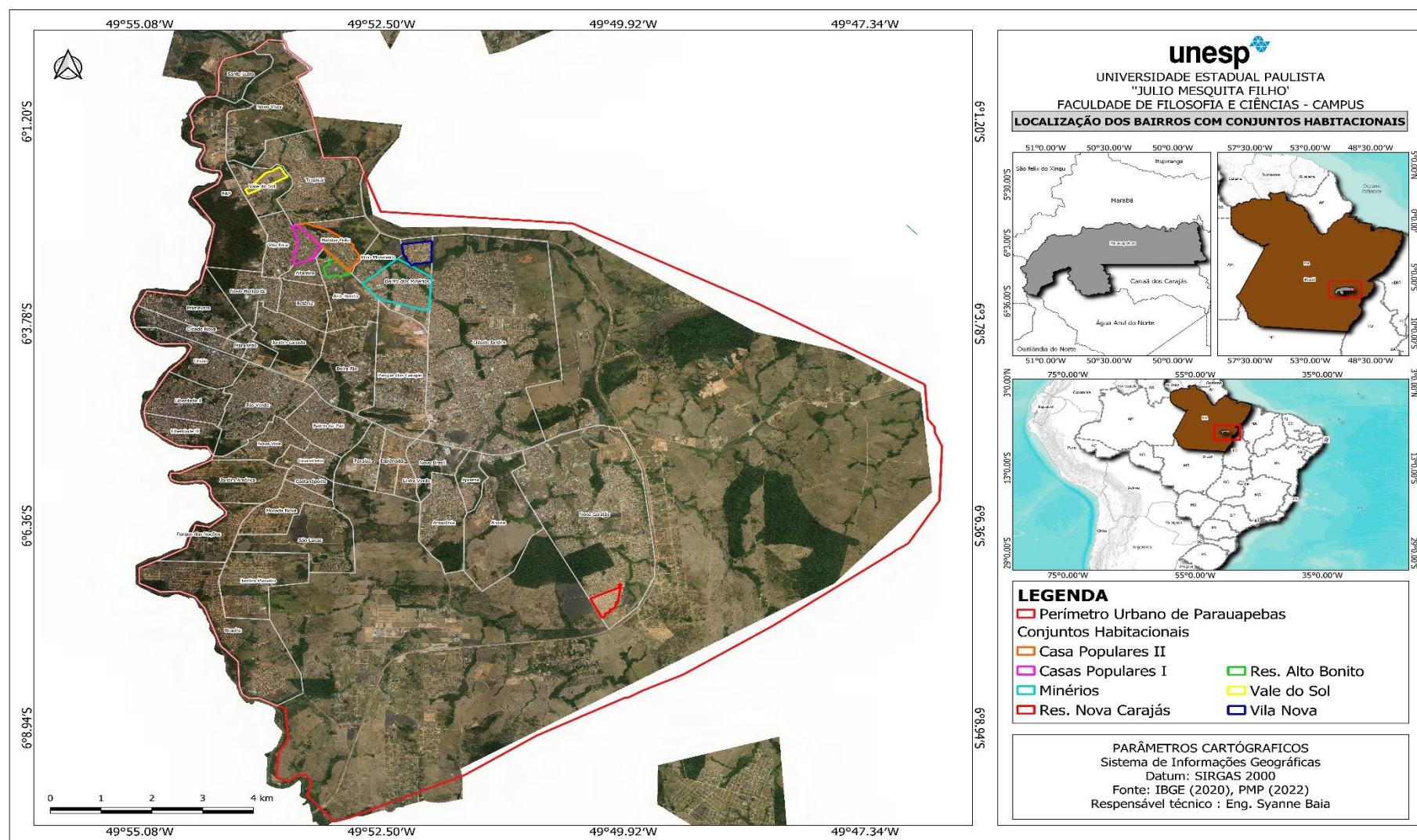
LEI DE APROVAÇÃO	PROJETO	Nº FAMÍLIAS BENEFICIADAS
DECRETOS 563/2009	RESIDENCIAL DOS MINÉRIOS	1.000
DECRETO 533/2011	JARDIM IPIRANGA	2.000
DECRETO 534/2011	JARDIM TROPICAL	500
DECRETO 535/2011	JARDIM TROPICAL II	1.300
DECRETO	JARDIM TROPICAL II	250
LEI 4.404/2010	VILA NOVA I	650
DECRETO Nº 391/2011	VILA NOVA II	76
DECRETO 460/2009	NOVA CARAJÁS IV	1.194
DECRETO 1833/2013	ALTO BONITO I	1.008
CONTRATO 20130645	ALTO BONITO II	1.392
DECRETO Nº 391/2011	VALE DO SOL I	424
DECRETO 534/2013	JARDIM IPIRANGA	323
DECRETO 916 E 957/18	CIDADE JARDIM (LAR DA NOSSA GENTE)	2.000
LEI Nº 4.726/17	VALE DO SOL II	250
TOTAL		12.367

Fonte: Elaborado pelo autor baseado na Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2022.²³

O Mapa 11, a seguir, apresenta os conjuntos habitacionais distribuídos espacialmente na cidade para atender às famílias. Os lotes urbanos, uma outra prática de política governamental em que lotes são distribuídos não foram identificados no mapa.

²³ Dados fornecidos via WhatsApp

Mapa 11 – Localização dos conjuntos habitacionais de interesse social em Parauapebas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Estes dados dizem muito sobre os deslocamentos populacionais para Parauapebas e sua ancoragem no território, desafiando o poder público municipal a incrementar sua política habitacional para as famílias despossuídas que se fixam na cidade, que tem sido considerada o destino para aqueles que sonham com uma melhor qualidade de vida e oportunidade de emprego. Desta forma, aqueles que se destinam à cidade têm como objetivo o trabalho, seja ele direto no setor da mineração ou em sua cadeia ou nas oportunidades que a atividade gera na cidade. Dentre estes deslocados há aqueles que vêm subsidiados pela sua rede social ou sem nenhum vínculo na cidade, em busca de conseguir uma oportunidade; mas também há aqueles que vem com emprego certo, são os profissionais, na sua maioria, com curso superior ou com alguma especialização técnica, que recebem toda uma estrutura (casas, transporte, bons salários) fornecidas pelas empresas para se fixar, mesmo que temporariamente. Assim, as diferentes maneiras de chegada à Parauapebas impactam na relação com a cidade e entre as pessoas que aqui aportam, tal qual veremos mais adiante. Em relação ao trânsito, na cidade circulam pessoas e objetos. É um cidade onde os fluxos e a circulação de pessoas é intensa, pois com o empreendimento minerador, muitos são os prestadores de serviços que chegam à cidade para prestar seu serviço temporário e, tão logo o concluem, voltam para o seu lugar de origem, podendo voltar em outro momento e assim acontece em ritmo de circularidade, de fluxos na região.

Foto 24 – O vazio urbano de Vila Parauapebas – década de 1980



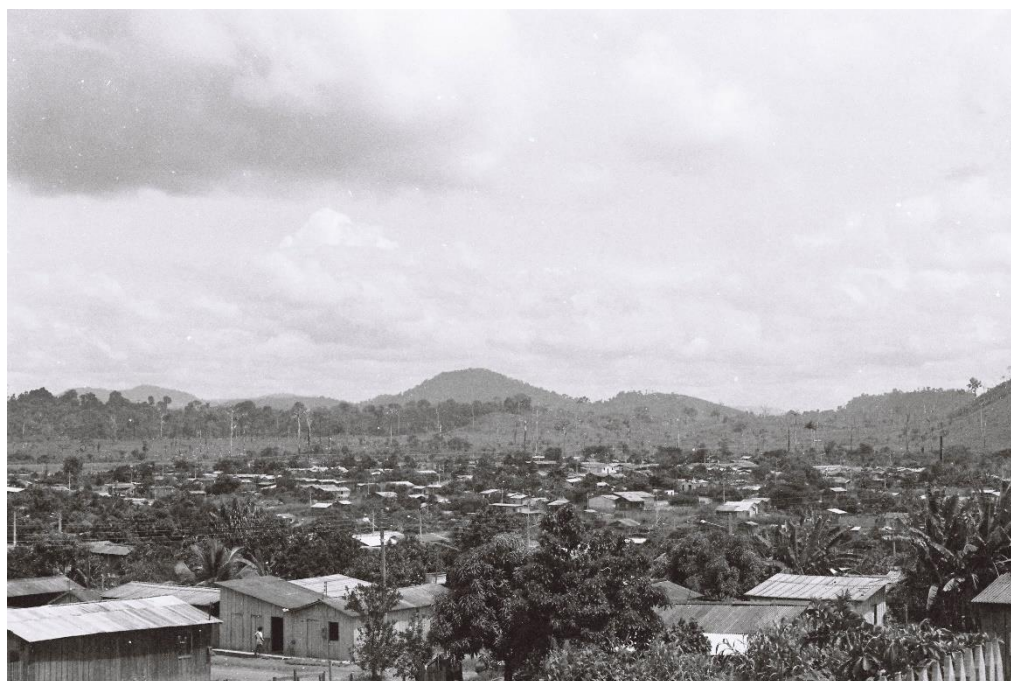
Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, 2022.

Foto 25 – Bairro Cidade Nova²⁴ – década de 2020



Fonte: Acervo pessoal de Anderson Souza, 2022.

Foto 26 – Vista das casas de madeira de Vila Rio Verde – década de 1980



Fonte: MUSEU MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, 2022.

²⁴ Antiga Vila Paraupabas.

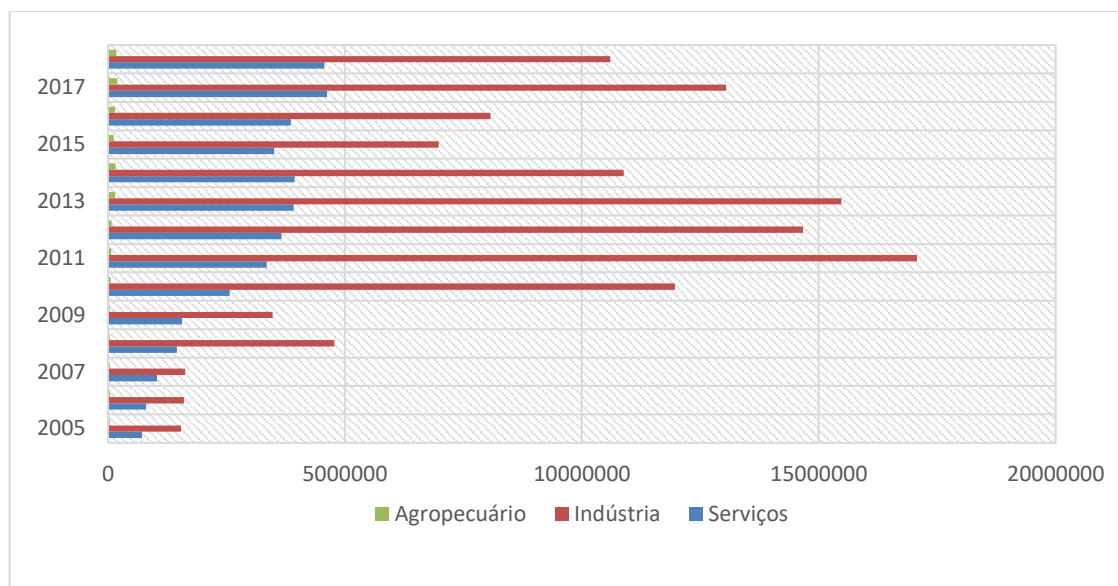
Foto 27 – Urbanização de Rio Verde – década de 2020



Fonte: Acervo pessoal de Anderson Souza, 2022.

Cabe ressaltar que Parauapebas tem ocupado as primeiras posições nas exportações brasileiras há mais de uma década, sempre oscilando da 1ª à 5ª colocação, destacando-se pela exportação de minério de ferro, seguido da exportação de manganês. O Gráfico 3, a seguir, apresenta de modo mais didático, a participação proporcional de cada um dos três setores econômicos na composição do Valor Adicionado Bruto a Preço Corrente, no município de Parauapebas, entre os anos de 2005 e 2018, segundo dados da Prefeitura Municipal de Parauapebas (2021). Nele é possível constatar a força do setor Indústria em relação aos demais. O mesmo gráfico mostra também que o setor Serviços vem alcançando percentuais mais robustos, ano após ano. Já o setor Agropecuário, após a perda de importância no que se refere à proporcionalidade comparativa com os demais, se mantém ligeiramente em decréscimo em nível proporcional, frente à indústria e serviços.

Gráfico 3 – Participação proporcional do Valor Adicionado Bruto (Moeda real) por setor da economia (2005/2018)



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2021.

Na contramão da força econômica da indústria, principalmente da atividade mineradora moderna, conforme Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Prefeitura de Parauapebas, verificou-se que os setores que mais empregaram em 2019 foram os de serviços, construção civil e comércio. A tabela 5 demonstra o número de empresas por setor, e a proporção de trabalhadores registrados por empresa e por setor de atividade econômica, exceto o a Administração Pública.

Tabela 5 – Quantidade de trabalhadores com carteira assinada e proporção por setor de atividade Econômica 2019

Sector	Quantidade de empresas	Número de trabalhadores	Proporção de trabalhadores por sector
Extrativa Mineral	8	7.680	960
Construção civil	159	9.384	59
Serviço de Indústria/Utilidade Pública	10	379	38
Serviços em geral	892	15.769	18
Indústria de Transformação	150	2.467	16
Comércio em geral	1.137	9.037	8
Agropecuária	82	320	4

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2021.

O setor da atividade Extrativa Mineral, proporcionalmente ao número de empresas, é o que detém maior contingente de trabalhadores porém, o maior contingente numérico de trabalhadores do município está no setores Serviços, Construção civil e Comércio, e este tem o maior número de empresas. Observando o nosso campo de estudo, com estes dados é possível concordar com Lefebvre, para quem a industrialização “[...] não produz apenas empresas (operários e chefes de empresa) mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos.” (LEFEBVRE, 2001, p. 16) e, acrescento, produz fluxos de pessoas, coisas e atividades econômicas do circuito inferior. Deste modo, a implantação da moderna mineração tem alavancado os setores de serviços, construção civil e comércio e estes absorvem também a mão de obra menos qualificada já que a moderna mineração exige trabalhadores tecnicamente especializados.

Reis (2016), ao analisar o município de Parauapebas a partir dos conceitos do geógrafo Milton Santos, de circuitos inferior e superior da economia urbana, identificou as contradições das atividades modernas da economia mineradora, que tem como interesse o mercado internacional, e as pequenas atividades não modernas nos bairros Rio Verde e Cidade Nova. Recorrendo a Milton Santos, Reis (2016, p. 91) trata do circuito superior como as “atividades geralmente orientadas sob comandos e demandas externas e que possuem uma racionalidade no uso da tecnologia em sua organização”. Neste caso, o autor dá ênfase à mineração desenvolvida pela Companhia Vale, no território. Já o circuito inferior “são atividades enraizadas no próprio lugar, que visam suprir as necessidades da população local”. No caso deste circuito, Reis pesquisou oficinas de moto e bicicletas, feiras, papelarias, lojas de roupas e calçados, dentre outras. O autor conclui, a partir de seu estudo que a

Companhia Vale se destaca no processo de automação em seu processo produtivo, ou seja, no alto investimento em dispositivos mecânicos e eletrônicos. Por outro lado, o número de migrantes pobres, desempregados e sem qualificação profissional no setor de mineração em busca de emprego na multinacional ou em suas subcontratadas são cada vez mais crescentes. Portanto, a partir da análise empírica realizada, podemos asseverar que a moderna indústria de mineração, antes de promover um aumento das oportunidades e da equidade social, acaba por produzir e expandir a pobreza urbana. Assim, o crescimento de pequenos negócios do circuito inferior em Parauapebas expressa uma resposta a pobreza sucedida da moderna indústria de mineração. É essa população excluída/não inserida na grande indústria de mineração que desenvolve usos não hegemônicos do território e se lança na produção de outras racionalidades - totalmente diferentes das adotadas pelo circuito superior - na busca cotidiana de garantias de sobrevivência. (REIS, 2016, p. 140).

Reis não identificou o estado de origem dos donos dos estabelecimentos econômicos, o que poderia ter sido um dado para aprofundar o debate sobre migração na cidade e a sua origem.

Entretanto, as suas conclusões dão conta da contradição quando comparados o Gráfico 3 e a tabela 5, acima.

Mesmo que não tenhamos dados sobre quem são estes trabalhadores do chamado circuito inferior, sempre que estou em contato com eles em seus postos de trabalho, nos comércios, na prestação de serviços, na construção civil ou determinado serviço doméstico especializado, como um eletricista, um limpador de lote, uma empregada doméstica, uma ambulante vendedora de lanche, é comum encontrar o maranhense nestas atividades.

CAPITULO II

MIGRAÇÃO E TRABALHO: TRAJETÓRIAS MARANHENSES PARA PARAUAPEBAS

*Com o trem de passageiro
Que só chegava lotado
Em busca de um emprego
Imigrantes pra todos os lados
Era uma correria
Dia e noite, noite e dia
E crescendo o povoado.*

*Gente do Maranhão
Do Piauí, do Goiás,
Do Ceará, Pernambuco,
Bahia e Minas Gerais
Foram os primeiros imigrantes
Por um emprego brilhante
Na Serra dos Carajás.
(Maradona, 2022)*

2.1 Migração e trabalho: trajetórias maranhenses para Parauapebas

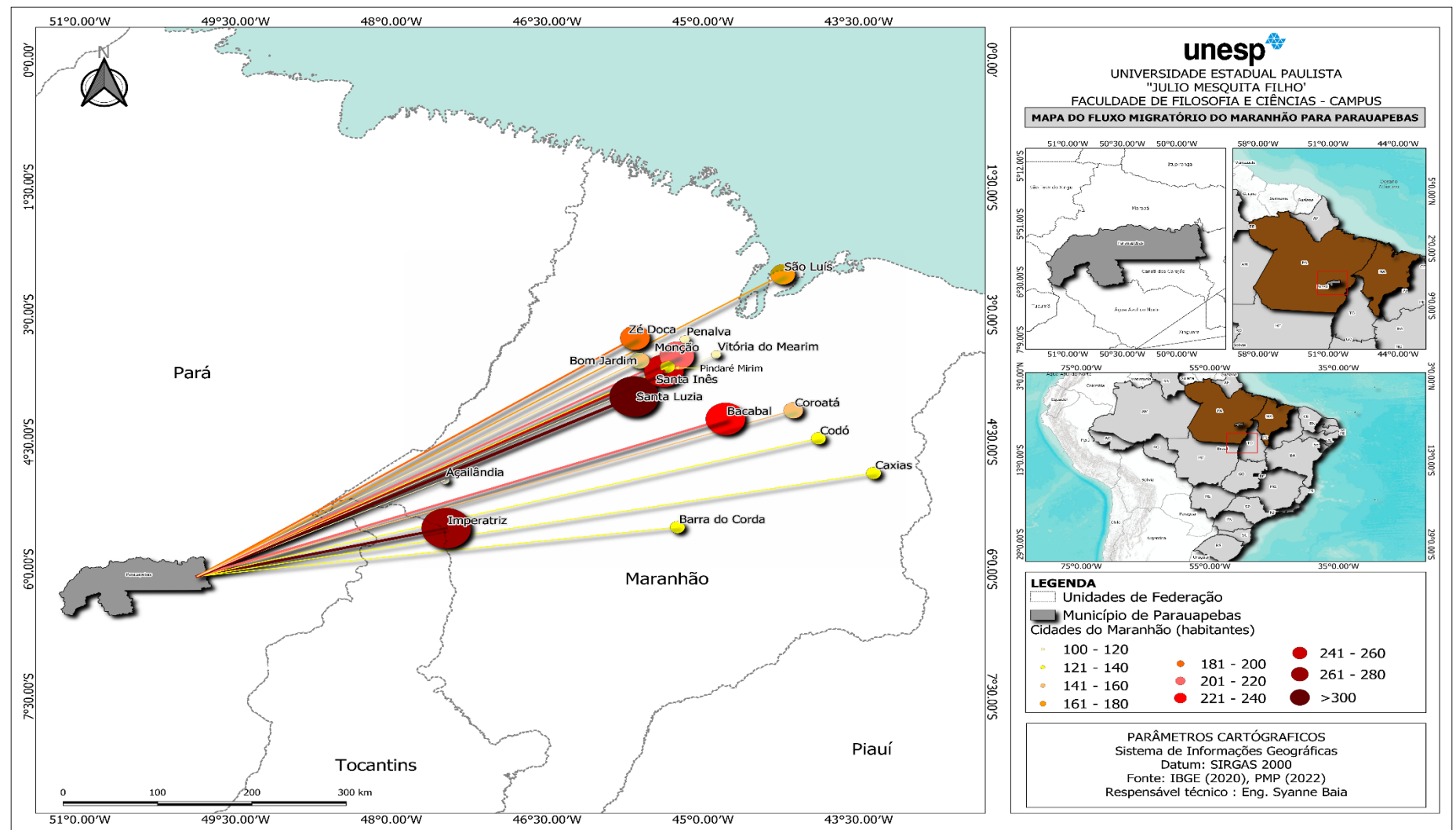
Para uma compreensão mais aprofundada das trajetórias sociais de maranhenses para Parauapebas, foi necessário direcionar a atenção para os processos socioespaciais nos locais de origem. Como bem lembra Silva e Melo (2009, p. 134), “[...] trajetória não se resume apenas a decisões subjetivas relacionadas à vontade dos indivíduos ou do grupo familiar, mesmo que sejam eles os agentes que decidem migrar, é preciso considerar os condicionantes externos.”, ou seja, “[...] as estruturas onde as práticas são tecidas por homens e mulheres das diferentes classes sociais.”

2.1.1 Contextualização histórica do Maranhão

A partir de informações de campo, pude delimitar com maior precisão a região de onde veio grande parte dos migrantes que se dirigiram ao município, incluindo os segmentos socioeconomicamente mais vulneráveis dos municípios da Baixada Maranhense e do Vale do Pindaré. Esta região, polarizada pelo município de Santa Inês e que inclui os municípios de Alto Alegre do Pindaré, Pindaré Mirim e Santa Luzia, entre outros, é atravessada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), onde há paradas em Altamira, Santa Inês, Alto Alegre do Pindaré, Buriticupu e Bom Jesus das Selvas. Já a Baixada maranhense é polarizada pelo município de Pinheiros, onde o trem tem duas paradas, Arari e Vitória do Mearim. Importante mencionar também neste contexto os municípios de Bacabal, Açailândia e Codó.

A partir da análise das origens dos titulares de alguns programas governamentais de Parauapebas, tratados mais a frente, foi possível realizar levantamento das cidades de onde são os migrantes. De antemão, vale ressaltar que foram estratificadas origens de mais de 11.000 (onze) mil pessoas por Estado e Região e de mais de 5 mil pessoas das cidades do Maranhão. O Mapa 12, a seguir, ilustra a origem de maranhenses das cidades com mais de 100 (cem) indivíduos vivendo em Parauapebas que, em ordem crescente, são: Penalva, Vitória do Mearim, Açailândia, Pindaré Mirim, Caxias, Barra do Corda, Codó, Coroatá, Bom Jardim, São Luís, Zé Doca, Monção, Bacabal, Santa Inês, Imperatriz e Santa Luzia. Identificar todos no mapa não seria uma boa ideia, haja vista que são mais de 150 municípios presentes *aqui*, mas achei conveniente trazer uma tabela com todos os municípios presentes, apresentada ao fim deste capítulo.

Mapa 12 – Localização das cidades de origem dos moradores (Titulares) maranhenses em Parauapebas com mais de 100 residentes segundo os Programas Sociais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma observação mais acurada dos processos históricos e sociais de produção espacial na região do Vale do Pindaré e Baixada Maranhense ajuda a compreender as motivações e as características socioeconômicas de uma parcela significativa das pessoas que migram para Parauapebas. Regina Sader (1989), em seu artigo “Migração e violência - o caso da Pré-Amazônia Maranhense”, analisa a história de migração desta população, ligada à sua condição agrária. Por um lado, o processo de degradação econômica dessa população rural, que atua como fator de expulsão; e, por outro, a condição intrinsecamente transitória da relação desses pequenos agricultores com os territórios que habitam. Historicamente, segundo a autora, no Maranhão desenvolveu-se um campesinato ligado aos quilombos do período da escravidão e que com a Balaiada vieram somar-se àqueles outros quilombos bastante populosos, dando origem a comunidades negras no interior do estado voltadas a uma economia de subsistência, no período pós abolição, formando assim uma população camponesa de ex-escravos chamados caboclos (SILVA, 2008). Em 1877, devido à seca, nordestinos emigraram para o estado e, até a década de 1950, a oferta de terras devolutas permitiu a manutenção de um campesinato em pequenas roças voltadas para a produção do arroz, porém, após este período, inicia-se o avanço da propriedade privada, acarretando a expulsão dos pequenos posseiros que passaram a buscar novas áreas para ocuparem. A partir desta década, há aumento do fluxo migratório de nordestinos para o Maranhão, no momento em que há aberturas de estradas e rodovias. Na década de 1970, Velho registrou o seguinte cenário:

Nos vales úmidos do Maranhão, o resultado espontâneo parece vir sendo, até agora, a gradativa e implacável substituição da lavoura pela grande pecuária, com o consequente transbordamento de massas deslocadas para o Maranhão Ocidental e o Pará, e um empobrecimento dos vales úmidos pela diminuição do movimento no comércio local e uma tendência a não reinvestir o capital na região. O aporte importante de populações oriundas de outras áreas do Maranhão e outros estados do Nordeste, expulsas pela valorização crescente das terras situadas a leste e centro-norte do estado, de início segue o padrão original de ocupação. (VELHO, 2013, p. 165).

Este processo de privatização da terra é desencadeado por grileiros e bandos armados vindos de outros estados, balizado pelos órgãos estatais. “A grilagem se institucionaliza, agravada pela construção no início dos anos 70 da estrada que liga Santa Inês à Açailândia, esta última na margem da Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz.” (SADER, 1989, p. 6). A área do oeste maranhense foi beneficiada com incentivos fiscais e outros estímulos que facilitaram a concentração da terra, em um território onde se concentrava um grande número de posseiros, além dos incentivos fiscais as “[...] infra-estruturas nelas instaladas, valorizou as terras privadas,

promoveu a especulação fundiária e resultou na expulsão sistemática e violenta de posseiros que antes habitavam aquelas áreas.” (LOUREIRO, 1992, p. 29).

No bojo dos conflitos agrários no Maranhão, O PGC serviu de estratégia do governo militar para deslocar famílias camponesas para assentamentos rurais na região de Carajás. Se, de um lado, amenizava os conflitos na região do Bico do Papagaio; por outro, abasteceria as novas demandas surgidas com o empreendimento. Neste sentido, vale aqui a observação de Monte-Mór (2001), para quem na história das cidades minerárias de Minas Gerais, as demais atividades, como a agropecuária, foram complementares à economia urbana gerada pela mineração. Em Parauapebas, a exploração do ferro cumpriu este papel, com desdobramentos semelhantes. Em 1980, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), com o objetivo de administrar as terras abrangidas pelo Programa Grande Carajás, 45 milhões de hectares nas regiões sudeste do Pará, oeste maranhense e norte de Goiás, atual Tocantins (LOUREIRO, 1992). O PGC envolvia várias frentes de ação no processo de integração nacional, uma das quais foi a criação de assentamentos patrocinados pelo governo federal. Entre suas intenções estava o povoamento da Amazônia, a produção de alimentos para abastecimento dos centros urbanos próximos e a tentativa de dirimir o conflito por terras na região conhecida como Bico do Papagaio, que causava grande instabilidade e violência. Oliveira (2018), ao analisar o processo de reconhecimento de uma identidade étnica quilombola no norte do Tocantins, região pertencente ao Bico do Papagaio, informa que a ocupação da área em que fica a comunidade estudada, Cocalim, tornou-se mais intensa nos finais da década de 1970 e início dos anos 1980, justamente no período em que o governo militar instala o PGC, e passa a intervir nos

[...] conflitos fundiários existentes na região de influência do projeto e consolidar a formalização jurídica, de modo a garantir os direitos individuais sobre a terra que, nesta região, ainda era dominada por uma agricultura de subsistência. O projeto tinha como objetivo geral acelerar o desenvolvimento de toda uma vasta área denominada de ‘Amazônia oriental’, que agregava parte dos estados do Pará, do Maranhão e o antigo norte de Goiás. (OLIVEIRA, 2018, p. 183).

Para o autor, o GETAT serviu como um instrumento de controle sobre a ocupação de terras e para conter o avanço do debate em torno da questão agrária em pauta naquele momento no país. “Assim, qualquer atitude dos lavradores, posseiros e camponeses em geral diante da ameaça dos grileiros acabava sendo associado ao movimento socialista, comunista e revolucionário.” (OLIVEIRA, 2018, p. 184). Cabe lembrar que a região do Bico do Papagaio

foi palco da Guerrilha do Araguaia²⁵. Em 1982, o Getat assentou na região de Parauapebas “[...] 1.555 famílias de colonos imigrantes vindo, principalmente, dos Estados do Maranhão, Tocantins e Goiás.” (LIMA, 2003, p. 17). Segundo Gonçalves,

Por meio do GETAT, foi lançado um mega plano de assentamento, a fim de dar apoio às famílias sem terras. Estrategicamente o Governo resolvia três questões de uma só vez. Primeiramente assentou 1500 famílias, cada uma recebendo dez alqueires de terra, onde passaram a morar. O que formou uma barreira humana em torno do projeto Grande Carajás, isso impedia a penetração de garimpeiros na área mineradora. Uma vez, assentadas as famílias, produziria para subsistência e com incentivos à produção serviria também para abastecer o grande número de integrantes do projeto de mineração: o que representava, alimentos em primeira mão a baixo custo. (GONÇALVES, 2006, p. 55).

O GETAT não conseguiu prover os assentados com assistência técnica e suprimentos para se fixarem nas terras, o que provocou o êxodo rural destas famílias para a Vila de Rio Verde, assim como muitos abandonaram a terra em busca de emprego. Seu Domingos é filho de um destes assentados e resolveu sair da *roça* e por não *aguentar*, acabou mudando para a vila, como ele conta:

Terminei de me criar em Imperatriz do MA. Ficamos lá muitos anos. E aí quando eu fiquei maior, comecei andar pelos garimpos, Serra Pelada. Naquele tempo, do governo João Batista Figueiredo, ele foi escrever muita gente no Maranhão, no Goiás, pra trazer pra colônia aqui CEDERE I, CEDERE 2 e CEDERE 3. Então trouxe meu pai pra cá e eu fui mais ele trabalhar na roça, porque minha profissão toda vida foi essa mesmo. E aí como eu não aguentei, em 1982, eu não aguentei trabalhar na roça e vim pra cá pra arrumar um trabalhozinho né, na Serra dos Carajás, mas como não tenho cultura nenhuma, só aprendi escrever o nome, e aí não arrumei emprego, mas como tinha um primo meu que era funcionário da Vale, aí ele disse “não Domingo você vem pra cá, eu como no restaurante e trago um pouco da comida pra ti e tu fica aqui no meu alojamento” e eu então tá bom. (DOMINGOS, Dezembro, 2018).

Um outro interlocutor, assentando pelo Getat em 1986, e que continua na terra ainda hoje, contou que à época da divisão das terras um grupo de homens e mulheres ficou acampado nas proximidades enquanto os funcionários do órgão mediam os lotes. A ansiedade era grande,

²⁵ “A Guerrilha do Araguaia aconteceu entre os anos de 1972 e 1974 e envolveu o exército e os militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que tinha como objetivo iniciar, na região entre o sudeste do estado do Pará e norte do Tocantins, um processo revolucionário nos moldes maoístas, baseado na guerrilha camponesa. Apesar de o período de combate entre guerrilheiros e exército ter durado dois anos, a guerrilha foi iniciada no final da década de 1960 com o reconhecimento da região pelos militantes e pela aproximação com os camponeses por parte dos guerrilheiros. Além do mais, esses dois anos, entre 1972 e 1974, é denominado de “fase do aniquilamento”, em que o exército percebeu a necessidade de investir na contenção do movimento depois de fracassadas expedições à região. Vale reforçar também o fato da existência de uma memória da população local com relação à repressão do exército, pois vários moradores foram presos, acusados de ser simpáticos e cúmplices dos “terroristas”, como eram chamados os guerrilheiros. No caso, qualquer manifestação dos moradores era associada à guerrilha, o que fez com que a luta pela terra, por parte da população, fosse vista como parte do processo orquestrado pelo movimento guerrilheiro, acirrando ainda mais a repressão sobre a população de toda região.” (OLIVEIRA, 2018, p. 133).

por isto resolveram permanecer acampados até a distribuição dos lotes, que a esta altura já havia uma lista de inscritos para serem contemplados. Outros inscritos continuavam na vila de Rio Verde, pois eram donos de pequenos comércios, trabalhadores ou simplesmente não quiseram ficar acampados. O acordo era que quando o Getat terminasse de “cortar” os lotes era para os acampados avisarem os que se encontravam na vila. Feito isto, para surpresa dos acampados, parte significativa dos que estavam na vila foram receber o seu lote já acompanhados de compradores que eram grandes comerciantes e “até funcionários da Vale do Rio Doce”. Houve quem comprou cinco, seis e até oito lotes dos contemplados. Os que venderam diziam que era *doideira* ficar ali, *o lugar não ia pra frente*, quem ficasse *ia era morrer de malária*. Para meu interlocutor, esta foi uma das maneiras pelas quais se originaram os “fazendeiros” na região, comprando lotes dos reassentados e concentrando grande parte das terras. Lembra que os que venderam fizeram *grande farra na rua*, compraram móveis, eletrodomésticos e lotes urbanos.

Ao consultar os dados dos Censos Demográficos, Sader constatou que em 1980 houve uma diminuição da população maranhense na região que vai de Bacabal à Pindaré-Mirim. Justamente neste período que temos o processo de implantação do Projeto Ferro Carajás e as atividades de exploração de ouro no Garimpo de Serra Pelada. Maria Aparecida de Moraes Silva (2008), em estudo sobre expropriação da terra, violência e emigração de camponeses maranhenses para o corte da cana no interior de São Paulo, analisa duas cidades de origem dos trabalhadores rurais, Codó e Timbiras. Cidades em que a lógica da reprodução desse campesinato baseou-se na complementaridade entre agricultura de subsistência e coleta do coco babaçu, porém teve a sua realidade transformada a partir da década de 1970, quando houve

A conversão da agricultura de alimentos para a produção de soja e pecuária, destinadas à exportação. Com isso, as terras começaram a ser cercadas pelas propriedades privadas e as florestas de babaçu destruídas. Data desse período o início do processo de expropriação dos camponeses, cujo destino passou ser a migração para regiões de garimpo e desflorestamento da Amazônia, muitos dos quais foram e são ainda escravizados. (SILVA, 2008, p. 168).

O diálogo abaixo entre mim e uma interlocutora ilustram o processo de transformação fundiária que continua ocorrendo na região, devido à compra das terras da família pelos gaúchos para plantarem soja:

MARLENE: Lá mudou porque lá também tem esses gaúchos, os gaúchos que compraram os campos de lá e plantaram soja.

PESQUISADOR: O que aconteceu?

MARLENE: Devastaram tudo, plantaram tudo soja; porque lá o gado da gente, do papai e dos meus parentes era tudo solto assim nos campos, nas chapadas. Lá não tinha esse negócio de plantar capim pro gado, não. Não tinha porque na chapada tinha

muito né, tinha muito capim, muito... muito mato verde. E aí o gado era criado assim. Hoje em dia não! Quem quer ter seu gado tem que cercar tudo porque lá tem os gaúchos.

PESQUISADOR: E o seus pais continuaram com a terra lá ou venderam ou tá lá ainda?

MARLENE: O meu pai e minha mãe já morreram. Agora os meus irmãos tem terra, cada um vendeu um pouco né. Porque eles [os gaúchos] queriam comprar. [Uma] comparação: “você queria vender mais tava perto da minha e eu não queria, mais você queria vender e, portanto eu tinha que vender também porque você ia vender e o outro ali ia vender”. E eu ficava só no meio, então eu tinha que vender também né; e aí foi assim, os meus irmãos venderam, alguns vendeu uma parte.

PESQUISADOR: E vendeu para os gaúchos?

MARLENE: Pra gaúcho. Porque era os campo. Aonde a gente andava, colhia pequi, onde a gente colhia bacuri né, colhia outras frutas que tem lá na região né: araçá, goiaba, essas coisas assim tudo lá produzia. Na chapada hoje em dia produz a soja e o milho. Você não sabe o que é a chapada que eu to falando né? Você nunca foi no lugar onde tem os pé de pequi?

PESQUISADOR: Não

MARLENE: Pois tem os campos que a gente fala é assim: aquele agreste onde só tem capim, mato; mas tudo capinzinho rasteiro né, e não é terra de a gente fazer roça.

PESQUISADOR: É essa parte que os seus irmãos venderam?

MARLENE: Essa parte aí que eles venderam, umas parte, as outras partes não né, fez a moradia deles, as terras deles.

PESQUISADOR: Entendi. Eles ficaram com a parte de plantação.

MARLENE: Da parte da plantação, de fazer roça. Hoje em dia eles não faz mais porque tá tudo velhos né.

Seguindo o objeto de estudo desta pesquisa, ressalta-se que as transformações rurais no Maranhão foram um catalisador para os deslocamentos de homens e mulheres para a construção do Projeto Ferro Carajás, transformando estes atores de origem rural em assalariados urbanos (DURHAM, 1984) e os principais agentes de ocupação da cidade. A pertença a uma família de origem rural, seja como trabalhadores, posseiros, meeiros ou arrendatários, é uma característica comum entre os entrevistados que depositaram na emigração a possibilidade de melhoria de vida. “Nessas condições, a melhoria de vida só pode ser concebida como abandono desse universo e integração em um sistema diferente, que ofereça melhores oportunidades.” (DURHAM, 2004, p. 172), só possível com o deslocamento geográfico. Seu Francisco se cansou da vida de “plantar nas terras dos outros” e veio para Parauapebas:

O Maranhão é muito bom, na minha cidade é o seguinte: a gente trabalha lá, aí bota uma roça, arrenda uma roça. Vamos supor “cê é dono de uma terra lá e eu vou e arrendo umas 5, 10 linhas, eu boto aquela roça. Aí arrendava a terra para plantar o arroz, a mandioca e o milho, aí daquela mandioca a gente tirava uma parte de farinha pro cara [proprietário da terra], outra de milho, era assim. A terra que eu tinha era só da moradia, mas terra para plantar era dos outros. (FRANCISCO, Junho, 2018).

A concentração fundiária e as dificuldades para se manter na terra provocaram a migração destes homens e mulheres a buscar a sorte no garimpo ou na promissora Parauapebas

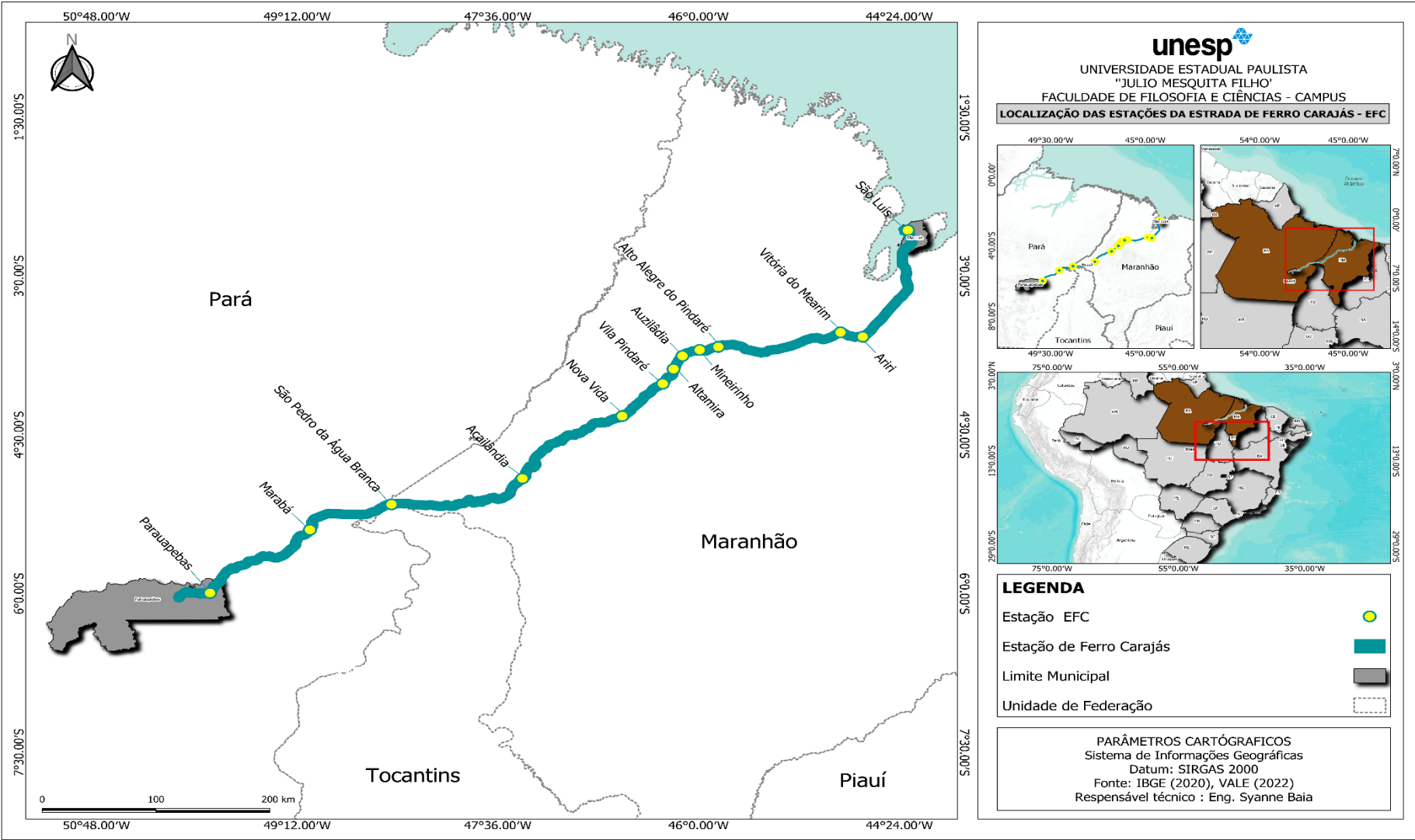
que estava surgindo, na década de 1980. O PFC passou a ser uma alternativa, principalmente pelos vultosos investimentos e a necessidade de mão-de-obra não qualificada, para serem assalariados na construção da infraestrutura do empreendimento. Neste sentido, o movimento do fazer-cidade de Parauapebas está intrinsicamente ligado à esta população, que ao chegar fez dela o seu lugar o seu espaço de vida, onde seus projetos começaram a ser efetivados, seja com a conquista de um trabalho, de terra ou de uma casa.

2.2 O trem da Vale

O trem de transporte de passageiros, conhecido popularmente como *trem da Vale*, que circula pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), ligando Parauapebas a São Luís, tem sido um elemento fundamental para se compreender a dinâmica dos movimentos de população na área em questão. De acordo com informações da Empresa Vale S.A., a EFC tem 892 km de percurso, 5 estações ferroviárias (Parauapebas e Marabá – PA; Açailândia, Santa Inês e São Luís - MA), 10 (dez) pontos de parada e passa por 27 municípios, destes somente 2 estão no Pará (Parauapebas e Marabá), como ilustra o Mapa 13 adiante.

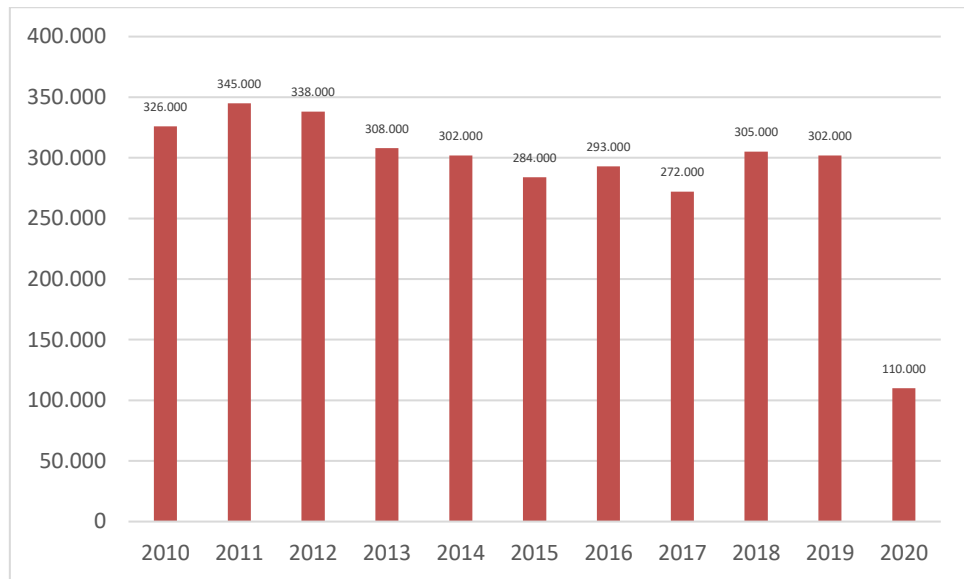
O trânsito de maranhenses passou a ser intenso com a sua inauguração, em 1985, o que permitiu circularidade de famílias entre Maranhão e Pará. Trata-se de um *continuum* nas relações sociais entre o lugar que recebe gente e o de onde parte gente e, atualmente, gentes que ficam circulando entre um lugar e outro, conforme as oportunidades geradas no Pará e retorno temporário para visita aos familiares que ficaram. O trem parte de São Luís com destino à Parauapebas às segundas, quintas e sábados. Ele sai às 8h da capital maranhense e chega à *capital do minério* às 23h50; terças, sextas e domingos, ele sai de Parauapebas às 6h, com chegada em São Luís, às 22h. Entre Parauapebas e São Luís o valor das passagens é de R\$ 80,00 (oitenta reais), nos vagões de classe econômica, e R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) na executiva. Dados do Relatório de Diagnóstico dos Sistemas de Transportes realizado pela Prefeitura Municipal de Parauapebas revelam que em 10 anos (2010 a 2019) a média de passageiros que utilizaram o trem entre Maranhão e Pará foi de 307.500 (trezentos e sete mil e quinhentos) por ano, havendo uma baixa expressiva em 2020, por conta da Pandemia do Covid-19, quando o trem parou de circular por alguns meses, números apresentados no Gráfico 4, a seguir.

Mapa 13 – Estações e pontos de parada da Estrada de Ferro Carajás: Parauapebas/PA – São Luís/MA



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 4 – Número de passageiros Pará – Maranhão (2010/2021)



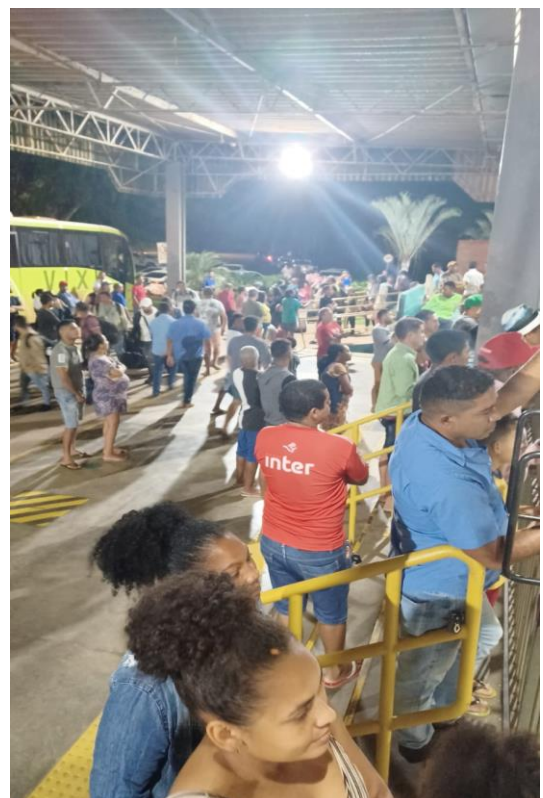
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2021.

Foto 28 – A chegada do trem à Parauapebas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 29 – Familiares e amigos à espera na estação



Fonte: Elaborado pelo autor.

2.3 Migração e trabalho

É basicamente um fato que se deu, né. Em 1986, eu estava em São Luís, eu sou de São Luís, nasci e me criei em São Luís, estudei. Mas um fato muito curioso que 1986, é... havia uma grandiosa propaganda do projeto Carajás, havia também uma grandiosa propaganda da Serra Pelada. Tinha a região do Sudeste do Pará, era uma região de aventureiros. Então, quem vinha pra cá naquele período vinha nesse sentido de aventurar. Em meados de janeiro de 1987, né. Eu tomei a decisão, eu fui orientado pelo meu irmão, que na época era funcionário da Vale do Rio Doce, e ele me colocou algumas sugestões, como o Carajás, era uma terra que você vinha, e as pessoas eram recrutadas na portaria da Vale do Rio Doce. (PAULO, Setembro, 2021).

Ao considerar que a análise da trajetória a partir dos indivíduos deve sempre levar em consideração a trajetória familiar, “[...] posto que é, inevitavelmente, produto, também, da dinâmica das relações de força, que frequentemente recompõem o grupo familiar e reorganizam ações e disposições individuais.” (SILVA, 2009, p. 134), a decisão de Paulo em se *aventurar* pela região sudeste do Pará está relacionada ao convite de seu irmão, durante os eventos ocorridos na região, no final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, a saber, a implantação do Projeto Grande Carajás e o Garimpo de ouro em Serra Pelada. *Aventurar*, mas não sem um plano ou um objetivo, mas por acreditar nas informações que chegavam ao Maranhão sobre as facilidades de conseguir emprego no Projeto Ferro Carajás. Paulo tomou a decisão de se *aventurar* para o Pará, em 1987, depois de aconselhado pelo seu irmão, que já trabalhava na região. As notícias sobre a tão próspera região de Carajás estavam *muito faladas no Brasil inteiro*, e os que se aventuraram, assim também como seu Antônio, maranhense do município de Peri Mirim, que depois de trabalhado no Projeto Jari e na construção da Hidrelétrica de Tucuruí, chegou à Parauapebas no ano de 1982, para trabalhar na construção do núcleo urbano de Carajás e depois na construção da Estrada de Ferro, até 1988, quando ele e sua esposa decidiram investir em um pequeno negócio de secos e molhados.

Dona Benta chegou à região no final da década de 1970. Veio para Parauapebas acompanhando o seu marido. Ela é maranhense do município de Pinheiros, onde na infância quebrava coco, capinava roça, colhia arroz, arrancava mandioca. Com doze anos de idade ela mudou para a capital São Luís, para trabalhar na casa de um conhecido da família, cuja mulher estava grávida. Com o casal ficou pouco tempo, pois se desentendeu com a patroa, indo em seguida trabalhar em um hotel no centro da capital, onde cozinhou, passou e lavou por dois anos, porém passou a ficar doente devido ao calor do fogão, uma vez que cozinhasse bastante. Dona Benta, antes de partir da capital, ainda trabalhou como empregada doméstica em duas residências e em bares como garçonne. Foi em um desses bares que conheceu um senhor

chamado de *Barbosa*, que a convidou para se mudar para o município de Santa Inês, onde ele tinha um bar e a queria trabalhando com ele. Dona Benta então aceitou a proposta e depois de um tempo trabalhando no bar, conheceu o *gaúcho*, com quem se casou. “Meu marido foi trabalhar com um Assis Pinto, o mais rico que tinha lá de Santa Inês, aí eu levava uma vida mais ou menos. Aí foi que inventaram de gente vim pra cá, pra esse Parauapebas”. Seu marido era carpinteiro e veio trabalhar na construção de casas de madeira.

Ainda seguindo a trajetória de Paulo, aos 22 anos de idade, ele chega ao seu destino:

Sozinho! Com uma mochila nas costas, todos os meus documentos pessoais. E lá na, na... Na estação, eu peguei um ônibus da Transrodovia, e esse ônibus, eu acho que já orientado pelas empresas da recrutação, ele levava direto pra portaria da Vale do Rio Doce. Porque eu acho que ali eles já tinham certeza que vinham pessoas, oriundas de outros estados, principalmente do Maranhão, que vinham em busca de uma oportunidade. Então chegando por volta das 07h da manhã, na portaria do Vale do Rio Doce, já tinham vários encarregados, de várias empresas, procurando profissionais. Tipo assim: “Ei, alguém quer fichar pra motorista?” “Ei, alguém quer fichar pra vigia?” “Lavador”, “Auxiliar de escritório”. Então, foi dentro dessa... dessa oportunidade que eu cheguei, meio cansado, e aí, teve uma vaga de motorista, pra locadora Belauto. Isso em 27 de fevereiro de 1987. Eu nunca tinha trabalhado de motorista na minha vida. Mas tinha carteira! E eu vi naquele momento uma oportunidade, porque os demais eram auxiliares de escritório, era vigia, lavador de carro. E aquilo me impressionou muito. “Rapaz, eu vou ser motorista”! (PAULO, Setembro, 2021).

Foi também neste período que o falecido marido de Dona Marlene partiu de Teresina, no Piauí, em 1986, rumo aonde “surgiu aí o Carajás”. Dona Marlene, maranhense da cidade de Brejo, depois de uma desilusão no primeiro casamento e separada, com 28 anos de idade, foi morar em Teresina com uma prima. Lá “foi onde arrumei esse moço, né. Ele veio nesse movimento da pessoa querer se empregar, arrumar emprego. Pra lá, você sabe que não é bom de arrumar emprego, no Piauí e também no Maranhão”. Ao contrário de Paulo, cujo irmão já trabalhava no projeto e tinha informações precisas sobre as oportunidades e da dinâmica local, o então marido de Dona Marlene tinha informações por meio das pessoas que ficavam no vai e vem para o Pará. “Era fácil de chegar, uns vem, outros vai, uns vem, outros vai, uns vem e não conseguem, outros vem e conseguem. E é assim, aí ele veio nesse meio de gente”. Assim nesse meio de gente é que ele chegou neste “Carajás”

Nasci e me criei no Maranhão. Agora, de lá eu vim para Teresina, passei uma temporada em Teresina, aí de lá conheci um moço né nós si casamos, né, vivemos juntos muitos anos. Aí ele veio pra cá trabalhar né; foi no tempo que surgiu aí o Carajás, né, e tudo, ele veio e trabalhou. (MARLENE, Setembro, 2021).

Em uma dessas folgas, Dona Marlene decidiu vir com o marido:

Aí ele ficou me chamando pra vim, mas eu não queria vim. Porque aqui na época dava Malária né e isso era muito assustador e eu tinha muito medo dessa Malária; porque eu já tinha sofrido Malária quando eu era pequeninha, lá na minha região né, no interior da onde a gente morava - onde eu me nasci e me criei -. Portanto, eu tinha muito medo de vim, mas ele vai lutando, vai lutando, aí a família falou... começou a falar: “não, é melhor você ir, é melhor você ir, que não vai acontecer nada”. E de fato, Graças a Deus, nunca aconteceu nada né, já tava mais habitado aqui. Portanto eu vim pra cá porque trabalhava aqui, mas nois viemos pra cá somente para passar uns dois anos né. Mas quando foi em 86 ele sofreu um acidente e ele veio a falecer. (MARLENE, Setembro, 2021).

Os relatos sobre o momento de chegada e os motivos para mudarem para Parauapebas são semelhantes, ouro, terra e emprego. Poderia registrar outros relatos aqui, porém, dadas algumas peculiaridades, eles são bem parecidos e estas trajetórias registradas evidenciam o contexto dos fluxos que iriam circular e se fixar em Parauapebas. Paulo, Dona Marlene e seu falecido marido, Seu Antônio e Dona Benta são parte de um grupo significativo de maranhenses que se *aventuraram*, na década de 1980, para um *filão de ouro*, pois era o que representava Carajás e o Garimpo, porque a região sempre foi uma “terra muito fértil”, e mesmo quem não tinha experiência ou qualificação partia rumo à Carajás, com a esperança de conseguir emprego e, com a falta de mão de obra local, conseguiam trabalhar como *peão*. Aqueles que se destacavam por terem experiência na carteira de trabalho ou qualificação saíam na frente no processo de contratação.

Embora Paulo não tivesse a experiência profissional de motorista, ele tinha a carteira, o que o colocou na dianteira em relação a outros que lhe faziam companhia em seu grupo de recrutados. Ressalta-se, no relato de Paulo, que havia também uma corrida por busca de mão de obra pelas empresas locais, pois havia “vários encarregados” das empresas na Portaria procurando por trabalhadores, o que traduz a falta de mão de obra local e a necessidade de busca externa, uma vez que o local de instalação da Mina e do ponto de partida da Estrada de Ferro estava em processo de povoamento e faltavam trabalhadores para ocupar as vagas para a operação do que seria a maior jazida de minério do mundo. Seu Antônio me lembra que, na época, “[...] tinha muita firma que tinha muito recrutador que ia para o Maranhão, Piauí, pra todo lado [...] Tinha até pessoa que trabalhava numa empresa, pago só pra recrutar pessoal. Porque você não achava aqui”. Esta figura do recrutador é chamada de *gato*, profissional da empresa responsável por recrutar mão de obra para a construção do projeto. Paulo, que foi promovido a encarregado de transporte na empresa, me contou que participava destes momentos de recrutamento de mão de obra no Maranhão. Os funcionários da empresa, ao chegar numa determinada cidade, instalavam-se em um hotel, locavam um “*carro volante*” para rodar na cidade para avisar que a empresa estava na cidade para contratar mão de obra.

Uma das funções que não tinham dificuldade para encontrar era a de “*lavador de carro*”, pois não exigia experiência ou qualquer conhecimento técnico, porém ele me fala do perfil deste trabalhador que melhor se enquadrava nas exigências da empresa:

Lavador você não tinha dificuldade. Qual a característica do lavador? Era de 22 à 25 anos, solteiro. Você ficava um pouco receoso, 18, 19 anos a questão da saudade, aquela coisa toda. Motorista, a gente pedia carteira de motorista, cê chegava, e aí você checava a experiência dele na carteira profissional, senão a gente levava sempre um transporte, uma combe e fazia pequenos testes. Aí nós oferecíamos alojamento, isso se deu em 87, 88. Alojamento, roupa, café, tudo! O ônibus sempre vinha lotado. (PAULO, Setembro, 2021).

Ao falar das dificuldades de contratar mão de obra na região, Paulo relembra que o recrutamento, principalmente no Maranhão, se deu até os anos 1990. Um ponto importante de nossas conversas é que, de acordo com ele, havia pouco conhecimento sobre o Projeto no interior do Maranhão:

São Luís já tinha um pouco mais porque lá a gente percebia a movimentação, um pouco da Vale do Rio Doce, mas quem mora longe, tem dificuldades, sabendo que aqui é projeto Carajás. Então quando você chegava lá fora, eu fui uma vez por sinal. Você conversava com um número de 10, 15 pessoas ao mesmo tempo. “aonde é que fica?”, “O que, que faz?”, falava da mina. Falava do horário que você começava. E aí você conseguia. Até em meados de 88 nós fizemos. (PAULO, Setembro, 2021).

Os relatos de Seu Antônio e Paulo são elucidativos sobre como a maioria da população maranhense em Parauapebas foi atraída pela propaganda *boca a boca* e recrutamento *in loco*. Destaco que o início da implantação do projeto de mineração exigiu mão de obra braçal e forte para derrubada de matas, carregamento de material, construção civil, lavadores de carro, limpeza. Mão de obra que, à medida que foi avançando a complexidade do empreendimento, foi sendo substituída por trabalhadores especializados, como operadores de grandes máquinas e técnicos das diversas área da mineração. Portanto, uma massa de homens desempregados passou a reconstruir seus projetos, como vimos no movimento *tem que descer*, que acelerou as ocupações urbanas. O garimpo de Serra Pelada também foi um fator de atração para os maranhenses. A propósito, fica muito claro nas entrevistas que a ancoragem em Parauapebas por parte de alguns moradores se deu depois de uma longa jornada em garimpos *mundo a fora*. Depois de terem *rodado* muitos garimpos e não terem sucesso em encontrar ouro, havia chegado a *hora de parar*, ou para “achar emprego nas empresas da Vale” ou outras alternativas como colocar um negócio, prestação de serviço como ajudantes, pedreiro, carpinteiros ou ainda “aprender uma profissão” e também *arrumar* um lote para morar. “Naquele tempo tinha muita

fofoca de garimpo. Muitos garimpeiros iam e chegavam [ao Maranhão] com fofoca, colocava comércio, conversava as coisas e aí a fofoca era do garimpo.” (PEIXOTO, junho de 2022). Seu Peixoto é um dos entrevistados que foi convencido por esta fofoca de garimpo. Saiu do Maranhão com 20 anos de idade, onde trabalhava com seu pai na roça, que havia vendido sua terra e passou a trabalhar “na terra do outros”, onde só a produção de arroz era arrendada, ou seja, o pai e a família plantavam arroz e parte da produção era do proprietário da terra. Rodou por vários garimpos na Amazônia, “mas nunca consegui nada, só malária”. Ressente que o único ouro que pegou foi no garimpo do atual município de Tucumã, no Pará. Com este ouro conseguiu comprar uma casa em Imperatriz no Maranhão, “coloquei meu pai e meus irmãos dentro”. Depois de um tempo, vendeu a casa e colocou comércio em Serra Pelada junto com o pai, mas não deu certo. O pai voltou para o Maranhão, onde veio a falecer, e seu Peixoto foi para Palmas/TO trabalhar na construção civil, depois para Santana do Araguaia, onde conheceu sua esposa, também maranhense de Codó. Em 2000 vieram para Parauapebas, de onde não pretendem mais sair.

Assim que o trem de passageiro, em 1985, começou a operar, os arranjos locais para recrutamento seguiam uma lógica. De acordo com Paulo, sabia-se que o trem de passageiros que chegava à estação de Carajás trazia “pessoas oriundas de outros estados, principalmente do Maranhão, que vinham em busca de uma oportunidade”. Daí, a empresa de ônibus de transporte de passageiros local, a Transrodovia, levava os recém chegados direto para a *portaria da Vale*, onde os encarregados das empresas aguardavam para recrutar os trabalhadores e subirem para a Serra dos Carajás para iniciarem o processo de contratação. Nesta lógica, os recém-chegados adentravam, de imediato, ao mundo do trabalho na atividade de extração mineral e, para estes que subiam para Serra dos Carajás, seu cotidiano e interações sociais seriam marcados pelo controle das empresas, com períodos de folga, momento em que desciam para Parauapebas ou iam para, principalmente, o Maranhão, visitarem suas famílias. Havia também aqueles trabalhadores que se “amontoavam” em alojamentos na Vila Rio Verde, à espera de uma oportunidade em Serra dos Carajás ou na construção da vila Parauapebas. Esta vila, como vimos anteriormente, foi um projeto urbanístico da então CVRD, no sopé da Serra dos Carajás.

À época, havia alguns alojamentos para pessoas, como o marido de Dona Marlene, que vinham nesse “movimento de querer se empregar”, sem conhecer ninguém, sem ter onde ficar. Os alojamentos eram um lugar para ficar até que arrumassem emprego na Serra dos Carajás. “Um alojamento de... eles falam de peão, de peão; onde as pessoas vinham e se alojavam, um monte de gente. A Prefeitura ajudava, a Vale ajudava na alimentação né. Porque eles não tinha dinheiro”. Uma ou mais vezes na semana, encarregados das empresas iam aos alojamentos

recrutar mão de obra para as vagas disponíveis no projeto, que, de acordo com Paulo, eram auxiliar de pedreiro, pedreiro, auxiliar de mecânico, mecânico, motorista, lavador de carro, pois vagas como de supervisores ou operadores de equipamentos eram destinadas aos trabalhadores de Minas Gerais. Alguns outros entrevistados também se referiram a este assunto, que abordo mais adiante.

Seu João Evangelista, maranhense de Bacabal, saiu daí com dezessete anos de idade, quando começou uma vida de “andar atrás de emprego”. Em 1982, foi trabalhar na hidrelétrica de Tucuruí, na empresa Camargo Corrêa. Em 1985, veio para Parauapebas porque a “Vale aqui tava muito falada no Brasil inteiro”.

Com 17 anos saí do Bacabal. Conheço 16 estados: 14 brasileiros e 2 estrangeiros [...] E minha vida era andar atrás de emprego, naquela época andar atrás de emprego era bom, onde você chegava você achava emprego. Para Tucuruí trabalhei dois anos a Camargo Corrêa; cheguei aqui em 85, atrás de emprego também [...]. Vinha atrás de emprego, porque a Vale aqui tava muito falada no Brasil inteiro “que lá tem muito emprego” e saí de Tucuruí direto pra cá. [...]. (JOÃO EVANGELISTA, Dezembro, 2018).

Dado o contexto de pobreza e falta de oportunidades que os entrevistados disseram de onde vêm, Parauapebas com suas características econômicas torna-se uma possibilidade, o que faz dela, desde os primórdios da implantação do Projeto Ferro Carajás, o destino de maranhenses, que desde então vêm se fazendo o principal ator no processo de construção da cidade como mão de obra. Muitas pessoas, no setor de serviço e comércio e na construção civil, pressionam a efetivação de políticas públicas para atender à população em situação de pobreza e, sempre quando podem, visitam sua terra de origem, mas para elas o melhor lugar é onde se “*tem as coisas*”. Ao discutir a migração internacional, Castles (2010) argumenta que os governantes a tratam como um problema a ser resolvido, propondo políticas para contenção dos deslocamentos, portanto

Falta-lhes uma compreensão da migração como parte intrínseca do desenvolvimento humano, mediante a qual as pessoas respondem às oportunidades procedentes de fatores ambientais, econômicos e políticos nas possíveis áreas de chegada. (CASTLES, 2010, p. 14).

Durante um período em que trabalhei na área de mineração, pude perceber que a migração de maranhenses era uma preocupação constante da mineradora e dos órgãos públicos que licenciam os empreendimentos. O empreendimento minerador, segundo o Ministério do Meio Ambiente, passa por quatro etapas (1ª Pesquisa/Planejamento; 2ª Implantação; 3ª

Operação e; 4ª Fechamento/Desativação). É na fase de Implantação que se inicia a construção de toda a estrutura necessária para exploração do minério. Nesta etapa, um grande contingente de mão de obra civil se faz necessária como pedreiros, carpinteiros, ajudantes, montadores, pintores etc. Na fase de Operação, quando se dá a exploração do minério, emprega-se a mão de obra especializada, como engenheiros e técnicos, mecânicos, eletromecânicos, operadores de máquinas pesadas, dentre outros. Os trabalhadores da fase de Implantação são substituídos por mão de obra mais especializada na fase de Operação, restando-lhes o desemprego. Esta é uma constante na dinâmica do município desde seus primórdios e, como vimos, é esta mão de obra desmobilizada que se juntou àquelas famílias migrantes no processo de ocupações irregulares na cidade, fazendo assim expandir o tecido urbano.

Esta é a lógica vertical do empreendimento minerador, que impõe sua racionalização conforme os seus interesses econômicos, seguindo uma lógica de mercado externa ao local, mesmo que isso signifique uma massa de desempregados colocados à “disposição do mercado de trabalho”, ou seja, homens e mulheres que se mantem empregados até a conclusão da fase de implantação de um empreendimento, que, a depender do Projeto, em seu pico de contratações, pode chegar a 10 mil empregados, como no Projeto Salobo, em 2010, ou os mais de 30 mil na implantação do Projeto Ferro Carajás, na década de 1980. Esta fase também implica em um esforço solidário dos diversos atores em um cotidiano de continuidade e contiguidade, onde as relações de horizontalidade com o lugar fazem com que se estabeleçam relações com a cidade e se ancorem, havendo também aqueles que continuam o projeto migratório ou retornam para suas terras de origem. Neste movimento, os trabalhadores especializados são transferidos para outros empreendimentos, enquanto os menos qualificados precisam refazer seus projetos, que, por sua vez, acabam por se fixar na cidade e, muitas vezes, em espaços precários. Para a gestão municipal e órgãos licenciadores, esta era uma questão a ser observada pela mineradora: como conter o fluxo migratório para a cidade com a implantação de grandes projetos que, uma vez não absorvida no empreendimento, se tornaria um problema social para o município. Portanto, reproduzindo Castles, a migração é intrínseca do desenvolvimento humano e, antes de pensar em conter, é preciso propor políticas de inserção social para mitigar a exclusão social, já que o mercado capitalista não assegura as solicitações por trabalho e a oferta de trabalhadores, tendo como consequência um “[...]aprofundamento da exclusão social e da superexploração da força de trabalho.” (POVOA-NETO, 1997, p. 43).

2.4. “Você tem coragem de vir pra cá?”: redes sociais e migração entre Maranhão e Pará

O papel das redes sociais está presente nos relatos dos moradores que vieram *tentar a sorte* no município, nas últimas décadas. A rede consiste num conjunto de atores ou nós (pessoas, objetos ou eventos) ligados por um tipo específico de relação social (SCOTT, 2000²⁶ apud SOARES; RODRIGUES, 2005). De um lado, há indivíduos estabelecidos no lugar de destino que exercem influência sobre aqueles que estão no lugar de origem; do outro lado, há o emigrante em potencial que, convencido pela sua rede de contatos, decide se deslocar, exercendo assim agência sobre seu destino. O meu campo de estudo, para esta interpretação, também considera alguns interlocutores residentes de Vila Sanção (Foto 30, a seguir), área rural do município, que tem sido impactada por uma mina de cobre, a Mina Salobo, implantada em 2008 e que tem sido vetor de atração de pessoas em busca de oportunidades para sua subsistência. A Vila está a 35 km da Mina, no trajeto que liga a sede urbana ao projeto, conforme ilustra o Mapa 14, adiante. De acordo com o Plano Diretor de Parauapebas (Lei nº 4.328, de 30/12/2006), a vila localiza-se no Distrito DAPA, na zona rural, a 70 km da sede municipal de Parauapebas.

O processo de ocupação da gleba que forma a vila foi acontecendo de forma paulatina em três principais processos de loteamento impulsionados por Odilon Rocha de Sanção, ex-vereador de Parauapebas e donos de terras na região, inclusive da parte onde se localiza a Vila Sanção. Dos três loteamentos, dois ocorreram com o auxílio da prefeitura de Parauapebas e dentro do que prevê a Lei de parcelamento do solo: o primeiro no ano de 1993, quando 200 lotes foram doados, e a segunda doação de lotes em 2003, quando foram destinados mais 40 lotes para ocupação. Por fim, em 2010, ele doou, por conta própria, mais 105 lotes, como forma de troca de votos. A ocupação desses lotes se deu de forma lenta e gradual. As famílias que ocuparam os lotes têm relação com o trabalho rural e garimpo. O nome da vila, inclusive, remete ao sobrenome do Sr. Odilon, o que explica a grafia de Sanção com o “ç” e não com o tradicional “s”, que remete ao personagem bíblico Sansão.

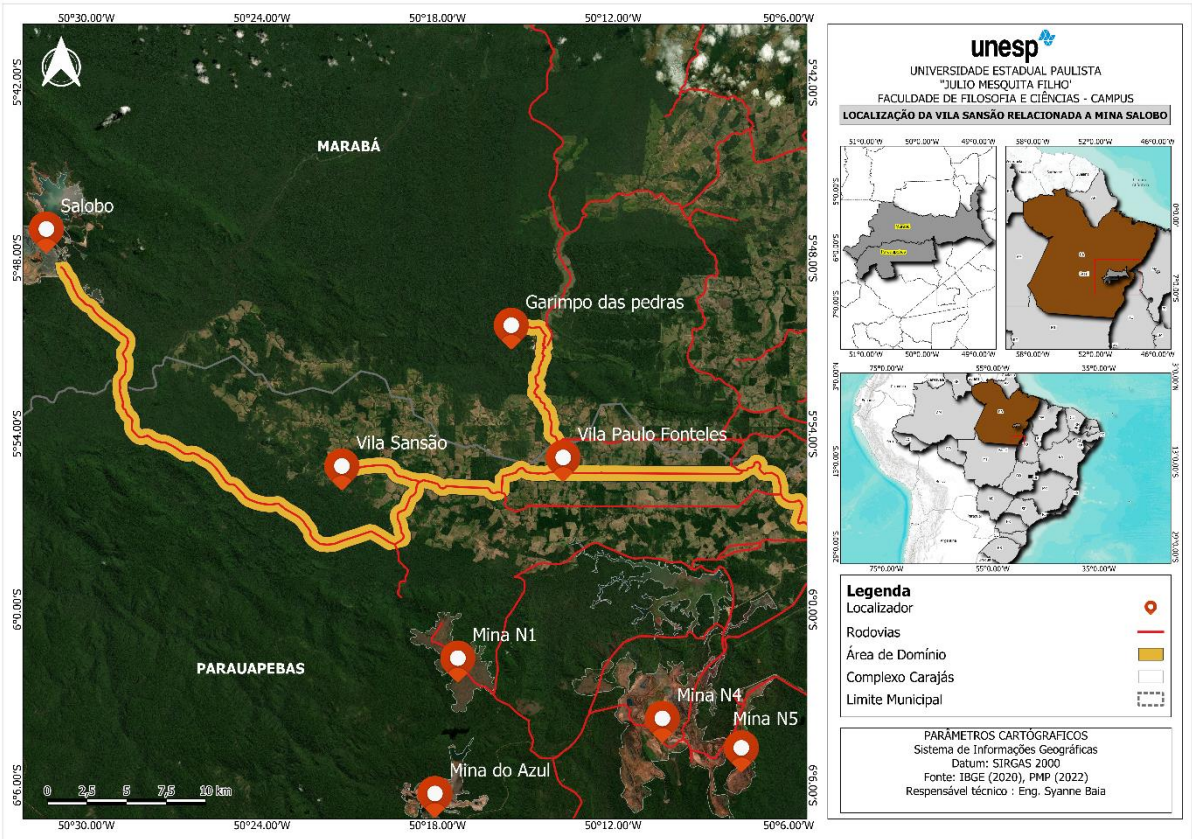
²⁶ SCOTT, J. **Social network analysis**. London: SAGE, 2000.

Foto 30 – Vista panorâmica da Vila Sanção



Fonte: Arquivo do autor, 2019.

Mapa 14 – Localização da Vila Sanção e da Mina Salobo



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir de 2008, a ocupação da Vila passa a ser influenciada pela implantação do Projeto Salobo. Embora a vila tenha histórico de ocupação por lotes, somente com a implantação do empreendimento é que há um intenso incremento demográfico, porém limitado, por conta de estar envolto por terras de fazendeiros, como o próprio Odilon Rocha Sanção, mas que, conforme seus interesses, foi loteando e vendendo para os trabalhadores do projeto e para recém chegados à vila. De acordo com a mineradora,

Salobo é o segundo projeto de cobre desenvolvido pela Vale no Brasil. A mina está localizada em Marabá, sudeste paraense, e entrou em operação em novembro de 2012. O empreendimento tem capacidade nominal estimada de 100 mil toneladas anuais de cobre em concentrado. Com a expansão da operação, o Salobo II, a capacidade de produção do empreendimento será duplicada para 200 mil toneladas anuais do produto. (CONHEÇA SALOBO..., 2015).

Recentemente, em 2019, o Projeto passou por um processo de expansão, aumentando a sua capacidade de produção em 12 milhões, a partir de 2022, quando será finalizada a etapa 3 do empreendimento. De acordo com o Gerente-Executivo, em entrevista ao jornal liberal,

Salobo, quando foi construído, já foi feito com duas plantas. Em 2012 começou a ser operada a segunda planta de processamento de cobre. O Salobo 3 vai aumentar essa produção em 12 milhões de toneladas de minério que poderão ser processadas. Isso significa que, além das 24 milhões de toneladas de cobre que já são produzidas pelas duas primeiras plantas, vamos inserir mais 12 milhões”. (PROJETO SALOBO 3..., 2019).

Esta dinâmica do processo minerador impacta diretamente o processo de ocupação da vila por pessoas em busca de emprego, assim como os moradores da área urbana. Neste contexto, observei que as redes sociais maranhenses têm operado no processo de migrar. Nesta perspectiva, o deslocamento dos indivíduos está primordialmente ligado ao trabalho e às possibilidades de mobilidade e melhoria social (DURHAM, 1984). De acordo com Fausto Brito, “[...] a liberdade de movimento da mão-de-obra, se nunca foi plena para a totalidade da população, atualmente está cada vez mais condicionada às fortes restrições.” (BRITO, 2009, p. 22), e estas restrições têm sido superadas, em Parauapebas, pela rede de reciprocidade dos maranhenses, afinal a cidade tem passado por um altíssimo déficit habitacional, especulação imobiliária e aluguéis elevados, o que restringe populações pobres do Maranhão a deslocar para a cidade, sendo possível somente a partir de sua rede de contatos. O ato de migrar tem sido orientado pelas relações sociais do indivíduo no interior de uma rede de reciprocidade e afetividade de que faz parte. Deslocar-se é uma decisão mediada pelas relações em uma rede. Oswaldo Truzzi, ao citar alguns estudiosos das redes em processos migratórios, traz as seguintes definições:

Para Massey, redes migratórias podem ser definidas como ‘complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade’ (1988, p. 396). Outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos’ (Kelly, 1995, p. 219). (TRUZZI, 2008, p. 203).

Diante disto, encontrei em campo, durante a pesquisa e minha trajetória na cidade, migrantes maranhenses que, ao contrário daqueles do início do processo de ocupação de Parauapebas que vieram se *aventurar* em busca de emprego, terra ou ouro, chegaram à cidade a partir de suas redes interpessoais, o que nos remete a pensar que a emigração não envolve a dissolução das relações familiares e afinidades. De acordo com Durham, quanto maior a distância maior a possibilidade de rompimento com o grupo social original, porém em se tratando da proximidade entre Pará e Maranhão, e do trem de passageiros entre a capital maranhense e a *capital do minério*, as distâncias são encurtadas e o trânsito de maranhenses é permanente e é clara a relação entre os indivíduos e famílias com seus parentes que ficaram. Sendo assim, o grupo de parentes e amigos orienta a carreira e a ocupação do migrante (DUHRAM, 1984). Não foram poucas as ocasiões em que presenciei e ouvi de maranhenses vivendo em Parauapebas situações em que eles ligam ou enviam mensagens de *WhatsApp* informando a sua rede sobre uma determinada empresa que estava contratando mão de obra ou, até mesmo, sobre a implantação de políticas públicas habitacionais em que a família poderia se inscrever e conquistar uma casa própria, quando não uma ocupação urbana irregular que está acontecendo. Estas são as estratégias de solidariedade e agência da rede de contatos.

Em seu uso provavelmente mais comum, o termo “agência” pode ser praticamente sinônimo das formas de poder que as pessoas têm à sua disposição, de sua capacidade de agir em seu próprio nome, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas. (ORTNER, 2007, p. 64).

A perspectiva central é do migrante/agente, relacionada à análise estrutural do contexto socioeconômico em que o ator está inserido ou no qual ele busca se inserir e é preciso entendê-lo como agente e protagonista de suas escolhas. Estas escolhas estão localizadas no interior de uma estrutura, porém é na interação entre o agente e a estrutura que se dá o processo de migrar. Um agente externo, amigo ou parente, que se encontra na terra destino contribui para o ato de migrar. Segundo Gurak e Caces, citados por Dimitri Fazito,

[...] as redes conectam as populações em sociedades expulsoras e receptoras de maneira dinâmica. Servem como mecanismos interpretativos dos dados, informações e outros recursos de ambos os extremos e direções. São estruturas simples que possuem o potencial de se tornarem mais complexas à medida que o sistema de migração se transforma. Além disso, a análise de redes possibilita meios de avaliação dos sistemas migratórios que vão além do foco sobre as motivações dos atores individuais, embora permaneça bastante próximo ao nível das relações humanas concretas. (GURAK; CACES, 1992²⁷, p. 151 apud FAZITO, 2002, p. 6).

As relações sociais têm possibilitado e delimitado as escolhas do migrante, estas poderiam tanto trazê-lo para o Pará ou para outro Estado, sendo determinadas pelo lugar onde se encontra o agente mobilizador. Nos anos iniciais da instalação do Projeto Ferro Carajás, este papel cabia aos recrutadores ou *gatos*, já que, devido à falta de mão de obra em local ainda pouco povoado, como a região de Carajás, a solução foi recrutar trabalhadores em outros estados e, ao chegar neste lugares, eram divulgadas as vagas, as vantagens, salários, direito a alojamento, alimentação e transporte. Foi assim que parte significativa dos primeiros trabalhadores maranhenses chegaram à Parauapebas e que, mais tarde, assumiram o papel de agente mobilizador no interior de sua rede de contatos, incentivando seus familiares e amigos a emigrarem.

Os relatos dos entrevistados demonstram que a circulação de informações, a confiança e segurança em sua rede pessoal e as possíveis “vantagens” evidenciadas, atreladas às suas condições materiais no Maranhão, foram determinantes na decisão de migrar. Elias, chegou “através de um cunhado”; Giovana, através de “um colega meu que já morava aqui”; Francisco, “já tinha parentes aqui”. Estes são alguns casos registrados, mas que retratam uma realidade no contexto das migrações para Parauapebas. Esse movimento, obviamente, não resume somente aos maranhenses. Este pesquisador também chegou ao Pará pela sua rede familiar e, depois que chegou, deu continuidade ao processo, convidando e incentivando outros amigos e parentes a virem para a cidade, perpetuando assim o deslocamento por meio das redes.

Neste processo, percebe-se que a estrutura na qual está inserido o indivíduo favorece o ato de emigrar. Giovana se refere a sua cidade da seguinte maneira: “A minha cidade é sofrida. Lá não mudou nada, quando viajei pra lá em 2017, está do mesmo jeito”; e pelo parente/amigo há gratidão: “Eu agradeço meu amigo até hoje. Não sinto falta de nada no Maranhão, só dos meus pais”. Geralmente, o parente/amigo que convida faz comparações entre o lugar de origem e de destino. O Pará é o lugar onde as oportunidades estão e que proporciona melhores condições de vida. Falas como “Vamos pra lá, lá é bom”; “rapaz tu não quer vir embora pra cá

²⁷ GURAK, Douglas; CACES, Fe. Migration networks and the shaping of migration systems. In: KRITZ, Mary *et al.* (ed.). **International Migration Systems**: a global approach. Oxford: Clarendon Press, 1992. p. 150-176.

não? Que aqui ainda é bom”; “Vim visitar meus parentes, e eles diziam que aqui é bom de serviço” são comuns nos relatos e reforçam o papel do agente mobilizador. Embora as condições econômicas influenciassem, nos casos acima, as relações sociais foram determinantes, principalmente, no que diz respeito às trocas de informações, empréstimo de dinheiro para passagem e abrigo para os recém-chegados. Segundo Fazito,

A análise das causas do processo migratório pode ser enriquecida através da compreensão de padrões relacionais que compõem um sistema social ao demonstrar como atuam, sobre os indivíduos e grupos (como as famílias), as pressões de determinadas estruturas sociais; ou ainda o inverso, de como processos migratórios consolidados ao nível institucional (como as migrações laborais) podem estancar devido à não adequação de atores aos padrões de um sistema específico. (FAZITO, 2002, p. 4).

Falando em padrões relacionais que compõem um sistema social, estes migrantes influenciados e convencidos por pessoas de sua rede social vão dar continuidade a este processo convidando, apoiando e incentivando outros indivíduos de sua rede a emigrar, como aconteceu com este pesquisador. Depois de se fixarem, conquistado um emprego, e ter sua autonomia local, convidam outros parentes/amigos, perpetuando ou estendendo o fluxo migratório e, conseqüentemente, contribuindo para o número expressivo de maranhenses na região. Questionada se havia trazido outros parentes/amigos, Giovana é enfática: “Trouxe! Tem duas aqui comigo. Tem uma prima e uma irmã. Esta minha irmã tem um ano que mora comigo. Ela conseguiu emprego. Agora vou trazer outra irmã minha para morar comigo, nós somos seis irmãs. Elas alugaram uma casa ali, ó!”. Elias também trouxe outros parentes:

Veio meus cunhados. Fui trazendo de um a um. Eu trouxe três cunhados e depois eles trouxe os primos dele. Todo mundo trabalhando era bom demais. Trouxe meu irmão também. Eu trouxe três cunhados e eles trouxeram mais dois primos deles, depois trouxe meu irmão com a família dele. Trouxe minha sogra também, trouxe minha mãe também. (ELIAS, Junho, 2018).

Marinete também é um elo entre o Pará e o Maranhão para sua rede:

Meu filho sempre me diz que se surgir algum trabalho aqui é só ligar pra ele que ele vem. A esposa é concursada no Maranhão; ele trabalha na terra do sogro. Mas ele já veio à Parauapebas, morou um ano na vila Sanção. Acabou o serviço e voltou. Ele não gosta muito daqui não, mas se surgir oportunidade ele vem. Ele é mecânico. Se der para mulher vir, ele vem. (MARINETE, Junho, 2018).

Enquanto alguns migrantes fixam-se na terra destino, outros ficam circulando entre o Maranhão e o Pará. Esta circularidade só é possível devido às redes estabelecidas. É o caso do

filho de Marinete, que embora não tenha se fixado, conta com a possibilidade de voltar, caso tenha alguma oportunidade de trabalho, porém o fato de ter uma fonte de renda e sustento no Maranhão faz com ele não tenha necessidade de ficar.

Analisar a migração em Parauapebas a partir destas redes possibilita um novo olhar sobre o migrante maranhense, que é estigmatizado e tratado como um problema social. Desloca-se da condição precarizada que é lhe atribuída para um indivíduo/agente que tem projetos (ORTNER, 2007) e vê na emigração a possibilidade de realizá-los e esta realização tem sido possível devido às redes das quais fazem parte e compartilham solidariedade. Estas relações possibilitam e facilitam a saída dos maranhenses de sua terra através do apoio em dinheiro para passagem, a indicação para um emprego, uma residência temporária até conseguir a sua. Como destaca Silva,

A tessitura implica em uma noção de limite territorial, de área de influência de um determinado poder, formada por malhas, zonas de influência, que cristalizam um conjunto de fatores sociais e/ou culturais. Os pontos (ou nodosidades) são os locais de referência, onde os sujeitos se agrupam, cuja posição pode ser determinada absoluta ou relativamente. A rede (abstrata ou concreta, visível ou invisível) é o sistema onde se desenham as tramas, é o mecanismo que assegura a comunicação entre os espaços e sujeitos, é aquela que possibilita assegurar o poder de apropriação sobre o espaço. (SILVA, 2009, p. 144).

Encontrei maranhenses em Parauapebas que não tinham a intenção de sair do seu estado e que sequer já tinham saído de sua cidade. Desta maneira, o ato de migrar tornou-se o resultado dos múltiplos fatores, tais como as condições socioeconômicas em que os indivíduos estavam inseridos, desejos e projetos dos agentes e, principalmente, a rede de amigos e parentes fixados no Pará. Não tenho dúvidas de que no atual contexto de deslocamentos para a cidade haja pessoas que emigraram sem pertencer a uma rede social, porém, o que a pesquisa ressalta, é que os laços sociais estabelecidos nas redes e não somente uma vida privada de bens materiais e condições básicas de sobrevivência são o suficiente para se migrar. É preciso levar em conta fatores sociais e culturais que, expressados por estes laços de parentesco e afinidade, contradizem o individualismo que se considera próprio da sociedade moderna, na verdade, não parece que a migração para a cidade contribua, a curto e médio prazo, para a dissolução dos vínculos e parentesco, embora possa diminuir a sua amplitude (DUHRAM, 2004).

2.5. Trajetórias maranhenses e segregação espacial

A mineração tem provocado divisão entre os grupos estabelecidos na cidade. De um lado há os trabalhadores-moradores-provisórios do Núcleo Urbano de Carajás, fechados para a região, e por outro, os moradores da sede urbana do município e seus arredores. Aqueles se sentem seguros por trabalharem em uma empresa multinacional e residir em um local com toda estrutura urbana não vista na maioria das cidades brasileiras, já os residentes fora deste núcleo compartilham o espaço urbano com todas as suas contradições e problemas sociais na saúde, educação, infraestrutura urbana, violência e desemprego.

O núcleo urbano de Carajás é contemporâneo dos demais núcleos, principalmente Rio Verde, no início da ocupação da região de Carajás. Rio Verde, inclusive, é anterior àquele. Os moradores são contemporâneos, mas as diferenciações entre eles estão relacionadas à qualificação, escolaridade, condições de moradia e vínculo empregatício com a empresa mineradora. No caso dos *lá de cima* trata-se de uma identidade organizacional e espacial, tendo em comum trabalharem na mesma empresa e residirem em um núcleo urbano com características dos condomínios fechados; enquanto os *aqui de baixo* eram aglomerados de desempregados convivendo com a violência, trânsito caótico, pessoas pobres e “políticos corruptos”. Os trabalhadores-moradores-temporários do núcleo urbano de Carajás, por toda esta estrutura, não dependem em quase nada dos serviços públicos, que são ofertados pela empresa. *Lá em cima* tem hospital, escola, clube, bancos, mobilidade urbana, aeroporto, centro comercial, ou seja, não há motivo para descer para Parauapebas.

O Núcleo de Carajás apresenta, como mencionado, características de um condomínio fechado. Baseio-me aqui em Teresa Caldeira, para quem este tipo de espaço é caracterizado como enclaves fortificados que “[...] são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais.” (CALDEIRA, 2000, p. 11-12). A principal justificativa para os enclaves fortificados tem sido o medo do crime violento. Carajás se assemelha a estes enclaves, onde os seus trabalhadores-moradores-temporários tem a mínima relação com a cidade.

Os conflitos entre os grupos remetem à construção do empreendimento. Os trabalhadores-moradores-temporários de Serra dos Carajás viam nos moradores de Rio Verde, gente bárbara e mal educada, oriunda principalmente do estado do Maranhão, que vivia sob péssimas condições sanitárias. Piquet (1988), ao ter acesso a um relatório da CVRD, em 1987, identificou o seguinte registro:

Como se pode concluir este quadro sanitário encontra explicações na baixa qualidade de vida da população, principalmente nas deficiências do saneamento básico e da distribuição de água potável. Os produtos hortigranjeiros, as empregadas domésticas e os empregados contratados em Parauapebas para trabalhar em Carajás são os vetores capazes de introduzir tais endemias na serra. O que nos livra dessa contaminação, é a nossa dieta alimentar somada à qualidade sanitária de Carajás. Mas, até quando? (RELATÓRIO CVRD²⁸ apud PIQUET, 1988, p. 35).

O documento citado evidencia o que os trabalhadores-moradores-temporários de Carajás pensavam sobre os moradores de Rio Verde, população que eles tinham contato por meio dos trabalhadores que subiam a serra para exercerem atividades domésticas nas casas dos empregados residentes da mineradora ou de outros trabalhadores braçais que a mina de ferro exigia, o que acontece até aos dias atuais. Outros registros dão conta desta relação de segregação entre os dois grupos, principalmente após o episódio da “queima de Parauapebas” pelos garimpeiros, em 1984, quando alguns moradores de Rio Verde se juntaram aos manifestantes. Após a rebelião de garimpeiros, tentou-se buscar soluções para romper a situação de conflito entre as comunidades de Rio Verde e Serra dos Carajás. Tal intento ficou por conta da equipe científica do Geamamm, que propôs ouvir os moradores de Rio Verde para entenderem o seu ponto de vista sobre Carajás. Em reunião do Geamamm com os funcionários do alto escalão da CVRD, em julho de 1984, também ficou claro o que pensavam os empregados de Carajás:

[...] não cabia à CVRD cuidar dos problemas sociais de Rio Verde, pois isso não se encaixava nos objetivos da companhia. Numa outra frase se afirmava que a CVRD não podia tomar para si tarefas típicas de uma agência de desenvolvimento regional. E, num crescendo de asneiras, se afiançava que as comunidades estabelecidas no pé da Serra eram constituídas por bárbaros e ignorantes, não merecendo o tratamento que estávamos defendendo para elas. (AB´SABER, 2004, p. 280).

As impressões dos trabalhadores-moradores-temporários de Carajás sobre os moradores de Rio Verde lembram como a elite paulista (da indústria e da produção do café), no final do século XIX e início do XX, diagnosticou as desordens sociais da cidade, em termos de doença, sujeira e promiscuidade, ideias logo associadas ao crime (CALDEIRA, 2000). Outra associação que podemos fazer é que esta elite ocupava a parte mais alta da cidade, onde se localizava a Avenida Paulista, já os trabalhadores viviam nas áreas mais baixas, próximas a rios e à ferrovia, e a segregação social se expressava nas moradias, enquanto a elite e uma pequena classe média

²⁸ COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Relatório Assessoria de Comunicação da Superintendência de Implantação da Mina Carajás, Marabá, PA.** Rio de Janeiro, 1987.

“[...] viviam em mansões ou casas próprias [...]. A propriedade de uma casa não era definitivamente uma opção para trabalhadores, que em sua maioria vivam em cortiços ou casas de cômodos, todos superpovoados.” (CALDEIRA, 2000 p. 214). Guardadas as devidas proporções, o trabalhador-morador-temporário de Carajás tem a falsa estabilidade²⁹ de morar em uma casa confortável em um espaço com toda a infraestrutura urbana, enquanto os moradores de Rio Verde construíram barracos de madeira em ruas que no verão era poeira e no período de chuva, lama. Aos poucos, ser maranhense e ser pobre tornou-se sinônimo. Estigma presente quando se anda e escuta pela cidade.

Por outro lado, os moradores de Rio Verde também tinham suas impressões sobre os *lá de cima*. Não tinham informações claras sobre o que estava sendo construído no topo da serra. As informações chegavam através de moradores que trabalhavam na serra, que desmobilizados ou quando desciam de folga, contavam o que estava sendo construído. Não havia esforço da mineradora para esclarecimentos à comunidade. Desta feita, construiu-se no imaginário popular o que representava a Serra dos Carajás. Para Aziz Ab’Saber, foi construído uma “espécie de rixa psicológica e cultural, que parecia interminável”. Os moradores de Rio Verde se referiam à Carajás como “ilha da fantasia”, “Gaiola de ouro” onde se tinha tudo de melhor (AB’SABER, 2004; PIQUET, 1988), inclusive o aeroporto que era de uso exclusivo da mineradora e o acesso dos moradores *daqui de baixo* era dificultado. Atualmente surgiu outro termo para se referir à Carajás, “Terra do nunca”, alusão à ilha fictícia do livro de Peter Pan. Também havia reclamações sobre a vila de Parauapebas, chamada de “cidade fantasma”, pois esta vila construída também pela CVRD, no sopé da Serra, e vizinha à Rio Verde, com alguma infraestrutura como escola, hospital, arruamentos, rede esgoto, reservatório de água, tinha restrições para sua ocupação, ficando assim sem ocupação por um longo período, enquanto isto a “cidade do povo”, Rio Verde, não tinha nada (AB’SABER, 2004). Além de tudo isto, ainda havia a guarita da Vale, que controlava o acesso de pessoas na Serra e era denominada de “corrente”, embora não houvesse corrente na guarita (PIQUET, 1988). Atualmente ela é chamada de Portaria da Vale (Foto 31, a seguir). É a região de fronteira entre Carajás e a sede urbana de Parauapebas. Passando por esta portaria, atravessa-se a ponte sobre o Rio Parauapebas, sobe-se pela Rodovia Raimundo Mascarenhas, em uma serra pela floresta. A 15 km está o aeroporto da cidade, a 25km, o Núcleo Urbano de Carajás, protegido por portões e segurança empresarial e, a 30 km, a mina de ferro. Os trabalhadores-moradores-temporários

²⁹ Falsa estabilidade, porque a casa pertence à empresa. Quando o empregado é desligado, é obrigado a sair da casa, ou descer para Parauapebas ou, ainda, retornar para sua cidade de origem.

de Carajás têm um cartão eletrônico que só basta aproximar do dispositivo que a cancela abre. O morador de Parauapebas precisa se identificar, mesmo que vá para o aeroporto. E, para visitar algum amigo ou parente no Núcleo de Carajás, é preciso uma autorização. Há um controle rígido de entrada e saída das pessoas.

Descendo a serra, em direção à sede Urbana, após atravessar a Portaria, chega-se ao bairro Cidade Nova, antiga Vila Parauapebas, e, aproximadamente 3km cruzando este bairro, chega-se ao Bairro Rio Verde. Hoje está tudo conurbado, mas, antes, havia um vazio entre vila Parauapebas e Vila Rio Verde.

Foto 31 – Atual portaria de acesso à Serra dos Carajás



Fonte: Elaborado pelo autor.

A portaria também traz em si um significado de fronteira e conflitos simbólicos de segregação. Criou-se, assim, uma estigmatização entre os grupos que se associa, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada, neste caso, pelos dois grupos.

As diferentes trajetórias dos moradores destas localidades implicam na dinâmica social do território. São localidades com processos distintos de ocupação, embora tendo em comum a mineração como vetor de atração. Por um lado, temos aqueles que depositaram no ato de se deslocar a possibilidade da mobilidade social e a conquista de um emprego, mesmo que incerto; e, por outro, temos aqueles que se deslocaram com emprego garantido por meio do recrutamento da empresa em sua origem ou uma transferência interna. Estas formas de

deslocamento estabeleceram diferentes conexões com a sociedade receptora. Enquanto um grupo se integra, outro mantém o distanciamento. Mais recentemente, com a diversificação dos serviços oferecidos aqui “*em baixo*” como abertura de *shopping center*, marcas de grife, grandes redes de supermercados e franquias nacionais e internacionais, os “*lá de cima*”, motivados pelo consumo, têm frequentado mais o espaço urbano da cidade. Esta relação de consumo se manifesta também na compra de casa para alugar e lotes urbanos para especulação. A cidade é assim vista como um negócio e a relação com o urbano é mediada pelo lucro e consumo.

Algumas questões foram levantadas junto aos maranhenses trabalhadores-moradores-temporários de Carajás e aos moradores de Parauapebas: Qual a relação com a cidade receptora? Como se dá a sociabilidade e interações sociais nos dois contextos? Como são vistos pela população receptora? Quais as dificuldades de um de outro? Quais as perspectivas de retorno? Como se dá a relação com a terra de origem? São questões que tenho buscado problematizar, a partir dos indivíduos ou grupos que operam na região. Ao seguir o maranhense, seu itinerário e histórias, sua desterritorialização e as formas de reterritorialização em Parauapebas, foi preciso apreender como determinados indivíduos originários de um mesmo território se reterritorializaram na terra destino. A seguir, trago alguns relatos destes itinerários de maranhenses residentes nas localidades:

Trajetórias para Carajás:

Eu entrei na Vale, por Açailândia, na época da formação do quadro da Ferrovia, por que eu sou ferroviário, e iniciei um trabalho em trânsito que era um trabalho de manutenção de via. Entrei em Açailândia, mas eu comecei em São Luís, a gente foi para São Luís e veio subindo, ferrovia acima, na parte de manutenção da Ferrovia. Na época fiz estágio de um ano depois passei para o quadro da empresa. Com este trabalho em trânsito, a gente veio subindo, a gente fala subindo porque é sentido Mina - Mar. A gente veio até concluir a manutenção até concluir no terminal de Carajás. Em Parauapebas, cheguei em 1977, depois subi para Carajás, em 1992, onde estou até hoje. (VALTER, Junho, 2019).

Entre na Vale através do estágio na escola pública. Fiz o processo seletivo, fui uma das poucas pessoas da escola que conseguiu estágio e o único que ficou até hoje. Aí passei um ano como estagiário, na época a empresa ainda era estatal. Saí porque concluí o estágio e disseram que não tinha vaga. Fui trabalhar num supermercado, fiz um bom trabalho, era uma cooperativa de empregados da Vale, fiz um bom trabalho neste supermercado daí me chamaram de volta pra Vale através de uma contratada, passei 3 anos na contratada e depois entrei na Vale, onde estou até hoje. Em maio de 1993, entrei na Vale, como analista econômico e depois de 13 anos, viemos para cá. Estamos aqui até hoje. Tenho dois filhos. A transferência foi uma decisão da empresa. Na época, eu nem queria vim, mas foi bom. Na época minha esposa trabalhava no comércio, depois de dois anos aqui ela também entrou na Vale. Nós somos uma família Vale, a nossa filha também ingressou no processo jovem aprendiz. Então estamos nós três na Vale hoje. (VITOR, Junho, 2019).

Nós primeiro viemos de São Luís só comigo trabalhando em uma contratada da Vale, a Qualitas. Eu trabalho na área de laboratório químico, então estavam precisando de uma técnica química para cá para Parauapebas, pra trabalhar na Mina de Ferro. Mas não era direto pela Vale. Era por esta contratada, aí eu concorri à vaga e conseguimos. Eu estava desempregada na época e ele terminando um contrato e quase desempregado. Então assim, a oportunidade é lá e para lá que nós vamos. Em 2004, eu já trabalhando na Qualitas, no laboratório como técnica em química, surgiu vaga para a mesma função na Vale. Daí, eu passei para Vale na mesma função, e vim morar em Carajás. Eu, meu marido e minhas duas filhas. (KAREN, 2019).

Trajetórias para sede urbana e vilas de Parauapebas:

Cheguei aqui em 2010, direto do maranhão, soube daqui através de meu cunhado, ele foi lá e me trouxe. Nós dois somos quase irmãos, ele trabalhava na Odebrecht. Ele voltou e falou: *moço, vamos pra lá, lá é bom! Rapaz, se quiser ir eu te levo*. Nesta época eu pescava e o dinheiro não dava pra nada, a mulher tinha o bolsa escola aí ela tirou um mês para arrumar pra eu vim, quando eu cheguei aqui, estava fichando aqui na vila. Eu trabalhei nove meses de ajudante e depois consegui a classificação para carpinteiro. Eu vim sozinho e deixei a esposa pra lá. Aí eu vim fichei arrumei, ganhei um dinheirinho e aluguei um kit net de madeira...aí nós mudou pra lá e foi aí que ela veio. Aí saí da casa de meu primo. (ELIAS, Junho, 2018).

Quando eu cheguei de Coroatá, quando eu vim pra cá, para Parauapebas, eu vim através de um colega meu que já morava aqui, já trabalhava né. Aí ele foi lá e perguntou se a gente, era eu e duas primas minha: *Giovana você tem coragem de vim pra cá?* Que aqui tinha uma velhinha, uma senhora que estava precisando de umas meninas e pagava 450 reais. Eu ganhava 120 lá na época. Ai eu falei pra ele que eu queria vim só que eu não tinha dinheiro da passagem, ai ele foi e mandou 80 reais para mim. (GIOVANA, Junho, 2018).

Cheguei no Pará na virada do ano de 2009. Eu já tinha alguns parentes aqui, nem conhecia Parauapebas. Vim visitar meus parentes, e eles diziam aqui é bom de serviço e você não vai mais embora. Quando foi no dia 19 de janeiro de 2009 já peguei a farda da empresa que construiu os alojamento do Salobo. Eu já tinha um tio que morava aqui na vila e vim morar com ele. (RAIMUNDO, Junho, 2018).

Eu vim em 1989, eu vim naquela época da invasão do Bairro Sol Poente. Naquele tempo meu cunhado já morava aqui, ele trabalhava na Serra de motorista. Ele trabalhou num bocado de firma naquela época. Direto ele ligava pra mim que ia me buscar lá, mas eu tinha medo de sair, rapaz, porque o nosso Maranhão ele é fraco mas é bom também [...]. Ele ligava pra mim: *rapaz tu não quer vim embora pra cá não? Que aqui ainda é bom*. E eu tinha medo demais de sair de minha terra, mas é bom. Aí eu digo: então você vem me buscar. Naquele tempo o que eu tinha lá é tipo uma chacinha. Eu vendi e vim embora. Eu sei que naquele tempo deu uns 20 contos. Desabei pra cá. Eu vim no ônibus até Miranda aí quando cheguei lá eu peguei o trem, botei meus seis filhos no trem, botei minha esposa, a minha sogra, a minha mãe, que é minha vó de criação. Aí viemos. Quando cheguei aqui no Pará, aí que eu vi boca quente. Eu não queria viver as contas de meu cunhado. Eu fui trabalhar em fazenda. (FRANCISCO, Junho, 2018)

Nestes primeiros registros, é possível identificar duas maneiras pelas quais os maranhenses chegaram à cidade. Os de Carajás representam aqueles que foram recrutados na sua terra de origem e transferidos, enquanto os de Parauapebas se inserem numa rede de

relações sociais que os apoiaram no ato de se deslocar, por meio do dinheiro da passagem, a indicação para um emprego ou abrigo, ou que simplesmente se *aventuraram*. Curiosamente, as respostas destes dois grupos indagados sobre voltar para o Maranhão se distinguem.

Moradores da sede urbana e vilas de Parauapebas:

A minha cidade é sofrida. Lá não mudou nada, quando viajei pra lá em 2017, está do mesmo jeito. Por exemplo, a mulher que eu trabalhava com ela está do mesmo jeitinho lá. Eu cheguei lá e ela falou pra mim: olha sua vaga ta sempre aqui ...eu falei tu é doida é!!!! Falei Deus é mais! Deus me livre! Quero não! Eu ganhava 120 reais. Já pensou?! Ganhar 120 reais!!! (GIOVANA, Junho, 2018).

Maranhão é triste! Falei para minha mãe: não mãe, aqui não dá pra mim. Meu pai vive da roça, mas nós ajuda muito. Nós somos quatorze irmãos. Só estão com eles os de menor. Em São Paulo tem quatro, aqui tem eu e minha irmã. Uma em Zé doca que é Maranhão também. Nós ajuda muito, nós manda dinheiro pra ele. Eu agradeço meu amigo até hoje. Não sinto falta de nada no Maranhão, só dos meus pais. (MARINETE, Junho, 2018).

Vinte anos morando na vila Sanção depois de comprar uma terrinha, pois havia juntado um dinheiro. Deus me abriu as portas que minha mulher arrumou um empreguinto na escola e eu no SAAEP (Serviço de Água e Esgoto), e agora estou aqui na escola de vigia. Depois que estou aqui só voltei uma vez no Maranhão. Só pretendo sair daqui para o zé de areia. (FRANCISO, Junho, 2018).

Moradores de Carajás:

Isto é certo, voltar para o Maranhão. Voltar para onde a gente nasceu. A nossa cidade de origem. Eu quero terminar meus dias de vida lá na minha cidade. (KAREN, Junho, 2019).

Há uns seis anos, pensei em pedir transferência de volta para o Maranhão, porque queria voltar para perto da família. Não adianta voltar para perto da família e não poder dar uma boa condição para os nossos filhos. A minha intenção é voltar para São Luís, caso eu me aposento. (VITOR, Junho, 2019).

Todas as minhas férias vou pra lá. Passo quinze vinte dias. Minha esposa não gosta do Maranhão, o negócio dela é o Tocantins. Ela vai comigo, mas vai para São Luís, ela não conhece a minha cidade, não gosta. Tenho terra lá, que meu filho cuida. Tenho intenção de voltar pra lá, mas minha esposa não quer ir. Estamos pensando. Eu gosto muito de lá. Por isso estou investindo lá. Eu gosto de Parauapebas, mas você não esquece sua cidade natal. (RUBERVAL, Junho, 2019).

Suponho que uma vez morando em Carajás - uma moradia transitória, pois o empregado lá permanece enquanto tiver vínculo com a empresa - estabelecer conexão com Parauapebas é mais difícil, fazendo com que os laços com a terra de origem sejam mais fortes, enquanto que aquele que veio espontaneamente vai se conectando, estabelecendo vínculos, conquistando seus bens e se ancorando no espaço. Para uns, o lugar onde se ancoraram é referido como um lugar

com qualidade de vida, como segurança, educação de qualidade, saúde; para outros, Parauapebas é a cidade onde se conquistou um emprego.

Moradores de Carajás:

Como as nossas filhas na época, uma de dez anos e a menor tinha três, nós sabia que nossa vinda de Parauapebas para Carajás seria muito bom. Principalmente para elas, porque aqui é melhor, é um pouco mais seguro que Parauapebas, é como se fosse um condomínio fechado. Mais pensando na segurança, então como nós dois já trabalhávamos e elas ficavam com outras pessoas, então a nossa vinda para Carajás só veio a beneficiar a todo mundo. A adaptação foi muito fácil muito rápida, tanto que estamos aqui há 15 anos. Em Parauapebas tivemos dificuldades, pois em São Luís eu morava perto de meus pais, então tinha toda aquela assistência, então quando viemos embora, era só nós dois, e as meninas, então a adaptação foi difícil pela mudança em si, que foi drástica e também pela condição financeira, era só eu trabalhando, ele desempregado e morando de aluguel lá em Parauapebas, que começamos morando de aluguel, então foi muito difícil. [...] Minhas filhas cresceram aqui. Meu neto é paraense. Nasceu aqui em Carajás e está crescendo aqui. A rotina aqui é tranquila, pega a bicicleta e sai brincando. Quando elas já descem, elas gostam não tem nenhuma imposição pelo fato de não ir à Parauapebas, mas quando vão já querem subir. Porque aqui é mais tranquilo, mais segurança (KAREN, Junho, 2019).

Aqui em Carajás a gente conhece todo mundo, mas de fato tem poucos amigos. Cada um no seu ambiente, cada um na sua casa. É só um oi daqui um oi dali. Eu não tenho uma relação de amizade mesmo, como normalmente você tem até em qualquer cidade normal, muito raro. Morar em Carajás, é um processo super tranquilo. É uma cidade, um bairro, um ponto fora da curva porque você não tem esta tranquilidade praticamente em lugar nenhum do Brasil. São poucos locais que você consegue até deixar a porta aberta, e ter esta certa tranquilidade. É excelente para criar os filhos. Eles vivem soltos (VITOR, Junho, 2019).

Moradores da Sede urbana e vilas de Parauapebas:

Lá não tem emprego, se você pegar um bom dinheiro aqui, chegando lá, sabendo investir vai ganhar alguma coisa. Já arrumei família aqui então não volto mais. Ela é do Piauí. Ser maranhense no Pará é bom demais. Estou arrumando as coisas mais fácil do que no Maranhão. A minha primeira assinatura de carteira foi aqui no Pará (RAIMUNDO, Junho, 2018).

Depois que meu primo veio pra cá que eu soube de Parauapebas. Minha esposa gostou. Quando eu comecei a ganhar dinheiro fiquei feliz demais eu nunca tinha pegado tanto dinheiro daquele. Eu só tinha trabalhado de pescaria e minha carteira nunca foi registrada. Não tinha pegado nada acima de 300 reais de uma vez. Comecei a pegar dinheiro aqui. Achei bom demais (ELINADO, Junho, 2019).

Este distanciamento pode ser observado na formação espacial de Parauapebas, que foi planejada pela mineradora de costa para a floresta e para o rio que deu o nome à cidade, e embora o núcleo urbano de Carajás localize-se no coração da floresta, não há nenhuma relação com esta. O núcleo urbano é separado da floresta através de cercas com o objetivo de proteger os residentes dos animais selvagens. A cidade espacialmente de costas para a floresta e rio ou separada da floresta por uma cerca podem metaforicamente simbolizar o que Saint-Clair traduz

como núcleos urbanos “[...] cidades pequenas, mas não necessariamente como cidades locais, dada a pouca interação e respostas às necessidades e demandas do entorno.” (TRINDADE JUNIOR., 2013, p. 13) e dependem da lógica do mercado externo para um bom dinamismo econômico, uma cidade verticalizada. Soma-se a isto os fluxos de pessoas sem nenhum ou poucos vínculos com o local, mantendo nexos com o externo, principalmente, seu lugar de origem, tomando Parauapebas como uma cidade de trânsito, do trabalho, da busca de riquezas.

2.6. O “outro” pobre

Em Parauapebas, aspectos de residência, origem, vínculo empregatício, qualificação e nível de instrução criaram estigmas e pontos de vista sobre determinados grupos. No caso dos maranhenses, vimos que eles, em sua maioria, habitaram o núcleo urbano espontâneo de Rio Verde e hoje representam a maioria populacional no município e, ainda, que são vistos como os menos qualificados, a população mais pobre e aqueles responsáveis pelas ocupações irregulares e expansão urbana da cidade. Recai, ainda, sobre eles a responsabilização pelos problemas sociais não sendo a empresa responsável para solucionar o problema, como referido por seus empregados. Portanto, não é possível deixar de relacionar os problemas e segregação sociais com a atividade mineradora.

Os agentes em questão compõem estatísticas e indicadores demográficos que traduzem o impacto da migração no município, porém caracterizados como um problema social. Os maranhenses são os mais atingidos por este discurso, uma vez que é o grupo com maior fluxo de indivíduos na cidade. Os maranhenses transformam-se em números nos censos demográficos, justificativas para o inchamento dos serviços públicos, eleitores em potencial e são, muitas vezes, pauta do discurso de candidatos a vereador ou prefeito no município, ora com um discurso de tolerância, respeito e cordialidade para conquistar o seu voto, ora como aquele que faz proliferar ocupações irregulares e pobreza no processo de reterritorialização. Quando não, são centrais em piadas xenofóbicas como a de que “o trem leva a riqueza do Pará (o minério) e traz a pobreza do Maranhão (as pessoas)”. Comentários pejorativos e jocosos são frequentes, a exemplo do episódio ocorrido na campanha eleitoral para prefeito, em 2016.

No ambiente de trabalho, há menções jocosas e pejorativas em relação ao maranhense e que já foram mais frequentes, mas que hoje há um ambiente de respeito mútuo.

[...] Existe um bairrismo - acho que esta é a palavra - de pessoas que residem aqui, muita das vezes não é nem paraense, mas faz aquele pejorativo: veio do Maranhão já é taxado de preguiçoso. Não sei porque, né.... isso eu não sei. Mas ah, veio do

Maranhão é preguiçoso, então tem sempre uma piadinha com o maranhense...ah maranhense é prego! Não sei porque isso, de onde vem, mas tem este bairrismo, este preconceito. (VALTER, Julho, 2019).

Assim quando nós chegamos aqui, que já tem 15 anos de Vale, então antes assim que cheguei eu sentia isso muito forte, esse negócio do maranhense em relação ao mineiro. Eu sentia muito isso, e parecia que ninguém se preocupava em esconder isso não. Mas hoje já não é mais esta linha, não é mais assim, todo mundo junto e misturado mesmo, em cargos de chefia e em cargos de operação também, porque tem muito mineiro exercendo cargos operacionais, né. Não vem mais só como engenheiros, cargos de chefia. (KAREN, Junho, 2019).

Hoje a maior parte é maranhense na cidade, não vejo assim nada de diferente não. Antes tinha uma discriminação aqui em Parauapebas e Carajás, as pessoas falavam Olha os fomentos do Maranhão. Vem tudo pra cá. Na verdade tinha! A gente via o pessoal de Minas sempre tinha um privilégio. Hoje não, acabou! E também nunca me deixei levar por este tipo de coisa. A gente via muitos amigos ficarem magoados. A questão até porque era o seguinte: as pessoas eram mais valorizadas, estudo, qualificação, as pessoas realmente que vinham de lá não tinham profissão nenhuma, no modo popular eram a peãozada. Tá entendendo? As pessoas se achavam muito e os que estavam acima queriam ser superior. Hoje não é mais assim. A Vale não aceita, as relações são boas hoje. Mudou muito este tipo de coisa, a Vale tem o código de ética e ela não aceita nada disso, colocar as pessoas pra baixo. A empresa tem um canal para denunciar. (RUBERVALL, Julho, 2019).

E o trabalho que exercia o trabalhador da forma mais grotesca, mais brutal, sabe, eram os maranhenses. Porque naquele período o trem proporcionava a vinda de pessoas com passagens baratas pra cá. E quem veio pra cá no princípio de tudo eram pessoas sem nenhuma formação. Então essa fama dos maranhense é porque de fato no princípio de tudo eram poucos maranhenses em projetos, seja como encarregado, seja como mecânico, nos eramos mesmo bem terceirizados, por isso que veio essa coisa de maranhense. E também o movimento habitacional, o início da população em Parauapebas de forma desordenada, irregular foi oriunda do movimento desce pra Parauapebas, então deu-se um período de inchaço em Parauapebas só de maranhenses. Aí eu te pergunto assim: Vieram os professores pra cá? Não! Vieram os médicos maranhenses pra cá? Não! O que veio pra cá foi um movimento de maranhenses oriundos de uma relação familiar. “Vamos pra lá porque lá tem lote...” “Vamos pra lá que a gente constrói a nossa casinha do lado”, “Vamos dividir lote”. Então deu esse movimento. E por ter uma quantidade tão imensa, porque se eu não me engano Léo, acho que foi em 88, 89, acho que foi no primeiro senso daqui, eu queria até que tu observasse isso, 87% da população que residia aqui era de maranhenses. (PAULO, Setembro, 2021).

Vieram chegando. Chegava maranhense aqui era no balde. Inclusive até hoje a... noventa por cento da população daqui de Parauapebas é maranhense. Não é por isso que o Faisal uma vez chamou os maranhense de porco, né. Falou que maranhense era igual a porco, era só fuçando. (ANTÔNIO, Outubro, 2021).

Os entrevistados reconhecem que foi criado estigma sobre o/a maranhense na região e as suas falas levam-nos a pensar que o estigma está relacionado ao número alto de pessoas originárias do Maranhão com baixa ou sem nenhuma qualificação que se estabeleceram na cidade: “A questão até porque era o seguinte: as pessoas eram mais valorizadas, estudo, qualificação, as pessoas realmente que vinham de lá não tinham profissão nenhuma, no modo

popular eram a *peãozada*.” (VITOR, Setembro, 2019). É possível identificar, ainda, que o maranhense é o contraponto do mineiro, que ocupava cargos de gestão e de quem se exigia qualificação de nível superior, como engenheiros, por exemplo. “A gente via o pessoal de Minas, sempre tinha um privilégio”. Ressalta-se que, à época, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tinha suas principais operações no Estado de Minas Gerais, daí os deslocamentos destes empregados para construir Carajás.

Estes relatos nos remetem aos conflitos entre os migrantes paraibanos e os pernambucanos trazidos por Menezes. Como analisa a autora, “[...] os pernambucanos são representados como preguiçosos e bêbados, enquanto que os paraibanos são vistos como incapacitados para as atividades da agricultura canavieira e como subnutridos.” (MENEZES, 2002, p. 167). E continua:

A categoria “corumbás” é utilizada para enfatizar a imagem dos paraibanos como pobres e necessitados, obrigados a descer do agreste e sertão para a Zona da Mata, em busca de trabalho. Este termo é empregado apenas em situações nas quais as diferenças precisam ser lembradas, com o objetivo de marcar linhas fronteiriças entre os dois grupos. Nessas ocasiões, os conflitos podem ser liberados e provocar discussões sérias e brigas. (MENEZES, 2002, p. 167).

Ao trazer relato de um de seus interlocutores paraibanos, Menezes bem me lembrou as falas de alguns entrevistados para esta pesquisa. “Corumba é daqui da Paraíba, um troço que não tem futuro, chamava a gente de morto de fome, diziam que a gente era catingueiro, que ia pra lá tirar, pegar o pão deles, não é. Aí se tornou naquela despeita com a gente.” (MENEZES, 2002, p. 167). Silva (2010), ao pesquisar as migrações para o Sudeste do Pará, localizando sua pesquisa na cidade de Marabá, observou que nas situações de fricção interétnica, comuns na região, a presença de maranhenses é representada como responsável pela insegurança e pobreza na região, sentimentos de desprezo e desvalorização os classificam e reproduzem generalizações e estigmatizam as experiências desses sujeitos. Conforme Albuquerque Junior (2001³⁰ apud SILVA, 2010, p. 116-117),

O discurso da estereotipia é um discurso assertativo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma categorização grosseira e indiscriminada do grupo estranho,

³⁰ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: FJN, 2001.

em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo.

A relação dialógica horizontal entre mim e os interlocutores possibilitou alguns questionamentos sobre os estereótipos criados, levando-os a reagirem com risadas e reconhecimento de que estas representações são muito comuns. O maranhense se tornou o mesmo que pobre, “fomento”, sem qualificação. Criou-se, assim, uma representação que diminui o maranhense a um animal “igual a porcos”, pois “vivem fuçando”. O estigma da pobreza que acompanhou muitos migrantes nordestinos é perceptível nas falas dos maranhenses em Parauapebas. Nas experiências cotidianas, percebo um certo silêncio e até participação na reprodução do preconceito entre eles mesmos, no sentido de que “São só piadas. Tem maranhense mesmo que também faz piada”. A reação está em dizer que são a maioria no município, que sem eles Parauapebas não existia, “e que se mandassem os maranhenses embora, isso aqui parava”, “maranhense é trabalhador”, “Não levo à sério”, o que traduzo como as suas formas cotidianas de resistência e de se impor enquanto atores no processo de formação da cidade e de seus movimentos.

A resistência não faz parte de uma organização coletiva, mas é expressa nas subjetividades quando provocadas nestes contextos da pesquisa em que foram confrontados consigo mesmos. Em 2016, durante a campanha para as eleições municipais, um vídeo foi divulgado nas redes sociais – não vou discutir a veracidade ou manipulação das informações no vídeo – pretendo trazer a reflexão sobre como a questão maranhense tem se apresentado. No vídeo, um dos candidatos a prefeito se envolveu em uma polêmica constrangedora sobre os maranhenses vivendo em Parauapebas. Em uma entrevista a um jornalista que informou ao candidato que no processo histórico de migração dos maranhenses para Parauapebas, Roseana Sarney, a então governadora do Maranhão, “no intuito de resolver o problema pontual do seu governo, estaria dando passagens e R\$100,00 em dinheiro para aqueles que quisessem vir para Parauapebas, pois, segundo ela, havia emprego sobrando no município. No vídeo, em tom de brincadeira o prefeito diz ‘então vamos ter que dar R\$200 pra eles voltarem’”. Tal episódio foi massivamente explorado pelo candidato da oposição, fazendo uso de uma narrativa integradora, de uma terra cheia de diversidade cultural, de respeito e de muito trabalho dos maranhenses na cidade. Não podemos medir o quanto o episódio impactou no voto do eleitor maranhense e dos filhos de maranhenses, mas o adversário ganhou as eleições naquele ano. À época, eles ainda não eram considerados atores do meu campo de pesquisa acadêmica, mas a velha questão maranhense que me intrigava na região me fez observar e me conectar com aqueles que foram ofendidos. Não houve uma organização coletiva de protesto, porém falas de meus interlocutores

presentes nesta tese sobre a sua importância para a formação da cidade, me fizeram recordar aquele momento de 2016.

Mesmo que esta representação esteja relacionada à pobreza, foi possível identificar que o estereótipo maranhense é de uma pessoa preta ou parda, por ser esta a principal característica física dos moradores da cidade. Como relatei no início da tese, presenciei pessoas duvidarem da origem maranhense de outras pessoas por serem brancos e altos. Mesmo que a pobreza apareça como principal representação, raça e religiosidade transparecem em alguns discursos. A questão da religiosidade apareceu ligada ao município de Codó. Uma interlocutora me relatou que por ser dessa cidade, pessoas perguntam-lhe se ela faz “trabalho” ou “Terecô”, ou logo expressam “vixe, é feitiçeira!”. Nas áreas rurais de Codó, que serviram de refúgio para os escravizados, é forte a presença de elementos religiosos africanos, com destaque para o *interior* de Santo Antônio dos Pretos, um quilombo remanescente, que tem uma particularidade religiosa, aí surgiu o Terecô. O que se sabe sobre a origem desta manifestação religiosa é que surgiu dentro das matas codoenses e foi sendo repassado por meio da oralidade entre escravos praticantes da religião. Conforme Ferreti citado por Oliveira e Silva

Terecô é a denominação dada à religião afro-brasileira tradicional de Codó – uma das principais cidades maranhenses, localizada na zona do cerrado, na bacia do rio Itapecuru, a mais de 300km, em linha reta, da capital. Além de muito difundido em outras cidades do interior e na capital maranhense, o Terecô é também encontrado em outros Estados, integrado ao Tambor de Mina ou à Umbanda. É também conhecido por “Encantaria de Barba Soêra” (ou Bárbara Soeira), por Tambor da Mata, ou simplesmente Mata (possivelmente em alusão à sua origem rural). Embora se saiba que o Terecô se originou de práticas religiosas de escravos das fazendas de algodão de Codó e de suas redondezas, sua matriz africana é ainda pouco conhecida. Apesar de exibir elementos jeje e alguns nagô, sua identidade é mais afirmada em relação à cultura banto (angola, cambinda) e sua língua ritual é, principalmente, o português (FERRETI, 2016³¹ apud OLIVEIRA; CARVALHO E SILVA, 2018, p. 68).

Oliveira e Carvalho e Silva (2018) apontam que o Terecô, embora patrimônio de Codó e do Maranhão, tem sofrido ataques de intolerância religiosa e racista, a ponto de alguns adeptos “[...] terem receio de se assumirem como tais. Podemos identificar que o Terecô tem perdido alguns aspectos na sua forma de manifestação dos primórdios, pois já podemos ver elementos sincréticos como católicos e de umbanda, principalmente na zona urbana de Codó.” (OLIVEIRA; CARVALHO E SILVA, 2018, p. 75).

³¹ FERRETI, Mundicarmo. **Formas sincréticas das religiões afro-americanas: o Terecô de Codó (MA)**. 2003. Disponível em: <http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Tereco.pdf>.

Codó tem sido associada à “*terra da macumba*” devido ao grande número de terreiros umbandistas existentes no município. O babalorixá mestre Bitá do Barão é de Santo Antônio dos Pretos e foi considerado um dos mais importantes pais de santo do Brasil, tendo sido destaque na mídia nacional e condecorado com o título de Comendador da República, pelo ex-presidente José Sarney. Considerado por alguns como feiticeiro ou bruxo, sua cidade foi estigmatizada como *terra da macumba*. Desta feita, no processo migratório, as fronteiras identitárias também se deslocam, pois entre os próprios interlocutores maranhenses, principalmente os evangélicos, percebe-se esta referência à Codó e os próprios codoenses de minha pesquisa logo se defendem, “eu não sou feiticeiro não”! Ao realizar estudos sobre os maranhenses na região sudeste do Pará, a historiadora Idelma Santiago bem interpretou a realidade dos maranhenses do ponto de vista da discriminação que aqui opera. Conforme Silva,

Na sociedade abrangente (local) o maranhense tem sido construído como *ignorante, negro, terecozeiro e pobre*, ou seja, elementos como a cor da pele, a prática religiosa (denominada de terecô) e sua inserção no mercado de trabalho, geralmente como mão-de-obra braçal (nas fazendas) ou subempregos constituem bases para processos de discriminação e hierarquização cultural. (SILVA, 2006, p. 135).

É importante esclarecer que, no campo da pesquisa, a identidade social do maranhense é mais socioeconômica que étnico-racial e quando preciso os indivíduos acabam encobrindo sua origem ou negando-a, como escutei dos entrevistados sobre estarem muito tempo no Pará e não mais terem vínculo com o Maranhão ou *sou praticamente parauapebense, meus filhos são todos daqui*. São falas que os ligam à Parauapebas e fazem desta cidade a sua, mesmo que não sejam naturais dela, pois é aqui que criam seu espaço de vida. Neste sentido, o “[...] lugar é condicionado pela existência de uma troca simbólica e social da qual é seu suporte.” (AGIER, 2011, p. 114).

2.7 Migração, família e mulher

A rede familiar e de amigos é um meio pelo qual tem operado a migração em Parauapebas, assim como tem mantido o trânsito de pessoas entre os dois estados. A tessitura foi sendo construída ao longo do tempo e acionada, principalmente, por quem migrou primeiramente. Aqui, retorno aos anos 1980 e 1990, início da ocupação da cidade. Seguindo as trajetórias sociais e itinerários dos migrantes maranhenses, foi possível identificar homens solteiros e casados (que deixaram a mulher no maranhão) e se deslocaram para Parauapebas, mas também houve aqueles que se deslocaram com toda a família, mesmo sem saber o que os

esperavam, confiando na sua rede de contatos. Como vimos, as empresas davam folgas para os trabalhadores, isto evitou que mulheres acompanhassem seus maridos em um primeiro momento. Durante as folgas, os homens acabavam trazendo suas mulheres. Houve aqueles que vinham sozinhos, primeiramente, reconheciam o terreno, conseguiam emprego ou viam que era possível ficar, retornavam e buscavam sua esposa; por outro lado, encontrei situações em que homens solteiros haviam vindo trabalhar e quando retornavam ao seu estado, iniciavam um namoro e, entre uma folga e outra, ocorria o casamento e a mulher logo vinha com ele.

Mulheres como Dona Marlene e Dona Benta acompanharam seus maridos neste projeto migratório. O marido de Dona Marlene veio primeiro, conseguiu emprego, a visitava nas suas folgas e, em uma delas, trouxe a sua esposa, mesmo ela não querendo. “Eu não queria vim, mas isso... não foi fácil pra mim vim. Mas vim; não vim brigando, mas não vim de bom grado”. Dona Benta acompanhou o seu marido que veio a trabalho, convidado pelo seu patrão que já havia visitado a região. “Eu vim pra cá com o outro [marido] porque o seguinte: eu tava casada com ele né.” Zélia se casou com 16 anos de idade, um dia após o casamento, o casal pegou o trem e veio direto para Parauapebas. “O que me motivou a vir pra cá, foi que eu casei. Eu casei num dia e vim para cá no outro. Minha Lua de Mel foi aqui”. Em uma das folgas, Domingos foi para a sua cidade. Lá, Zélia e ele se conheceram e iniciaram o namoro e, em uma outra folga, eles se casaram. O marido de Edilene veio conhecer Parauapebas, “viu que ia dá certo, voltou e me buscou”. Os itinerários dos homens trazem este padrão, primeiro vieram, depois trouxeram a esposa e filhos; se estavam namorando, casavam e vinham.

O que ficou evidente nas entrevistas é que mesmo que houvesse indivíduos que isoladamente decidiram se deslocar e se *aventurar*, a emigração guarda um caráter familiar conjugal, sendo esta a unidade basilar da organização social nos deslocamentos para Parauapebas, que requer alguns arranjos e negociações entre o casal e que, a depender do sucesso no local de destino, retorna para buscar mulheres e filhos, o que se traduz em uma medida cautelosa antes da família se deslocar totalmente. Enquanto isto, o homem busca conseguir trabalho, arrumar uma casa, alugando ou comprando, ou *invadindo* um lote. Este intento pode demorar meses, até ano, período em que o marido manda dinheiro para a família até que a mudança ocorra. E à mulher cabe o cuidado com os filhos, momento em que o sustento é garantido por programas socioassistenciais e apoio familiar. Silva, ao analisar as trajetórias de maranhenses para São Paulo, identificou que cabia às mulheres o papel de ficarem na terra, pois o mundo exterior pertence aos homens, e “ [...] em virtude das relações de gênero prevalentes na sociedade, cabem às mulheres as funções ligadas à reprodução, tais como as tarefas domésticas e a educação dos filhos.” (SILVA, 2009, p. 135).

As famílias estão em constante processo de mudança em sua estrutura ocasionada por morte de um dos cônjuges ou separações. Nestes casos, percebe-se que a mulher consolida a ancoragem na cidade, pois não veem vantagem em retornar. Quando perguntadas porque não retornaram, já que não havia parentes na cidade, as respostas muito se assemelham:

Não. Sabe por quê? Porque no Maranhão, o que eu ia fazer no Maranhão? Porque eu não tenho mãe e eu não tenho pai, eu não tenho irmão; eu sou filha única. Esse meu parente, não é toda pessoa que... não é todo parente que é chegado aos parente. Às vezes a gente se dá melhor com alguém que não é parente do que próprio com os parente. Entendeu? E... Como é que eu vou voltar pro Maranhão? De que maneira? Fazer o que? Que o povo vem do Maranhão, dos lugares pro Parauapebas; ou pro Marabá ou pra... pra cá pro Pará, atrás de uma melhoria? Porque vem muita gente que tem muita gente nesse 'Pebe'... aqui tem muita pouca gente que nasceu aqui. E o que que eu vou fazer lá? Lá eu não tenho terra, lá eu não tenho um barraco, lá eu não tenho nada; eu tenho essa candelariazinha assim, esse barraquinho, tenho um filho. Faz 22 anos que... no dia 25 de outubro, vai fazer 22 anos que eu fiquei viúva, eu fiquei sozinha. Cuidei de meu filho, cuido - porque eu cuido -, eu ajudo, eu corro atrás de... eu to do lado dele até hoje, enquanto vida eu tiver eu to do lado do meu filho. A única coisa que eu tenho é esse barraco. (BENTA, Junho de 2022).

Não, não quis Leonardo. Igual ao que eu te falei assim, 'porque pra lá?', a gente não tem suporte de vida né. No caso, eu ir daqui pra lá, o suporte de vida onde a gente mora, eu nasci e me criei lá. Portanto lá é interior também onde a gente se criou; é interior, não é cidade não. Aí eu fiquei pensando: "o quê que eu vou caçar pra lá? Ou vou pra lá pra perto dos meus irmão, mas lá o quê que eu vou fazer? Não sei (botar) roça mais..." - porque já tem muitos anos que eu não trabalho com roça... Então eu pensei: "não, vou dar um jeito por aí", aí eu fiquei sem opção e vivendo por aqui sabe. E aí pronto, aí surgiu esse emprego, né... Mas isso já tinha sofrido muito Leonardo; já tinha passado o tempo e eu sem opção aqui, né. Eu fiquei sozinha aqui como é que faz?"; aí os meninos foram crescendo e estudando e tudo e eu lutando com a vida. Quando eu entreguei e fiquei pensando: "ah, eu vou ficar por aqui mais uns dias". Rapaz você sabe eu não resolvi ficar. Mas eu não tinha opção né. Eu não tinha opção, eu não tinha direção, sabe. Porque assim, eu na época era uma pessoa menos desenvolvida né, não trabalhava, eu fui ficar mais desenvolvida quando eu comecei a trabalhar; eu era uma pessoa assim um pouco sem atitude, só tinha os meninos, o meu filho pequeninho. Inclusive o meu filho ficou com um aninho e cinco mês quando o meu velho morreu, ele tinha um aninho e cinco meses... O mais novo. Portanto eu fiquei aqui sem opção né; aí fiquei por aqui, fiquei, fiquei e depois passou o tempo. e aí eu ficava pensando: "meu Deus o que eu vou fazer?". Aí eu comecei a fazer umas coisinhas pra vender: lanche, cuscuz, fazia uns bolinho frito né e fazia essas coisinha assim; um cafezinho da manhã e colocava na porta e as pessoas que passava para ir nos emprego eles tomava como levava os bolinho, o cuscuz, né, eles comprava pra levar e foi assim que eu fui sobrevivendo sabe. E aí Deus vai abençoando e aí passou uns tempo, aí eu comecei a ouvir uns programa evangélico: "momento de louvor", aí eu comecei a ouvir e comecei a gostar; eu pensei: "você quer saber, eu vou ser. E aí Deus vai me abençoando, aí comecei a orar, a Deus abrir uma porta pra mim né. Aí Deus me deu esse emprego que eu tenho até hoje. (MARLENE, Setembro de 2021).

O que me manteve aqui foram as dificuldades que eu pensava em voltar para o Maranhão, as dificuldades... que eu não teria mesma qualidade de vida pra dar para os meus filhos; eu não teria lá no Maranhão. Já tinha conquistado. Quando comecei a trabalhar, então comecei a me empoderar e resgatar a minha vida... Educação, trabalho pros filhos... Tudo isso eu pensava. De voltar pra casa, o que dar para os meus filhos? Voltar pra casa dos meus pais, meus pais o quê que tem para me oferecer, pobres? Aí voltar com dois filhos pra dentro de casa, vou levar mais gente pra dar despesa? Não. Vou ficar por aqui, vou tocar a minha vida por aqui mesmo. (ZÉLIA, Outubro de 2021).

Depois de emigrarem e terem seus casamentos dissolvidos, as mulheres assumem o protagonismo familiar e criam novas “táticas” de sobrevivência e ancoragem na cidade para prover seus filhos. O retorno para o Maranhão deixa de ser uma possibilidade, pois *lá é fraco* e não oferece condições para a reprodução da família, mesmo que aqui elas fiquem distantes de sua rede familiar, pois estes, por serem pobres e morarem no *interior*, locais onde não há como viver, não há garantia para sua sobrevivência; e, por outro lado, elas dizem já ter sua família, se referindo a seus filhos e “vida que segue”. Portanto, quando ao se decidirem por ficar, elas criam novas alternativas de sustento seja investindo em pequenos negócios informais como venda de comida, roupas, ramo de beleza, emprego de doméstica e em algumas situações, no caso de morte do marido, recebem pensões, ou até mesmo ajuda de vizinhos, até conseguirem as condições financeiras para se manterem. Outras disseram retomar suas vidas com o retorno aos estudos. A escolaridade foi interrompida no processo migratório, durante o casamento ou até mesmo no próprio Maranhão, onde muitas delas disseram morar no *interior* onde não conseguiam dar continuidade aos estudos. Morando em Parauapebas, muitas mulheres maranhenses conseguiram voltar à escola, porém ainda é significativa a quantidade delas não alfabetizadas ou sem ensino fundamental e médio completos, como observado em trabalho de campo, no próximo capítulo.

Para as mulheres que se tornaram a única chefe de família, os filhos são para muitas delas o motivo para permanecer na cidade, pois *aqui* é possível garantir o sustento deles. Elas se mostram satisfeitas com o “desenvolvimento dos filhos”, pois estudaram, “tem emprego” e já “estão com suas vidas prontas”, o que quer dizer que estão garantindo o seu próprio sustento e constituíram novas famílias, estudaram. Ficou muito evidente nas entrevistas que uma infância marcada por uma vida de privações na roça, ou trabalhos domésticos, onde *lá* se paga pouco, como Giovana relatou acima ao se referir que no Maranhão, continua a mesma coisa desde que ela saiu de lá, “a mulher que eu trabalhava com ela está do mesmo jeitinho lá. Eu cheguei lá e ela falou pra mim: olha, sua vaga ta sempre aqui ...eu falei tu é doida é! Falei Deus é mais! Deus me livre. Quero não! Eu ganhava 120 reais. Já pensou?! Ganhar 120 reais! (GIOVANA, Junho, 2018). Estas mulheres também acionam sua rede de contatos, principalmente, irmãos e primos, que emigram para a cidade, para lhes dar apoio e aproveitar o contexto para melhorar suas condições de vida, mantendo-se assim os laços familiares e de parentesco no projeto migratório no contexto urbano (DURHAM, 2004). Outra forma de se ancorarem na cidade e manter seus filhos é recorrendo às políticas socioassistenciais, projetos habitacionais e *invasões* para não pagarem aluguel. Como vimos, nos 34 anos de existência de Parauapebas, já foram mais de 12 mil unidades habitacionais populares distribuídas para

famílias em situação de vulnerabilidade social e, nestes programas, a titularidade do cadastro habitacional é preferencialmente feito em nome da mulher, garantindo-lhe, mesmo numa situação de separação do marido, a propriedade do imóvel. De alguma forma, esta é uma maneira de visibilizar a mulher nas políticas públicas e na situação de migrantes, às vezes sozinhas com filhos, ou uma separação no processo migratório durante a instalação na cidade. Assim, este é um instrumento que lhes possibilita uma ancoragem menos dolorosa.

2.8 Migração e políticas governamentais

Não é o objetivo desta pesquisa fazer uma discussão sobre políticas públicas, mas chamar a atenção para seu efeito na vida de migrantes maranhenses que dependem de ações governamentais para se instalar na cidade. Em artigo de 2015, de Antônio Carlos de Souza Lima e João Castro Macedo e Castro, intitulado “Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s)”, os autores consideram que o tema das políticas públicas não esteve no horizonte das pesquisas antropológicas nem gozado de maior prestígio “[...] na hierarquia dos seus objetos legítimos de pesquisa, embora seus efeitos não tenham deixado de ser pesquisados pelos antropólogos brasileiros em diferentes quadras históricas.” (SOUZA LIMA; MACEDO E CASTRO, 2015, p. 17). Estes estudos teriam sido conduzidos, principalmente, pela Ciência Política e, a partir de 1980, passou a ser objeto da Antropologia, porém sem consenso sobre como abordar o tema. Ao tornar-se um campo de interesse, as minorias estudadas pelos antropólogos eram colocadas em primeiro plano, cabendo interpretações sobre os impactos das políticas sobre os grupos estudados, como comunidades rurais e grupos indígenas, mas não o Estado em si. Portanto, não cabe aqui entrar neste debate, mas optarei por tratar das políticas públicas, tal qual sugere os autores, como políticas *governamentais*, que devem ser entendidas como

[...] planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados nacionais, mas também a partir de diferentes modalidades de organizações que estão fora desse âmbito mas que exercem funções de governo. Pensamos aqui em ONGs e movimentos sociais, assim como em organismos multilaterais de fomento e de cooperação técnica internacional para o desenvolvimento (SOUZA LIMA; MACEDO E CASTRO, 2015, p. 35).

Isto implica problematizar as diferentes dimensões que constituem o fazer-Estado e o fazer-políticas desde as organizações estatais e, principalmente, dos diferentes agentes envolvidos, como ONG's e organismos multilaterais. Uma destas ações governamentais aqui

tratadas é condicionada por um destes organismos multilaterais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financiou um programa de saneamento ambiental na cidade e, em contrapartida, o governo tem tido que cumprir com uma série de políticas do banco, inclusive políticas sociais de assistência à moradia e geração de renda para famílias em situação de pobreza. Sem entrar no mérito da discussão da categoria “política pública”, a propósito, já a substitui aqui por políticas governamentais, cujo objetivo é atender à coletividade, principalmente famílias que dependem dessas políticas de governo para manter a sua sobrevivência.

As políticas governamentais têm sido uma ferramenta útil para manter maranhenses em Parauapebas, ainda mais quando a sua baixa escolaridade, falta de uma profissão e sua condição de pobreza são um desafio para os seus projetos na cidade. Tomo como referências quatro políticas desenvolvidas no município e estratifico seus beneficiários por origem para evidenciar o quão os maranhenses são um grupo que tem contribuído para o movimento do fazer cidade no contexto dos movimentos e deslocamentos. O município, desde sua fundação, implantou onze Projetos habitacionais e contemplou mais de 12 mil famílias, dentre eles temos o Programa Lar da Nossa Gente, fase I, criado pela Secretaria Municipal de Habitação, em 2019 cujo objetivo foi fornecer um kit construção para famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social, destinado especificamente à construção e à reforma de moradia. 1.883 famílias foram contempladas nesta primeira fase, porém, com as informações disponibilizadas, pude trabalhar a naturalidade de 1.448 titulares das famílias. As informações foram fornecidas pela Secretaria Municipal Habitação, sendo este o único Programa Habitacional que tem dados mais completos sobre a naturalidade dos beneficiários; O Gira Renda, programa municipal de transferência financeira para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza³², conforme cadastro CADÚNICO do Governo Federal. A família contemplada pelo “Gira Renda” recebe um cartão. A cada mês, é feito um crédito de 100 reais no cartão para compras em supermercados cadastrados. Atualmente, são mais de 10 mil famílias beneficiadas. Nesta pesquisa, foi possível trabalhar a naturalidade e origem de 7 mil titulares; O Projeto Titula Parauapebas tem o objetivo de regularizar imóveis da área urbana que foram construídos ou adquiridos por meio de invasões, doações do poder público e por famílias que adquiriram o imóvel, por meio da compra de quem invadiu ou recebeu a doação. A Primeira etapa do projeto entregou 343 títulos aos moradores, destes considerei 882 cadastrados; e por fim, 789 famílias impactadas pelo

³² Famílias em extrema pobreza são aquelas com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias em situação de pobreza são as com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, conforme diretrizes do Ministério da Cidadania.

Programa de Saneamento Ambiental, Macro drenagem e Recuperação de Igarapés e do Rio Parauapebas, sendo que 539³³ foram remanejadas de suas moradias e, atualmente, recebem Aluguel Social, um Programa do Governo Municipal destinado às famílias para que paguem aluguel na cidade até serem reassentadas em unidades habitacionais construídas pela Prefeitura, previstas para serem entregues em 2023. 250 famílias já se encontram reassentadas no bairro Vale do Sol. Elas viviam, em sua maioria, em espaços precários como palafitas e áreas de alagamentos. O bairro será melhor trabalhado no próximo e último capítulo, cabendo aqui fazer referências às origens de sua população, sistematizadas na Tabela 6, a seguir, em relação aos programas governamentais mencionados.

Tabela 6 – Naturalidade dos beneficiários por Unidade Federal de origem

UF	TITULA PARAUAPEBAS	GIRA RENDA	LAR DA NOSSA GENTE	PROSAP- REASSENTAMENTO	PROSAP – ALUGUEL SOCIAL	TOTAL
MA	494	4042	791	150	395	5872
PA	185	2773	665	146	110	3769
PI	57	237	39	5	3	341
TO	21	225	72	9	6	333
GO	24	133	19	4	3	183
CE	23	112	19	9	3	166
BA	15	114	30	0	5	164
MG	16	41	17	1	1	76
PE	7	34	6	2	2	51
ES	5	31	6	0	1	43
SP	3	27	3	2	1	36
MT	3	24	5	2	6	40
PR	5	21	1	0	0	27
AM	2	13	9	0	0	24
PB	6	17	1	0	0	24
RN	4	10	0	0	0	14
AL	6	5	2	0	1	14
AP	2	9	2	0	1	14
RR	0	11	2	0	0	13
DF	0	10	1	0	0	11
MS	1	3	1	0	0	5
RJ	1	2	1	0	0	4
RO	0	3	1	0	1	5
SE	0	3	1	0	0	4
SC	1	1	1	0	0	3
RS	0	1	1	0	0	2
AC	1	0	0	0	0	1
TOTAL	882	7902	1696	330	539	11.349

Fonte: Elaborada pelo autor baseado em Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2022.

Ao tomar por base as políticas governamentais, é possível afirmar que, em Parauapebas, há pessoas de todos os Estados do Brasil, portanto, a população maranhense representa 50% da

³³ O número de família é superior, porém só conseguimos dados de origem de 539 indivíduos.

soma de toda a população das unidades federais. A população paraense representa a segunda colocada em termos de beneficiários dos quatro programas e projetos considerados. No grupo de paraenses, encontram-se os nascidos na cidade, muitos deles filhos de maranhenses, representando a primeira geração em Parauapebas. É comum ouvir pela cidade “minha família é maranhense, mas sou paraense, nasci aqui”.

Quando estratificamos por região, o Nordeste é a região de onde mais há emigrados, corroborando a tradição migratória desta região para grandes centros urbanos ou para a Amazônia, no período dos grandes projetos econômicos, como da borracha, estradas, hidrelétricas e mineração. O Nordeste “efetivamente [é] a região que, historicamente, mais contribuiu para as necessidades de força de trabalho da economia nacional” (PÓVOA NETO, 1994, p. 20), como apresenta a Tabela 7.

Tabela 7 – Total de beneficiários por UF e Região do Brasil

REGIÃO	UF	Nº	TOTAL
NORDESTE	MA	5872	6.650
	PI	341	
	CE	166	
	BA	164	
	PE	51	
	PB	24	
	RN	14	
	AL	14	
	SE	4	
NORTE	PA	3879	3.936
	AM	24	
	AP	14	
	RR	13	
	RO	5	
	AC	1	
CENTRO OESTE	TO	333	572
	GO	183	
	MT	40	
	DF	11	
	MS	5	
SUDESTE	MG	76	159
	ES	43	
	SP	36	
	RJ	4	
SUL	PR	27	32
	SC	3	
	RS	2	

Fonte: Elaborada pelo autor baseado em Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2022.

Ao estratificar a cidade de nascimento dos naturais do Maranhão, somente nestes programas, identifiquei 178 municípios (Tabela 8, adiante). O estado é formado por 217 municípios, o que significa que aproximadamente 80% do total dos municípios do estado tem naturais morando na cidade de Parauapebas. O que quero mostrar com isto não são somente números, mas pessoas que têm buscado na cidade a realização de seus projetos, a busca de melhor qualidade de vida, conquista de um trabalho e renda, de uma casa própria, acesso a programas e ações de governo, serem tratados como cidadãos e não como problema social. A migração de maranhenses para Parauapebas está atrelada ao Projeto Ferro Carajás, que atraiu multidões para a região com o objetivo de implantar a maior mina de ferro até então. Para tanto, foram utilizadas estratégias de recrutamento nos estados. Na fase inicial do empreendimento, foi necessário homens em grande quantidade para desenvolver atividades consideradas as “mais pesadas”, principalmente a ligada a construção civil e serviços operacionais, como limpeza, derrubada de floresta, alimentação, com isto não havia exigência sobre experiência ou escolaridade para assumir estas funções, bastando a “força bruta” e o comportamento cordial, pois, de acordo com Paulo havia uma “lista negra” de empregados que faziam baderna ou davam trabalho para as empresas, com o intuito de não contratá-los mais. Além do PFC, ex-garimpeiros ou aqueles que não tiveram sucesso no garimpo instalaram-se em Parauapebas. De qualquer forma, todos que chegaram não tiveram oportunidades no empreendimento, havendo um aprofundamento da exclusão social, cabendo aos migrantes, à sua maneira, criar “táticas” para se manter na cidade, uma vez que retornar para o Maranhão não estava no plano. O ato de ficar, que é um ato político, pressiona os governantes a tomarem medidas para garantir direitos às famílias tanto no campo da moradia como no campo socioassistencial, vide os programas e projetos acima.

Tabela 8 - Municípios de naturalidade do total de titulares maranhenses dos programas e projetos

SANTA LUZIA	352	LAGO VERDE	96	CAJARI	36	TIMON	21	ANAJATUBA	10
IMPERATRIZ	342	CHAPADINHA	87	COLINAS	36	GODOFREDO VIANA	18	FORTUNA	10
SANTA INES	257	LAGO DA PEDRA	79	ARARI	40	AMARANTE DO MARANHÃO	17	HUMBERTO DE CAMPOS	10
BACABAL	249	SAO MATEUS DO MARANHÃO	74	CANTANHEDE	34	MATINHA	17	ITINGA DO MARANHÃO	11
MONCAO	243	JOAO LISBOA	68	SANTA HELENA	37	PORTO FRANCO	18	MIRANDA DO NORTE	11
ZE DOCA	197	PAULO RAMOS	65	ALTAMIRA DO MARANHÃO	33	PARNARAMA	15	RIACHAO	10
SAO LUIS	196	GRAJAU	68	DOM PEIXOTO	32	PIRAPEMAS	15	SITIO NOVO	10
BOM JARDIM	165	OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	58	GONCALVES DIAS	32	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	15	ALDEIAS ALTAS	9
COROATA	158	PRESIDENTE DUTRA	63	SAO DOMINGOS DO MARANHÃO	26	SAO JOAO DO CARU	16	ARAIOSES	9
CODO	145	TIMBIRAS	53	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	26	IGARAPE GRANDE	15	ESTREITO	10
BARRA DO CORDA	137	TUNTUM	50	ALTO ALEGRE DO PINDARE	25	MIRADOR	15	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	10
CAXIAS	136	VARGEM GRANDE	51	CANDIDO MENDES	25	MONTES ALTOS	16	GOVERNADOR NEWTON BELLO	12
PINDARE MIRIM	136	VIANA	52	BREJO	23	SANTA QUITERIA DO MARANHÃO	15	ANAPURUS	8
ACAILANDIA	114	ESPERANTINOPOLIS	47	CARUTAPERA	23	BURITI	15	BALSAS	8
VITORIA DO MEARIM	111	ITAPECURU MIRIM	46	COELHO NETO	24	PASTOS BONS	13	BURITI BRAVO	9
PENALVA	108	ARAME	47	LAGO DO JUNCO	22	GOVERNADOR ARCHER	12	MAGALHAES DE ALMEIDA	8
PEDREIRAS	96	SANTA LUZIA DO PARUA	47	SANTA RITA	26	JOSELANDIA	13	ARAGUANA	7
PINHEIRO	97	TURIACU	44	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	22	BARREIRINHAS	11	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	8
PIO XII	98	POCAO DE PEDRAS	40	SANTO ANTONIO DOS LOPES	20	MORROS	11	MARACACUME	7
VITORINO FREIRE	96	BURITICUPU	42	SAO PEIXOTO DA AGUA BRANCA	19	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	12	PALMEIRANDIA	11

PEIXOTO DO MARGARIDARIO	7	SAO BERNARDO	5	AXIXA	2	AMAPA DO MARANHAO	1
MARGARIDARIO	7	CAMPESTRE DO MARANHAO	4	BELA VISTA DO MARANHAO	2	APICUM-ACU	1
SAO BENTO	7	FERNANDO FALCAO	4	BEQUIMAO	4	BENEDITO LEITE	2
CAROLINA	7	GRACA ARANHA	4	BOA VISTA DO GURUPI	2	BREJO DE AREIA	1
CIDELANDIA	6	PRIMEIRA CRUZ	4	CAJAPIO	2	CAPINZAL DO NORTE	1
ICATU	7	SAO JOSE DOS BASILIOS	4	CENTRO DO GUILHERME	2	CENTRAL DO MARANHAO	1
MATA ROMA	6	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	4	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	2	FORMOSA DA SERRA NEGRA	1
PARAIBANO	6	BACURI	3	JATOBA	2	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	1
SAO JOAO DOS PATOS	6	CEDRAL	3	LAGOA DO MATO	2	GUIMARAES	1
SUCUPIRA DO NORTE	7	CONCEICAO DO LAGO-ACU	3	LORETO	2	JUNCO DO MARANHAO	1
URBANO SANTOS	6	CURURUPU	3	MARANHAOZINHO	2	LAJEADO NOVO	1
BARAO DE GRAJAU	6	DUQUE BACELAR	3	NINA RODRIGUES	2	PRESIDENTE JUSCELINO	1
BOM JESUS DAS SELVAS	5	MIRINZAL	3	PACO DO LUMIAR	2	RAPOSA	1
GOVERNADOR NUNES FREIRE	6	PERITORO	3	PRESIDENTE SARNEY	2	SAO FRANCISCO DO BREJAO	1
IGARAPE DO MEIO	6	PRESIDENTE VARGAS	3	SAO FELIX DE BALSAS	2	SAO JOAO DO PARAISO	1
LIMA CAMPOS	8	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	3	SAO JOSE DE RIBAMAR	2	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	1
LUIS DOMINGUES	6	SAO JOAO BATISTA	4	TUFILANDIA	2	SAO ROBERTO	1
MATOES	6	SAO VICENTE FERRER	5	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	2	TRIZIDELA DO VALE	1
PASSAGEM FRANCA	5	SENADOR LA ROCQUE	3	AFONSO CUNHA	1		
PERI MIRIM	5	TUTOIA	5	ALCANTARA	1		

Fonte: Elaborada pelo autor baseado em Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2022.

CAPÍTULO III

“INSTALAÇÃO” DE FAMÍLIAS NOS ESPAÇOS FORMAIS: O REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO VALE DO SOL

O sonho de nós lá da Palafita e Riacho Doce era tá num lugar bom[...] Deus deu a casa pra cá. (Seu Osvaldo, junho de 2022)

3.1 “Instalação” de famílias nos espaços formais: o reassentamento involuntário Vale do Sol

Até aqui, dialoguei com interlocutores em diferentes espaços e lugares, *rodando* a cidade por diferentes bairros, indo ao encontro de mulheres e homens que se dispuseram a conversar comigo sobre sua história de vida e suas trajetórias. Neste capítulo final, a pesquisa se ancora em um espaço, mas acompanha o movimento dos seus moradores até ele. Foi através do movimento fazer cidade e do agir urbano que as famílias se estabeleceram no residencial Vale do Sol. Considero este bairro entre os três efeitos do agir urbano Invasão, Ocupação e Instalação (AGIER, 2015). O momento de “Instalação” se dá quando “opera uma transformação urbana” e os atores envolvidos são visibilizados à luz do “direito à cidade”. Em suas práticas cotidianas nos assentamentos precários, *invadidos* e ocupados, construíram sem permissão legal, acessando e transformando a cidadania em Parauapebas, representada em suas moradias definitivas construídas através de políticas governamentais para atendê-las. São famílias provenientes dos deslocamentos de um lugar para outro, conforme a redistribuição territorial provocada pelos fluxos (HANNERZ, 1997) que tiveram a cidade como direção. Pessoas que, na emigração e fazendo uso de sua “agência”, viram possibilidades de irem “[...] além de suas próprias estruturas de vida, inclusive – o que é muito central – de suas próprias estruturas de desigualdade.” (ORTNER, 2007, p. 68). Ao analisar outras formas de resistência camponesa que não as clássicas teorias sobre rebeliões e greves, consideradas como únicas ações políticas contra o Estado, James Scott (2002, p. 24) nos instiga a pensar outras formas de resistência e refere-se a micro resistência entre camponeses como sendo

[...] qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.

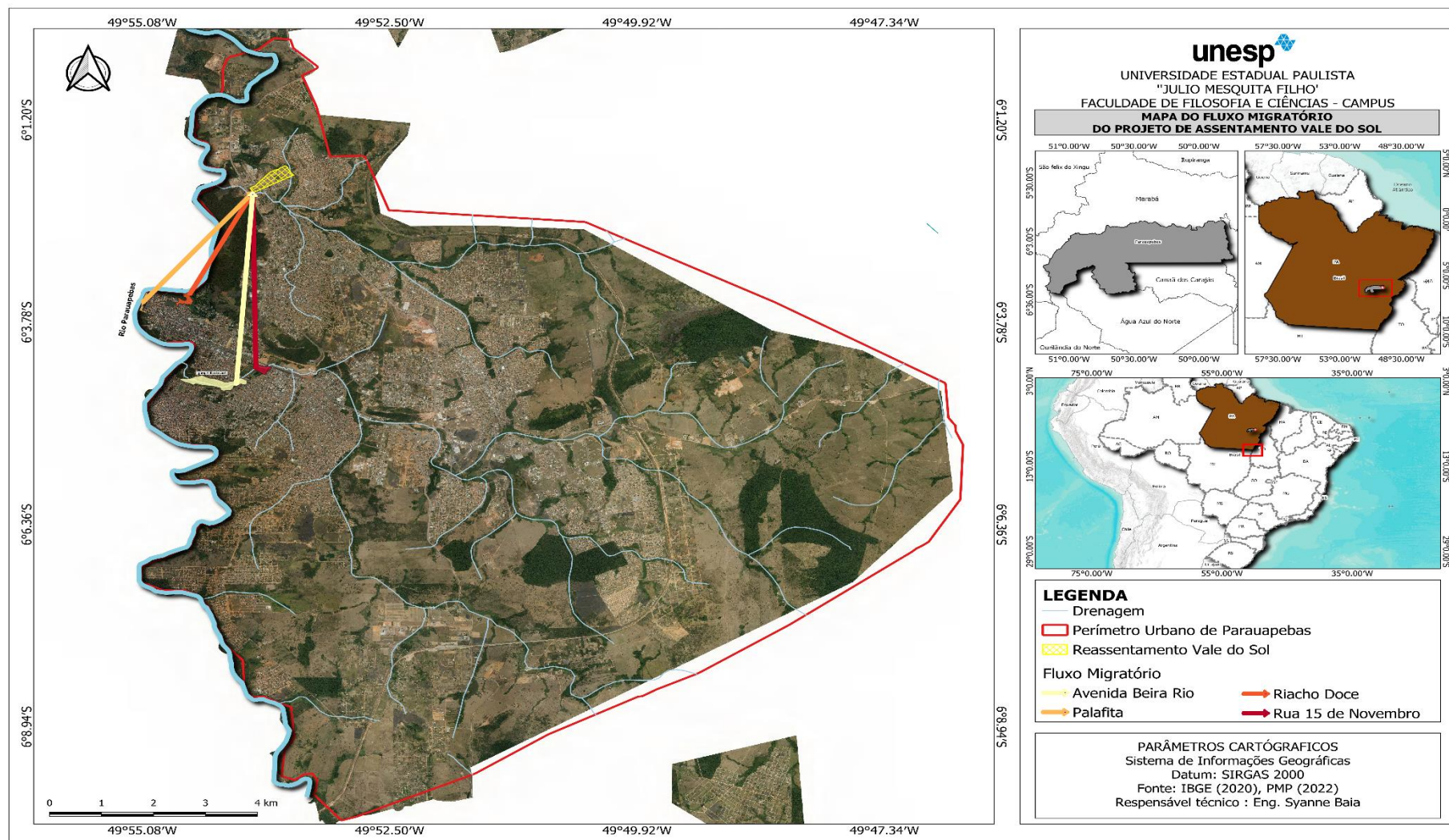
As “táticas” de ancoragem em espaços precários não deixam de ser uma das “formas cotidianas de resistência” das práticas locais dos migrantes maranhenses, pois ao negar o retorno para o seu estado e decidir-se por se instalar na cidade, uma das formas é ocupar espaços urbanos proibidos, os espaços considerados informais ou irregulares pelos agentes do Estado. A própria emigração do Maranhão não deixa de ser uma forma de resistência aos constrangimentos estruturais. Seguindo a lógica de Scott, estas formas de resistência impõe ao governo elaborar “estratégias” para atender às reivindicações silenciadas e expressadas nas

práticas cotidianas do atores e, para isso criam-se políticas para atender de forma positiva às famílias ou até mesmo usar da coerção; ou como bem no lembra Certeau (1998) - ao citar Foucault e a forma como o filósofo deslocou as relações de poder estruturais, com vistas à disciplina, para “instrumentalidades menores”, “maquinarias menores, mas sem falhas” capazes de reproduzir a sociedade disciplinar - atenta-se para os procedimentos “[...] multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade com a cidade.” (CERTEAU, 1998, p. 175).

As práticas das famílias aqui tratadas lhes garantiram o direito à casa própria em espaço racionalizado e planejado, obedecendo a uma lógica da disciplina, muito vista nas manifestações dos agentes de governo como “querer” impedir que as famílias descaracterizem a arquitetura das casas, como utilizar material reaproveitado para fazer seu muro ou adaptar espaços da casa para instalar um negócio. Utilizei “querer” entre aspas, porque não há como impor tais normas a indivíduos com trajetórias e agência que lhes permitiram criar “táticas” para suportar duras situações vividas nos deslocamentos, além do mais, adaptam suas casas conforme as suas condições materiais.

O Mapa 15, a seguir, exhibe os espaços precários de origem das famílias reassentadas no Bairro Vale do Sol. Como podemos perceber são locais próximos ao Rio Parauapebas e Igarapés, periodicamente alagados em períodos chuvosos, entre os meses de dezembro a abril. As Fotos 32 a 35, a seguir, ilustram essas moradias de origem em espaços precários.

Mapa 15 – Deslocamento das famílias dos espaços precários para o Reassentamento Vale do Sol



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 32 – Casas em “invasões” – espaço precário



Fonte: PROSAP, 2022.³⁴

Foto 33 - Barraco de madeira - espaço precário



Fonte: PROSAP, 2022.

³⁴ Todas as fotos foram cedidas pelo Prosap

Foto 34 - Casas em palafita - espaço precário



Fonte: PROSAP, 2022.

Foto 35 - Casas em palafita - espaço precário



Fonte: PROSAP, 2022.

Morar nos espaços precários é uma saída aos aluguéis e preços de imóveis muito altos na cidade. Essa decisão lhes permite continuar vivendo de forma que tenham alimentação, bens

de consumo e algum dinheiro que lhes sobram para usá-lo tal qual a sua necessidade, como uma interlocutora que manda dinheiro para os pais no Maranhão, todos os meses.

É mister registrar que o Programa de Saneamento Ambiental municipal conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, para selar o contrato exige do Poder Público Municipal uma série de condicionantes ambientais e sociais em consonância com as políticas do Banco, dentre estas, o reassentamento involuntário para as famílias em questão. O BID, banco multilateral, foi fundado em fins dos anos 1950, com sede em Washington, D.C.. É uma instituição de desenvolvimento, cujo objetivo é realização de empréstimos e de cooperação técnica para projetos de desenvolvimento econômico e social no continente americano. Conforme Almeida, “Institucionalmente o BID é propriedade de seus 47 países membros e é governado por uma Diretoria Executiva e pela Assembléia dos Governadores do BID, formada por representantes de todos os países membros.” (ALMEIDA, 2008, p. 13). Ainda segundo Almeida,

No caso do Brasil, toda instituição ou governo subnacional precisa da garantia da União para tomar um empréstimo externo. Então, ainda antes que o Banco possa desenhar o projeto, é preciso que o órgão executor do programa realize uma consulta prévia ao Governo Federal. Esta é uma norma interna do país, que determina que qualquer órgão público, seja municipal, estadual ou federal, para assinar um contrato de empréstimo com organismos internacionais, deve primeiramente apresentar uma carta-consulta à União. O documento deve ser enviado aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda expressando o teor do projeto para o qual se fará o empréstimo, o seu valor e também o valor da contrapartida que pretende apresentar. Então são feitas uma série de análises sobre a viabilidade econômica e técnica do projeto e sobre a capacidade de endividamento da instituição. (ALMEIDA, 2008, p. 27).

Feitas estas análises, o município assinou o contrato de empréstimo em 2020, passando a cumprir uma série de cláusulas contratuais, dentre elas os planos operacionais de reassentamento de famílias localizadas na área de intervenção da obra, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida e evitar empobrecê-las, porém não se pode considerar a pobreza somente a partir das condições de moradia ou onde ela está instalada. Trata-se de um fenômeno multidimensional que deve também ser avaliado a partir de outros aspectos, como acesso à educação, saúde, autonomia econômica e lazer. Considerando somente o aspecto educação, a título de parâmetro, a maioria dos chefes de famílias sequer tem o ensino fundamental ou médio completos, fator de exclusão do mercado de trabalho que exige como grau de escolaridade mínimo o Ensino Médio, na cidade. Portanto, mesmo conseguindo suas casas próprias, estas famílias continuam em situação de pobreza se não pensadas ações que as possibilitem o acesso à educação, restando-lhes o mercado informal ou funções pouco remuneradas. Por outro lado,

foram identificadas famílias vivendo nestes espaços com nível médio completo e ensino superior, poucos, mas um ou outro o tem. Com empregos bem remunerados, mantêm-se sem auxílios governamentais.

As casas foram construídas pela Prefeitura para reassentar as famílias, mas não se trata de um projeto habitacional de interesse social para atender exclusivamente famílias sem condições financeiras para adquirir a casa própria. Nestes casos, as famílias passam por um processo longo e burocrático de cadastro no setor de políticas de habitação, normalmente ligado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social³⁵, avaliação socioeconômica, construção e sorteio das unidades, e muitas vezes pagam uma taxa mínima. As casas do bairro Vale do Sol fazem parte de um conjunto de obras do Programa de Saneamento Ambiental, incluindo a recuperação de igarapés que cruzam a cidade e do rio Parauapebas, que está em fase de implantação na cidade. O termo utilizado para estes contextos é de reassentamento involuntário³⁶, ou seja, famílias que naquele momento não tinham intenção de sair de seu lugar de residência, mas que por estarem em área de intervenção de uma obra são obrigadas a se deslocarem. Nestes casos, o perfil socioeconômico das famílias é analisado por uma equipe técnica formada por assistentes sociais, engenheiros e arquitetos, que também avaliam as condições de moradia, situação fundiária do imóvel, se regularizado ou não, e definem a solução a ser apresentada para a família. As soluções podem ser o reassentamento em casas construídas pela Prefeitura, indenização ou desapropriação. Por mais que a equipe estabeleça os critérios, é a decisão da família que vai imperar sobre o que quer pra ela, mesmo que o valor da indenização da sua casa não a permita adquirir uma outra, se não em espaços precários novamente. De acordo com as assistentes sociais do programa, às famílias que moravam em lugares precários,

³⁵ O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS foi instituído pela Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País. Além disso, esse Sistema centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério do Desenvolvimento Regional, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, relacionados às questões urbanas e habitacionais, entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social>. Acesso em 25 jun. 2022.

³⁶ No glossário do quadro de políticas ambientais e sociais do BID, encontramos a seguinte definição para Reassentamento involuntário: “[...] é a aquisição de terra relacionada ao projeto ou restrições ao uso da terra que podem causar deslocamento físico (realocação, perda de terreno residencial ou perda de abrigo), deslocamento econômico (perda de terreno, bens ou acesso a bens, incluindo aqueles que levam à perda de fontes de renda ou outros meios de subsistência), ou ambos. O reassentamento é considerado involuntário quando as pessoas afetadas pelo projeto não têm ou não podem exercer o direito de recusar a aquisição de terras ou restrições ao uso da terra que resultam em deslocamento físico ou econômico.” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2020, p. 26).

como palafitas, áreas alagadiças e imóveis de baixo valor, é orientado que aceitem casas em bairros de reassentamento, pois seria uma forma de melhoria de vida. Em alguns casos, houve família com este perfil que não aceitou ir para o reassentamento, preferindo receber indenização de suas benfeitorias, já que, como a maioria vivia em áreas públicas e irregulares, não poderia receber pelo lote. Neste caso, o compromisso da equipe técnica com as famílias encerra aí, no momento do pagamento da indenização.

Não deixo de observar que programas como estes melhoram o saneamento, a mobilidade urbana, geram novas áreas de lazer e diminuem problemas de alagamentos na cidade, garantindo o “direito à cidade”; por outro lado, no desenvolvimento do programa, há momentos de negociações com as famílias afetadas, não sem conflitos entre governo e sociedade, mas quando consultadas e sentindo-se parte do processo e garantia de participação, as famílias afetadas aprovam os programas e o reassentamento, porém não há consensos, e outros tipos de negociações são feitas com estas famílias, que podem inclusive optar por processos judiciais. O BID, sendo a instituição multilateral financiadora, acompanha todo o processo, cabendo à prefeitura lhes enviar documentação que evidencia a efetivação da operacionalização das políticas, porém trata-se de um acompanhamento à distância, com algumas visitas à cidade, cabendo aos agentes públicos o compromisso de desenvolver as ações que contribuam com às famílias afetadas.

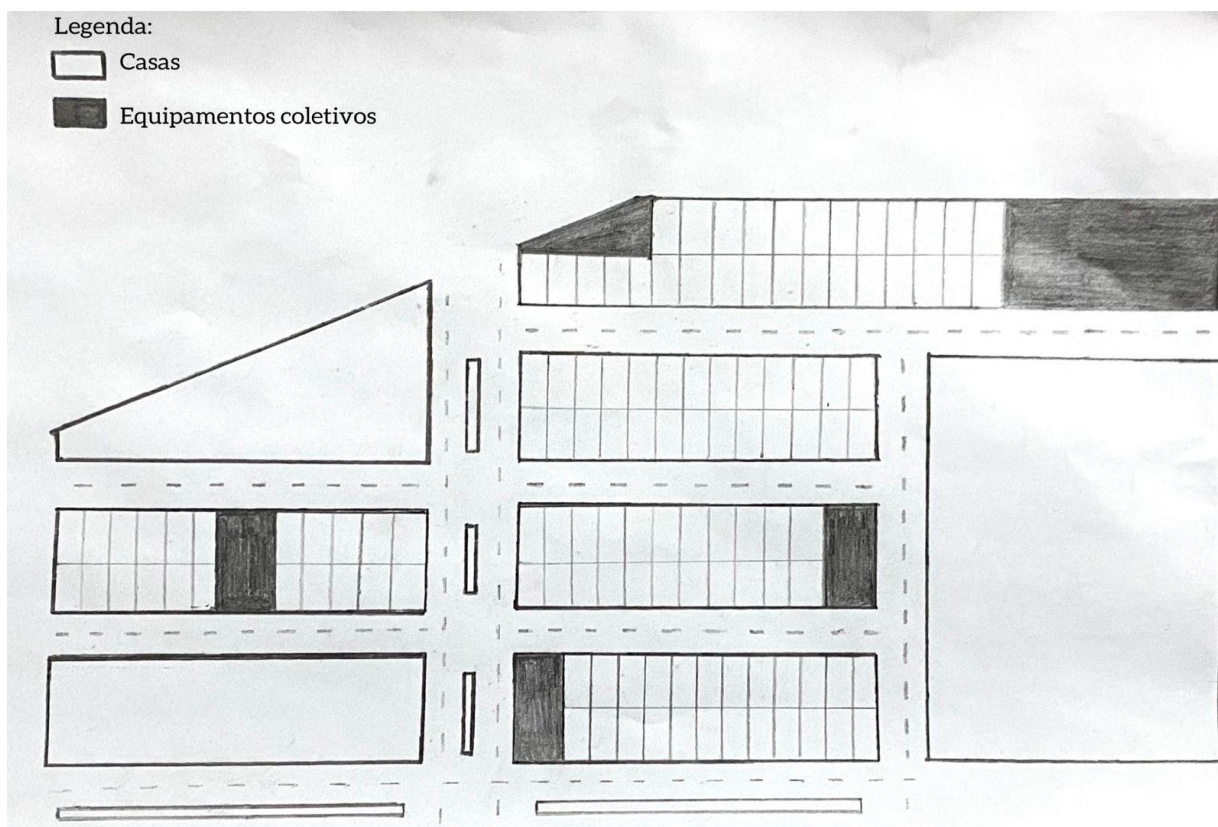
3.2 Caminhadas pelo bairro

O reassentamento é formado por cinco quadras, seis ruas, duas avenidas e duzentas e cinquenta casas entregues às famílias, no final de 2020, além de um centro comunitário onde se desenvolvem atividades sociais por uma equipe técnica, cuja responsável é uma assistente social, e três centros comerciais, somando quatorze unidades comerciais destinadas às atividades econômicas daqueles que possuíam um comércio na área de origem. A casa possui dois quartos, um banheiro, uma sala, uma cozinha e área de serviço. É um modelo que segue o padrão dos programas habitacionais no Brasil, onde o tamanho da família não é levado em conta. Se ela é unipessoal ou formada por quatro, cinco ou mais membros, o tamanho é o mesmo, o que leva os que têm condições à ampliação do imóvel, sendo o muro para estes o elemento prioritário na readequação do imóvel, cuja justificativa é a segurança. Durante os dias da semana, é comum as casas estarem fechadas, pois foi possível observá-las em momento de caminhadas nas ruas, uma vez que muitas ainda não fizeram o seu muro. Fechadas, porque as

famílias encontram-se trabalhando, suponho. Observei também mulheres limpando suas casas, lavando roupas e poucas pessoas nas ruas. À medida que o dia vai passando, ao entardecer já encontramos moradores sentados na porta da frente e calçadas. Alguns sozinhos e outros em companhia de vizinhos, onde conversavam distraidamente, crianças brincando na rua, grupos de adolescentes. Os finais de semana são mais movimentados, mais casas abertas, mais pessoas cuidando de seus afazeres domésticos, lavagem de carro, moradores aproveitando o final de semana para beber com vizinhos e amigos de outros bairros, quando escutam músicas sertanejas em caixa de som colocadas em suas calçadas, assim como casas de onde se escuta músicas religiosas. Nos pontos comerciais, há dois bares como ponto de encontro, porém um deles é mais frequentado, principalmente, aos finais de semana. Ao entrar você observa paredes pintadas de preto com cores da bandeira da Jamaica, símbolo do reggae. O bar é administrado pelo seu Marley e a esposa Maria, nele vendem-se somente bebidas, uma oportunidade para quem é do ramo de alimentação aproveitar o movimento para vender seus produtos. É o caso de Rose, que vende caldo praticamente todos os dias da semana, e de Peixoto, que vende espetinho de carne e outros tira-gostos. Seu Marley me diz que os melhores dias são quintas, sextas, sábados e domingos e que além dos vizinhos de bairro outros moradores da cidade frequentam o lugar. Tive oportunidade de conversar com alguns clientes nestes momentos noturnos, em que o som em um volume que dificulta um diálogo em voz baixa toca ritmos locais como forró, melody, e “pedras³⁷”, nome dado ao *reggae* muito escutado entre alguns maranhenses. Seu Marley é maranhense e gosta de ouvir “as pedras”, o que explica as cores do bar, porém não é todo mundo que gosta, então precisa alternar com outros ritmos para manter a clientela. Se pudesse tocava mais *reggae*, mas nem mesmo alguns maranhenses que frequentam o bar gostam de ouvir e sua explicação ressentida sobre este assunto é que alguns maranhenses “vêm para cá, esquecem de sua cultura e escutam mais os ritmos daqui”. O Mapa 16 abaixo ilustra a organização do Reassentamento Vale do Sol e as Fotos 36 a 43, a seguir, apresentam uma visão panorâmica no bairro.

³⁷ “Palavra específica do vocabulário regueiro maranhense para substantivar as músicas de reggae mais apreciadas e mais executadas nos salões de festa” (ROSA, 2009).

Mapa 16 – Representação espacial do Reassentamento Vale do Sol



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 36 – Casas do reassentamento



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 38 – Cerca de madeira – casa adaptada



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 37 – Casas do reassentamento



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 39 – Muro e portão de madeira – casa adaptada



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 40 – Muro de alvenaria e portão de ferro – casa adaptada



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 41 – Muro de alvenaria e portão de ferro – casa adaptada



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 42 – Casa adaptada - comércio



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 43 – Casa adaptada – serviços de beleza



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar as características socioeconômicas dos chefes de famílias do reassentamento, por meio de pesquisa quantitativa³⁸, foi possível registrar 224 famílias e 330 indivíduos, sendo que 150 são originários do estado do Maranhão; 146 do Pará, inclusive os nascidos na cidade; 9 do Ceará; 9 do Tocantins; 5 do Piauí; 4 de Goiás; Mato Grosso, Pernambuco e São Paulo cada um com 2; e 1 de Minas Gerais. Como venho defendendo nesta tese, os maranhenses são uma população expressiva, quando falamos na ocupação de espaços precários na cidade e demandantes por políticas sociais que os atendam enquanto sujeitos de direitos. As trajetórias sociais e itinerários dos moradores são semelhantes àquelas que venho apresentando neste texto. Pessoas que partiram de seu estado, acionadas pela sua rede de contatos ou se *aventurando* para outras regiões e se ancorando em Parauapebas, e que devido a suas condições materiais e pautando-se em suas “táticas” para realização de seus projetos, foram residir em lugares precários, contribuindo para a tessitura da cidade e fazendo dela o seu espaço de vida.

³⁸ A pesquisa foi coordenada por este pesquisador, na condição de consultor social, que elaborou o questionário, capacitou equipe de entrevistadores, sendo eu também um deles, trabalhou os dados e consolidou as informações. O objetivo foi atualizar os dados socioeconômicos das famílias reassentadas e, gentilmente, a instituição me cedeu os dados para serem trabalhados na tese, visto que o bairro é também o meu campo de pesquisa.

Os relatos seguintes mostram o contexto de ocupação destes espaços, antes da mudança para a sua casa no bairro Vale do Sol. Começo com seu Levi. Conversamos sobre sua trajetória na calçada de sua casa, numa manhã de domingo, quando ao caminhar pelas ruas, o avistei sentado na frente de sua casa, como muitos moradores fazem. Aproximei-me e me apresentei, puxei uma cadeira que estava ao lado e iniciamos a nossa conversa. Enquanto conversávamos, um ou outro morador passava pela rua e, ao cumprimenta-lo, ele interrompia a sua história para me contar que era um vizinho das palafitas. Seu Levi tem 64 anos, está aguardando a sua aposentadoria. É natural de Anajatuba, de onde saiu com 4 anos de idade com a mãe para Vitória do Mearim, onde se “criou”, e com quatorze anos de idade saiu com o irmão para Santa Inês, onde trabalhou em roças, “cortando juquira e tirando leite”. Foi vaqueiro por dez anos, “mas fazendeiro não dá nada pra ninguém”, então desistiu da saga de trabalhador rural. A esta época, com 24 anos, havia casado e teve sete filhos, três morreram. Deixou esposa e filhos com o sogro, em Vitória do Mearim, e foi para Açailândia, onde trabalhou de ajudante de soldador em siderurgias e, depois de anos, se profissionalizou. Colocou “a boroca³⁹ no ombro” e partiu novamente, agora para Estreito, pois soube que lá estava “fichando”. Trabalhou três meses aí, e retornou para Açailândia. Este foi um marco na sua vida, pois foi o seu primeiro contrato como soldador, “Aí eu vi o mundo!”, pois o salário aumentou, e o registro na carteira como soldador abriu portas para viajar para outros estados trabalhando. Entre estes deslocamentos, seu Levi já havia se separado de sua esposa, comprou para ela uma casa em Santa Inês e ficou pagando por “este bando de menino”, se referindo à pensão de seus quatro filhos. De Açailândia, veio para Parauapebas, na década de 1990, pois ficou sabendo que aqui era bom e que estava empregando muita gente, e lá estava ficando *meio fraco*, então é um daqueles que apostou na *aventura*. Pegou o trem em Açailândia e veio. Ao chegar, pedindo informações, ficou em um barraco próximo à bolsa de emprego⁴⁰, instalou sua rede e aí ficou esperando “arranjar” emprego. Com quatro dias, conseguiu fichar de soldador e foi morar no alojamento da empresa. Seu Levi começou a criar condições para ficar em Parauapebas, comprou um lote no Bairro da Paz, “que estava abrindo”, estava ganhando bem no emprego, mas um primo que ele havia trazido, posteriormente, se meteu em confusão. Bêbado, bateu em uma mulher, dona de um bar na rua do Meio. Acabou que o namorado da mulher contratou uns “pistoleiros e mandou matar o primo”. E, segundo informações que tinha, o namorado sabia da existência de seu Levi, e também lhe jurou de morte, “mesmo sem ter nada com isso”. Diante disto, vendeu

³⁹ Palavra comum no vocabulário dos migrantes que significa bolsa ou mala e representa o momento de partida.

⁴⁰ Nome dado para o atual Sistema Nacional de Emprego (SINE).

o terreno e se “desgraçou no mundo”. Ele queria ter ficado, pois a cidade estava começando e tinha muitas oportunidades, porém voltou para o Maranhão e daí foi trabalhar em São Paulo e Rio de Janeiro. Por fim, retornou para Parauapebas, em 2005, quase quinze anos depois. Desta vez, ficou na casa de conhecidos, depois alugou uma casa de “tábua” na “beira” do rio, conseguiu emprego como soldador e trouxe seus quatro filhos, dois homens e duas mulheres e um neto. Em 2015, filhos já “criados” e “tocando suas vidas”, saiu da firma onde trabalhava e com o dinheiro do acerto comprou um *barraco* nas palafitas.

Tava um negócio de vende pra cá, vende pra acolá. Aí eu fui lá, comprei um barraco por 5 mil. Só eu. Meus filhos estavam de maior, trabalhando e cada um com sua casa. Eu morei lá 2 anos, no primeiro ano encheu só até aqui [indica na casa, como referência, a altura até onde a água chegou]. Daí dá de eu ficar aqui, casa boa, grande, tabua boa, no outro ano passou [a enchente] um metro e meio das tábuas. Aí mudei pra casa de uma amiga, arrumei minhas coisas, molhou um bocado. Você sabe que guarda-roupa não pode molhar. (LEVI, Junho de 2022).

Maria Elisa, outra moradora que contou sua trajetória para mim, conversou comigo no quintal no fundo de sua casa. Havia agendado a conversa quando a encontrei no Centro Comunitário do bairro, ao participar de um curso oferecido pela equipe técnica local. Ao chegar à sua casa, ela pediu que eu entrasse pela lateral e me acomodou numa cadeira, no quintal. Seu marido estava trabalhando, *fazendo diárias* como ajudante de pedreiro. Logo, ela me apresentou uma vinagreira plantada no seu canteiro. É uma planta muito consumida no Maranhão, o cuxá, costumeiramente preparada com arroz. Maria Elisa, 39 anos, casada, mãe de três filhos, natural de Maranhãozinho, foi registrada tardiamente, quando tinha quinze anos de idade, assim como suas outras três irmãs e um irmão. Ela me conta esta história rindo da situação, pois ainda hoje ela não acredita que só teve sua certidão nesta idade. Os pais de Maria Elisa sempre moraram na roça, onde produziam farinha e arroz. Ela conta que ela e as irmãs não trabalharam na roça, ficavam em casa para cuidar dos afazeres domésticos enquanto os pais e o irmão, sim. Estudou até a quarta série, em Maranhãozinho, não pode continuar porque não tinha escolas próximas que oferecessem as séries seguintes. Aos 12 anos de idade, foi para São Luís, onde ficou até os quinze. Esta sua ida para a capital se deve a um amigo da família que havia dito a seus pais que uma parente estava precisando de uma pessoa para cuidar de seu filho. Os pais permitiram a ida de Maria Elisa para trabalhar como babá, aos 12 anos, que por sua vez receberia um salário de 80 reais, que deveria ser enviado à mãe mensalmente. Nos três anos que ficou com a família, não estudou e continuou sem registro. A família para quem foi trabalhar chegou a dizer que iria registrá-la em nome deles, sendo assim ela não mais veria os seus pais. Nervosa e com medo, disse que não, pois ela já tinha os pais dela. De vez em quando, vinha visitar os pais em

Maranhãozinho, mas muito raramente. Soube que os 80 reais não estavam sendo enviados para a mãe e pediu aos pais para voltar. Retornou para casa com 15 anos de idade, quando conseguiu ser registrada. Aos 16 anos, Maria Elisa engravidou de um namorado, a mãe não aceitou e a mandou morar com a avó, na vizinhança. Teve a filha, mas não morou com o pai da criança. Em 2003, ela conheceu o seu atual marido, casou-se com ele e continuou morando em Maranhãozinho, em uma casa de taipa que seu avô havia construído para o casal. Seu marido “vivía de fazer *diária nas roças*” ou como ajudante de pedreiro e ela trabalhava como faxineira em uma colônia de pescadores da região. Entre 2003 e 2015 ficaram aí, período em que tiveram dois filhos. Neste período as *focas* sobre Parauapebas chegaram até eles e o seu irmão foi o primeiro a vir. Veio só, alugou um barraco, trabalhou de ajudante na construção do Hospital Geral do município e depois trouxe a família (mulher e filhos). Depois de um período na cidade, o irmão convenceu o marido de Maria Elisa a vir também.

Daí meu marido veio, arrumou emprego nessas diária de ajudante de pedreiro, daí ele voltou e me disse ‘nega lá é bom’, e eu disse ‘não menino, nós não temos casa boa não, mas estamos aqui, tem os meninos pequenos, estudando, não tem como a gente sair daqui’. Aí nós ficamos. Ele ficou lá trabalhando nas diárias [...]. Depois, muito tempo depois, meu irmão adoeceu, acho que foi apendicite. Aí minha cunhada conseguiu bater uns exames aqui ele foi levado imediatamente para fazer a cirurgia. Realmente espocou lá, ele quase morre. Aí ela ficou me ligando, dizendo que ele tava morrendo, que ele não ia escapar, aí eu chorava, porque ele é único irmão que nós temos. Aí lá vai eu me desesperar, falei ‘meu Deus, é o jeito ir lá’. Aí e vim com os meus meninos. Meu marido ficou fazendo a casa da mãe dele lá em Monção. Aí quando ele terminou ele veio pra cá. E eu já tava aqui, morando com meu irmão. Foi a doença de meu irmão que me trouxe aqui, senão eu nunca tinha vindo aqui [...] Eu não tinha aquela mente de sair de lá. Não sei o que era. Eu não tinha vocação pra sair assim não [...] Aí eu paguei um taxi e ele me levou pra estação lá em Santa Inês, eu e meus três meninos [...] Chegamos aqui já era de noite e aí um taxista que meu irmão conhecia foi me buscar. [...] aí ele entrou numa ruinha escura aí fiquei com medo. Falei ‘meu Deus é praí que meu irmão mora’. Fui vendo um monte de casinha de tábuas, só que ela [a cunhada] me mostrava foto da casa dela que era de tabua[...] Aí eu vim, aí chegamos na casa do meu irmão lá no Riacho Doce [...] Eu vim com plano de voltar, mas depois a gente não foi mais, aí meu marido terminou a casa da mãe dele e veio. Quando eu fui no Maranhão foi só pra buscar os documentos da escola dos meninos. Eu fiz um barraquinho de madeira perto de meu irmão, ali perto do sebosinho [Igarapé]. (MARIA ELISA, Junho de 2022).

Continuando o caminhar pelo bairro, parei na casa de seu Peixoto e Dona Margarida, era um fim de tarde, e o casal estava a conversar sentado na frente da casa. Como não tinha dinheiro para fazer o muro de tijolos, o casal fez uma cerca e portão de madeira. O portão é baixo, então foi possível avistá-los na casa. Cheguei, os cumprimentei com uma boa tarde e eles me pediram para entrar. Inicialmente, começamos a conversar sobre assuntos aleatórios até que me apresentei falei da pesquisa e começamos a falar de suas trajetórias. Dona Margarida é

do *interior* de Codó e seu Peixoto de Santo Antônio do Lopes, estão juntos há 13 anos. O fato de Dona Margarida ser de Codó me fez entrar no assunto da *terra da macumba*. Quando toquei no assunto, ela riu bastante, pois ela mesma já havia sido questionada se era “feiticeira” por ser de lá. A sua primeira fala foi sobre “o pai Bida do Barão”, que segundo ela, era muito rico, fazendeiro e morreu com 107 anos de idade, acredita que se deve a ele a “má fama de Codó”, e que realmente lá tem muito terreiro “desses negócios de Umbanda”. Dona Margarida e Seu Peixoto têm origem rural. Os pais dela tinham uma “terrinha” e nunca “morreram de fome”. Ela se refere à fome devido às representações criadas em Parauapebas sobre o Maranhão ser uma terra de pobreza, momento em que seu Peixoto comenta que andou “por esses tempo por lá, e tá a mesma coisa *daqui*.” Dona Margarida então relembra que o pai dela tinha terra, gado “tinha condições, pois a gente nunca morreu de fome”, mas acabou perdendo tudo por causa de “mulherzada, papai era raparigueiro demais” e reforça “meu pai trabalhava era com vintes homens. Era dia e noite fazendo farinhada. Era dois alqueires de roça. Era arroz, era mandioca era tudo.” O pai, percebendo que ia perder tudo, vendeu a terra e iniciou a circular pelo estado, comprando terras mais baratas em outros municípios e ela e o marido, com quem havia se casado com treze anos de idade e ele mais de vinte, sempre o seguindo. Tiveram dez filhos e quatro morreram. Neste período, o casal esteve em Parauapebas, o marido não quis ficar e retornaram para o Maranhão, para a terra do pai dela. Com o tempo, o pai acabou ficando cego [ela não me diz a causa], o irmão matou um homem na cidade aí ficaram com medo e então “foi a destruição, todo mundo se acabou, acabou tudo”. Ela se separou do marido e foi, como os demais filhos, para Santana do Araguaia, no Pará, onde a filha mais velha e casada já se encontrava e depois, de um ano e três meses separada, conheceu o Seu Peixoto em Santana do Araguaia. Ao contrário de dona Margarida, os pais de seu Peixoto venderam “o pedacinho de terra” que tinham e passaram a morar na “terras dos outros”, no sistema de arrendamento. Com 20 anos de idade, saiu do Maranhão e foi para garimpos no Pará, atraído pelas *fofocas*. Seu Peixoto, já citado nesta pesquisa, lembrou sua trajetória no Garimpo e das mais de 20 vezes que pegou malária, mas não conseguiu ouro. Depois do Garimpo, foi trabalhar com construção civil em Palmas, depois foi para Santana do Araguaia, onde conheceu Dona Margarida e *se juntaram*, daí vieram para Parauapebas. Seu Peixoto (Junho de 2022) conta quando resolveram vir para morar:

Chegamos aqui em 2010, porque ela quando estava com o outro marido dela, eles estiveram aqui, mas ele não quis ficar, mas ela queria, aqui era até dado os lotes. Aí falavam pra eles, ‘vocês tiram um lote aí, constrói sua casa, isto vai valorizar daqui uns tempos’. Ela queria, mas o marido não quis né! Toda vida ela quis vir pra cá. E eu dizia não, Parauapebas era feio demais, porque eu tinha vindo aqui em 1980, na época dos garimpo. Aqui já estava tudo caro, cidade grande, cresceu muito [...] Nós

já sofremos muito aqui, eu mais ela. Chegamos não tinha casa, nem dinheiro pra comprar. Nós fomos morar de aluguel, depois deus abençoou que nós arrumamos um lugarzinho lá na beira da grot, um barraquinho. A gente fala que comprou, mas não compramos não. É porque a mulher que deu pra nós, uma irmã crente, ela deu pra nós, mas era pra dizer que tinha comprado, não que tinha dado o barraco. A dona do barraco mesmo, era outra crente que foi embora para o Paraná. Diz que ela saiu daí porque o pessoal arrumou confusão com ela e o marido, aí eles foram embora para o rumo de lá, aí depois que eles chegaram lá, o marido dela já era pastor, eles tinham carro, tinham casa, ela era missionária da igreja. Aí ela foi e deu esta casa pra ela [a pessoa que doou a casa o casal], esta outra irmã que tomava conta deu pra ela [esposa do seu Peixoto], e disse se um dia ela cobrar, vocês pagam. Vocês acertam o valor e paga. Se ela não cobrar, a casa é sua. Minha esposa foi num dia lá, a mulher disse não, aquela casa não tem negócio não, ela é da irmã de uma igreja que viajou e me deu pra tomar conta. Ali não tem negócio não, não alugo e nem vendo, nem dou e nem nada. Aí ela voltou, que ela não gosta muito de insistir. Ela voltou quando chegou em casa, ela disse ‘a mulher disse que não arruma não, mas eu vou lá amanhã de novo’. Aí ele voltou lá. A mulher falou pra ela quando ela tinha dobrado a esquina, a mulher disse que Deus tocou no coração dela.’ Dá a casa pra ela. Dê a casa pra ela’[...] Foi isso, ela foi lá de novo, e quando chegou lá a mulher deu a chave pra ela. Mas aí tinha um rapaz lá que vendia droga morando sem pagar, já tava com uns dez meses, nem queria comprar e nem pagar nada e nem queria sair. E agora como faz? Agora tem que lutar igual aquela história de Josué naquele tempo, lutar para ganhar aquilo que é seu. Aí com muita luta, ele foi e desocupou, aí nós passamos pra lá. Aí deu uma cheia grande logo que nos mudamos, a casinha era bem mal feita, de tabua, baixa. A estrutura de baixo era mal enfiada, quase que água da chuva carrega nós, aí mesmo no inverno, caçamos jeito de desmanchar e fazer mais alto. E quando verão chegou nós já tinha feito. Nós fizemos aquilo ali, com sacrifício, ela arrumando madeira pelas ruas, pedia, quando o povo via, oferecia aqueles restos de madeira. Pagava carroça pra trazer. Tinha vez que eu trazia na bicicleta. Aí fomos arrumando e fizemos tudo assim, nós não compramos madeira lá. Compramos um pouco de tenda pra cobrir, mas madeira não. Aí fizemos aquela casa, mas e agora? Nós não tinha serviço, não tinha emprego. Aí ela disse você fica aí terminando de ajeitar a casa e eu vou vender picolé, nunca tinha vendido. Foi vender picolé. Vendeu uns três anos na rua, pegava o carrinho numa sorveteria e ia vender na rua. E quando desocupeí fui vender também, mais ela. Eu vendia num carrinho, ela vendia noutro. Aí com três anos, nós começamos uma sorveteria, nós mesmos.

Continuando as minhas andanças pelo bairro, encontrei o sr. José conversando com um vizinho, me apresentei, falei que estava fazendo uma pesquisa sobre maranhenses em Parauapebas, logo ele se prontificou a conversar comigo e me convidou para ir a sua casa, do outro lado da rua, para continuar o diálogo, isto por volta das 17h de uma quinta-feira. José me levou para o fundo da casa, onde se sentou numa rede próxima a um fogão de lenha e algumas madeiras utilizadas como lenha. Cumprimentei a sua esposa que estava cuidando dos afazeres domésticos e ele iniciou sua história me contando que sua família é do Ceará e que ele era um “Quiriba”. Perguntei o que significava e ele me explicou que se trata de uma criança que a mãe pariu no meio do caminho, pois ele nasceu entre Ceará e Maranhão, durante a viagem de tropa, quando seus pais foram para Maranhão. Conta que seu pai tinha 12 burros, era tropeiro. Seus pais tiveram cinco filhos, sendo ele o mais novo, hoje com 53 anos de idade. Sua família se fixou em Lago da Pedra e aí seu pai continuou trabalhando com tropa de burro. Carregava carga

nos animais por “todo lugar” e ele sempre o ajudou ou fazia diárias nas roças da cidade. Sua esposa, Marta, é da cidade Paulo Ramos, tem 57 anos de idade, e, no Maranhão, vivia com seu pai que trabalha em “terra dos outros”, arrendada. Ela e o marido se conheceram em 1995, numa fazenda onde ela trabalhava de cozinheira e ele de diária. Assim que se conheceram não levou muito tempo para morarem juntos. Em 2002 vieram para Parauapebas para cuidar da terra de uma prima de Marta. Perguntei a seu José o que o motivou a vir para Parauapebas e ele sempre rindo me respondeu “nós era doido”, chamou a esposa e falou: “Veia, vamos rasgar no *mundo*!” Depois de um tempo morando em Vila Sanção, foram trabalhando em terras da prima. A esta época, em 2016, ano eleitoral, se comprometeram a trabalhar na campanha para um vereador da região, em troca de um lote na vila, porém, mesmo o candidato tendo ganhado as eleições, José não recebeu o lote, ficando decepcionado, mas me afirmou que tudo bem, porque eles também não votaram no vereador. Dona Marta, ainda cheia de esperança, expressou “vou comer o fel depois eu como o mel”, se referindo à decepção de não terem conseguido o lote, mas não desanimaram de lutar e conseguirem algo melhor. Resolveram se mudar para área urbana ocuparam um lote e construíram um barraco, no bairro Rio Verde, em área de alagamento. Em uma das enchentes, perderam tudo: geladeira, fogão, colchões e armários. A propósito, ainda não conseguiram comprar novamente estes itens, o que explica o fogão a lenha. O casal faz diárias nas fazendas locais construindo cercas e “roçando” pasto, ou às vezes conseguem trabalho de ajudante de pedreiro, nestes casos a esposa não o acompanha. Outro dia, avistei dona Marta e seu filho indo para casa empurrando um carrinho de mão com madeira, supus que seria material a ser utilizado como lenha, e também encontrei José que estava feliz por ter conseguido um serviço para colocar piso em uma construção, pois pagariam um bom dinheiro pra ele.

A história de Rosa também tem sido “de comer fel”. Eu a encontrei no seu salão de beleza, à noite, em um dos pontos comerciais que a prefeitura construiu, pois ela pertence ao grupo de moradores que teve direito ao espaço. Mas ela reclama da pouca clientela, pois “lá no Riacho Doce, perto do centro, tinha mais gente que procurava o salão”. O salão estava aberto, não para esperar clientes, mas para servir de apoio à irmã que vende caldo. Como era um sábado, a venda estava boa, em decorrência do bar do seu Marley, que estava bem movimentado, com pessoas bebendo e dançando. Neste dia, a festa era comandada por um DJ que atendia aos pedidos dos presentes. Assim, ali dentro do salão, em pé, Rosa e eu conversamos sobre a sua vida. Ela é de Cidelândia, separada e tem uma filha de 13 anos de idade, que cria sozinha desde que a menina tinha 3 anos. Seu Pai é maranhense, a mãe capixaba, se casaram no Maranhão. Eles vieram para Parauapebas quando ainda ela era pequena, mas,

antes, seus pais haviam passado pelo Garimpo de Serra Pelada com ela e mais três irmãs, onde não conseguiram se “estabilizar”. Seu pai morreu e a mãe e os filhos vieram para Parauapebas. Aqui, se casou, teve uma filha e não tinha casa própria. Separou-se três anos depois e teve que “se virar” para sustenta-las em uma “jornada dura” e ainda continuava pagando aluguel. Agradece por ter encontrado vaga na creche para a filha, que não era integral, somente pelo período da manhã. Assim, deixava a menina pela manhã na escola e ia para o trabalho, um salão de beleza, onde era manicure, pedicure e cabelereira. A patroa não permitia que as empregadas levassem crianças para o salão, então ela pegava a menina por volta de 11:30h na escola, almoçava e a deixava na casa de uma colega, para quem pagava. Aí a menina ficava até ela sair do salão, que poderia se estender noite a dentro, 20h, 21h e até 22h. Foi assim que Rosa fez uma poupança e conseguiu comprar uma casa no Riacho Doce, por R\$ 3.500,00, em 2010. Comprar a casa aliviou a sua rotina, pois não precisava mais ter que ficar “rodando” a pé pela cidade: casa-creche-trabalho-creche-casa da babá-trabalho-casa da babá-casa. Ela já havia comprado alguns instrumentos de beleza e instalou seu salão, na sua casa. Estava indo tudo bem. Estava mais feliz, porém “não podia fazer muitos sonhos”, como, por exemplo, uma “geladeira boa”, pois a área periodicamente alagava, quando era uma “correria” para tirar as coisas. Na enchente de 2018, não deu tempo de tirar quase nada, pois estava mais preocupada com a sua filha, assim, perdeu quase toda a estrutura de seu salão, como móveis, equipamentos e materiais de beleza. Ela aponta para os móveis e material no seu atual salão e me diz, “isto foi o que sobrou”. Com a mudança para o reassentamento, perdeu alguns clientes e, como solução, presta serviço em domicílio, “mas as coisas não andam muito bem”.

Seu Osvaldo, aposentado, é da cidade de Godofredo Viana e a esposa pernambucana, que foi com os pais para o Maranhão trabalhar em fazendas. Ele veio para Parauapebas através de sua irmã, que já morava na cidade. Ficou uns tempos com ela, “naquela época era muito difícil encontrar casa para alugar e barata”, demorou 28 (vinte oito) dias para encontrar um *barraco* na beira do rio, pelo qual pagava R\$ 150,00. Começou a coletar materiais recicláveis para vender, como fios, sucatas, plásticos e papelão, e logo que fez uma poupança, trouxe a esposa. Com o tempo, a senhora, locadora do imóvel, pediu a casa, então compraram madeira e construíram um barraco, em um “lote livre”, no Riacho Doce. Depois de alocados, Dona Eva trouxe sua filha, nascida no município de Godofredo Viana, onde casou com 15 anos idade e teve o seu primeiro filho. Separou-se e *se juntou* com um outro homem e se mudaram para a cidade de Zé Doca. Depois que saiu do Godofredo Viana, ficou sem contato com a mãe por mais de um ano. À época, celular não tinham nem telefone para que pudessem manter contato, pois a mãe morava no *interior* e era muito difícil a comunicação, além do que a mãe e o padrasto

viviam trabalhando em fazendas. Clara me contou a sua história em frente à casa de sua mãe, de quem é vizinha, pois ela também é uma das reassentadas. A propósito, o lugar é ponto de referência para a vizinhança, que às tardes se encontram para bater papo, e foi numa destas tardes que encontrei Clara. Ela estava em companhia de uma outra moradora, paraense de Tucuruí, que quando falei que pesquisava sobre trajetórias maranhenses na cidade, brincou dizendo que “Clara tinha muito o que falar do Maranhão”. Em Zé Doca, o marido trabalhava de diárias nas roças, enquanto ela ficava em casa. Engravidou por duas vezes, mas perdeu um filho com oito meses de gestação. Clara soube através de sua tia que sua mãe estava em Parauapebas, conseguiu o contato de telefone de sua mãe, ligou para ela e Dona Eva mandou dinheiro para a filha vir para Parauapebas, o marido não queria, mas veio. O dinheiro só deu para pagar a passagem dela e do marido no trem, se referindo que não tinham dinheiro nem para comer. Assim, em 2013, o casal e dois filhos partiram para *cá*. Ela me conta, ainda, que pensou que sua mãe estava muito bem de vida, pois mandou dinheiro para ela e o marido viajarem, mas ao chegar e ver a mãe morando em casa de madeira⁴¹, numa área *feia, só o mato*, ficou surpresa. De qualquer forma, agora estava com a sua mãe novamente e, com o tempo, construiu um *barraco* ao lado dela e se estabeleceu na cidade. Separou-se do marido que veio com ela e se *juntou* com outro *aqui*. Tem quatro filhos (três meninos e uma menina) e está grávida de cinco meses de um menino. Ao fim de nossa conversa, seu marido estava chegando do trabalho. É montador de andaime em uma empresa terceirizada na mina de Carajás. Sai de casa às 5:30h e chega por volta das 19:30h. O ônibus da empresa faz o transporte dos empregados, que leva mais de uma hora entre o ponto de partida de João até o local de trabalho. João chegou à Parauapebas em 2014, trazido por um amigo. Assim, depois da enchente em 2018, mãe e filha aceitaram o aluguel social, alugaram um casa, de onde saíram para o reassentamento, em 2020. No reassentamento, Dona Eva e o marido adaptaram a casa e abriram uma mercearia de secos e molhados e colocaram uma sinuca de bilhar. É uma casa de esquina, numa avenida, e um ponto de encontro para conversas de vizinhança, ao entardecer e o chegar da noite. Reclamam que o bairro só é ruim “por causa do trabalho” que desenvolvem que é a coleta e compra de material reciclado. No bairro, quase não tem, o que exige deles caminhadas longas puxando o carrinho de ferro até o centro, próximo de onde moravam, onde é possível acumular muito material, e de lá vêm com o carrinho cheio e revendem para uma cooperativa local.

⁴¹ A surpresa em ver a mãe morando em casa de madeira é porque no *interior* do Maranhão é comum a construção de casa de taipa.

Ocupar espaços precários foi uma estratégia de sobrevivência para estas famílias poderem se ancorar na cidade. Esta ancoragem significou um processo de concretização do seu projeto de vida, mesmo que em situações adversas, afinal, retornar para a sua terra de origem significaria recomeçar tudo de novo, e lá eles já conheciam e sabiam que não conseguiriam algo melhor, pois mesmo nestes contextos, a cidade de Parauapebas ainda representa a possibilidade de alguma renda formal ou informal ou a própria oportunidade da casa própria, mesmo que dentro dos princípios da ilegalidade, tomando parâmetro aquilo que não é considerado dentro da lei, como se deram as invasões em espaços públicos. Aí, os valores do imóvel (casa ou lote) eram baixos e era onde eles tinham condições de comprar ou alugar de pessoas que primeiramente haviam *invadido* o local, quando eles mesmo não foram os que *invadiram* e daí ocuparam o local fazendo dele o seu lugar na cidade. Além destes, há aqueles que receberam doação de uma parte do lote de sua rede de contatos. A chance de possuir uma casa em lugares menos precários se deu quando a prefeitura, em 2017, realizou cadastros das famílias vivendo em área de risco e por onde as obras do Programa de Saneamento iriam passar para serem pensadas alternativas de reassentamento. Após o cadastro, em 2017, veio a enchente do início de 2018, quando estas famílias tiveram que ser deslocadas para abrigos da defesa civil e outras foram para casa de amigos e parentes, até que “as águas baixassem”. Quando as águas baixaram, algumas famílias voltaram para o mesmo local, mas outras foram inseridas em um programa do Município, chamado Programa Aluguel Social. Estas famílias receberam um auxílio mensal de R\$ 400,00 para saírem da área e morarem em outras partes da cidade, livres de alagamentos, até que as 250 casas do reassentamento estivessem concluídas. Porém, com este valor, muitas famílias se instalaram em periferias da cidade ou próximas à região de alagamento, pois o aluguel na cidade é alto e com este valor, só com muita sorte para encontrar uma casa que não fosse de madeira e que não fosse em outros lugares precários. As famílias esperaram por dois anos para se mudarem para o bairro. Assim Elisa, Levi e seu Peixoto expressam a sua satisfação quando chegou à Parauapebas e foi cadastrada no Programa e se mudaram para suas casas:

Aí menina da prefeitura passou lá fazendo o cadastro na nossa rua para reassentamento de casa. Aí eu fiquei na expectativa. Depois disso, fez o nosso cadastro, pegou meu nome, tudo certinho, transferi o bolsa família, o título, e aí fiquei animada, vou ter a minha casa. Ela conversou que ia ter este cadastramento das casas. Aí foi feita uma reunião com o pessoal do palafita e riacho doce numa escola, sei que o presidente do bairro me deu um crachá e nós fomos para esta reunião com o prefeito. Lá eles deram as propostas do lote e das casas. Voltei pra casa pensando ‘as casas vão sair logo, os lotes não, vão sair mais tarde, e ainda é kit. Não vamos ter dinheiro pra construir nem pra fazer a planta’. Era um lote e um kit, aí o presidente explicou direitinho que seria por nossa conta a construção da casa nos lotes. Aí falei ‘gente, se for pra gente caminhar e morrer na praia pra não ter o dinheiro nem pra continuar, nem pra nada nós prefere a casa’. Realmente a maioria do riacho doce escolheram a casa e alguns da palafita escolheram o lote e outros a casa. O presidente falava gente quem não

escolher a casa vai se arrepender, depois vai me procurar vai ser tarde. Realmente quando saíram as casas a maioria queria trocar. O povo do lote teve que fazer barulho na prefeitura. Aí eu tinha certeza que eu tava certa. Aí Graças a Deus estou na minha casinha. Meu irmão também conseguiu a casa e mora ali na outra rua. (MARIA ELISA, Junho de 2022).

Depois baixou a água, a prefeitura foi lá, fizeram uma reunião no campinho que tem lá e falaram ‘olha os que quiserem casa, nós vamos dar as casas e o terreno e pagar aluguel de 400 reais. Os que quiser casa é casa os que quiser lote é lote. Rapaz, foi Deus. Eu queria um lote, fui assinar os papel do lote, daí a menina da prefeitura disse assim ‘voce tem quantos anos’, eu disse ‘63’. Ela falou ‘moço, você tá velho. O que você quer com lote, rapaz? Melhor você assinar a casa. Vai ter a casa, e ainda a prefeitura paga o aluguel. Aí eu disse ‘é mesmo’! Aí assinei os papel da casa. Passamos um tempão de aluguel ainda [...] A vizinhança vem aqui me dá apoio, a gente senta aqui, conversa, meus filhos vem aqui, me dá as coisas. Tenho esta casa, tenho esta moto, vou levando a vida, até eu me aposentar. A minha vida é aqui, meus filhos tudo empregado, e eles querem comprar casa, só um que tem casa, e meu genro. Só as minhas filhas que moram de aluguel. Elas não vem pra cá porque eu gosto de morar só, e elas também não vem não. Elas tem emprego bom. Eu parei aqui, daqui só pra ali [cemitério]. To me dando bem aqui, tranquilo. Tenho tudo, arroz, feijão, peixe, frango na geladeira, os vizinhos vem aqui tomar café, eles sentem o cheiro e vem aqui tomar. (LEVI, Junho de 2022).

Eu gosto de Parauapebas, ainda mais que agora ganhamos a nossa casinha construída, um lugar bom. Aqui não é mais bonito porque o pessoal das casas não ajuda né, não fica zelando. Voce ver as casas aí, as ruas tudo suja e o povo não se importa, mas que é bonito aqui é, ruas tudo planinhas, planejado né, porque morei em Palmas, lá é planejado. Aqui é um lugar planejado. Voce ver que aqui você faz sujeira de esgoto, de lama, se quiser fazer. Aqui já foi organizado[...] aqui é um pouco longe da rua, mas tem um acesso bom. (PEIXOTO, Junho de 2022).

A referência à escolha entre lote ou casa se deve ao fato de que o poder público municipal deu duas opções aos moradores: a casa a ser construída pela prefeitura ou um lote acompanhado de um “Kit Construção”, um valor de R\$ 15.000,00 que o morador deveria usar na construção da sua própria casa. Elisa expressa bem o sentimento dos que escolheram a casa: “gente, se for pra gente caminhar e morrer na praia pra não ter o dinheiro nem pra continuar, nem pra nada, nós prefere a casa”. No final de 2020 e início de 2021, as famílias se mudaram para a sua casa. Este processo não foi passivamente aceito pela comunidade, precisou de muita negociação com as famílias para que ele se concretizasse. Para começar, as famílias não tinham tanta certeza que “isso daria certo”, tinham desconfiança das ações da prefeitura. Quando veio a enchente em 2018 e o município propôs o aluguel social para elas saírem do local até que os lotes e casas fossem entregues, muitas famílias relutaram em aceitar, pois criam que o município queria aproveitar o momento e tirá-las destas áreas. Com a interferência das lideranças locais, mas de 200 (duzentas) famílias aceitaram o aluguel social, e aí ficaram aguardando o lote ou a casa sair. Houve famílias que, justamente por desconfiar, resolveram se manter no seu lugar e não aceitar o aluguel social. Havia insegurança em perder sua casa, então preferiram aí ficar e continuar a tocar a sua vida, nos espaços precários. Além de muitos não se mudarem por não acreditarem na palavra da prefeitura e de acharem que poderiam perder suas casas, havia

também o sentimento de pertencimento ao lugar, pois foi aí que conseguiram sua casa, mesmo que numa situação considerada irregular aos olhos do Estado; aí estabeleceram seus laços com a cidade e com a vizinhança. Era o que tinham de seu, considerada uma conquista no interior de seu projeto migratório.

A mudança para a casa no reassentamento representa para alguns a ancoragem definitiva na cidade, pois se ela representava parte do seu projeto em busca de novas oportunidades ao sair do *maranhão fraco* ou parar de *rodar*, a conquista da casa em local com infraestrutura e serviços básicos foi mais um marco no seu projeto migratório. Após a mudança para a casa própria, vieram algumas preocupações que antes as famílias não tinham, como, por exemplo, pagar energia. Se estar livre de alagamentos periódicos em lugares onde não se podia “fazer sonhos” era confortável, como bem expressou Rosa, por outro lado, foi preciso, mais uma vez, se reconectar com o lugar e com o novo cotidiano no bairro, distante da região central, onde podiam ir “a pé” para o comércio. Agora, era preciso pagar transporte público se quisesse ir ao centro, pagar energia, estabelecer novos laços de vizinhança, embora muitos estejam morando próximo dos vizinhos antigos ou parentes que também viviam nos lugares precários. Para Seu Peixoto, que gosta do bairro e o acha organizado e bonito, considera que houve perdas no processo de mudança. Ao falar do período em que tiveram que sair de onde moravam, assim ele me relata:

Aí veio esse tempo de tirar este povo de lá. Aí acabou nossa sorveteria, acabou o nosso serviço. Aí teve o problema do filho dela, e fomos obrigados a vender os freezer pra ela ir da primeira vez e levar uns três mil e da outra vez foi quatro mil. Aí era só me benefício do salário né. Aí nós vendemos, ficamos só com um freezer, aí foi aquele tempo que ela recebeu aquele benefício, foi até três vezes de 1.200. Aí foi que ajudou pra levar ele, pra cuidar dele lá. Aí estamos só com estes quatrocentos que ela recebe por mês, e o meu tá bloqueado agora. E depois que mudamos pra cá, nós paramos com a sorveteria, mesmo porque a energia é muito cara. Nós fomos ligar os três freezers e a geladeira lá na VS 10, deu 650 reais de energia. Aí ficamos com medo de mexer. Porque lá no Rio Verde, naquele tempo a gente não pagava energia. Eu tenho ali, mais de 200m de fio, destes fios que vem do poste que nós tinha comprado pra fazer as gambiarras lá [...] Aí quando saímos de lá, tiramos todo o fio. Mas a nossa renda é esta mesma, e muita gente não dá serviço pra gente por causa da minha idade e por dó dela, porque ela me ajuda no serviço[...]. (PEIXOTO, Junho, 2022).

Seu Peixoto e Dona Margarida, depois de passarem por algumas situações *difíceis* na cidade, conseguiram a sua casa no bairro Rio Verde, doada, mesmo que em área de alagamento, venderam sorvete e picolé nas ruas, conseguiram montar a sua própria sorveteria e eles, então, deixaram de vender para os outros para outros venderem para eles. Com o processo de remoção pela prefeitura, tiveram que sair da casa e aderiram ao Programa Aluguel Social e alugaram uma casa em outro lugar, também precário, onde o dinheiro dava para pagar o aluguel. Foi

também o período em que descobriu que o filho teria que fazer um transplante de córnea, então, tiveram que vender os equipamentos da sorveteria para juntar dinheiro e levarem o filho para o interior de São Paulo, onde conseguiram fazer exames, e o filho conseguiu o transplante de córnea. É neste contexto de dificuldade e de perdas de seus meios de vida, que o casal reclama de ter saído de sua casa, onde eles não pagavam energia, e podiam manter seus três freezers e geladeira ligados. Quando se mudaram deste lugar e se alocaram em imóvel que foi preciso pagar energia, a primeira conta, como ele diz, veio de R\$ 650,00 reais, então tiveram mesmo que diminuir a atividade e quando se mudaram para a casa do reassentamento desistiram de vez, pois a “energia é cara”.

Esta é uma realidade das famílias que moram em *invasões*, pois estão livres de algumas burocracias da cidade formal, aquelas que os cidadãos não tinham antes, como IPTU, pagamento de água e energia. Livre disto, conseguiam com o pouco que ganhavam se manter nos lugares precários, lhes sobrando algum dinheiro para alimentação e outros consumos. Com a inserção em espaços como o reassentamento, precisam arcar com algumas novas despesas, portanto, nem sempre a mudança para um lugar com infraestrutura básica é sinônimo de qualidade de vida para eles, pois por mais que reclamem da antiga moradia, lá não havia alguns custos, e com isto eles passam a ser visibilizados como consumidores dos serviços públicos da cidade. As invasões, de alguma forma, lhes traziam algumas vantagens, como as *gambiarrras*. Nesses espaços, também se opera uma vida política dos agentes, com trajetórias herméticas que traz à tona os contrastes da experiência vivida quando postas as distinções de espaços informais e formais. Ao mudar, a adaptação ao espaço formal exige mais esforços no que diz respeito a conseguirem recursos financeiros para sobreviver. Recursos que muitas vezes só vem com ajuda estatal por meio dos programas sociais, mantendo-se assim em estado de pobreza, porém reconhecem que a casa tem o seu valor e isto ninguém mais pode lhes tirar. A situação fica ainda mais difícil para as mulheres mães solo, como veremos mais adiante, pois não tendo onde deixar o filho, dependem mais destes programas, e que na sua falta, por motivo de uma desatualização cadastral, deixam de receber passando a ter mais dificuldades, inclusive para comer. A situação lhes força a buscar novas alternativas de renda, quando não se tem emprego fixo.

À medida que vão se estabelecendo no bairro, famílias melhoram e adaptam as suas casas, recriam seus laços de vizinhança, usam da sua criatividade empreendedora para iniciar uma atividade econômica própria no ramo de alimentação, roupas ou beleza. Por outro lado, para algumas delas, a casa representa uma fonte de renda, pois ao invés de morar, alguns resolveram vender ou alugar e morar em *roças* ou ir para outro “canto” da cidade próximo a

parentes ou amigos. Para quem aluga, é uma forma de obter uma renda e garantir sua sobrevivência na cidade, quando não se tem emprego ou vivem unicamente de programas socioassistenciais. Ainda há aqueles que venderam a casa por um valor que também lhes garante uma outra casa em espaços precários e lhes “sobram” uma quantia para outros fins. Alugar ou vender a casa no reassentamento é uma prática não aprovada por profissionais da prefeitura, porém estas pessoas não são passivas às suas situações, buscando nestes projetos uma forma de maximizar suas vantagens quando suas trajetórias foram marcadas pela pobreza. Uma moradora me revelou que vendeu a sua casa, devido ao marido ter ciúmes do vizinho com ela, pois ficava em casa o dia todo, enquanto ele trabalhava. Para evitar “confusão”, venderam a casa e saíram da cidade. Outra família alugou a casa, que também está à venda, porque não se adaptaram ao lugar. Considera o bairro distante do trabalho e da escola dos filhos, exigindo pagar transporte público. Com o dinheiro, alugou uma outra casa próxima à região onde moravam anteriormente, garantindo assim a proximidade com seus espaços de trabalho e educação; em uma conversa com um casal de moradores, eles me contaram de uma senhora que vendeu a casa a um valor muito baixo e hoje mora de aluguel nas proximidades em um *barraco* e que o principal motivo da venda foi o uso de drogas, outro porque o namorado havia vendido e ele o fez também, e retornaram para um *kit net* próximo ao lugar onde moravam antes. Os motivos para estas práticas são diversos e requerem atenção dos agentes do poder público em ações de reassentamento involuntário. Exigem uma dedicação minuciosa para entendê-los, pois além de questões objetivas, as subjetividades devem ser levadas em conta quando se trata de remoção de famílias de lugares mesmo que precários, mas que havia ali criado seu espaço de vida. Assim, a reflexão do casal merece atenção “Não sei o que acontece? O sonho de todos é ter o seu lar!”. Este mesmo casal que me deu estas informações disse que se encontrasse quem comprasse a sua casa e o valor possibilitasse a compra de outra mais próxima do centro, ele também o faria. Só nestas condições, pois a casa no reassentamento faz parte de uma conquista da “vida sofrida” que tiveram na cidade.

Após quase dois anos da mudança, algumas famílias adequaram suas rotinas às dinâmicas da moradia no reassentamento, em um movimento de aceitação da situação na qual foi colocada a partir da intervenção pública, enquanto outras declararam gostar do local sem (ou com poucas) ressalvas. Contudo, também há famílias que procuram um comprador ou locatário para a sua casa. As trajetórias não se apresentam como lineares e os fatores que incidem na construção da leitura dos indivíduos e suas famílias sobre sua condição atual consideram, em grande parte, a configuração anterior do espaço de moradia, aí incluídas forma da habitação, relação com vizinhos, acessibilidade às oportunidades, maneira como

vivenciaram a própria intervenção pública. A satisfação maior ou menor das configurações anteriores, na área de origem, influencia no balanço da condição atual. É como se depois da escolha em ficar em Parauapebas, o Maranhão tivesse se tornado o reverso da medalha. Já vimos aqui as oposições que os entrevistados trouxeram durante as nossas conversas: Lá é fraco, atrasado e não tem emprego; aqui tem emprego, ainda é bom, aqui tenho a minha casa. São oposições que foram, ao longo dos 34 anos da cidade, repetidas e reforçadas nos diálogos no interior das redes de contato dos indivíduos, entre quem está aqui e quem está lá, motivações para a saída do Maranhão. O trabalho e a renda foram justificativas para a permanência na cidade, mas é na conquista da casa própria que a migração para muitas delas se torna definitiva, como seu Levi ao me dizer que só sairá daí para o cemitério.

3.3 Informações sobre os chefes de família

Antes de entrar no assunto deste tópico, é importante observar que a pesquisa quantitativa pode direcionar as interpretações dos dados de quem a faz para diversos lados, porém quando somada à pesquisa de campo e às subjetividades de seus atores, torna-se uma importante aliada em interpretações mais assertivas e condizentes com a realidade. Ruth Cardoso (1997, p.95) nos lembra que “são modos diversos de resgatar a vida social e iluminar aspectos não aparentes e não conscientes para os atores envolvidos”, eles não são inconciliáveis no momento de “ver a realidade”. Como já o fiz em outras partes desta tese, passo a usar esta ferramenta como apoio à minha pesquisa de campo no bairro e, como me referi em nota, foi coordenada por mim e também participei da aplicação, e ela traz importantes pistas à luz do que venho apresentando sobre migração, trabalho e cidade nesta tese.

Começo com os dados sobre os chefes de família, considerado aqui o casal conjugal. O casal teve seu cadastro no reassentamento em nome dos dois chefes, porém um deles é o titular, e assim o denominarei para diferenciá-lo do cônjuge, portanto as duas tabelas subsequentes trazem dados do titular e do cônjuge separados. Na tabela 9 estão sistematizados os dados do titular quanto a sua origem, sexo e se tem ou não cônjuge⁴², enquanto que a tabela 10 retrata dados de origem e sexo do cônjuge.

⁴² Optei por utilizar as categorias com cônjuge (casados e união consensual) e sem cônjuge (solteiros, separados, divorciados e viúvos) em detrimento do estado civil para simplificação do campo.

Tabela 9 – Titular da família, segundo o sexo e origem, convivendo ou não com cônjuge

ORIGEM	ESTADO CIVIL TOTAL DO TITULAR DA CASA				TOTAL
	Sem cônjuge		Com cônjuge		
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	
MA	18	42	13	37	110
PA	14	25	11	41	91
CE	0	3	0	3	6
GO	0	1	1	1	3
MG	0	1	0	0	1
PI	0	2	0	2	4
SP	0	1	0	1	2
TO	1	1	0	2	4
MT	0	0	0	1	1
PE	0	0	0	2	2
TOTAL	33	76	25	90	224

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prosap, 2022.

Os dados de convivência conjugal ou não demonstram que há famílias unipessoais chefiadas por mulheres e homens, dentre eles mães e pais solos⁴³, famílias conjugais e extensas. Em se tratando destas, há aquelas que possuem mães, primos e irmãos em sua composição familiar. O total de titulares soma 224 indivíduos, sendo 166 (cento e sessenta e seis) mulheres e 58 (cinquenta e oito) homens. Os dados apresentam expressivos 110 (cento e dez) titulares de origem maranhense - 31 (trinta e um) homens e 79 (setenta e nove) mulheres - seguidos de 91 (noventa e um) paraenses – 25 (vinte e cinco) homens e 66 (sessenta e seis) mulheres. O número significativo de mulheres titulares convivendo com marido não representa que de fato ela obtenha a chefia do lar, pois como se trata de um programa social de reassentamento involuntário, a orientação é que a titularidade do imóvel considere principalmente a mulher, mas durante o campo, as relações patriarcais foram identificadas, onde ouvi que mesmo que a mulher seja a titular, quem manda na casa é o marido, ou de forma silenciada, quando os homens respondiam ao questionário, e cabia a mulher uma informação complementar.

Ao estratificar ainda mais as informações, conforme origem dos titulares, 42 (quarenta e duas) mulheres que compõem as famílias unipessoais, solos, ou com algum membro da família extensa, são maranhenses, representando a maioria. Em seguida, vêm as paraenses, com 25 (vinte e cinco). Os homens maranhenses destes tipos de família também são a maioria, quando comparados com os demais, sendo o Pará, o segundo na relação, mesmo que seja pequena a diferença. Quanto aos titulares convivendo com o cônjuge, a situação não se difere muito entre os dois estados, embora haja mais mulheres paraenses (41) convivendo com o companheiro do que maranhenses (37), enquanto que homens maranhenses convivendo com a

⁴³ Fazem parte deste grupo: Mulheres e homens viúvos, separados/divorciados e mães e pais solteiros.

companheira é superior as paraenses, 13 (treze) e 11 (onze) respectivamente. As características de sexo e origem do cônjuge estão representadas na Tabela 10.

Tabela 10 – Origem e sexo dos cônjuges dos titulares da família

NATURALIDADE	SEXO		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
MA	33	14	47
PA	45	10	55
CE	3	-	3
GO	3	-	3
PI	1	-	1
TO	5	-	5
MT	-	1	1
TOTAL	90	25	115

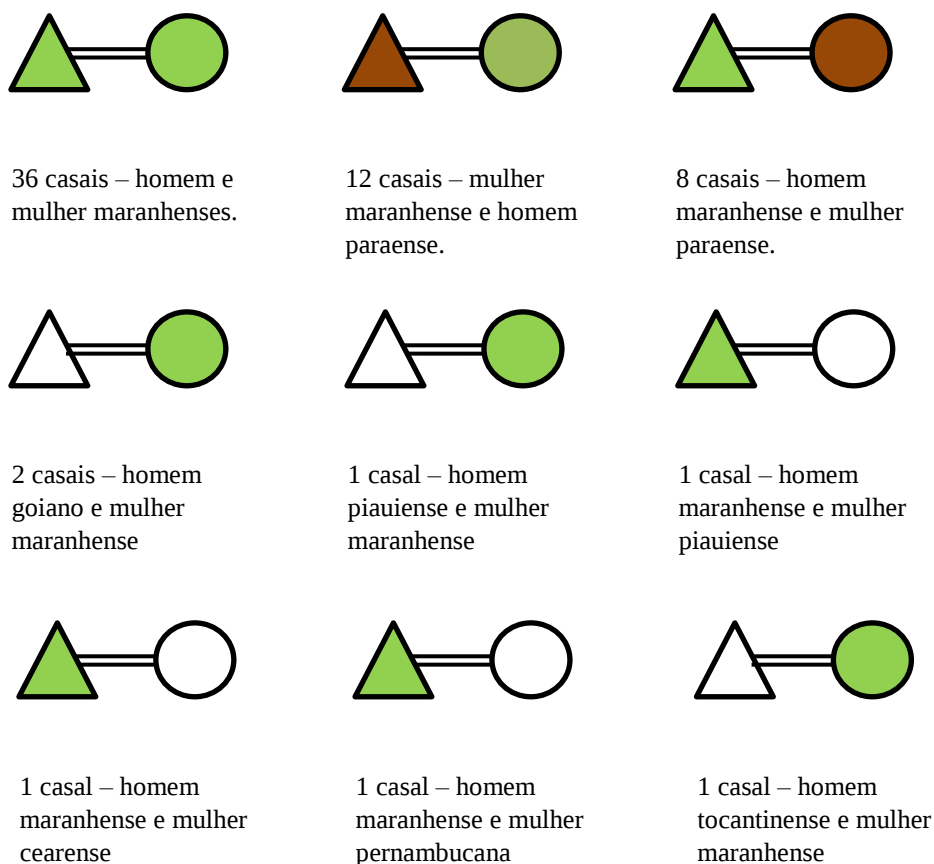
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prosap, 2022.

A soma de titulares e cônjuges é de 339 indivíduos, sendo que 157 são maranhenses, seguidos de 146 paraenses, e os demais 36 são dos estados do Nordeste, alguns do Centro-Oeste e Sudeste. Apresentados estes números, vou me ater aos arranjos conjugais dos maranhenses.

São nove tipos de arranjos, somando-se 63 famílias conjugais em que o maranhense está presente, com destaque para 36 (trinta e seis) casais formados por marido e mulher maranhenses e 20 (vinte) casais entre maranhenses e paraenses, sendo 12 (doze) entre mulheres maranhenses e maridos paraenses e 8 (oito) entre homens paraenses e mulheres maranhenses.

Utilizo, na Figura 1, a seguir, representações gráficas para visualização da presença do indivíduo maranhense (homem ou mulher) nos diferentes arranjos conjugais. Para a representações gráficas das relações de parentesco (casamento e filiação) baseio-me em Aghassian, Gradín e Marie (1975), com minhas adaptações com cores para melhor visualização dos arranjos conjugais das famílias.

Figura 1 - SEQ Figura * ARABIC 1 – Presença do indivíduo maranhense nos arranjos conjugais



Legenda
 Homem maranhense
 Homem paraense
 Homem de outro estado
 Mulher maranhense

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prosap, 2022.

Os casamentos de maranhenses com homens ou mulheres de outros estados do Nordeste e do Centro-Oeste (Tocantins e Goiás) se deve a emigração destes para aquele estado e daí vieram para o Pará. É o caso de seu Osvaldo (maranhense) e Dona Eva (pernambucana), e seu José (cearense) e Dona Marta (maranhense). Como vimos, seu José se considera um *Biriba* por ter nascido na “estrada” entre Ceará e Maranhão. Em se tratando dos casais com mulher e homem da mesma origem maranhense, alguns selaram seus laços matrimoniais *aqui*, porém a grande maioria já migrou casado, assim como aqueles casais formados por maranhenses e companheiros de outros estados do Nordeste e Centro-oeste, o que corrobora que a migração de famílias conjugais tem sido uma das características dos fluxos entre os dois estados.

3.4 Tempo de residência dos chefes de família – Titulares e Cônjuges maranhenses

O tempo de residência dos maranhenses em Parauapebas (Tabela 11) é outro fator que nos possibilita pensar o *continuum* e os fluxos entre os dois estados, principalmente quando percebemos que 48% dos chefes de família (Titular e cônjuge) estão no município há menos de 10 anos.

Tabela 11- Tempo de residência em Parauapebas de titulares e cônjuges maranhenses

TEMPO NO MUNICÍPIO	RESPOSTAS	%
1 mês a 5 anos	28	19
6 a 10 anos	43	29
11 a 15 anos	36	24
16 a 20 anos	17	11
21 a 25 anos	7	7
26 a 30 anos	11	7
31 ou mais anos	8	5
Total	150*	100

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prosap, 2022.

* Tempo de residência em Parauapebas de 7 titulares/cônjuge não foi informado.

Ainda ao tratar dos fluxos atuais, observou-se que 10% dos chefes de família titulares estão no município há 2 anos, tempo de mudança das famílias afetadas para o reassentamento. Isto se deve ao que mencionei no início deste capítulo, por algum motivo, a sua rede cede a casa para seus parentes, facilitando assim a vinda para Parauapebas, onde não precisam pagar aluguel ou até mesmo alugam ou vendem suas casas para outras famílias recém chegadas ao município. Ao olhar para estes números, é perceptível que o fluxo de maranhenses para Parauapebas é constante, mantido pelas redes e tudo que já falamos até agora sobre os contextos situacionais dos atores em deslocamento de *lá para cá*. A propósito, quando observados os membros da família, há 21(vinte e um) parentes/agregados (mãe, primos, irmãos, amigos) morando com o chefe de família, destes, 14 (quatorze) são do Maranhão, 6 (seis) do Pará, e 1 (um) do Piauí. Ao cruzar a origem do parente/agregado com a do titular ou cônjuge, temos que os agregados maranhenses moram com 9 (nove) titulares de mesma origem e com 3 (três) paraenses. Destes, 2 (dois) são mães maranhenses que migraram para cá, tiveram seus filhos e hoje moram com eles.

O caso de Antônio ilustra bem a operacionalidade da rede, hoje em dia. Técnico em refrigeração, é de Caxias, juntamente com a esposa, veio morar com a mãe, até encontrar um emprego e conseguir uma casa para alugar, pois a casa é pequena e não podem ficar muito

tempo. Em Caxias ficou desempregado e pagavam pouco pelo seu serviço, portanto veio buscar melhores condições de salário, pois as oportunidades são bem melhores. É também o caso do irmão de Elizabete, que morava em Monção, onde trabalhava na roça. A irmã separou recentemente e ele veio morar com ela. Está fazendo algumas diárias de servente de pedreiro na cidade.

3.5 Um olhar sobre os filhos(as) – a migração familiar

Cabe observar que a separação entre filhos nascidos no Maranhão e os nascidos no Pará foi uma metodologia para pensar os deslocamentos familiares para a cidade, pois alguns deles são inclusive irmãos, com a diferença que alguns nasceram no maranhão e outros aqui.

3.5.1 Filhos maranhenses como forma de identificar a migração familiar

Continuando com a leitura dos dados familiares dos moradores, focarei agora na origem dos seus filhos, como forma de interpretar as migrações das famílias conjugais. Há um total de 275 (duzentos e setenta e cinco) filhos(as) de 168 moradores titulares. 63 (sessenta e três) filhos e filhas são de origem maranhense; 196 (cento e noventa e seis) paraenses, 2 (dois) do Amapá, 2 (dois) do Amazonas, 5 (cinco) do Ceará, 1(um) do Mato Grosso, 1(um) de Minas Gerais, 3 (três) do Piauí, 1(um) de Roraima e 1 (um) de Tocantins. Na tabela 12, apresento a origem dos filhos e do responsável/titular.

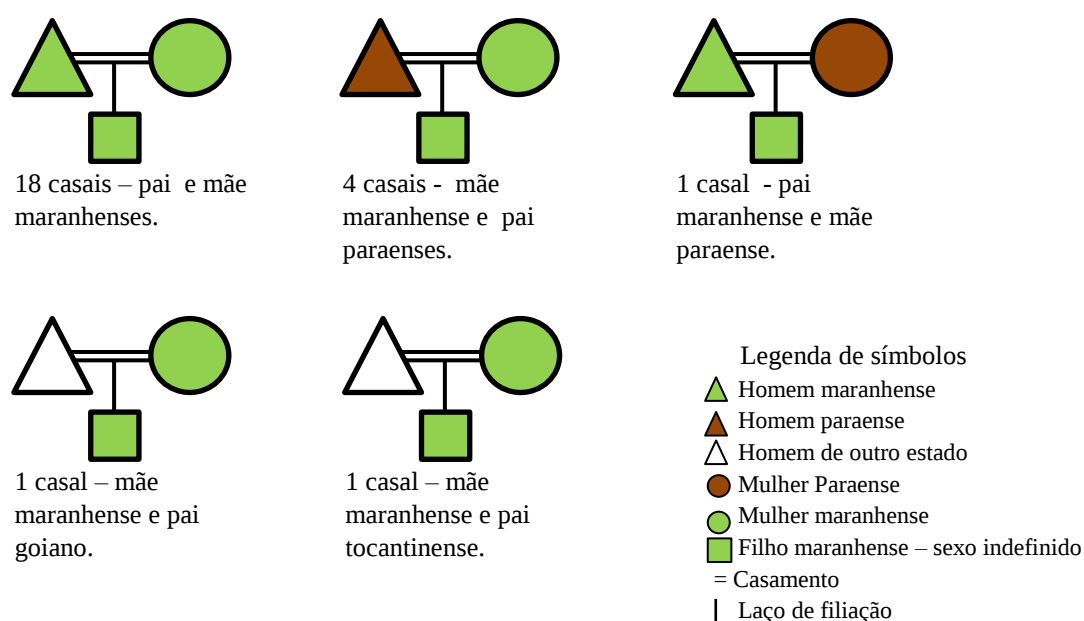
Tabela 12 – Naturalidade dos filhos e dos seus responsáveis (Titular)

NATURALIDADE DO RESPONSÁVEL/ TITULAR	NATURALIDADE DOS FILHOS										
	PA	MA	CE	PI	AP	AM	MT	MG	RR	TO	TOTAL
	196	63	5	3	2	2	1	1	1	1	275
PA	64	2	-	-	-	1	1	1	-	-	69
MA	37	38	2	2	1	1	0	0	1	0	82
GO	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
TO	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
SP	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
CE	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	4
MT	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PE	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PI	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	113	41	4	3	1	2	1	1	1	1	168

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prosap, 2022.

Ao analisar a composição familiar dos filhos e filhas de origem maranhense (63), observamos que 38 (trinta e oito) titulares são majoritariamente maranhenses, 2 (dois) paraenses e 1(um) pernambucano. Ao excluir os pais e mães solo, tratados mais a frente, e me concentrar nas famílias conjugais, foi identificado que 25 (vinte e cinco) cônjuges são também maranhenses, e deles, 18 (dezoito) são formados por família nuclear em que todos os membros são maranhenses. Na Figura 2, apresento a composição da família conjugal, com um dos membros de origem maranhense.

Figura 2 - SEQ Figura * ARABIC 2 – Composição da família conjugal com um dos membros maranhenses



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prosap, 2022.

Considerando que os 63 (sessenta e três) filhos e filhas são nascidos no Maranhão, a pesquisa de campo identificou que uma das características da migração maranhense é o fato de ser familiar, marido, esposa e filhos, quando o casal os tinha. A saída de *lá* para *cá* pode ser de uma só vez, com toda a família, ou primeiro vinha o marido que se estabelecia na cidade e depois voltava para buscar esposa e filhos; por outro lado, a decisão das mulheres também foi determinante na emigração, principalmente aquelas que vieram através de sua rede familiar, como vimos a situação de Clara e de Elisa, que convenceram os maridos a virem e, por fim, permanecer na cidade. Outra situação encontrada é que algumas mulheres, ao engravidar *aqui*, preferiam ter a criança próximas a suas famílias, principalmente quando a mãe havia ficado no estado. Então, próximo à data do fim da gravidez, elas viajam e se sentem mais seguras e confortáveis ao lado dos parentes.

Alguns interlocutores me contaram que seus filhos não conhecem o Maranhão, pois saíram de lá muito cedo e não se lembram de quase nada. Em Parauapebas que eles se criaram ou estão se criando. Quando os adolescentes, ocasionalmente, apareciam durante o momento da conversa, eu fazia perguntas sobre seu estado de origem, se gostavam de lá, o que pensavam. Eles respondiam que “nem conhece”, “nem lembra”. Ou que já foram visitar os familiares dos pais, mas não gostaram, “por ser muito parado”. Claramente, adolescentes, jovens e adultos que se criaram em Parauapebas têm aqui como o seu lugar, aqui criaram os seus vínculos e, por mais que por algumas vezes viajem para lá, dizem ir obrigados, pois devem acompanhar os pais. A representação que têm de seu estado está carregada de preconceitos e estigmas presentes no cotidiano da cidade e nas suas experiências como no espaço escolar.

3.5.2 Filhos(as) paraenses de pais maranhenses

Ao analisar a origem dos pais de filhos nascidos no Pará, a maioria predominante dos responsáveis é distribuída entre os de origem paraense (64) e maranhense (37). Estratificados se o titular convive ou não com o cônjuge e o sexo, temos a seguinte realidade, inclusive a origem do cônjuge, apresentados respectivamente nas Tabelas 13 e 14:

Tabela 13 – Origem dos pais (titulares) de filhos nascidos no Pará

ORIGEM	ESTADO CIVIL TITULAR					TOTAL
	SEM CONJUGE		TOTAL	COM CONJUGE		
	MASCULINO	FEMININO		MASCULINO	FEMININO	
PA	2	18	20	7	37	44
MA	1	15	16	4	17	21
CE	0	1	1	0	1	1
GO	0	1	1	1	1	2
SP	0	1	1	1	0	1
TO	0	1	1	0	1	1
MT	0	0	0	0	1	1
PE	0	0	0	0	1	1
PI	0	0	0	0	1	1
TOTAL	3	37	40	13	60	73

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prosap, 2022.

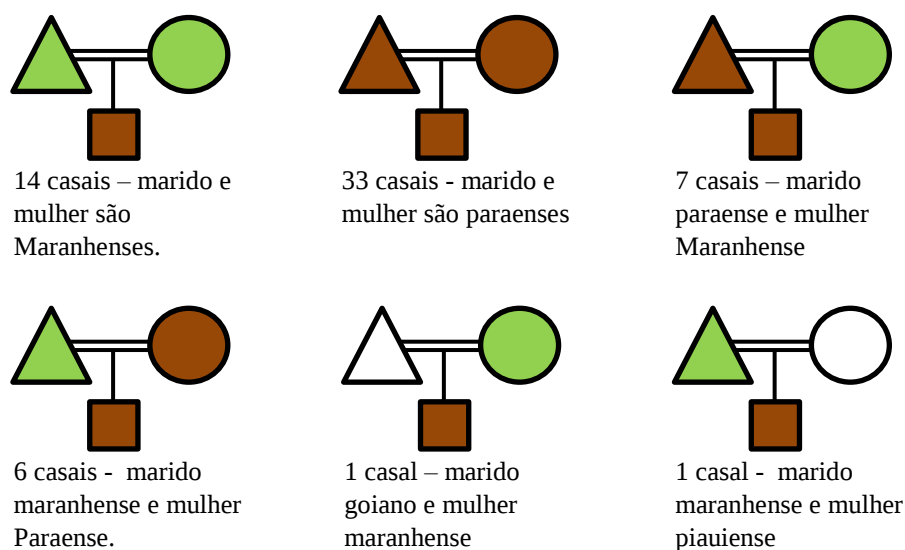
Tabela 14 - Sexo do cônjuge do titular - pais/mães dos filhos nascidos no Pará

ORIGEM	SEXO DO CÔNJUGE		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
PA	37	5	42
MA	18	6	24
CE	1	0	1
GO	1	0	1
TO	3	0	3
MT	0	1	1
PI	0	1	1
TOTAL	60	13	73

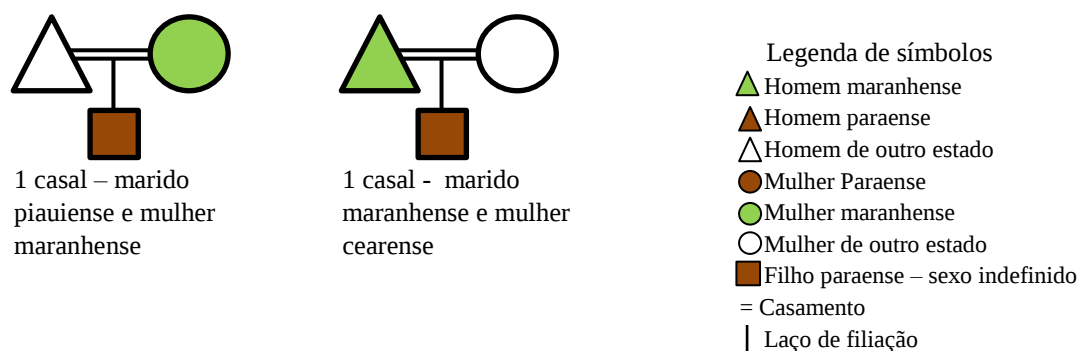
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prosap, 2022.

Foram observadas 73 famílias nucleares, sendo que 33 (trinta e três) são formadas por cônjuges ambos paraenses; 14 (quatorze) ambos maranhenses; 13 (treze) formadas pelos *daqui* e pelos de *lá*; e mais quatro composições em que o maranhense é um dos cônjuges, como ilustra a Figura 3⁴⁴, a seguir.

Figura 3 - SEQ Figura * ARABIC 3 – Constituição das famílias nucleares



⁴⁴ Os demais 9 casais que não são apresentados na figura têm a seguinte configuração: 1casal - mulher cearense e homem paraense; 1 casal – mulher pernambucana e homem paraense; 1 casal – mulher mato-grossense e homem paraense; 1 casal – mulher tocaninense e homem paraense; 2 casais – mulher paraense e homem tocaninense; 1 casal – ambos tocaninenses; 1 casal – mulher paraense e homem goiano; e 1 casal – mulher paraense e homem cearense.



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Prosap, 2022.

Os filhos de maranhenses representam a sua segunda geração nascida em Parauapebas e, muitos deles, a depender da idade, são a primeira geração de parauapebenses, principalmente aqueles cujos pais estão aqui há mais de 20 anos. Nas minhas andanças pela cidade, nos diferentes espaços e relações, encontrei os “nativos” da cidade e, não raro, seus pais pertenciam aos arranjos conjugais apresentados. Mesmo os filhos maranhenses que se criaram aqui, se consideram paraenses e fazem raras menções ao seu estado de origem, assumindo a identidade paraense, representadas em suas falas como não conhecer o Maranhão, somente terem nascido lá e vieram muito pequenos, não se lembrando do seu estado de naturalidade, e serem “praticamente daqui”. A identificação com o lugar está relacionada à sua trajetória de vida na cidade, às suas conquistas, como emprego, casa e educação, mas também nas entrelinhas dos diálogos, foi possível perceber a negação de uma trajetória de vida *sofrida*, que, para alguns, é motivo de admiração, mas para outros, é melhor esquecer ou negar e concentrar na sua vida *aqui*. A minha interpretação é que a negação também está relacionada às representações construídas ao longo do tempo, carregadas de estigmas e preconceito, principalmente para crianças que cresceram e fizeram uso dos espaços coletivos, como a escola, espaço onde estas representações, de acordo com a minha experiência, sempre estiveram em evidência. Contudo, estas gerações deixam de carregar consigo os seus pais e a condição de esses serem imigrantes, ao contrário do que Braga (2021, p. 871) identificou em seus estudos sobre filhos de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos da América, “posicionando-os em relação a experiência mais geral de ser filho de imigrantes nos EUA considerando os lugares e papéis que seus pais ocupam em suas vidas e trajetórias”. As trajetórias dos pais maranhenses dos filhos de mesma origem e paraenses são lembradas simplesmente como eles “sendo do Maranhão”, e se na migração internacional,

Como salienta Maxine Margolis (2013), há uma heterogeneidade no perfil dos imigrantes brasileiros nos EUA que não pode ser desconsiderada. Desde que o movimento migratório brasileiro para os Estados Unidos teve início, em meados dos anos oitenta, o perfil dos imigrantes foi se tornando diversificado em virtude de aspectos tais como o local de origem no Brasil, o perfil socioeconômico e cultural, a situação documental, o tempo, local e sucesso ou insucesso no estabelecimento nos Estados Unidos. Em suma, intrinsecamente o universo migratório brasileiro nos EUA foi adquirindo perceptíveis diferenças. (BRAGA, 2021, p. 873).

No caso da migração interna, e em particular Maranhão-Pará, o perfil dos imigrantes muito se assemelham, como evidenciado ao longo desta pesquisa, e este perfil é carregado de estigmas, principalmente da pobreza. Porém, isto não significa uma ruptura total com o seu estado, já que há pontas de sua rede de parentesco por lá. Nas entrevistas, ficou evidente o orgulho dos pais com os seus filhos que se deram “bem” em Parauapebas, com “um bom trabalho” e com a “sua própria casa”, o que não é uma regra, havendo diferentes aspectos subjetivos e objetivos que fazem os filhos reproduzirem a situação de pobreza dos pais, mas reconheço que não consigo abordar esta temática nesta pesquisa.

3.5.3 Mães e pais solos

Os pais e mães solos fazem parte do grupo de titulares que na tabela 9 foram identificados como não convivendo com o cônjuge. 58 deles (54 mães e 4 pais) estão nessa classificação, sendo 29 maranhenses, 22 paraenses, 2 cearenses, 1 goiano, 1 paulista, 1 mineiro, 1 piauiense e 1 tocantinense.

Em relação aos filhos nascidos no Maranhão, foram registrados um total de 14 pais/titulares, sendo 13 mães e 1 pai maranhenses, e 2 mães paraenses; sobre pais e mães de filhos paraenses são: 20 paraenses, sendo 18 mães e 2 pais; 15 maranhenses – 14 mães e 1 pai⁴⁵.

Os pais e mães solos tiveram suas relações conjugais dissolvidos no processo migratório, como é o caso de Elizabete, que separou do marido, e Jailson, que se separou da esposa, pois esta voltou para o Maranhão e deixou os filhos com o pai. Rose cuida sozinha da filha há 10 anos e sua renda vem de seus serviços de estética, que quando não aparecem, chega a passar dificuldades. Nos relatos de algumas das mulheres separadas, fica claro uma relação de violência com os pais dos filhos e, algumas delas, apoiadas pela rede socioassistencial de

⁴⁵ A naturalidade dos filhos e demais mães e pais solos é a seguinte: mãe e a filha cearenses; mãe cearense e filho paraense; mãe tocantinense e filho paraense; mãe goiana e filhos paraenses; mãe mineira e filho tocantinense; mãe paulista e filha paraense; mãe e filho piauienses.

apoio à mulher, decidem se separar. Em alguns casos, elas estão com medidas protetivas pela Lei Maria da Penha.

No caso de algumas mulheres paraenses mães de filhos maranhenses, o que se sucedeu foi que se *juntaram* com o marido em Parauapebas e, depois de um tempo, o companheiro resolveu voltar para o Maranhão, onde ela engravidou e teve os filhos, e lá se separaram e elas retornaram para Parauapebas, apoiadas pela sua rede familiar que aqui se encontrava; ou quando não houve a separação no retorno, o casal novamente havia emigrado para Parauapebas. Há mulheres que nem mesmo chegaram a morar com o pai dos filhos. Questionadas as mulheres maranhenses que se separaram, sobre o porquê de não terem voltado para o seu estado, para ficarem próximas às suas famílias já que aqui muitas delas não tinham uma rede de apoio familiar, elas são enfáticas em dizer que lá não tem como criar os filhos e que aqui, com todas as dificuldades, ainda é melhor para conseguir trabalho e, além do mais, agora conseguiram a sua casa própria, se referindo ao reassentamento.

O fato de criarem seus filhos sozinhas, numa cidade em que não há vagas suficientes em creches, e quando há é somente em horário parcial, faz com que elas busquem novas estratégias de sobrevivência para se manterem próximas aos filhos, pois fica difícil trabalhar fora, então acabam fazendo pão, salgados e doces para vender, montam um “negocinho” em casa, como é o caso de uma professora que fez de um dos quartos da casa, uma sala de aula para reforço para estudantes do bairro, ou outras que investem no ramo de beleza e estética, atividades que não requer sair de casa. Algumas vendem confecções e calçados. Outras dependem exclusivamente dos programas socioassistenciais como o atual Auxílio Brasil, antigo Bolsa Família, ou o Programa Municipal Gira Renda. A solidariedade vicinal também é um mecanismo que estas mães acionam para poderem trabalhar, deixando os filhos aos cuidados dos vizinhos, durante todo o dia.

Uma das saídas é um grupo de moradores no *WhatsApp*, meio utilizado para apresentar seus produtos aos vizinhos. São divulgadas imagens e seus respectivos preços de doces, salgados, roupas, calçados e até um açougue a céu aberto, onde o morador na frente de sua casa, aos finais de semana, instala uma tenda e pendura a carne de porco e divulga no grupo para venda. A carne sai bem mais em conta, se comparada aos açougues da região. Mulheres fazem propaganda de seus serviços de beleza, estética e faxina. Além disto, quem precisa fazer uma limpeza no seu lote ou qualquer outro serviço no sua casa, também oferece a oportunidade para os moradores do bairro e, quando sabem, vizinhos compartilham vagas de emprego em uma determinada empresa. O grupo também é um espaço de manifestações políticas quanto à insatisfação com algumas situações no bairro e reivindicações, como, por exemplo, a constante

falta d'água, o principal problema para os moradores, que direcionam suas demandas ao poder público municipal, que tem representantes no grupo. O espaço virtual também se tornou uma forma de sociabilidade entre os moradores, porém a organização coletiva se resume a este espaço e dificilmente é transposta para o mundo concreto, onde o mais comum são as manifestações individuais.

O Reassentamento Vale do Sol e as trajetórias de seus moradores tornaram-se para esta pesquisa o “plano de fundo” da cidade ao qual se refere Agier (2011, p. 57), ao afirmar que a partir dele o antropólogo observa situações. “O que é interessante na situação é conseguir mostrar em que contexto é inerente à situação; é estabelecendo a relação situação-contexto que se pode atingir certo nível de compreensão.”. E assim, a partir de meus interlocutores, analisando a sua situação nas suas trajetórias e formas de criação de seu espaço de vida no contexto das migrações internas entre Maranhão – Pará, cuja expectativa de mobilidade social os trouxe à Parauapebas, onde em suas “práticas cotidianas de resistência” e “táticas” (CERTEAU, 1998; SCOTT, 2002), no processo de ancoragem na cidade pressionaram o estado por “estratégias” para garantirem o seu direito à cidade.

Localmente, as famílias do reassentamento Vale do Sol validam a hipótese da importante presença dos migrantes maranhenses no processo de fazer-Parauapebas. O maranhense, enquanto migrante, agente e cidadão, está presente nos mais diversos espaços urbanos, inclusive nos espaços mais precários, de onde começaram a “rascunhar” a cidade, na década de 1980, até os dias atuais, sendo a redes sociais um meio pelo qual a emigração se mantém, pois tomando por base a pesquisa de campo no Vale do Sol, concluo que mesmo que tenhamos os *aventureiros*, em um primeiro momento de emigração para a cidade, famílias conjugais migraram para Parauapebas e aqui construíram seu espaço de vida, apoiando aqueles que ainda o querem fazer. Na dissolução dos casamentos, a mulher levou a frente o seu projeto de vida de aqui permanecer, jogando os seus “jogos sérios” em suas próprias estruturas de desigualdade e lutando pelo seu espaço nas políticas governamentais.

3.6 Alguns aspectos identitários

A atividade religiosa é uma das características da rotina das famílias, principalmente as evangélicas, onde se vê homens e mulheres circulando com suas bíblias debaixo do braço ou as carregando nas mãos, indo para a igreja ou para casa de algum vizinho para um encontro religioso. Com a mudança para o reassentamento, as famílias tiveram também que migrar de igreja, devido à distância. Atualmente, os evangélicos com quem conversei frequentam as

igrejas nas proximidades do bairro, como a Igreja do Evangelho Quadrangular, Adventista e Assembleia de Deus Missão e Madureira. Já os católicos frequentam a paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. É constante a referência a Deus para agradecer a conquista da casa própria e se apegar à religião para superar a *vida difícil*, pois é visto que na religião são construídos laços de solidariedade que lhes proporcionam doações, principalmente de alimentos.

Avistei também, em algumas noites, grupos de jovens realizando orações na frente de casa de algum anfitrião e fiquei sabendo, depois, que se tratava de uma célula da Igreja Batista. Uma jovem me relatou que mais ou menos 20 (vinte) adolescentes, entre meninas e meninos, fazem parte da Escola de Líderes da Igreja Batista Nova Carajás, em um bairro bem distante do reassentamento. A Igreja disponibiliza um transporte para buscar e trazer os adolescentes aos finais de semana. Fiquei curioso em saber como estes adolescentes começaram a frequentar a Escola de Líderes em uma igreja num bairro tão distante. Foi aí que, mais uma vez, a rede de vizinhança operou. Uma jovem de família reassentada, já líder de célula, e que atuava no seu bairro de origem, ao se mudar para o Vale do Sol, passou a convidar os adolescentes para participarem da sua célula, em sua casa, e logo os adolescentes estavam frequentando a escola de líderes da Igreja Batista. Depois de passarem pela formação de um ano e atuarem na Igreja, aos 15 anos de idade, já poderão abrir sua própria célula.

Não identifiquei outras denominações religiosas, a não ser referências aos familiares que ficaram no Maranhão, como o pai de Elizabete, de 78 anos de idade, que é pai de santo, e ela diz ser católica, mas não frequenta igreja e afirma: “nunca mexi com estas coisas”. A mãe é evangélica, mas Elizabete enfatiza que quando o pai se machucou no mato, catando lenha, machucou a perna e os membros da comunidade haviam dito que era feitiço do “pessoal do fundo”, que ela não soube explicar o que isso queria dizer. A perna do pai ficou bastante infeccionada e os médicos cogitaram a amputação, foi aí que a mãe evangélica pediu para chamar uma mãe de santo, Dona Helena, uma mulher “muito negra e rica” que morava na cidade, pois somente ela poderia entrar em contato com o “pessoal do fundo” para desfazer o feitiço e curar o marido. Elizabete viu todo o “movimento” e o pai foi curado, daí ela passou a acreditar, mas não deixou de mencionar que, em primeiro lugar, foi Deus quem curou o pai. Durante a nossa conversa, foi ficando claro que ela estava se referindo à Umbanda e que pertencia à comunidade quilombola no interior de Monção, chamada Mata boi, de onde saiu em 2012, com 20 anos de idade, acompanhando o marido que já tinha parentes aqui. Invadiram um lote nas palafitas e construíram um “barraco”. No início, ficou triste, mas com o tempo conheceu muitos conterrâneos, principalmente de Monção, e me aponta a vizinha que é da mesma cidade. Ao se referir ao seu local de origem, diz que lá “tem muita cultura”, como o

bumba meu boi⁴⁶, o Festival do *Reggae* e o festejo de São Benedito, santo negro que o pai diz que faz milagre, mas para ela quem faz milagre é Deus. Se referindo à Parauapebas, ela diz que “Aqui eu acho estranho, não tem nada disso!”. E eu lhe pergunto o porquê que estas manifestações não estão presentes aqui, já que há muitos maranhenses na cidade, e ela me respondeu: “eu acho que é porque a gente não tá na nossa cidade, na nossa terra!” e ela continua:

Lá tem muita coisa de santo, que vem dos meus avós, antigamente eu falava para o meu pai que era besteira, mas às vezes é verdade o que o meu pai falava pra gente. Muitas lendas, este negócio de macumba. Toda a família do meu pai é de santo, tem terreiro, mas eu não frequentava, não gosto dessas coisas. Eu tinha uma tia que era mãe de santo, ela não tinha estudo, nada. Ela fazia parto nas mulheres, porque tinha uma mulher que baixava nela, aí ela fazia os partos, normal. Não tinha estudo nem nada, mas era parteira [...] Teve uma vez que uma tia que morreu, meu tio fez uma oração pra ela partir, foi uma oração muito forte, e é que nem meu pai fala tem o bem e tem o mal. Eu não acreditava nisso, mas quando meu pai quase morreu, e eles mandaram chamar uma mulher lá na cidade para fazer oração pra ele e vi que ele melhorou, aí eu acreditei. (ELIZABETE, Junho de 2022).

Elizabete diz sentir falta da festa do Bumba meu boi, quando ela “saía de índia. Eita como era lindo, a gente ficava dançando na frente do boi”. E para matar a saudade, de vez em quando, assiste a vídeos no *youtube* de apresentações da festa do Bumba meu boi e, nos meses de dezembro, vai para o Maranhão, quando acontece o festival do *reggae* que se inicia no dia 25 de dezembro e dura três dias. Nestes dias, há também manifestações como o tambor de crioula⁴⁷, em louvor a São Benedito. Ela conta que “os homens ficam batendo no tambor e as mulheres com as saias rodadas ficam dançando em volta”. Em Parauapebas, ela disse que quando sai, vai ao “bar da ruivinha”, bastante frequentado por maranhenses, pois o estilo de música predominante no bar são “as pedras”, se referindo ao *reggae*. Elizabete se refere ao seu

⁴⁶ “O Bumba meu boi do Maranhão é uma celebração múltipla que congrega diversos bens culturais associados, divididos entre plano expressivo, composto pelas performances dramáticas, musicais e coreográficas, e o plano material, composto pelos artesanatos, como os bordados do boi, confecção de instrumentos musicais artesanais, entre outros. Profundamente enraizado no cristianismo e, em especial, no catolicismo popular, o bumba meu boi envolve a devoção aos santos juninos São João, São Peixoto e São Marçal, que mobilizam promessas e marcam algumas datas comemorativas. Os cultos religiosos afro-brasileiros do Maranhão, como o Tambor de Mina e o Terecô, também estão presentes nessa celebração, uma vez que ocorre o sincretismo entre os santos juninos e os orixás, voduns e encantados que requisitam um boi como obrigação espiritual. O bumba meu boi é uma festa tradicional em que a figura do boi é o elemento central, porém reúne diversas outras manifestações culturais.” Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/80>. Acesso em: 23 jun. 2022.

⁴⁷ “O Tambor de Crioula do Maranhão é uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou associado a outros eventos e manifestações, é realizado sem local específico ou calendário pré-fixado e praticado especialmente em louvor a São Benedito. Essa manifestação afro-brasileira ocorre na maioria dos municípios do Maranhão, envolvendo uma dança circular feminina, canto e percussão de tambores. Dela participam as coreiras ou dançadeiras, conduzidas pelo ritmo intenso dos tambores e pelo influxo das toadas evocadas por tocadores e cantadores, culminando na punga ou umbigada – gesto característico, entendido como saudação e convite” Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/63/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

pai como de pele muito escura e que ele fala “deste negócio de escravatura”, e que o quilombo é “destes tempos. Eu sou uma quilombola”. Referindo-se à filha que nasceu em Parauapebas, diz que a menina não nega ser filha de maranhense, devido ao cabelo “afro”. Questionei que no Brasil é comum as pessoas terem cabelo “afro”, devido às nossas origens. Aí, ela aponta para minha camiseta preta e me diz “lá no Maranhão tem gente da cor desta camisa, pretinha...pretinha”. Reforça que sente saudade só da “cultura”, pois aqui tem posto de saúde, escola, emprego. Ela diz não ter vergonha de sua origem, se referindo a ser negra e quilombola, pois para ela “tem muitas morenas bonitas”. Elizabete está separada e conta que, quando era adolescente, o pai havia dito que ela não era mulher para casar e ela acha que não nasceu pra “isso mesmo não, porque quando casa, o homem quer mandar na mulher e eu não aceito ser mandada por ninguém”.

Outros entrevistados, com quem já dialoguei aqui, seu Peixoto e Dona Margarida, também trazem alguns temas pertinentes aos contextos migratórios e referências aos seus lugares de origem, ainda não abordadas neste texto, assim como os que Elizabete trouxe. Seu Peixoto (Junho de 2022) me relata a sua relação com a vida rural, substituída pelo termo “mato”. Assim ele relata o processo de fazer carvão com coco:

Nós que gosta do mato, nós achamos um palmeirão ali do outro lado perto da beira do rio [Rio Parauapebas], que parece o maranhão. Eu não sabia que tinha aquilo ali. Não conhecia. Aí nós vamos lá e faz um bocado de carvão de coco, aí nós cozinha e economiza o gás que é uma beleza. Lá tem coco babaçu. Muito coco. Nos faz um buraco assim no chão e faz carvão. Já fizemos uns 20 sacos. Foi a menina dela [filha da esposa] que já sabia e contou pra nós, a primeira vez ela foi com a gente. Nós já passamos uns seis...sete meses com o mesmo botijão de gás. Os cocos que cai do pé a gente pega inteiro e faz um buraco redondo, a caieira, e joga uns três sacos de carvão e bota o fogo lá no fundo, quando faz brasa, a gente joga os cocos em cima, até numa altura assim [com a mão indica a altura de mais ou menos meio metro]. Lá no Maranhão não quebra os cocos pra tirar os bagos e fazer óleo de coco pra vender?! Aqui a gente faz é do coco inteiro.

Perguntado se o casal esperava terminar o processo de fazer carvão, ele responde que

Tem vez que a gente volta, mas a gente acostuma é fica lá mesmo, a gente leva uma merenda, coloca a rede, a gente acha é bom ficar dentro do mato, tem uma sombra boa lá. A gente vai cedo, e umas quatro... cinco horas [da tarde] a gente vem se embora. A gente tampa o buraco com terra e palha até não fumaçar mais e deixa. Depois de uns três dias, depois de esfriar, já pode tirar. Aí eu trago na bicicleta, trago dois sacos de uma vez.

Perguntado se alguém não poderia mexer, ele me responde que “Ninguém mexe não. Tem outras pessoas no bairro que faz também, mas não é muita gente que faz não”. Com o carvão cozinham de tudo. Há dois fogareiros (fogão feito de barro com um compartimento para colocar o carvão no seu interior e fazer brasa e sobrepor a panela no compartimento) na casa; o gás é só para esquentar um leite ou um chá. O carvão é uma estratégia de economizar gás, “pois está muito caro”. Seu Peixoto diz que sabia fazer carvão de madeira, mas de coco não, quem sabia era a esposa, que fazia em Codó. E, pelo visto, a prática vai continuar por um bom tempo, pois há coco que “ninguém dá conta”, é uma área de palmeira de babaçu. Durante a nossa conversa, dona Margarida havia saído para atender uma vizinha e, quando retorna, me diz que a vizinha é muito gente boa, e se puder, faz tudo por ela, pois a “bichinha” trabalha muito numa escola e sempre traz alguma coisa, como doce, salgados ou comida do trabalho pra ela, é como uma filha. No dia seguinte, iria fazer faxina na casa dela. Então, retomo o assunto do coco babaçu e pergunto desta prática no Maranhão, em Codó, e ela rindo me conta “Eu fazia o óleo e vendia, da casca do coco eu fazia o carvão. Eu sou quebradeira de coco. Eu quebro duas latas de coco!”.

Ao seguir as pistas de meus interlocutores sobre suas relações com a cidade para além do trabalho, igreja e bairro, a entrevista com Elizabete me chamou a atenção ao falar do “bar da ruivinha” como ponto de encontro de maranhenses que gostam de reggae. Aquela informação ficou na minha cabeça e me senti provocado a ir conhecer o “Bar da Ruivinha” e compreender melhor este local de encontro de “maranhenses que gostam de reggae”. Então, num dos dias quentes e úmidos da Amazônia, vejo Elizabete a caminho de sua casa e a chamo. Eu estava sentado na esquina da casa de seu Osvaldo e Dona Eva, que, como falei, aos finais de tarde, é também um ponto de encontro da vizinhança. Falei a Elizabete que fiquei curioso em conhecer o Bar da Ruivinha e que ela me explicasse onde era o lugar, porém Elizabete não soube me informar como chegar, sempre vai de moto com a amiga e só sabe que é no Bairro Altamira. Elizabete continuou seu caminho para casa, foi aí que dona Eva, escutando a nossa conversa, me indagou “Você quer saber sobre este negócio de *reggae*? Pergunta para o meu genro. Ele roda esta cidade toda atrás de *reggae*, conhece tudo”. Outro dia encontrei Clara, e perguntei sobre o marido, pois queria uma informação sobre onde ficava o bar”. Foi aí que ela, em um tom meio de brincadeira, mas falando sério, disse “Você quer levar meu marido para os *reggae* é?! Você não vai levar não! Já falei pra ele que se ele vim com estes *reggaes*, eu vou cortar ele”. Ao fim da sua fala, deu uma risada e me passou o contato do marido, pois a relembrei da pesquisa que estava fazendo no bairro. E ela finalizou “Sei!”. Foi aí que me recordei de ter conversado com seu Marley, dono do bar, apaixonado pelo *reggae*. Parei em seu

bar e perguntei sobre, logo ele me explicou onde era e como eu chegava lá. Era uma quarta-feira e ele me alertou que só estaria aberto a partir de sexta, pois só funciona aos finais de semana. Seu Marley, Elizabete e o marido de Clara me fizeram pensar nas pesquisas etnográficas de temas especificamente urbanos, sobretudo de lazer, coordenadas e realizadas por José Magnani (1996, 2002, 2003) na cidade de São Paulo e as categorias de análise construídas pelo antropólogo, a partir do ponto de vista dos atores pesquisados, na perspectiva da Antropologia Urbana, na lógica do “de perto e de dentro”, analisando sociabilidades e códigos de pertencimento entre integrantes de um grupo ou de um bairro ou de qualquer outro espaço urbano vivido e experienciado.

Não vou me alongar em suas categorias, mas vale mencioná-las como “boas para pensar” a sociabilidade urbana. São elas: “Pedaço”, “Mancha”, “Trajeto”, “Pórtico” e “Circuito”. Cada uma dessas representa a forma de sociabilidade entre os atores e os diferentes espaços urbanos, como o bairro, os espaços de lazer e consumo. Portanto, o Bar da Ruivinha é um espaço que se tornou “[...] ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações.” (MAGNANI, 2002, p. 21). Este é interpretado sob à luz da categoria “pedaço”, que o autor considera, que, em sua primeira análise, o termo designa

[...] aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que é fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI⁴⁸, 1998, p. 116 apud MAGNANI, 2002, p. 21).

Neste sentido, o “pedaço” é, portanto, o lugar onde todos sabem quem são, de onde vêm e do que gostam. Portanto, à medida que o antropólogo desenvolvia novas pesquisas sobre lazer, percebeu que, para ser um “pedaço”, não bastava determinado espaço ser frequentado ou simplesmente ser um lugar de passagem, reduzido aos “[...] laços de vizinhança e parentesco e vínculos comunitários.” (MAGNANI 2002, p. 22). Ele se deu conta de que havia “pedaços” em regiões centrais da cidade, neste caso em São Paulo, onde a lógica era a mesma. Segundo o autor,

Em outros pontos, porém, usados principalmente como lugares de encontro e lazer, havia uma diferença com relação à idéia original de pedaço: aqui, diferentemente do que ocorria no contexto da vizinhança, os frequentadores não necessariamente se conheciam – ao menos não por intermédio de vínculos construídos no dia-a-dia do bairro – mas sim se reconheciam como portadores dos mesmos símbolos que remetem

⁴⁸ MAGNANI, J. Guilherme. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Hucitec, 1998.

a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo e modos de vida semelhantes. (MAGNANI, 2002, p. 22).

Assim, Magnani fez ajustes na categoria “pedaço”, que se revelou útil para descrever formas de sociabilidade entre pessoas que compartilham gostos e hábitos de consumo semelhantes e que não necessariamente no contexto de sua vizinhança e do bairro, mas em outros lugares da cidade. Nesta lógica é que considero o Bar da Ruivinha um “pedaço”. Elizabete já havia me dado pistas ao dizer onde ia quando sentia vontade de ouvir e dançar umas *pedras*, Dona Eva me indicou o seu genro para me orientar onde tinha “os negócio de reggae” e seu Marley me passou as referências para eu chegar ao local. São pessoas que veem no reggae laços identitários com seu estado de origem e com aqueles que, assim como eles, migraram para Parauapebas.

Como a referência no campo a este “pedaço” se mostrou de uma alta densidade, resolvi conhecê-lo. O “Bar da Ruivinha” está localizado na periferia da cidade, no Bairro Altamira, distantes uns 5km do Vale do Sol. No mesmo dia que seu Marley me deu as coordenadas do endereço, fui conhecê-lo. O bairro Altamira é grande e denso e acabei me perdendo nas ruas. Na praça central do bairro, comecei a perguntar sobre a localização. Depois de passar por uns três, uma atendente de um bar soube me dar o endereço, as referências de cores, como chegar. Por fim, compartilhei com ela que já havia passado por uns três bares, mas ninguém soube me explicar onde ficava, ela me respondeu que tem o hábito de ir por lá aos finais de semana, para se distrair um pouco. Nossa conversa não durou muito, chegaram clientes e ela não pode mais conversar. Então segui as orientações dela e encontrei o “Bar da Ruivinha”. Estava fechado, isto por volta das 18h de uma quarta-feira. Fica numa rua bastante movimentada, numa “rota de van”, o que designa o trajeto principal do transporte público coletivo no bairro, em frente a uma quadra de futebol. A Foto 44, a seguir, evidencia logo que o espaço é de Reggae com palavra escrita com letras maiúsculas e a frente pintada de amarelo com as cores vermelho e verde, simbolizando o estilo.

Foto 44- Bar da Ruivinha



Fonte: Elaborado pelo autor.

Depois de identificar a localização, me preparei para uma visita ao local no final de semana e assim o fiz, numa sexta-feira, por volta das 19h. Ao chegar, percebi que um grupo de três homens estava descarregando umas grandes caixas de som. Um jovem veio até mim, me apresentei e ele se identificou como o marido da Ruivinha. Falei de minha pesquisa, pedi uma cerveja e começamos a conversar. A esposa tinha saído para comprar bebidas para abastecer o bar. Ele me conta que é empregado de uma terceirizada da prefeitura como roçador e a esposa vende garrafada (preparação da medicina popular feita com plantas medicinais para diferentes enfermidades). Ele é de Bacabal e ela de Imperatriz. As suas trajetórias sociais se assemelham às outras que registrei nesta pesquisa. Então, comecei a perguntar sobre o Bar da Ruivinha. O bar funciona somente aos finais de semana, sexta, sábado e domingo, no período da noite. Sendo que na sexta é o dia da “mistura”, ou seja, não toca somente *reggae*, mas outros ritmos e, de acordo com que o público pede, mas aos sábados o *reggae* é o principal ator. Durante a nossa conversa, Ruivinha chegou. Logo imaginei que fosse ela, pois o seus cabelos são o que a identifica com o seu nome. Educadamente, ela me cumprimentou, se organizou, se acomodou e me perguntou exatamente o que eu estava fazendo. Expliquei sobre a pesquisa sobre migração maranhense em Parauapebas e que alguns de meus interlocutores haviam me dado a referência de seu bar, pois eu encontraria muitos maranhenses por ser uma referência de lugar onde se escuta boas “pedras”. Foi então que ela começou a me contar a sua história com o ritmo em

Parauapebas, que já faz 15 anos. Ao perceber que pouco se escutava o *reggae* por aqui, ela organizou um grupo de amigos e começaram a promover eventos específicos, não havendo um lugar fixo. Somente há 2 anos conseguiu alugar este espaço, onde é o bar e também a sua casa. Para ela, não tem sido fácil, pois o *reggae* não é valorizado na cidade e quase não tem muitos lugares onde se escuta e dança o ritmo e nem incentivo das políticas culturais do município, pois são vistos como “maconheiros”, “baderneiros” e onde tem *reggae* tem “confusão”. “Eles não conhecem e não entendem. A gente gosta é de dançar agarradinho, curtir nossa cultura. Pessoas que gostam de bagunça tem em todo lugar”. “Os maranhenses são teimosos, assim como eu, então a gente faz o nosso *reggae*!” Sendo “teimosa”, Ruivinha fez de seu bar um “pedaço” do *reggae* e que, para eu confirmar o que ela estava dizendo, que eu fosse no dia seguinte, quando só tocaria o ritmo e que eu iria ver que os “regueiros são tranquilos e gente boa”. Fiz o compromisso de ir e, no sábado por volta das 22h, apareci no local. Quando cheguei, Ruivinha e seu marido me receberam, sentei a uma das poucas mesas existentes e comecei a observar o movimento. Já havia alguns clientes em uma mesa e outros em pé ouvindo o *reggae* e dançando sob músicas que saíam de uma estrutura de caixas de som de mais ou menos uns cinco metros de altura e 2 metros de comprimento e uma mesa de som, cheia de luzes, sob o comando do DJ Railton Marley (Foto 45, a seguir). Ruivinha aluga toda a estrutura de som e paga o DJ. Tanto o proprietário do som quanto o DJ me relataram cobrar um preço baixo, pois o intuito é fazer com que este espaço exista e o objetivo é “ajudar” a proprietária a tocar o seu negócio. Aí, fiquei por mais ou menos três horas. Aos poucos, o público foi chegando, mulheres e homens sozinhos ou em grupos. Percebi que muitos se cumprimentavam ao chegar, deixando claro que não era a primeira vez ali e que já se conheciam. Alguns dançavam sozinhos, outros “agarradinhos”, algumas mulheres tinham a iniciativa de tirar um homem para dançar. Um público majoritariamente negro e masculino, mas as mulheres não eram poucas. E, de acordo com que Ruivinha já havia me antecipado, seu público principal é de maranhenses. Entre uma música e outra, o DJ informava aos clientes as próximas datas e lugares onde ele estaria tocando *reggae*, ou para saber destes outros lugares e momentos, informações são trocadas em grupos de *WhatsApp* dos regueiros. Assim, o “pedaço” evidencia o plano dos “chegados”, instaurando

[...] um espaço de sociabilidade de outra ordem. Assim se desvelou um campo de interação em que as pessoas se encontram, criam novos laços, tratam das diferenças, alimentam, em suma, redes de sociabilidade numa paisagem aparentemente desprovida de sentido ou lida apenas na chave da pobreza ou exclusão. (MAGNANI, 2003, p. 86).

Foto 45 – Bar da Ruivinha em funcionamento



Fonte: Elaborado pelo autor.

Algumas práticas cotidianas fazem alguns Muro de alvenaria e portão de ferro – casa adaptada moradores reviverem sua subjetividade construída em seu estado de origem, sejam frequentando lugares onde possam reviver o ritmo musical do *reggae*, ou desenvolver práticas de sobrevivência, como fazer carvão com coco babaçu para economizar no gás. São maneiras de afirmação identitária maranhense que não foram apagadas na migração.

Elizabete, Seu Peixoto e Dona Margarida trouxeram representações do seu estado, presentes no contexto migratório e no modo de fazer-cidade, ainda não presentes nas falas dos demais interlocutores, não de forma tão clara, de afirmação identitária. Questões raciais, religiosas, de gênero e de classe estão presentes e se cruzam em suas trajetórias. Algumas destas questões são sensíveis a muitos dos maranhenses que, de alguma forma durante o processo de reconstrução do seu espaço de vida em Parauapebas, preferiram se silenciar perante a avalanche de piadas e preconceitos lhes direcionados, como pobres, sem raízes, “vivem fuçando”, como um dos entrevistados se referiu a um discurso de um prefeito. Este silêncio é percebido, por exemplo, pelo seu Marley que me diz que eles “vêm para cá, esquecem de sua cultura e escutam mais os ritmos daqui”, se referindo à música, e Elizabete completa “eu acho que é porque a gente não tá na nossa cidade, na nossa terra!”, se referindo a falta de manifestações culturais e religiosas de seu estado, do que mais sente falta. A reação positiva vem com falas e sentimentos de quem são a maioria na cidade, que sem eles Parauapebas não existiria, como nos lembra seu

Levi, e seu Osvaldo, para quem o maranhense é trabalhador. No entanto, estas afirmações mais positivas que negativas são expressadas quando provocadas por este pesquisador. No cotidiano da cidade, não são essas as referências que se escutam numa roda de conversa, mas aquelas que negam ou ridicularizam o “outro”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto escrevo estas considerações finais, ocorrem manifestações em várias partes do mundo pedindo justiça pelas mortes do jornalista britânico, Dom Philips, e do indigenista brasileiro, Bruno Pereira, ocorridas na Terra Indígena Vale do Javari⁴⁹, no mês de junho de 2022. As mortes destes profissionais simbolizam os conflitos que marcaram a história da ocupação amazônica por não indígenas e não caboclos, ao longo dos séculos XX e XXI, provocados pela migração dirigida pelo Estado Brasileiro e por aqueles que vieram em busca de riqueza através da aquisição de terras, ouro, biopirataria, madeira e uma infinidade de minérios de interesse de grandes empresas capitalistas. Aqui se encontram fluxos de pessoas e instituições com interesses antagônicos. De um lado, protetores, ativistas políticos e nativos em defesa do território; e, por outro, a exploração predatória e técnico-racional, a exemplo dos garimpos ilegais e grandes mineradoras, respectivamente. Estes interesses antagônicos fizeram surgir na Amazônia cidades **na** e **da** floresta (TRINDADE JUNIOR, 2013), em meio à fronteira (MARTINS, 2009).

Parauapebas é uma destas cidades que surgiram às margens de grandes projetos econômicos, primeiramente, como povoado espontâneo, formado por migrantes de diferentes regiões, principalmente do nordeste, para fornecerem mão de obra às empresas para construção do empreendimento econômico. A migração para a região foi espontânea e dirigida. Espontânea, porque indivíduos atraídos pelas oportunidades de trabalho, emprego e renda decidiram se *aventurar*, motivados pelos seus projetos de vida, cuja motivação foi o garimpo ou o emprego no Projeto Ferro Carajás; dirigida, porque o Estado, com projetos de assentamentos agrícolas na região, distribuiu terras para famílias, principalmente da região do bico do papagaio, sendo o Maranhão o estado de onde mais emigraram famílias. Além do Estado, o empreendimento, através de suas empresas terceirizadas, tornou-se agente

⁴⁹ “A Terra Indígena Vale do Javari fica na fronteira com o Peru e a Colômbia e está localizada no Amazonas. São 8,5 milhões de hectares demarcados, sendo a segunda maior terra indígena do país - a primeira é a Yanomami, com 9,4 milhões de hectares. Além disso, tem a maior concentração de povos isolados do mundo, com acesso restrito por vias fluviais e aéreas.” Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/amazonia/noticia/2022/06/06/vale-do-javari-2a-maior-terra-indigena-do-pais-tem-historico-de-assassinato-de-agente-da-funai-e-e-palco-de-conflitos-tipicos-da-amazonia.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2022.

mobilizador de mão de obra no lugar de origem devido à falta desta em um espaço ainda não vivido por não indígenas. A mão de obra empregada inicialmente é caracterizada por profissionais qualificados, cabendo-lhes a gestão e os cargos mais intelectualizados tecnicamente e outra, considerada braçal, cuja força manual era necessária para construir a atividade mineradora no meio da floresta. Aquela mão de obra teve origem no sudeste do Brasil, principalmente no estado de Minas Gerais, devido a Companhia Vale do Rio Doce, à época, ter suas principais atividades no estado, enquanto que a maioria da mão de obra braçal veio do Maranhão. Os empregados tinham alojamento no topo da serra, próximo à área de construção das estruturas da mina. Para os empregados da CVRD e os gestores das terceirizadas, as casas eram individualizadas, enquanto que os *peões* ficavam em alojamentos coletivos. A divisão não se restringia à forma de residência, mas também às áreas de lazer, como clubes, que não permitiam a interação entre os dois grupos. Enquanto a mão de obra qualificada tinha a oportunidade para trazer a sua família, por isto uma vila bem estruturada, aos *peões* cabiam a solidão e a saudade da família, cuja oportunidade de vê-la se dava nas folgas que aconteciam depois de dois ou três meses trabalhados quando voltavam para sua terra. Para quem não tinha família (principalmente mulher e filhos), desciam para a vila de Rio Verde. Esta vila deu origem à cidade, espontaneamente, através de invasões de terrenos por famílias que vinham para a vizinhança do projeto na esperança de conseguirem emprego ou obter renda por meio da instalação de pequenos negócios, como bares, prostíbulos, mercadinhos e feiras. Foi em vila Rio Verde que as maneiras de fazer cidade, relacionadas às práticas cotidianas de sociabilidade e solidariedade de vizinhança, como fornecimento de água por aqueles que tinham poço no seu lote, ou a vizinha que havia preparado a casa para um conterrâneo trazer a esposa do Maranhão, crianças brincando e mulheres lavando roupa e vasilhas em rios quando ainda não eram poluídos, autoconstrução de barracos de madeira, noites de interação nos bares e aos finais de semana quando os empregados desciam para se divertir, assistir à televisão na casa de quem tinha energia de motor à diesel. Era aí que acontecia a cidade praticada, vivida (AGIER 2011, 2015; CERTEAU, 1998), onde os migrantes se ancoraram no espaço, derrubando cercas, literal e metaforicamente, por meio dos usos e circulação de pessoas, conforme ainda ocorre em Parauapebas (PEREIRA, 2012).

Ao contrário de Rio Verde, Vila Parauapebas continuava desabitada, pois havia restrições para sua ocupação, como venda de lotes, portanto entre comprar e invadir, o direito à cidade se inicia com as invasões, pois a “[...] cidade é feita de movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico [...] a cidade não é mais um campo de operações programadas e controladas.” (CERTEAU, 1998, p. 174). E sob os discursos

ideologizantes e disciplinadores dos funcionários da mineradora, Rio Verde ficou difícil de gerir, porque aí proliferaram “astúcias” e as combinações dos migrantes para fazer dela seu espaço de vida e fazer uma cidade a partir das margens. Neste movimento, Parauapebas se fez cidade. Depois do Rio Verde, outros efeitos do agir urbano “invasão/ocupação/instalação” se espalharam pela cidade. Os principais agentes deste movimento foram os migrantes motivados pelo *filão de ouro* que representava a região devido ao ouro da Serra Pelada, terras devolutas e emprego na mina de ferro e, de acordo com as experiências e vivências deste pesquisador na região através da escuta de trajetórias, presença nas políticas governamentais e pesquisas quantitativas, foi considerado o migrante maranhense como o principal grupo migratório para a cidade.

Seu projeto de vida incluía não voltar para o seu estado, assim foram paulatinamente ampliando e fazendo a nova cidade no sudeste do Pará, “derrubando cercas” e se ancorando, e, com o tempo, passaram a ser o principal grupo demandante por políticas governamentais, residentes em espaços precários, devido às suas condições de pobreza, ao alto custo de vida que a cidade passou a oferecer, seja na compra de um lote, na construção ou aluguel de uma casa, nos altos preços dos alimentos, e às poucas oportunidades que o Maranhão lhes oferecia para *melhorar de vida*. Assim, cotidianamente, têm lutado pelo seu “direito à cidade”, direito de aqui estar, fazendo com que o Estado os enxerguem como sujeitos de direitos, pressionando-o a implantar políticas sociais que garantam o seu direito de existir e se manter na cidade, “enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana”.

Neste contexto, foram criados estigmas e o ser maranhense passou a representar a pobreza, a miséria e as mazelas da cidade, negando-lhes o direito a se deslocar, como se todos na cidade não estivessem em constante movimento de deslocamento em busca de trabalho, melhores condições de vida e formas de se manter em um lugar onde as contradições e desigualdades impetradas pelo capitalismo são evidentes ao caminhar pelas ruas da periferia da cidade, nos números dos programas sociais, na falta de creche para crianças, o que dificulta mães solo de trabalharem fora de casa, jovens que abandonam seus estudos porque precisam trabalhar para se manter na cidade, pessoas deixarem de fazer uma cirurgia por não ter materiais como luvas ou a roupa adequada para a sala de UTI, crianças que tem como única refeição a merenda escolar. Mesmo que estas dificuldades apareçam para o migrante maranhense que se ancorou, ainda assim aqui é possível o acesso a algumas políticas, trabalho e renda, e é melhor do que *lá*, são os “sobreviventes” das contradições impostas pelo capitalismo na Amazônia. Aqui, conseguem satisfazer as suas necessidades básicas de sobrevivência por meio do trabalho, nem sempre formal, que para conseguir é preciso ter uma profissão. Mas, quando se tem baixa

escolaridade e não se especializou em algum ofício, lhes resta o mercado informal ou adentrar no setor terciário e de serviços, como na construção civil, como ajudantes e pedreiros ou continuar fazendo diárias na “roça”, montar um pequeno negócio no ramo de alimentação, confecções e bebidas. Quando no setor industrial a maioria continua ocupando funções braçais, com muito esforço se especializam, tornando-se profissionais mais bem remunerados, como o marido de Clara, que é montador de andaime numa terceirizada da mineradora. Por mais que tenham conterrâneos ocupando cargos com ensino superior, como psicólogos, engenheiros, assistentes sociais, dentre outras, ou pequenos proprietários de terra e de negócios, a maioria de meus interlocutores vivem e são originários daquela realidade. Sahlins nos provocou com a afirmação de que são tempos de “indigenização da modernidade”, referindo-se à reflexão antropológica sobre a resistência e a negação dos indígenas ao apagamento cultural nativo pela ordem sociocultural imposta pelo capitalismo europeu, são os “sobreviventes” indígenas que lutam diariamente face a este apagamento. “Trata-se aqui [...] de uma reflexão sobre a complexidade desses sofrimentos, sobretudo no caso daquelas sociedades que souberam extrair, de uma sorte madrasta, suas presentes condições de existência.” (SAHLINS, 1997, p. 53). Aquelas são situações vivenciadas por este pesquisador na “Capital do minério”, onde o desenvolvimento econômico reproduz estruturas de desigualdade social no contexto da expansão capitalista mundial para Amazônia, porém são atores que extraem desta “sorte madrasta”, suas condições de existência.

A migração tornou-se, assim, resposta às “condições normais de existência” do maranhense que, percebendo que “não pode melhorar de vida”, vê na emigração a possibilidade de realização de seus projetos (DURHAM, 2004; ORTNER, 2007). E o projeto migratório tem sido cada vez mais construído na tessitura das relações sociais dos agentes, que ao obter informações seguras e confiáveis de sua rede contato, fornecimento de abrigo, indicação de emprego e dinheiro para passagem, sente-se motivado e parte. Na decisão de partir pra cá e ficar está o movimento do fazer-cidade (AGIER, 2011, 2015). O *aventureiro* foi o pioneiro neste processo. A partir dele, sua rede foi se deslocando para cá e, hoje, há um intenso fluxo entre Maranhão e Pará num movimento de circularidade, criando assim o seu “território circulatório”, conceito de Tarrius (1996) trazido por Almeida e Baeninger (2013, p. 30), e que circulou por esta tese. O conceito consegue apreender os caminhos que ligam os migrantes a [...] um local de destino, mas que os mantêm atados aos lugares de onde vieram. É uma co-presença que não para de fortalecer os traços que relacionam os pontos dos fluxos e que refletem a diversidade de temporalidades e de localizações que constituem o ato migratório.” As redes sociais, ao possibilitar a circulação de fluxos de pessoas e coisas, os maranhenses as fazem,

predominantemente, pelo trem de passageiros da Estrada de Ferro Carajás, articulando as dinâmicas socioespaciais, mantendo laços entre origem e destino e práticas e dispositivos adaptados as situações da condição de imigrante e às especificidades das relações sócio-espaciais nas quais se baseiam esta experiência. Em que pese ter encontrado em campo maranhenses que não mais voltaram ao estado, porque a sua família conjugal ou extensa se deslocou em sua totalidade, ou por ter perdido os parentes, principalmente por motivo de morte, e “não tem mais nada lá”, o que caracteriza o fluxo Maranhão – Pará é a circularidade. É como na canção de Milton Nascimento: “Todos os dias é um vai e vem; A vida se repete na estação; Tem gente que chega pra ficar; Tem gente que vai pra nunca mais; Tem gente que vem e quer voltar; Tem gente que vai e quer ficar; Tem gente que veio só olhar; Tem gente a sorrir e a chorar.”

A questão que se coloca, ao fim desta tese, parte da reflexão de Agier (2015) sobre o fazer-cidade que revela gêneses, processos e lógicas da cidade, cujo final não conhecemos, mas de qual cidade conhecemos o fim? Trago esta questão, porque Parauapebas se fez na dependência de projetos mineradores que seguem a lógica vertical do capital, que quando sofre algum abalo, mexe nas estruturas locais, impactando pessoas, atraindo para ou expulsando do local, obrigando-as a refazerem seus projetos, permanecendo ou não na cidade, pois uma queda na produção de ferro ou no seu preço tem efeito dominó até chegar ao morador. Becker (2013) nos chama a atenção para as cidades amazônicas que se fizeram na dependência de grandes projetos econômicos, que quando o mercado está aquecido ele “é acompanhado de uma maior demanda por determinados produtos, bens, funções ou processo. Propiciam lucro e divisas para as regiões”, mas se não houver outras alternativas econômicas e o desenvolvimento não for também social, estas cidades “[...] entram em decadência com a mesma intensidade que ocorreram.” (BECKER, 2013, p. 14). Esta é uma questão cara às cidades como Parauapebas e a seus cidadãos e é um tema recorrente em momentos de diálogos com a mineradora, que recentemente, em um evento chamado I Congresso de Mineração de Parauapebas, cujo tema foi “Pós-Mineração: Meios para o desenvolvimento social sustentável”, organizado pela Prefeitura Municipal de Parauapebas, os participante trouxeram algumas reflexões sobre possíveis caminhos que o município deve seguir, mas não se discutiu o real impacto de um fechamento de mina na vida das pessoas e da cidade, mas apenas um conjunto de legislação que a mineradora deve cumprir antes deste momento. Percebeu-se uma falta de engajamento nesta discussão sem a participação social ampla. O discurso da empresa é fazer a “transição” “juntos” com a sociedade e governo. O representante da mineradora, Gerente de Sustentabilidade e Relações com Comunidade, chegou a mencionar que a mina “vai se exaurir

daqui a 16 anos”, mas que pode se estender, de acordo com novas descobertas de jazidas. A fala vem de um representante legítimo da mineradora, mesmo que em seguida tenha feito a ponderação de que pode se estender. Mas a grande questão é: a cidade começou com o Projeto Ferro Carajás, mas terminará com ele? Para Agier, “[...] todas as localidades estão destinadas à transformação, que é uma forma de seu desaparecimento.” (AGIER, 2015, p. 494). Mas quais serão os impactos na vida das pessoas? A tendência é chegar a um ponto em que haverá uma migração de retorno em massa? Os naturais emigrarão? Os governos vão conseguir garantir o direito à cidade, por meio dos direitos sociais? São questões que não mais dizem respeito somente aos maranhenses, mas a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

A GRANDE mina. **Jornal Opinião**, [S. l.], n. 45, 1993.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 2004.

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade**: lugares, situações, movimentos. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade**: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. de 2000.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais da diversidade dos fluxos as novas exigências conceituais. In: BAENINGER, R. (org.). **Migrações Internacionais**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2013. p. 23-34. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecao/VOLUME_09.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

ALMEIDA, Nina Paiva. **Diversidade na Universidade**: o BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ALMEIDA, Rogério Henrique. **Territorialização do Campesinato**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2006.

AUGÉ Marc. **Os domínios do parentesco**. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa edições: Lisboa, 1975.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Marco de políticas ambientais e sociais**. Washington, 2020.

BARRETO TRINDADE, José Raimundo; OLIVEIRA Wesley Pereira; BORGES, Gedson Thiago do Nascimento. O ciclo mineral e a urgência de políticas de desenvolvimento local: o caso do município de Parauapebas no sudeste do Estado do Pará. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 603-618, jul./dez. 2014.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997.

BECKER, Bertha Koiffmann. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha Koiffmann. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Bertha, Koiffmann; MIRANDA, Maria Eva, MACHADO, Lia Osório. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. da UNB; Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1990. p. 1-15.

BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 101-115.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BRAGA, Antônio Mendes da Costa. Crescendo como filho de imigrante brasileiro nos Estados Unidos da América. **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 866-888, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroais/article/view/73459/45660>. Acesso em: 18 maio 2022.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 18, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONHEÇA Salobo, o maior projeto de cobre da Vale. Brasil: Vale, 2015. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/conheca-salobo-maior-projeto-cobre-vale.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DURHAM, Eunice. **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosacnaify, 2004.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais [...]** Belo Horizonte: ABEP, 2002. p. 1-25.

FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. **Ordenamento territorial e planejamento municipal**: estudo de caso das limitações supralocais à aplicação do art. 30, viii da constituição de 1988 pelo município de Parauapebas, Pará. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

GOMES, Eleuterio. **Entrevista**: Breno Augusto dos Santos, descobridor do ferro de Carajás. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/entrevista-breno-augusto-santos-descobridor-do-ferro-de-carajas/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GONÇALVES, Suely. **Amazônia de encantos e desafios I: História viva – Sul e Sudeste do Pará**. Goiânia: [s. n.], 2006.

GUEDES, André Dumans. **O trecho, as mães e os papéis: movimentos e durações no Norte de Goiás**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana: estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, abr. 1997.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Moderna, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=destaques>. Acesso em: 10 fevereiro. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa da População 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pa/parauapebas/panorama>. Acesso: 10 fev. 2022.

KLUCK, Hilmar Harry. **A intrigante e verdadeira história da descoberta do ferro da Serra dos Carajás: a maternidade, o berçário e creche da cidade de Parauapebas**. Parauapebas, PA: [s. n.], [19-].

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LIMA, Janice Shirley Souza. **Educação Patrimonial na área do Projeto Serra do Sossego: Canaã dos Carajás (PA)**. Belém: MPEG/CVRD-MSS/FIDESA, 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 1 - 24.

- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, abr. 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ts/a/vgyqN9fNjSThKjGQ4j7Hm8r/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20texto%20analisa%20a%20situação,caso%20das%20grandes%20metrópoles%20contemporâneas](https://www.scielo.br/j/ts/a/vgyqN9fNjSThKjGQ4j7Hm8r/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20texto%20analisa%20a%20situação,caso%20das%20grandes%20metrópoles%20contemporâneas. Acesso em: 30 jun. 2022). Acesso em: 30 jun. 2022.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MELO, Ana Carolina Campos de; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia, **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, p. 1-33, 2016. Edição Especial. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/12010/1/Artigo_PapelGrandeMineracao.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MONTE-MOR, Roberto Luís. **Gênese e estrutura da Cidade Mineradora**. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2001. (Texto para Discussão, 164).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papiros, 1987.
- OLIVEIRA, Gerson Alves de Oliveira. **Pegos a laço: identidade, deslocamento e luta pela terra no quilombo de Cocalim**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.
- OLIVEIRA, Davi Benvido de; CARVALHO E SILVA, Márcio Douglas. O Terecô na Comunidade Santo Antônio dos Pretos (Codó-MA): pertencimento religioso e resistência. **Revista espaço acadêmico**, Maringá, v. 18, n. 209, p. 65-76, out. 2018.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília, DF: Paralelo 15; São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- ORTNER, Sherry .B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Mirian Pilar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter Henry (org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.
- PARÁ. **Lei nº 5.443, de 10 de maio de 1988**. Cria o município de Parauapebas e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 1988. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-5443-1988-para-cria-o-municipio-de-parauapebas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- PARÁ. **Lei nº 5.694, de 13 de dezembro de 1991**. Cria o município de Água Azul do Norte e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 1991. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=817852> . Acesso em: 13 jul. 2022.

PARÁ. **Lei nº 5.860, de 05 de outubro de 1994.** Cria o município de Canaã dos Carajás e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 1994. Disponível em: <https://www.cmcanaadoscarajas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/CRIA-O-MUNICIPIO-DE-CANAÃ-DOS-CARAJÁS-LEI-N-5860-ASSEMBLEIA-LEGISLATIVA-DO-ESTADO-DO-PARÁ-CRIA-O-MUNICIPIO-DE-CANAÃ-DOS-CARAJÁS.pdf> . Acesso em: 13 jul. 2022.

PARAUAPEBAS. Prefeitura Municipal. Secretaria municipal de Segurança Institucional. **Diagnóstico Municipal de Mobilidade Urbana município de Parauapebas (PA).** Parauapebas, PA, 2021.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme. (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967. p. 25-66.

PEREIRA, Edir Dias Augusto; SILVA, Michelle Sena da; FERREIRA, Torquato Maia. Vila permanente: recortes e retratos de uma company town na Amazônia. *In*: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; ROCHA, Gilberto de Miranda (org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 59-81.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Os modos de vida na cidade:** Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: Internacionalizar para não Internacionalizar. **O Estado Net**, Santarém, ano XIV, n. 4187, jul. 2022. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/12357/amazonia-internacionalizar-para-nao-%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20internacionalizar/>. Acesso: 24 fev. 2022.

PIQUET, Rosélia. **Produção do Espaço Urbano em Carajás:** sua curta e atribulada história. Rio de Janeiro: Série Relatórios de Pesquisa IPPUR, 1988. p. 1-43.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. **Experimental**, São Paulo, n. 2, p. 11-24, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Parauapebas.** Parauapebas/PA: Prefeitura Municipal, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Parauapebas (PA).** Parauapebas/PA, 2021.

PROJETO SALOBO 3, DA VALE, PRODUZIRÁ MAIS 12 MILHÕES DE TONELADAS DE MINÉRIO. O Liberal. 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/projeto-salobo-3-da-vale-produzira-mais-12-milhoes-de-toneladas-de-minerio-1.187584>. Acesso em: 12 jul. 2022.

QUESNEL, Andre. El concepto de archipiélago: una aproximación al estudio de la movilidad de la población y la construcción de lugares y espacios de vida. *In*: FLORES,

Sara Maria Lara. **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: Conacyt e Miguel Ángel Porrúa, 2010. p. 19-46.

REIS, Walison Silva. **Usos hegemônicos e não hegemônicos do território no sudeste do Pará**: a moderna mineração e o circuito inferior da economia urbana em Parauapebas. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

ROSA, Maristane de Sousa. **O reggae na “Jamaica Brasileira”**: cidadania e política a partir de letras musicais. 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

SADER, Regina. Migração e violência: o caso da Pré-Amazônia Maranhense. **Terra Livre**, São Paulo, n. 6, p. 65-76, ago, 1989.

SAHLINS, Marshal. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. **Mana**: estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1/2, p. 41-73, 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mana/a/4xFgqqMPbXLHGc8xkfXBCVH/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em: 13 jul. 2022.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun, 2002.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no sudeste do Pará**: Marabá (1968-1988). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 165-180, 2008. DOI: 10.1590/S1413-45192008000100012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11851>. Acesso em: 10 maio 2022.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de. Partir e ficar: dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, ano XVII, n. 33, p. 129-151, jul./dez. 2009.

SILVA, Idelma Santiago. A migração como mito fundador e outras metáforas: narrativas da colonização no sudeste do Pará. **Revista Escritas**, Goiânia, v. 2, p. 59-74, 2010.

SOARES, Weber; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Redes sociais e conexões prováveis entre migrações internas e emigração internacional de brasileiros. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 64-76, set. 2005.

SOUZA, André Santos. **Dinâmica Socioeconômica e Trabalho na Amazônia**: Análise do Município de Parauapebas a Partir da Migração de Trabalhadores Maranhenses da Mineração.

2014, Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2014.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; MACEDO E CASTRO, João Paulo. Notas para uma abordagem antropológica da(s) Política(s) Pública(s). **Revista Antropológicas**, Recife, v. 26, n. 1, p. 17-54, 2015.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, São Paulo, v. 5, p. 9-28, 2009. DOI: 10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TRAJANO FILHO, Wilson. Introdução. In: TRAJANO FILHO, Wilson. **Lugares, pessoas e grupos**: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. 2. ed. Brasília, DF: ABA Publicações, 2012. p. 7-26.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**: revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

VALE. **Nossa história**. 2012. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>. Acesso em: 16 dez. 2021

VELHO, Gilberto. “O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia”. In: VELHO, Gilberto (org.). **O desafio da cidade**: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 13-21.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

ZÉ DUDU. **A quem interessar possa!**. Zé Dudu, Parauapebas, 20/05/2016. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/a-quem-interessar-possa/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 551-563, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163307. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163307>. Acesso em: 29 nov. 2021.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**: a modernidade sem peias. Lisboa: Teorema, 2004.

AUGÉ, Marc. **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa: Lisboa edições, 1975.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**: geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRAGA, Antônio Mendes da Costa. O Que Se Leva, O Que Se Traz: Fluxos Migratórios e Fluxos de Mercadorias entre o Interior do Piauí e a Cidade de São Paulo. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo Teixeira; BRAGA, Antônio da Costa; BAENINGER, Rosana. (org.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 233-253.

CRAICE, Carla; SOUZA, Marcos Felipe Sudré. Entre minérios e rios: notas sobre urbanização, migração e consumo no sudeste do Pará. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15, 2013.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, ano XX, n. 39, p. 29-50, jul./dez. 2012.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Amazônia Legal e Cerrado no contexto da migração interna no Brasil nos períodos 1995/2010**. Santiago de Chile [S. l.], 2013. (Notas de Población, n. 96).

DUARTE, Renato Santos, FUSCO Wilson. Migração e emprego precário em dois contextos distintos: São Paulo e Toritama. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 337-347, Maio/ago. 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. 2000. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais e Migração: Dois Aspectos Fundamentais do Retorno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89-100, fev. 2010.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p. 19-56.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GEMAQUE SOUZA, Charles Benedito. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins**, Paris, v. 5, 2009, Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5633>. Acesso em: 29 nov. 2021.

JORNAL OPINIÃO. **A grande mina**. Edição n. 45, [S. l.], 1973.

LORENZO, R. A. A profundidade histórica dos fluxos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 515-523, 2015. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2015.102124. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/102124>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. **O que vale em Carajás?** geografias de exceção e re-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina e outros poemas em voz alta**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS. Secretaria Municipal de Segurança Institucional. **Diagnóstico Municipal de Mobilidade Urbana município de Parauapebas (PA)**. Parauapebas, 2021.

O ESTADO NET. **Amazônia**: Internacionalizar para não Internacionalizar. Santarém, 11/10/2017. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/12357/amazonia-internacionalizar-para-nao-internacionalizar/>. Acesso em: 11 jan. 2022

PORTAL CANAÃ. Vídeo de Valmir Mariano ridicularizando maranhenses em entrevista causa repercussão na internet, Canaã dos Carajás. 20 maio 2016. Disponível em <https://portalcanaa.com.br/site/politica/video-de-valmir-mariano-ridicularizando-maranhenses-em-entrevista-causa-repercussao-na-internet/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

TRINDADE, José R. Mineração e políticas de desenvolvimento local para o município de Parauapebas no Pará. **Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial**, Rio de Janeiro, 2011. v. 1.

VALE. **Programa de educação patrimonial do projeto serra norte, Parauapebas/pa**. 2014.

ZÉ DUDU. **A quem possa interessar!.** Zé Dudu, Parauapebas, 20/05/2016. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/a-quem-interressar-possa/>. Acesso em: 21 de jan. 2022.